

ISSN 0101788

e-ISSN 2357-9447

Volume 52 n.º 2

BOLETIM GAÚCHO DE GEOGRAFIA



CARTE
da
Província do Rio
São Pedro do Rio
Grande do Sul
enecurada corrigida



BOLETIM GAÚCHO DE GEOGRAFIA

Publicação da Associação dos Geógrafos
Brasileiros – Seção Porto Alegre

Vol. 52, n. 2

Boletim Gaúcho de Geografia – Porto Alegre. Vol. 52, n. 2 - p. 01- 196 – dezembro de 2025

Ficha Catalográfica

Boletim Gaúcho de Geografia. / Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre. Vol. 52, n. 2 (2025) –
Porto Alegre: AGB, 1973-

ISSN 0101-7888 e-ISSN 2357-9447

1. Geografia. 2.Cultura. 3.Território. 4. Ensino da Geografia.
I. Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre



MEMBROS DA GESTÃO 2025/2026

Diretora: Sinthia Cristina Batista

Vice-diretora: Renata Ferreira da Silveira

1º Secretário: Fábio Löff Cunha

2º Secretário: Débora de Gonçalves Pinheiro

1º Tesoureiro: Isaac Goulart da Silva

2º Tesoureiro: João Ricardo Valverde de Campos

Suplente da Tesouraria: Natally Fleck dos Santos Teixeira

Coordenador de publicações Theo Soares de Lima

Vice-coordenador de publicações: Henrique Ferreira Galvão

Suplente da Coordenação de Publicações: Tiago Bassani Rech

O BGG é uma publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros -Seção Local Porto Alegre <http://agb-portoalegre.webnode.com.br>

Contato: agbpoa@gmail.com ; boletimgauchodegeografia@ufrgs.br

Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

O BGG está online em <http://seer.ufrgs.br/bgg> e-ISSN 2357-9447



Editores Responsáveis

Tiago Bassani Rech – IFRS
Theo Soares de Lima - UFPel
Gutemberg Cardoso da Silva - UFRGS
Victor Matheus dos Santos Lopes UFFS Erechim

Comissão Editorial

Álvaro Luiz Heidrich, UFRGS, Brasil
André Baldráia, UFRGS, Brasil
Dirce Maria Antunes Suertegaray, UFRGS, Brasil
Éverton de Moraes Kozenieski, UFFS - Erechim
Helena Copetti Callai, UNIJUI, Brasil
Horacio Capel, U. Barcelona, Espanha

Leila Christina Dias, UFSC
Lia Osório Machado, UFRJ
Luis Antonio Bittar Venturi, USP
Maria Encarnação B. Sposito, UNESP - Pres. Prud.,
Nelson Rego, UFRGS
Paul Claval, U. Paris IV-Sorbonne, França
Rogério Haesbaert da Costa, UFF
Roger Lambert, U. Toulouse - le Mirail, França
Sinthia Batista, UFRGS Litoral Norte

Editoração Eletrônica

Tiago Bassani Rech
Vitor Lopes

Corpo Consultivo

Adilar Antonio Cigolini, UFPR, Brasil
Adriana Dorfman, UFRGS, Brasil
Aldomar A. Rückert, UFRGS, Brasil
Aldo Paviani, UnB, Brasil
Alejandro Benedetti, CONICET/U. Buenos Aires, ARG
Alexandre Queiroz Pereira, IF do Ceará
Álvaro Luiz Heidrich, UFRGS
Antônio Carlos Castrogiovanni, UFRGS
Benhur Pinós da Costa, UFSM, Brasil
Bernardo Sayão Penna e Souza, UFSM

Carlos Martins Jr., UFMS
Claudia Luísa Pires, UFRGS
Cristiano Morini, UNICAMP - Limeira
Davis Gruber Sansolo, UNESP - Litoral Paulista
Dakir Larara Machado da Silva – UFRGS Litoral
Dilermando Cattaneo, UFFS - Erechim
Diógenes Felix da Silva Costa, UFRN - Caicó
Eber Pires Marzulo, UFRGS

Edson Belo Clemente de Souza, Unioeste
Eliana Lima da Fonseca, UFRGS
Enrique Mazzei, Udelar, Uruguai
Erika Collischonn, UFPEL
Evelin Cunha Biondo, CAP UFRGS
Heinrich Hasenack, UFRGS
Helio de Araujo Evangelista, UFF
Hindenburg Francisco Pires, UERJ
Jacira Helena Pereira-Assis, UFMS
Kamilla Raquel Rizzi, UNIPAMPA
Laurindo Guasselli, UFRGS
Lisandra Pereira Lamoso, UFGD
Lucas de Melo Melgaço, Vrije Universiteit
Brussel, Bélgica
Luciane Oliveira Crossetti, UFRGS
Luís Alberto Basso, UFRGS
Luis Eduardo Souza Robaina, UFSM
Luiz Fernando Mazzini Fontoura, UFRGS
Maíra Suertegaray Rossato, UFRGS
Maria Goretti Tavares, UFPA
Maria Izabel Mallmann, PUCRS
Nelson Rego, UFRGS
Nestor André Kaercher, UFRGS
Nina Simone Vilaverde Moura, UFRGS
Noeli Pertile, UFBA
Paulo Gustavo Pellegrino Correa, UFAP
Paulo Peiter, FIOCRUZ
Paulo Roberto Soares, UFRGS
Pedro Dias Mangolini Neves, UEMG
Peter David Arnould Wood, Florida State U. USA
Rafael Faleiros de Padua, UFMG
Rafael Zilio Fernandes, UFOPA
Rebeca Steiman, UFRJ
Renato Emerson Nascimento dos Santos, UERJ
Ricardo Jose Nogueira, UFAM
Roberto Verdum, UFRGS
Rogério Leandro Lima Silveira, UNISC
Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol,
UNESP - Pres. Prud.
Rosiele Rita Guimarães, UFU
Saint-Clair Trindade Jr., UFPA
Sinthia Cristina Batista, UFMT
Solismar Fraga Martins, FURG
Sylvio Luiz Andreozzi, UFU
Tânia Marques Strohaecker, UFRGS
Vitor Izecksohn, UFRJ, Brasil
Wendel Henrique, UFBA



APRESENTAÇÃO DO V.52 N. 2

Theo Soares de Lima¹

À comunidade geográfica e afins,

Este volume do Boletim Gaúcho de Geografia encerra o ano de 2025 com a regularização plena da publicação científica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre. Após enorme esforço conjunto do coletivo de Publicações, o número dois deste volume traz importante diversidade analítica, característica de nossa ciência e assaz necessária neste contemporâneo tão marcado por pensamentos ensimesmados, monotemáticos e superficiais.

O primeiro artigo, de Ana Carolina Santos, aborda os impactos antrópicos sobre a faixa costeira do Balneário do Hermenegildo. Este não é caso isolado em nosso estado, que apresenta características similares de urbanização desornada ao longo de toda sua faixa costeira, com remoção de dunas e ocupação de faixa de praia.

O segundo artigo, de Maristel Coelho, trata de fenômeno generalizado no espaço urbano brasileiro, as ocupações informais. O artigo debruça-se sobre a expansão, estagnação, regressão e surgimento de novas áreas no período de 2010 a 2022.

O terceiro artigo, de Darlan Oliveira, debate a concepção de desenvolvimento capitalista e sua influência sobre as chamadas sementes crioulas, não produzidas de maneira homogeneizante e tecnificadas como as distribuídas pelos grandes laboratórios do setor do agronegócio. As sementes crioulas, assim, apresentam-se como alternativa de outra existência possível.

O quarto artigo, de Mateus Lobato, reflete sobre fenômeno marcante no processo de constituição do território nacional, a migração interna. O artigo discute tal acontecimento através de recorte específico, as trajetórias dos sujeitos de Brasil Novo, no estado do Pará, e a construção da Rodovia Transamazônica.

¹ Doutor em Geografia.



O quinto artigo, de Taís Garcia, dá continuidade ao debate sobre aspectos importantes da conformação do Brasil enquanto país, neste caso a mestiçagem. Para tanto o trabalho analisa o uso de testes de ancestralidade genética na busca pela resposta de uma identidade brasileira.

O sexto artigo, de Winder Pires, também fala da temática da migração, mas, em vez de focar no espaço brasileiro, aborda o problema do ponto de vista teórico. Resgatando as formulações do século XIX chega ao presente através do papel das redes sociais dos próprios migrantes.

O sétimo artigo, de Camila Baptista, atenta para o campo assim como as sementes crioulas, dando prosseguimento ao desenvolvimento rural como instrumento de análise do território. Neste caso, mais do que discussão dicotômica ao modo de produção, dá-se atenção ao desenvolvimento como enfrentamento à pobreza. Seu recorte analítico é o Corede Sul do estado.

O oitavo artigo, de Franqueline Noschang, prossegue com o intuito de refletir sobre a importância do planejamento na organização do espaço. Enfoca-se a dimensão ambiental, em particular do município de Unistalda-RS, para responder como a elaboração de mapas temáticos podem dar suporte às caracterizações geoespaciais.

O nono artigo, de Marina Carvalho e Jefferson Santos, fecha este número observando como o uso da terra pode ser mobilizado enquanto estratégia territorial. No caso, observam especificamente a atuação das empresas de celulose e papel no Brasil e com recorte específico no RS.

Assim, este número 2 do volume 52 demonstra interessante conexão interna, tratando de temáticas similares ou diretamente entrelaçadas. Em conjunto, revelam a potência da geografia em sua capacidade de olhar para o espaço e pensar, com profundidade analítica, sobre o espaço como produto de deslocamentos populacionais, estratégias empresariais, saberes populares e ações institucionais.

O espírito deste número revela a importância da disciplina geográfica na explicação do mundo atual, ao mesmo tempo que clama por maior presença em espaços de deliberação. Desejamos, enfim, uma ótima leitura.



REPERCUSSÕES SOCIOAMBIENTAIS DAS INTERVENÇÕES NO LITORAL: AVALIANDO A RESPOSTA DA COMUNIDADE E OS EFEITOS NA ZONA COSTEIRA.....	8
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DAS ÁREAS DE OCUPAÇÕES INFORMAIS NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE ENTRE 2010-2022.....	29
AS SEMENTES CRIOULAS COMO ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO: OUTRAS EXISTÊNCIAS, OUTRAS NATUREZAS.....	52
MIGRAÇÃO PARA TRANSAMAZÔNICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS DOS SUJEITOS DE BRASIL NOVO (PA), VICINAL 19 – COMUNIDADE SANTOS DUMONT	75
MESTIÇAGEM E PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO ESPACIAL: EFEITOS DOS USOS DE TESTES DE ANCESTRALIDADE GENÉTICA.....	102
CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO TEÓRICA RELACIONADA À MIGRAÇÃO INTERNA.....	118
DESENVOLVIMENTO RURAL E O ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL: ANÁLISE DO TERRITÓRIO DO COREDE SUL	142
ELABORAÇÃO DE MAPAS TEMÁTICOS COMO SUPORTE AO PLANEJAMENTO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE UNISTALDA-RIO GRANDE DO SUL	162
O USO DA TERRA COMO ESTRATÉGIA TERRITORIAL DAS EMPRESAS DE CELULOSE E PAPEL NO BRASIL.....	179
NORMAS DE FORMATAÇÃO PARA SUBMISSÕES	197

REPERCUSSÕES SOCIOAMBIENTAIS DAS INTERVENÇÕES NO LITORAL: AVALIANDO A RESPOSTA DA COMUNIDADE E OS EFEITOS NA ZONA COSTEIRA

Ana Carolina Fonte Boa Moura Santos¹

RESUMO

O ambiente costeiro é caracterizado por sua alta dinâmica e complexidade, sendo constantemente influenciado por fatores naturais e antrópicos. Este estudo investiga os impactos socioambientais das intervenções no Balneário do Hermenegildo, Santa Vitória do Palmar, RS, abordando a ocupação urbana desordenada, os processos erosivos e as percepções da comunidade local. Utilizando análises geoespaciais e entrevistas qualitativas, foi constatado um crescimento urbano significativo entre 2005 e 2013, seguido de estabilização até 2022, influenciado por restrições ambientais e regulação. Apesar disso, os desafios persistem, com estruturas de contenção frequentemente insuficientes para mitigar os danos causados por eventos extremos. As percepções dos moradores divergem quanto às soluções, mas prevalece a necessidade de maior cooperação entre o setor público e privado. O estudo reforça a importância de planos de manejo costeiro eficientes para a sustentabilidade e resiliência das zonas costeiras.

Palavras-chave: Erosão costeira; Ocupação desordenada; Gerenciamento costeiro; Percepção comunitária.

1. INTRODUÇÃO

O ambiente costeiro é composto por um complexo sistema de interações entre os elementos marinhos, continentais e atmosféricos, uma verdadeira faixa de confluência de diferentes forças (MUEHE, 2005). As intervenções humanas, diretas e indiretas, nos sistemas costeiros têm como consequência que estes se tornem cada vez mais vulneráveis à ação dos agentes naturais e dos resultantes das próprias ações antrópicas. A aceleração da subida do nível médio do mar, a variação da frequência e intensidade dos temporais, e a alteração dos regimes de ventos e de precipitação afetarão de modo diferenciado nestes sistemas, com consequências ainda não totalmente quantificadas nem cabalmente percebidas (DIAS *et al.*, 2011). Assim, a identificação das áreas mais vulneráveis e dos fatores de risco são fundamentais para definir a estratégia de manejo mais adequada.

Dolan & Walker (2006) consideram o risco como sendo a maior ou menor exposição das estruturas ou da população a eventos que podem causar danos. Tal risco

¹ Oceanógrafa, Mestranda do Programa de Pós Graduação de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

é atestado pela destruição de residências e infraestrutura urbana na orla marítima durante eventos de alta energia marinha (ESTEVES, 1999). Somado a isso, a vulnerabilidade é definida pelo IPCC como “a propensão ou predisposição a ser afetada adversamente”. A vulnerabilidade engloba uma variedade de conceitos e elementos, incluindo sensibilidade ou suscetibilidade a danos e falta de capacidade de lidar e se adaptar” (IPCC, 2014). Por conseguinte, o Balneário do Hermenegildo pode ser considerado como um ambiente vulnerabilizado baseado em todos os processos que ocorrem no local, sobretudo no potencial erosivo que ela possui, além de todo impacto social e econômico que o ambiente está sujeito devido aos eventos extremos de alta energia de onda que já ocorreram no local.

O ambiente praial constitui um sistema dinâmico, onde os elementos que o compõem como vento, água e areia interagem, resultando em processos hidrodinâmicos e deposicionais de grande complexidade (BROWN & MCLACHLAN, 1990). Portanto, estes ambientes caracterizam-se por constantes mudanças, devido aos agentes modificadores que ali atuam.

A linha de costa apresenta alta dinâmica espaço-temporal, decorrente de respostas a processos costeiros de diferentes magnitudes e frequências (MAZZER & DILLENBURG, 2009). Quando se fala em mudanças, a erosão costeira está relacionada a escalas de longo e longuíssimo termo, como elevações do nível do mar, transgressão da linha de costa, evolução costeira e sistemas de laguna-barreira, até uma escala de curto termo, decorrentes das variabilidades hidrodinâmicas e morfológicas (morfodinâmicas) das praias (KOERNER, 2009). Nesse contexto, a posição da linha de costa é estabelecida pelas interações morfodinâmicas, as quais são controladas por ondulações geradas pelos sistemas meteorológicos, pelo balanço hídrico e sedimentar, resultante do aporte continental e marinho (LÉLIS, 2003).

As Zonas Costeiras são áreas cruciais para o desenvolvimento do país, porém enfrentam desafios significativos devido à ocupação desordenada do território e às mudanças climáticas, o que pode impactar negativamente o meio ambiente. De acordo com dados de 2018 do Ministério Meio Ambiente (MMA), o Brasil apresenta 274 municípios defrontantes com o mar, distribuídos em 17 estados, totalizando 8.500 km de costa litorânea. Para lidar com esses desafios, foi instituído em 1988 o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), subordinado à Política Nacional de Meio Ambiente,

visando o zoneamento de usos e atividades para conservação e proteção dos recursos naturais (BRASIL, 1988). No entanto, a implementação desses instrumentos legais enfrenta desafios, especialmente em pequenas localidades, onde a integração entre diferentes esferas de governança é essencial (MOTA, 2017).

O estudo apresentado é uma parte integrante do trabalho de conclusão do curso de Oceanologia da primeira autora, elaborado na Universidade Federal de Rio Grande. Neste contexto, ao focalizar o município de Santa Vitória do Palmar, situado no extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul, torna-se latente a carência de um adequado gerenciamento costeiro. Tal carência é evidenciada pela inexistência de planos de contingência, ausência de mapeamento das áreas de risco e a falta de estrutura para a resposta a desastres. Nas últimas décadas, a orla do balneário tem sido acrescida de estruturas de contenção à erosão costeira, como enrocamentos e muros de contenção, sendo estas inseridas pelos próprios moradores, sem haver planejamento estatal prévio.

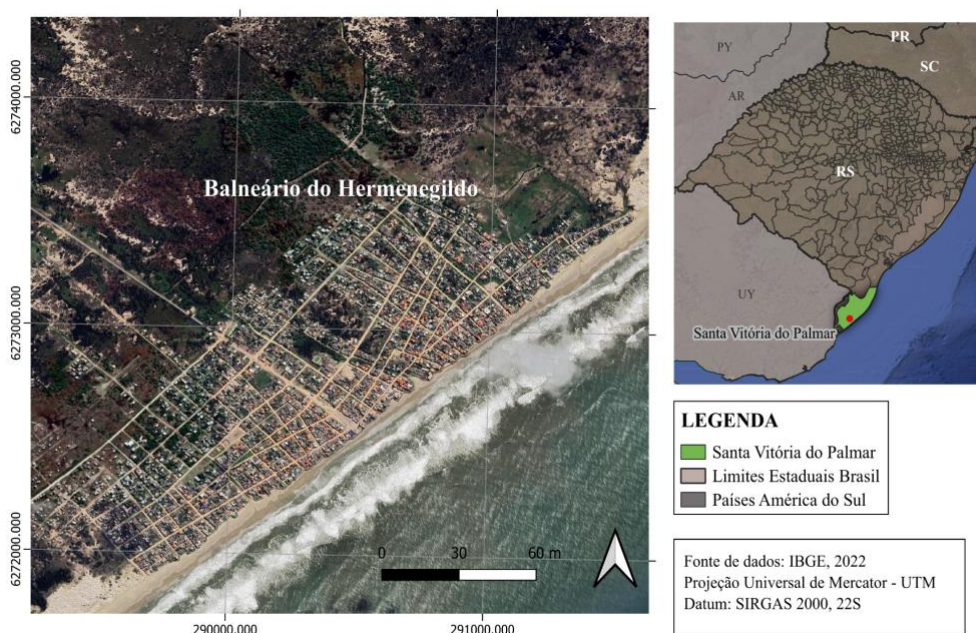
A partir da constatação dos processos de crescimento e expansão da urbanização, torna-se de fundamental importância o papel do Estado, frente à questão ambiental e ao planejamento de políticas públicas direcionadas à zona costeira, uma vez que, a problemática ambiental está no centro das preocupações da sociedade contemporânea (BORELLI 2007). Sabendo-se que os municípios possuem papel relevante na elaboração das leis ambientais, inclusive pertinentes à Zona Costeira, é fundamental que sua participação na formulação de Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro não sejam apenas estimulados, mas sim, também cobrados, pois há diversos instrumentos de gestão costeira municipal, como os Planos Diretores Municipais, Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima, entre outros que não são claros ou que não dão respaldo jurídico suficiente.

Apesar da existência de diversos instrumentos legais, como o Projeto Orla e o Decreto Federal nº 5.300/2004, que estabelecem regras para o uso e ocupação da zona costeira, a implementação dessas medidas muitas vezes é tardia e não totalmente eficaz (MOTA, 2017). Um exemplo disso é o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pela Prefeitura de Santa Vitória do Palmar em 2005, que resultou em mudanças no ordenamento territorial, mas ainda não foi completamente cumprido. Mesmo assim, o TAC impulsionou a publicação de novos documentos para a gestão territorial, evidenciando a importância da intervenção estatal nessa questão (MOTA, 2017).

1.2 Caracterização da área de estudo

O Balneário Hermenegildo, município de Santa Vitória do Palmar, está situado aproximadamente a 33° 40'S e 53° 15'W, a 18 quilômetros da sede do município e a apenas 12 quilômetros da fronteira com o Uruguai (KOERNER et al. 2013), no extremo sul da Planície Costeira do Rio Grande do Sul (PCRS).

Figura 1 - Área de estudo.



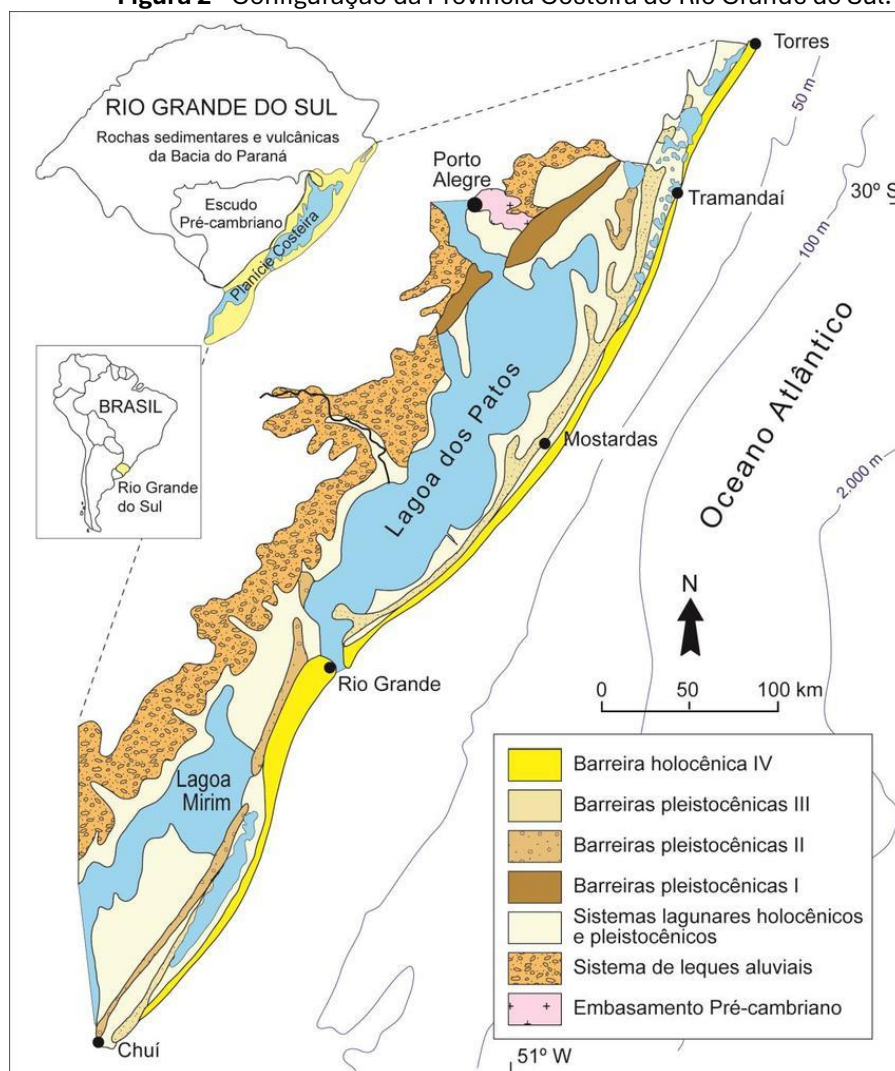
Fonte: Os autores (2024).

A Planície Costeira do Rio Grande do Sul (PCRS), possui 620 quilômetros de extensão e uma largura que varia de 15 a 100 quilômetros. A PCRS compreende uma série de quatro barreiras costeiras justapostas e formadas no Quaternário nos últimos 400 mil anos, sendo a barreira quatro a atual e mais recente, com aproximadamente 7 mil anos (TOMAZELLI & VILLWOCK, 2000).

Diversos autores, dentre os quais Villwock & Tomazelli (1995) e Tomazelli & Villwock (2000), caracterizaram a evolução das barreiras de deposição sedimentar Holocênicas e Pleistocênicas no litoral do Rio Grande do Sul, associando estas às oscilações do nível relativo do mar (NRM) ocorridas durante o Quaternário (Fig. 2). Nesta classificação proposta por Tomazelli & Villwock (2000), o balneário do Hermenegildo se encontra inteiramente sobre o sistema deposicional Holocênico (barreira IV), a mais

atual e, portanto, a mais dinâmica e suscetível a alterações, pois ainda se encontra em formação (KOERNER et al. 2013).

Figura 2 - Configuração da Província Costeira do Rio Grande do Sul.



Fonte: Tomazelli e Villwock (1996).

Estudos geomorfológicos indicam que a linha de costa na Praia do Hermenegildo encontra-se em fase de transgressão desde aproximadamente 6.800 anos A.P., refletindo o avanço do sistema laguna-barreira para o interior do continente (LIMA, 2008; ROSA, 2012; DILLENBURG et al., 2014). Essa fase está associada à atuação do Sistema Laguna-Barreira IV, desenvolvido durante o Holoceno, caracterizado por uma barreira transgressiva que recobre unidades mais antigas de idade pleistocênica (ROSA, 2012).

Conforme Dillenburg et al. (2000, 2014), as áreas côncavas da linha de costa

tendem a concentrar processos regressivos, favorecendo a deposição e progradação de sedimentos, enquanto as áreas convexas estão mais sujeitas à erosão da barreira transgressiva. Observações mais recentes em Hermenegildo apontam taxas médias de recuo da linha de costa de cerca de 1,68 m/ano, podendo ultrapassar 5 m/ano em períodos associados a eventos extremos, como episódios de El Niño (KOERNER, 2009; ESTEVES et al., 2018). Esses resultados confirmam a tendência de retração costeira e vulnerabilidade erosiva no setor, sobretudo em trechos convexos da barreira, onde há intensa perda sedimentar e exposição de depósitos antigos (ROSA, 2012; KOERNER, 2009).

De acordo com os parâmetros sugeridos por Short & Hesp (1982) e Wright & Short (1984) a praia do Hermenegildo pode ser classificada como uma praia intermediária com tendência dissipativa, visto que, praias dissipativas possuem mais energia, e praias intermediárias são mais móveis, o referido local pode ser considerado praia móvel sujeita a alta energia de onda. Vários estudos sobre a morfodinâmica da região sul do RS (CALLIARI & KLEIN, 1993; TOZZI, 1999; PEREIRA, 2005) descreveram a Praia de Hermenegildo como uma praia com perfil praial de alta mobilidade, moderada energia de onda e presença de areia fina (diâmetro médio de grão de 2,5 Phi). O ângulo de orientação da linha de costa no Hermenegildo em relação ao norte é de 48°, indicando que esta praia recebe, quase que frontalmente, as grandes ondulações de S-SE, as ondulações com maior nível de energia que atuam na área (KOERNER, K. F., 2009).

Sob o ponto de vista da hidrodinâmica, por Romeu et al. (2012) na região oceânica do RS as ondulações do quadrante Sul são dominantes durante o inverno. No entanto, os cenários do quadrante Leste (Ondulação de ENE e vagas de ENE), predominam durante o verão e a primavera, com domínio das ondulações desse quadrante durante a primavera e de vagas durante o verão. Os processos costeiros mais intensos estão associados à passagem de frentes frias e de ciclones extratropicais, cujos ventos empilham água na costa, gerando marés meteorológicas positivas. Estas, se concomitantes às fortes ondas de tempestades e à maré de sizígia, resultam em episódios de intensa erosão costeira (ESTEVES & DOS SANTOS, 2001).

Considerando esse contexto de alta dinâmica costeira e suscetibilidade erosiva, o presente trabalho tem como objetivo caracterizar o crescimento urbano da orla do Balneário do Hermenegildo entre os anos de 2005, 2013 e 2022, com base no

zoneamento definido pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que delimitou uma faixa de preservação de 300 metros a partir da preamar máxima. Além disso, busca-se compreender a percepção dos moradores locais e dos profissionais do mercado imobiliário acerca dos impactos socioambientais decorrentes dos processos erosivos que afetam o balneário.

2. METODOLOGIA

2.1 Caracterização do crescimento urbano da orla entre 2000, 2013, 2022

A geomorfologia em seu ramo costeiro busca compreender a ação construtora e esculpadora dos diversos processos da interface litorânea. A análise da paisagem costeira, através do conhecimento de sua evolução e dos condicionantes que operam em sua dinâmica, nos permite compreender a morfogênese e a morfodinâmica, que são fatores decisivos para o desenvolvimento de intervenções que visem minimizar possíveis impactos negativos, principalmente aqueles atrelados a perdas econômicas, de qualidade de vida e que tenham influência comprometedor dentro dos ecossistemas (ROSSETTI, 2008). Com a demanda constante por novas ocupações, o planejamento do uso do solo torna-se de extrema relevância, pois a técnica se devidamente aplicada torna-se eficaz porque se contrapõe aos efeitos da causalidade (CASTORIADIS, 1987). Assim, a paisagem urbana tem de ser vista pelos gestores como uma síntese dos aspectos físico-naturais e sociais, um verdadeiro híbrido (sistema singular), com sua dinâmica própria (ALVES, 2013).

A delimitação de qual área seria utilizada para caracterizar o crescimento urbano foi baseada nas delimitações do Termo de Ajustamento e Conduta (TAC), que define neste TAC que, define:

I) Resguardar de ocupação, pelo menos, uma faixa de terreno com largura de 300 (trezentos) metros a contar da linha de preamar máximo, em direção ao interior do continente, a título de terrenos presumidamente de marinha, preservando a faixa de praia marítima (como definida no art. 10º, § 3º, da Lei nº 7.661/88), de domínio federal à vista do disposto no art. 20, inciso IV, da CF/88, bem como as dunas consideradas área de preservação permanente;

II) Não conceder autorização ou permissão para construção na faixa referida no item I, promovendo as ações judiciais cabíveis e necessárias, visando a demolição e

remoção de construções que venham a se instalar na referida área;

III) Promover junto aos órgãos responsáveis a não instalação e fornecimento de água e energia elétrica em construções realizadas na área indicada no item I.

O TAC, enquanto ferramenta legal, permite regularizar situações irregulares, minimizar danos, compensar prejuízos e evitar impactos negativos à sociedade e ao meio ambiente.

A partir dessas definições, o presente trabalho pontuou, por meio da criação de um shapefile de pontos no software QGIS 2.14.11, o aumento das residências na primeira e segunda quadra, inseridas dentro da área proposta pelos limites genéricos do TAC. Cada ponto corresponde a uma edificação identificada visualmente nas imagens de satélite, permitindo uma representação precisa e comparável entre os diferentes períodos analisados. As imagens foram previamente georreferenciadas, processadas e analisadas no mesmo software, assegurando a padronização metodológica e a confiabilidade dos resultados.

As imagens utilizadas para a vetorização das edificações originaram-se do Google Earth Pro, que, devido à sua resolução espacial, variando entre 30 e 50 cm por pixel nas imagens mais recentes, podem ser consideradas de alta resolução para análises urbanas em escala local. Esse nível de detalhamento é suficiente para a identificação e vetorização confiável de edificações, desde que o mapeamento seja realizado em escalas aproximadas de 1:1.000 a 1:2.000 e que o mesmo critério de classificação de “residência” seja mantido em todas as datas analisadas.

A vetorização foi realizada por meio de pontos, cada um representando a localização de uma residência identificada visualmente nas imagens de satélite. Assim, o mapa de 2005 representa as residências já existentes naquele ano, enquanto os mapas de 2013 e 2023 correspondem às edificações presentes em cada respectivo período. Esse procedimento possibilitou a análise comparativa do avanço da ocupação urbana na orla do Balneário do Hermenegildo ao longo de 18 anos, permitindo observar tendências espaciais de adensamento e expansão em direção à faixa de preservação definida pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Para aprimorar a compreensão da dinâmica espacial da ocupação, a área de estudo foi dividida em três setores: Norte, Central e Sul, definidos com base na distribuição das edificações e nas características morfológicas da linha de costa. Essa

subdivisão permitiu identificar diferenças nos padrões de crescimento e na intensidade de ocupação entre os setores, além de facilitar a correlação com as entrevistas realizadas em campo.

Dessa forma, foi possível compreender e caracterizar o processo de crescimento das edificações área de estudo, bem como suas implicações ambientais. Essa caracterização mostra-se essencial para o entendimento da complexidade da dinâmica ambiental e de como a expansão das áreas edificadas tem moldado a morfologia do balneário ao longo do tempo.

2.2 Percepção de proprietários da orla, profissionais do mercado imobiliário

A percepção ambiental é a precursora do sistema que estimula a conscientização do sujeito em analogia às realidades ambientais contempladas (MACEDO, 2000). Merleau-Ponty (1999) afirma que a análise não é realizada sobre o que as pessoas percebem dos espaços, mas como os espaços são percebidos pelas pessoas. Os estudos que se baseiam na percepção ambiental propõem que não só a relação entre homem e meio ambiente seja estudada, mas também que perspectivas em pesquisas científicas, sociais ou políticas sejam elucidadas através da utilização deste conceito (PACHECO e SILVA, 2006), promovendo inclusive a sensibilização e compreensão do meio ambiente a partir do desenvolvimento de um sistema de percepção.

Para a análise desta percepção, foram realizadas diversas entrevistas, as quais buscaram ampliar o conhecimento sobre os processos erosivos; os custos, investimentos ou prejuízos em relação às estruturas de contenção, relacionados aos impactos decorrentes dos eventos extremos; e alternativas futuras na visão dos moradores. De acordo com Esteves, et al. (2001), realizar as entrevistas é um canal importante de enxergar os problemas da costa através dos olhos das pessoas que experienciam isso. As entrevistas são um meio de interação entre comunidade e cientistas, possibilitando que os membros da comunidade possam participar ativamente em parte do estudo. Em virtude de que, a relação entre sociedade e meio ambiente mostra-se complexa e integrada na orla do balneário, faz-se necessário uma abordagem que possa compreender melhor essa realidade.

Foram realizadas entrevistas com abordagem qualitativa com perguntas previamente definidas com objetivo exploratório, sendo um tipo de entrevista diferente

para cada um dos três grupos de interesse: moradores do Balneário; profissionais do mercado imobiliário; e gestores públicos, baseadas nas que foram realizadas por Esteves et al. (2002) e Koerner (2009). As entrevistas com moradores do Balneário e profissionais do mercado imobiliário foram realizadas no dia 14 de outubro de 2022 e no dia 15 de janeiro de 2023, para que fosse possível o contato com pessoas que vivem ali não apenas no veraneio. Nas entrevistas, foram abordadas pessoas que moram à beira mar, na zona dos 300m proposto pela TAC, e quem reside afastado da beira mar. No total foram entrevistadas 60 pessoas, sendo 3 destas do setor imobiliário (donos de hotel e pousada e um dono de imobiliária) sendo os demais moradores e visitantes do balneário. As entrevistas foram classificadas conforme a localização do entrevistado: Avenida Beira-Mar, zona dos 300 metros, outros locais do balneário e setor imobiliário; e organizadas segundo os setores Norte, Central, Sul e Misto.

A categoria “Misto” refere-se aos entrevistados que circulam ou possuem vínculo com mais de um setor, ou cujas respostas abordaram percepções de caráter geral sobre todo o balneário, não podendo ser atribuídas exclusivamente a uma única área. Essa abordagem ampliou a compreensão sobre as percepções coletivas a respeito dos processos erosivos e das medidas de gestão costeira implementadas no local.

Assim, as entrevistas direcionadas aos moradores do Balneário possuem 3 objetivos principais, sendo eles: (1) avaliar qual a percepção que os proprietários das casas à beira mar possuem dos processos erosivos, (2) saber quais foram as perdas em relação às propriedades e custos relacionados e (3) a responsabilidade deles sobre o problema. Foi questionado aos moradores que trabalham no mercado imobiliário e hoteleiro se os eventos erosivos costeiros atrapalharam em algum momento a venda das moradias, ocasionando a diminuição dos valores médios dos aluguéis e compra de casa ou a redução de turistas à procura de hotéis e pousadas. Ademais, foi debatido com os moradores, o que deveria ser feito em relação aos eventos erosivos, tendo as opções: (1) Deixar a natureza seguir seu caminho; (2) Migrar para o interior do continente; (3) Proteger a linha de costa com alguma estrutura diferente das que já existem; e (4) Vender a propriedade. Vinculado a este tópico, foi abordado o assunto da possibilidade de ser cobrado uma taxa, caso fosse necessário constituir uma grande estrutura de engenharia costeira.

Neste contexto, foi feita uma breve conversa com servidores municipais do

departamento de controle urbanístico e ambiental da Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar, sendo feita solicitação de informações sobre plano ou projeto para a gestão presente ou futura da orla do balneário do Hermenegildo

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Crescimento urbano

Os resultados obtidos a partir da vetorização das edificações permitiram quantificar e compreender o padrão de crescimento urbano ao longo da orla do Balneário do Hermenegildo (conforme ilustra a figura 3). Em 2005, foram identificadas aproximadamente 380 edificações (representadas pelos pontos azuis), distribuídas de forma mais concentrada nas quadras centrais próximas à linha de costa. Já em 2013, esse número aumentou para cerca de 590 edificações (pontos amarelos), representando um crescimento de aproximadamente 55% em relação ao período anterior. Esse intervalo marca a fase mais intensa de expansão, caracterizada pela ocupação de novos lotes e pelo avanço da malha urbana sobre áreas antes não edificadas.

Entre 2013 e 2022, o número de edificações cresceu novamente, atingindo cerca de 780 unidades (pontos magenta), o que equivale a um incremento adicional de cerca de 32% em relação a 2013. No entanto, esse crescimento urbano entre 2013 e 2022 não foi tão significativo quanto no período anterior, uma vez que, nesse intervalo, muitas construções já haviam se consolidado, fixando a linha de costa na configuração atual. Essa estabilização espacial indica uma tendência de adensamento construtivo em áreas já urbanizadas, sugerindo que o espaço disponível para novas edificações se tornou mais limitado. Esse padrão pode ter ocorrido em função de diversos fatores. O potencial turístico crescente da região contribuiu para a expansão do número de residências, tanto para moradia permanente quanto para fins de veraneio, atraindo novos moradores e investidores. Com o aumento do fluxo turístico, também se observa um crescimento do setor comercial, impulsionado pela necessidade de atender às demandas de visitantes e residentes.

Além dos fatores turísticos e econômicos, outras variáveis estruturais podem ter influenciado essa expansão urbana. Entre elas, destacam-se o avanço econômico do país no período, a instalação de um parque eólico nas redondezas, que trouxe maior

visibilidade e movimentação econômica à área, e a expansão das estruturas de contenção na orla, que, de certa forma, contribuíram para a manutenção e segurança das edificações existentes, por meio da introdução de barreiras mais robustas contra o avanço marinho. Com o desenvolvimento desses fatores, verificou-se uma valorização imobiliária significativa, decorrente tanto da melhoria na infraestrutura local quanto da proximidade com o município de Santa Vitória do Palmar, que favorece o acesso e a integração regional. Essa valorização, somada à atratividade turística e ao fortalecimento de atividades econômicas, reforçou o processo de consolidação urbana observado entre 2013 e 2022.

Além disso, o crescimento urbano pode ter sido mais contido devido à criação de restrições ambientais e regulatórias, implementadas ao longo da última década. Entre essas medidas destacam-se o zoneamento urbano e o Plano Diretor, instrumentos que definem as áreas destinadas a diferentes usos e impõem restrições específicas em zonas costeiras, especialmente por meio da criação de Áreas de Preservação Permanente (APPs). Essas áreas visam garantir faixas delimitadas para a conservação ambiental e a proteção de ecossistemas sensíveis. Somam-se a isso as exigências de licenciamento ambiental, que buscam compatibilizar o desenvolvimento urbano com a sustentabilidade ambiental.

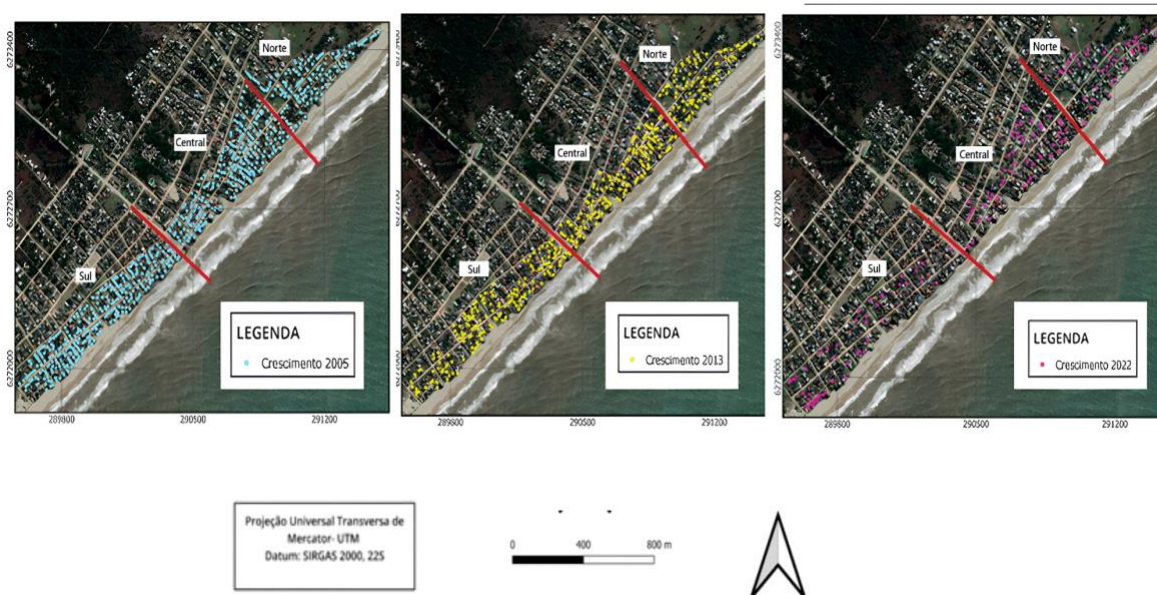
No entanto, observa-se que, com o passar do tempo, parte dessas ações regulatórias foi desconsiderada por alguns moradores, resultando em construções em locais sujeitos a restrições legais ou ambientais. Vale ressaltar que o Plano Diretor, previsto no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), constitui um dos principais instrumentos de política urbana no Brasil, tendo como objetivo orientar o crescimento e o desenvolvimento das cidades, garantindo melhor qualidade de vida à população. Contudo, quando não está devidamente articulado com os planos municipais setoriais e regionais, sua eficácia é reduzida, limitando sua capacidade de ordenar o território e mitigar impactos decorrentes da ocupação desordenada.

Dessa forma, uma das informações compartilhadas durante a realização das entrevistas foi que, de acordo com a legislação vigente, se uma casa perder terreno devido a episódios erosivos, o proprietário não pode reconstruir na área perdida. Além disso, aqueles que tentam recuperar a área subtraída pela erosão costeira estão sujeitos à aplicação de multas ambientais. Em 2016, após um evento extremo de alta energia de

onda que gerou erosão significativa na costa sul do Rio Grande do Sul (OLIVEIRA et al., 2019), a Prefeitura de Santa Vitória do Palmar instituiu uma legislação específica relacionada às estruturas de contenção, estabelecendo que a reconstrução só seria permitida até o limite atingido pelo mar no último episódio erosivo, impedindo a recuperação da área de terra perdida.

Durante as entrevistas com os moradores, foi mencionado que algumas multas foram aplicadas de forma considerada injusta. No entanto, em conversa com o Departamento Urbanístico e Ambiental da Prefeitura Municipal, esclareceu-se que as penalidades foram direcionadas a casos em que os moradores tentaram reconstruir ou recuperar áreas além do limite permitido. Também foi informado que, no caso de reconstrução, somente são autorizadas estruturas do tipo enrocamento ou aquelas compostas por madeira, o que explicaria o aumento progressivo dessas estruturas ao longo da orla do Balneário do Hermenegildo.

Figura 3 - Aumento de edificações entre 2005, 2013 e 2022 no Balneário do Hermenegildo.



Fonte: os autores (2024)

3.2 O futuro da orla do Balneário na opinião dos entrevistados

No setor imobiliário, era esperado que os trabalhadores da área falassem o quanto foram impactados pelos eventos erosivos costeiros, atrapalhando em algum momento a venda das moradias, ocasionando a diminuição dos valores médios dos aluguéis e compras de casa ou a redução de turistas à procura de hotéis e pousadas.

Mas, ao contrário do que se esperava, foi dito por estes que não houve nenhuma diminuição significativa, mas ao invés disso, a procura nos dois setores tem crescido progressivamente. No entanto, não há como avaliar se, caso tivesse havido um planejamento da orla diferente do ocorrido, se estas taxas de crescimento não seriam ainda maiores.

Esse dado contrapõe a Esteves (2002), que realizou pesquisa no Balneário, para entender quais impactos econômicos a erosão costeira poderia causar no local. Em sua pesquisa, a autora concluiu que as moradias estavam 10-40% abaixo do seu valor real, além das transações fechadas terem desvalorização de 50-80%. No entanto, de acordo com as entrevistas realizadas em 2022 e 2023, não é isso que ocorre atualmente. Mesmo sendo do conhecimento de todos os cidadãos o risco associado às casas e pousadas à beira mar, a existência das estruturas de proteção, fazem com que estas pessoas se sintam protegidas, mesmo que os proprietários tenham que reconstruir estes enrocamentos seguidamente.

Já em relação aos moradores, a maioria (53.33%) acredita que a melhor solução é deixar a natureza seguir seu caminho, deixando a situação da maneira como está hoje. Entre os moradores e veranistas do setor Norte, do grupo de pessoas que acreditam que existe uma solução, há um embate entre interferir no ambiente colocando mais estruturas de proteção ou migrar para o interior do continente. Contudo, parte dos que acreditam nessas possibilidades anteriormente mencionadas, concordam que isso funciona no mundo das ideias, mas na prática, não existe a possibilidade de abandonar casas, sem respaldo do setor público.

Além disso, a maioria das pessoas (87.5%) que moram na beira mar poderiam contribuir com uma obra de engenharia local para contenção à erosão, mas a maior parte das pessoas que foram entrevistadas nesse setor (66.66%), não poderiam contribuir, pois acreditam que isso é responsabilidade do poder público ou uma parceria entre o setor público e privado. Ademais, no questionamento sobre fazer algo além do que já feito para proteger as moradias, muitos pontuaram que independente do que seja feito, a natureza sempre seguirá seu caminho.

Dos moradores e veranistas do Setor Central entrevistados, há os que acham que deveria deixar como está (33.3%) e assim, a natureza seguir seu caminho, enquanto cerca de 66,66% acreditam que há uma solução, apesar de haver dúvida sobre qual seria

a mais adequada. Já no caso de contribuir com algum valor para uma grande obra de engenharia, os entrevistados que moram afastados da beira mar ou na zona dos 300m, acham que os próprios moradores da beira mar deveriam ser os responsáveis pelo pagamento dessa taxa, apenas em último caso, o setor público.

Dos entrevistados do setor Sul, a maioria (93.33%) não contribuiria com nenhum valor caso fosse feita uma obra de engenharia local. Apenas um morador que possui casa dentro da zona dos 300m contribuiria. Em contrapartida, cerca de 80% dos entrevistados do setor Sul, concordaram que deveria ter uma associação do setor público, juntamente com o investimento privado, uma vez que também é responsabilidade dos gestores públicos a situação em que se encontra o município e os moradores da região onde exercem seu trabalho.

Sabe-se que o risco associado ao efeito erosivo no Balneário é observado há anos, tanto pelos próprios moradores desde a década de 1950 quanto pela área acadêmica. Apenas reconhecer a problemática histórica manifestada no espaço não é o suficiente, sendo necessária a presença de vontade política para, ao menos, adaptar-se e desenvolver um planejamento que contemple a redução do risco. De acordo com Maricato (2014), dois processos se destacam na consolidação das áreas de risco de desastres: o primeiro diz respeito à necessidade de deslocamento daqueles que não têm condição de arcar com a moradia nos centros das cidades. O segundo processo diz respeito à ocupação por aqueles que detêm influência e poder dentro da sociedade política, alcançando o consentimento e aval legislativo para que possam construir em áreas ambientalmente sensíveis e de preservação.

Foram poucos os trabalhos encontrados que realizaram pesquisas junto à comunidade. Dentre os que realizaram, vale ressaltar Teixeira (2007), que realizou entrevistas com 78 moradores e proprietários de casas à beira-mar do balneário do Hermenegildo. Diferente dos resultados das entrevistas atuais, ela observou que, a maioria dos entrevistados concordava com o pagamento de alguma taxa para algum projeto conjunto que realmente solucionasse este problema (65%). Entretanto, para a maior parte dos proprietários a opção de mudar a casa de local é descartada (75%), o que se assemelha com a última pesquisa realizada.

É notável, portanto, que as discordâncias entre as pessoas que moram no local, como é ilustrado na tabela 1, fazem com que a resolução da problemática ambiental do

Balneário seja mais complexa. Como a maioria opinou sobre deixar a natureza seguir seu rumo, Usace (2003) e Koerner (2012) sugeriram algumas alternativas associadas a esta opção, sendo elas: restringir a ocupação e o uso; adaptar - viver com isso; e adaptação e retração. Essas alternativas poderiam ser desenvolvidas através do planejamento territorial, zoneamento, zona de recuo (setbacks) onde a urbanização ainda não ocorre junto a faixa de praia, nas extremidades norte e sul do balneário; e alertas de emergência. Bruun (1972) afirmava ser melhor resolver problemas de alguns quilômetros do que somente de alguns metros. Entretanto, para isso é necessário envolvimento das autoridades locais em estabelecer e implementar de maneira eficiente regras de ocupação e uso da zona costeira.

Tabela 1 - Entrevistados divididos por setores da orla.

Tota l entrevistad os	S etor	Ent revistas Av. Beira Mar	Ent revistas na Zona dos 300m	Ent revistas em outros locais	Ent revistas do setor imobiliário	S ituação com solução	S em soluçã o	D eixar como está
15	N orte	8	4	3	0	1 1		3
15	C entral	7	5	3	1	1 0		4
15	S ul	5	6	4	0	7		8
15	M isto	4	5	4	2	9		4

Fonte: Os autores (2024).

Quanto a soluções para resolver o problema da erosão costeira, não há consenso entre os moradores, porém é possível mediar a situação, mas com o intermédio do setor público. Há maneiras que podem ajudar os moradores locais a manterem suas estruturas, já que muitos já se adaptaram à situação atual do Balneário. Parsons & Noailly (2004) propuseram e aplicaram um imposto predial para captação de valores para financiamento de projetos associado a obras de engenharia costeira, como alimentação de praias, para praias do Estado de Delaware.

Nesse processo, eles elaboraram um método de financiamento, onde os

pagantes são os “não locais”. De modo que, hotéis e motéis são obrigados a cobrar um imposto especial sobre os hóspedes. A receita desse imposto é destinada a projetos de gestão de praias. Com esses métodos de financiamento, os beneficiários tendem a ser “locais”. Ademais, eles observaram que, algumas comunidades litorâneas privadas reconstróem suas próprias praias financiando seus projetos por meio de impostos sobre os proprietários. Essas estruturas tributárias às vezes impõem um imposto mais alto aos proprietários que residem mais perto da praia. Em uma comunidade de praia privada em Delaware, por exemplo, os indivíduos que possuem uma propriedade à beira mar pagam o dobro do imposto daqueles que não possuem uma propriedade à beira-mar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As zonas costeiras do Brasil enfrentam desafios devido à ocupação desordenada, mudanças climáticas e crescimento urbano. O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), de 1988, visa conservar e proteger os recursos naturais e culturais. No entanto, sua implementação é desafiadora, especialmente em locais como Santa Vitória do Palmar, onde a falta de um plano adequado resulta em problemas como a ausência de planos de contingência para desastres e infraestrutura de resposta a desastres. Embora um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) tenha trazido mudanças, muitas recomendações ainda não foram implementadas, refletindo uma falta de intervenção efetiva do Estado e dificultando a implementação de um modelo urbanístico adequado.

O Balneário do Hermenegildo enfrentou ocupação desordenada, com crescimento urbano significativo e medidas inadequadas de contenção da erosão. Isso resultou em danos, especialmente para pessoas de baixa renda. Ainda que tenham sido tomadas algumas medidas, como o plantio de árvores exóticas e enrocamento, eventos climáticos adversos continuam a causar danos. A falta de um plano de gerenciamento costeiro adequado leva à ausência de planos de contingência para desastres e resposta efetiva a crises. O crescimento urbano desordenado e a falta de dunas frontais contribuem para o agravamento da erosão. Diferentes tipos de estruturas de contenção foram adotados, mas há divergências sobre a melhor solução para a erosão costeira. A maioria concorda que o setor público deve liderar a resolução do problema, exigindo planejamento adequado, vontade política e cooperação entre os setores público e privado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, D. **Análise da vulnerabilidade nos balneários Querência-Atlântico Sul e Hermenegildo (RS) a partir de indicadores geomorfológicos e antrópicos**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

BORELLI, E. Urbanização e qualidade ambiental: o processo de produção do espaço da costa brasileira. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, v. 4, n. 1, p. 27, 2007.

BRASIL. **Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988**. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7661.htm. Acesso em: [colocar data de acesso].

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Dados sobre municípios costeiros do Brasil e Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro**. Brasília: MMA, 2018.

BROWN, A. C.; MCLACHLAN, A. Sandy shore ecosystems and the threats facing them: some predictions for the year 2025. **Environmental Conservation**, v. 29, p. 62–77, 1990.

BRUUN, P. Sea-level rise as a cause of shore erosion. **Journal of the Waterways, Harbors and Coastal Engineering Division**, v. 98, n. WW1, p. 53–64, 1972.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto I**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987. 418 p.

DIAS, J. A. et al. Importância do conhecimento sobre a morfodinâmica estuarina e costeira para a gestão do litoral. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, v. 11, n. 3, p. 271–272, 2011.

DILLENBURG, S. R.; ROY, P. S.; COWELL, P. J.; TOMAZELLI, L. J. Influence of antecedent topography on coastal evolution as tested by the shoreface translation barrier model (STM). **Journal of Coastal Research**, v. 16, n. 1, p. 71–81, 2000.

DILLENBURG, S. R.; TOMAZELLI, L. J.; HESP, P. A. Geomorphological and sedimentological characteristics of the Rio Grande do Sul coast. In: DILLENBURG, S. R.; HESP, P. A. (Eds.). **Geomorphology and Sedimentology of Estuaries and Coastal Barriers of Brazil**. Dordrecht: Springer, 2014. p. 83–104.

DOLAN, A. H.; WALKER, I. Understanding vulnerability of coastal communities to climate change related risks. **Journal of Coastal Research**, p. 1316–1323, 2004.

ESTEVES, L. S.; DA SILVA, A. R. P.; MUEHE, D. Coastal erosion and management challenges in southern Brazil. **Ocean & Coastal Management**, v. 163, p. 36–49, 2018.

ESTEVES, L. S.; DOS SANTOS, I. R. Impacto econômico da erosão na praia do

Hermenegildo (RS), Brasil. **Pesquisa em Geociências**, Porto Alegre, v. 28, p. 393–403, 2002.

ESTEVES, L. S. et al. Beachfront owners perception of beach erosion along an armored shoreline in southern Brazil. **Pesquisa em Geociências**, Porto Alegre, v. 27, p. 93–109, 2001.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE – IPCC. **WGII AR5 glossary**. Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, 2014.

KOERNER, K. F. **Variação espaço-temporal em médio e curto termo da orla do Balneário do Hermenegildo, RS**. 2009. Dissertação (Mestrado em Oceanografia Física, Química e Geológica) – Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande.

LÉLIS, R. J. F. **Variabilidade da linha de costa oceânica adjacente às principais desembocaduras do Rio Grande do Sul**. 2003. Trabalho de Conclusão (Graduação em Oceanologia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

LIMA, G. S. **Evolução geológica da barreira holocênica da planície costeira do Rio Grande do Sul**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre.

MACEDO, R. L. G. **Percepção e conscientização ambiental**. Lavras, MG: UFLA/FAEPE, 2000. 132 p.

MARICATO, G. Filhos separados, reparação já: economia moral e a produção de direitos. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 10., 2014, Córdoba. **Anais....** Córdoba: Universidade Nacional de Córdoba, 2014. p. 108.

MAZZER, A. M.; DILLENBURG, S. R. Variações temporais da linha de costa em praias arenosas dominadas por ondas do sudeste da Ilha de Santa Catarina (Florianópolis, SC, Brasil). **Pesquisa em Geociências**, v. 36, n. 1, p. 117–135, 2009.

MERLEAU-PONTY, M. **A fenomenologia da percepção**. 2. ed. Tradução: Sérgio Telles. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MOTA, G. S. **A gênese do risco sob a ótica das dinâmicas naturais e humanas: erosão costeira nas orlas urbanizadas de Águas Dulces/Uruguai e Hermenegildo/Brasil**. 2017. Tese (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

MUEHE, D. Aspectos gerais da erosão costeira no Brasil. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, v. 4, n. 7, p. 14, 2005.

OLIVEIRA, U. R.; SIMÕES, R. S.; CALLIARI, L. J.; GAUTERIO, B. C. Erosão de dunas sob ação de um evento extremo de alta energia de ondas na costa central e sul do Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 20, p. 137–158, 2019.

PACHECO, E.; SILVA, H. P. Compromissos epistemológicos do conceito de percepção ambiental. **Programa EICOS/UFRJ**, 2006. 5 p.

PARSONS, T.; NOAILLY, J. Financing coastal protection: a case study of beach nourishment in Delaware, USA. **Coastal Management**, v. 32, p. 1–14, 2004.

PINHO, R. M. L.; CARRIÇO, J. M. A urbanização na zona costeira e os impactos ambientais – o caso da RMBS no Estado de São Paulo. **Leopoldianum**, v. 47, p. 1–20, 2021.

ROMEY, M. A. R. et al. Estimativa dos cenários característicos de agitação marítima para a região oceânica do RS utilizando dados de reanálise do modelo WW3. **Vetor**, Rio Grande, v. 21, n. 1, p. 91–109, 2012.

ROSA, M. L. C. C. **Geomorfologia, estratigrafia de sequências e potencial de preservação dos sistemas laguna-barreira do Quaternário Costeiro do Rio Grande do Sul**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre.

ROSSETTI, D. F. Ambientes costeiros. In: FLORENZANO, T. G. (Org.). **Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. p. 247–283.

SHORT, A. D.; HESP, P. A. Wave, beach and dune interactions in southeastern Australia. **Marine Geology**, v. 48, n. 3–4, p. 259–284, 1982.

SHORT, A. D.; MASSELINK, G. Embayed and structurally controlled beaches. In: SHORT, A. D. (Ed.). **Handbook of beach and shoreface morphodynamics**. Chichester: Wiley, 1999. p. 230–249.

TEIXEIRA, P. S. **Subsídios para o gerenciamento costeiro por erosão da falésia no Balneário Hermenegildo, RS, Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Oceanografia Química, Física e Geológica) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

TOMAZELLI, L. J.; VILLWOCK, J. A. O cenário geológico do Quaternário costeiro do Rio Grande do Sul. **Notas Técnicas**, v. 9, p. 5–24, 1996.

SOCIO-ENVIRONMENTAL REPERCUSSIONS OF COASTAL INTERVENTIONS: ASSESSING COMMUNITY RESPONSE AND EFFECTS ON THE COASTAL ZONE

ABSTRACT

The coastal environment is characterized by its high dynamism and complexity, constantly influenced by natural and anthropogenic factors. This study investigates the socio-environmental impacts of interventions in Hermenegildo Beach, Santa Vitória do Palmar, RS, addressing unregulated urban occupation, erosive processes, and local community perceptions. Using geospatial analyses and qualitative interviews, the research identified significant urban growth between 2005 and 2013, followed by stabilization until 2022, driven by environmental restrictions and regulations. Despite this, challenges persist, as containment structures often prove insufficient to mitigate damage caused by extreme events. Residents' perceptions vary regarding solutions, but the need for greater cooperation between public and private sectors is evident. The study highlights the importance of efficient coastal management plans for the sustainability and resilience of coastal zones.

Keywords: Coastal erosion; Unregulated occupation; Coastal management; Community perception.

REPERCUSIONES SOCIOAMBIENTALES DE LAS INTERVENCIONES COSTERAS: EVALUANDO LA RESPUESTA DE LA COMUNIDAD Y LOS EFECTOS EN LA ZONA COSTERA

RESUMEN

El entorno costero se caracteriza por su alta dinámica y complejidad, estando constantemente influenciado por factores naturales y antropogénicos. Este estudio investiga los impactos socioambientales de las intervenciones en el Balneario Hermenegildo, Santa Vitória do Palmar, RS, abordando la ocupación urbana desordenada, los procesos erosivos y las percepciones de la comunidad local. A través de análisis geoespaciales y entrevistas cualitativas, se constató un crecimiento urbano significativo entre 2005 y 2013, seguido de estabilización hasta 2022, influenciado por restricciones ambientales y regulaciones. Apesar de ello, persisten los desafíos, ya que las estructuras de contención suelen ser insuficientes para mitigar los daños causados por eventos extremos. Las percepciones de los residentes varían en cuanto a las soluciones, pero prevalece la necesidad de una mayor cooperación entre los sectores público y privado. El estudio refuerza la importancia de planes de manejo costero eficientes para la sostenibilidad y resiliencia de las zonas costeras.

Palabras clave: Erosión costera; Ocupación desordenada; Manejo costero; Percepción comunitaria.

Recebido: julho de 2025

Aceite: outubro de 2025

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DAS ÁREAS DE OCUPAÇÕES INFORMAIS NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE ENTRE 2010- 2022

Maristel Coelho San Martin¹

RESUMO

Esta pesquisa visa identificar as áreas de ocupações informais no município do Rio Grande/RS e verificar se houve expansão, estagnação, regressão ou surgimento dessas áreas no período entre 2010 a 2022. Para tanto foi realizado uma revisão bibliográfica, levantamento de dados, pesquisa documental e trabalho de campo. O recorte temporal escolhido compreende o período do auge ao declínio de um Polo Naval instalado na cidade e o período da pandemia da Covid-19. Os resultados apontaram uma crescente expansão urbana destacada pela desigualdade de classes sociais, principalmente, na periferia noroeste do município.

Palavras-chave: Ocupação irregular; Rio Grande; Polo naval; Espaço urbano.

1. INTRODUÇÃO

A ocupação informal do solo é destacada como um dos principais problemas urbanos do Brasil. Isso se deve ao fato de que os diferentes ciclos econômicos ocasionaram um crescimento desordenado das cidades, intensificando a segregação espacial, as desigualdades sociais e a expansão das áreas de ocupação irregular. Cabe ressaltar que o aumento do valor do solo, o processo de migração e a falta de poder aquisitivo para compra de um terreno ou residência são fatores que impulsionam o surgimento das invasões, loteamentos clandestinos, irregulares e/ou grilados.

Nas últimas décadas, o município do Rio Grande/RS, foi palco de grandes mudanças políticas, econômicas, sociais e espaciais, uma vez que, a implantação de um Polo Naval, atraiu empresas e serviços para a região suscitando no aumento do valor da terra e um fluxo intenso de imigração em busca de emprego e melhores condições de vida. Embora as circunstâncias tenham gerado um expressivo número de postos de trabalho, uma parcela da população não conseguiu atender suas perspectivas na cidade, já que havia exigências de qualificação da mão de obra para adquirir uma vaga de emprego. Dessa forma, a expectativa de conseguir um trabalho, a falta de recursos financeiros para manter um aluguel, e a ausência de alternativas para regressar para seu

¹ Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

município de origem fizeram com que alguns indivíduos se fixassem nas margens da cidade do Rio Grande por meio de ocupações informais.

É importante destacarmos que nesse período das atividades do Polo Naval, houve uma série de empreendimentos habitacionais de iniciativa pública e privada, além da regularização fundiária de diversos locais. Entretanto, esses empreendimentos não foram suficientes para atender a demanda e parte da população ficou de fora dos programas de habitação popular, por não estarem dentro das normas exigidas para a participação. Já em meados de 2016, o município passa a enfrentar novamente o aumento do desemprego devido ao encerramento das atividades do Polo Naval e de outras empresas e serviços relacionados a esse setor, ocasionando novamente a expansão do tecido urbano com mais ocupações informais.

Essa mesma situação é vista a partir de março de 2020, as quais as medidas de distanciamento social para prevenção da disseminação da pandemia da COVID-19 ocasionaram o fechamento de diversos estabelecimentos, agravado ainda mais o quadro econômico de Rio Grande e a ascensão do desemprego. Compreendemos que o surgimento e a expansão dessas ocupações ocorrem de forma rápida, tornando-se necessária a realização de pesquisas mais frequentes dessas áreas, em prol de contribuir com a criação de políticas públicas eficazes que visem reduzir essas áreas, garantindo o direito à cidade a todos. Desse modo, surge o seguinte questionamento: Quais as condições atuais das ocupações informais no município do Rio Grande no que concerne a regularização fundiária e a produção do espaço dessas áreas?

A presente pesquisa tem como objetivo identificar as áreas de ocupações informais no município do Rio Grande/RS e verificar se houve expansão, estagnação, regressão ou surgimento dessas áreas no período entre 2010 a 2022. O recorte temporal escolhido compreende o período do auge ao declínio do Polo Naval no município e o período da pandemia da Covid-19. Esses períodos marcam a expansão da malha urbana, principalmente, da cidade.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Essa pesquisa trata-se de um estudo de caráter exploratório-descritivo e de natureza aplicada. Conforme Gerhard e Silveira (2009, p. 35) uma pesquisa de natureza aplicada tem como objetivo “gerar conhecimentos para aplicação na prática, voltados à solução de problemas específicos, os quais envolvem verdades e interesses locais”. Utilizamos ainda a abordagem qualitativa e quantitativa, cujo Fonseca (2002) explana que a utilização dessas em consonância permite adquirir mais informações do que poderia conseguir isoladamente.

Para analisarmos a produção do espaço urbano, utilizamos o método regressivo-progressivo de Henri Lefèbvre, já que, cada atividade realizada no presente são reflexos de ações concretizadas em tempos distintos do passado. Cabe salientarmos que para compreendermos o espaço geográfico, devemos analisá-lo utilizando as categorias forma, função, estrutura e processo, uma vez que, essas irão explicar as transformações decorrentes no tempo em cada local (LEFÉBVRE, 2000; SANTOS, 1985). Como recorte espacial escolhemos todo o município do Rio Grande, visto que, existem poucos estudos sobre ocupações informais e são quase que raros os que abrangem seus demais distritos além do distrito sede.

A partir disso, foram realizadas revisões bibliográficas sobre a produção do espaço urbano, ocupações informais e o histórico do município do Rio Grande. Logo após, fizemos um levantamento de dados nas secretarias municipais Coordenação e Planejamento; e de Habitação e Regularização Fundiárias, o qual foi possível adquirir o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social; um mapeamento preliminar de algumas áreas de assentamentos informais, juntamente com outras que estiveram e estão em processo de regularização fundiária; e 103 mapas escaneados com os lotes regularizados. Com isso, realizamos uma comparação de cada mapa com as imagens de satélite do Programa Google Earth Pro, demarcando as áreas informais com o auxílio das áreas já delimitadas pelo mapeamento da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária.

Salientamos que utilizamos o mesmo programa para identificar se houve expansão, estagnação ou recuo dessas áreas ou se surgiram novas no período do estudo, e para identificar quais áreas sofreram alterações utilizamos a ferramenta “imagens históricas” desse programa. Também realizamos uma comparação entre os períodos

2010 a 2018 e 2018 a 2022 com relação ao comportamento de expansão das áreas já que em 2018 houve várias estagnações e surgiram outras duas ocupações. Por fim, realizamos um trabalho de campo para verificarmos as condições espaciais atuais.

3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E AS OCUPAÇÕES INFORMAIS

O processo de produção do espaço urbano está relacionado às condições de vida e as necessidades da sociedade. Nesse espaço há conteúdos políticos, econômicos e sociais que estão conectados e em constante mutação. À vista disso, podemos considerar a cidade como um produto que sofre alterações em todas as épocas ou em períodos específicos, porém, difere-se do urbano.

De acordo com Lefèbvre (2000, p.49) a cidade é a realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico e o urbano é a realidade social composta por relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. Todavia, o espaço urbano demonstra as diferentes formas espaciais de organização, uso e apropriação que ocorrem em um processo desigual e com disputas entre os agentes que produzem e consomem esse espaço, sendo eles: “os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos” (CORRÊA, 2004, p. 11). Conforme Corrêa (2004), a conduta desses agentes é intrincada, decorrendo da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e das lutas de classe que dela emergem.

Sendo assim, as relações sociais e a produção e reprodução do capital que irão criar as características de cada local (CARLOS, 1994). Durante um processo de produção do espaço, alavancado pela inserção de novas indústrias, a qual as transformações ocorrem de forma mais rápida, a tendência é que a cidade capitalista sofra um duplo processo de implosão e explosão socioespacial (LEFÈBVRE, 2000). Dessa forma, a implosão da cidade deixará fragmentos a partir de suas transformações e a explosão permitirá que o tecido urbano se estenda.

Nesse contexto, o setor imobiliário fragmenta o espaço urbano aumentando a segregação socioespacial. Desse modo, são criadas novas áreas que tiveram valorização em detrimento de outras, ocasionando um deslocamento das diferentes

classes. Segundo Villaça (2001) a valorização da terra é determinada pelas suas características, ou seja, o acesso aos lugares, à presença de infraestruturas, as condições de relevo e suas vantagens, sendo fruto do relacionamento contínuo e progressivo entre as sociedades e a superfície terrestre.

Assim, resta aos mais pobres fixarem nas periferias economicamente vulneráveis e com pouca ou nenhuma infraestrutura (MARICATO, 2001). Conforme Corrêa (2004), esse grupo de pessoas são os agentes sociais excluídos que moldam o espaço urbano concentrando-se, muitas vezes, em ocupações informais. Essa informalidade surge como alternativa para solucionar a ausência de moradia devido à falta de recursos financeiros dessa população (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000).

De acordo com Birckolz (2012, p. 1) “o termo ocupação irregular ou informal refere-se a todos os assentamentos urbanos efetuados sobre as áreas de propriedade de terceiros, sejam públicas ou privadas.” Logo, a ocupação irregular está presente nos loteamentos clandestinos ou irregulares. A distinção entre ambos é que nos loteamentos irregulares os proprietários possuem algum tipo de documentação, o qual lhe oferece uma segurança jurídica, pois esse é reconhecido pelo poder público local, mas, existe alguma pendência para que o loteamento ainda esteja irregular.

Já os loteamentos clandestinos, o poder público desconhece sua existência, não havendo segurança jurídica do local. Portanto, “são aqueles aprovados pela prefeitura, mas que não foram inscritos no Registro de Imóveis, ou o foram, mas são executados em desconformidade com a lei ou o plano e as plantas aprovadas” (ALTHAUS; ALBERTO & CABELLO, 2004, p. 201). Cabe destacarmos que, normalmente, as áreas ocupadas apresentam valor irrisório, algum tipo de vulnerabilidade ambiental ou ainda restrição legal para uso e ocupação.

Logo, ao mesmo tempo em que esses indivíduos contribuem para a degradação desse espaço, tornam-se vítimas do ambiente, visto que, ficam suscetível e vulnerável a uma série de riscos. Salientamos que a população dessas áreas vive em condições de desigualdade social, além da pobreza, exclusão e abandono, empregando sistemas de autoconstrução de moradias. A autoconstrução é a produção de uma habitação realizada pela classe trabalhadora, com assistência de amigos e parentes, o qual, na maioria das vezes, a força de trabalho é apenas cedida.

Todavia, é um processo que contribuiu com os níveis de espoliação urbana, visto que, resulta na edificação de habitações capazes de se deteriorarem de forma mais rápida, a partir do uso de materiais de baixa qualidade e técnicas rudimentares. Ademais, essas habitações são construídas conforme os recursos financeiros disponíveis no momento, exigindo reparos constantes. Dessa forma, surgem e crescem “aglomerados distantes dos centros, irregulares ou não, onde passa a residir crescente quantidade de mão de obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica” (KOWARICK, 1979, p.31).

É importante evidenciarmos que o primeiro fator que contribuiu para a geração desses assentamentos informais foi à criação da Lei 601/1850, denominada “Lei de Terras”, a qual determinava que para ter acesso às mesmas os cidadãos deveriam comprá-la, deslegitimando o acesso por meio de posse ou ocupação. Além disso, a maior dinâmica de urbanização no Brasil ocorreu a partir do processo de industrialização, da modernização e da conformação ao sistema capitalista internacional. À vista disso, os imigrantes que chegavam à cidade se inseriam no mercado de trabalho formal e informal, se instalando nos cortiços e nas periferias, construindo moradias improvisadas a partir da posse e ocupação da terra, já que muitos desses não possuem condições financeiras para adquirir sua própria habitação (KOWARICK, 1979).

Nesse mesmo período não havia preocupação com o déficit habitacional por parte do Estado, sendo assim, havia predominância de casas de aluguel. Com o tempo, algumas indústrias construíram vilas operárias em prol de resolver a questão dos problemas habitacionais para seus funcionários, porém, não foram suficientes. Consequentemente, as empresas transferiram para o Estado o custo de moradia, assim como, as despesas de transporte dos funcionários e serviços relacionados a infraestruturas, o que ocasionou a diminuição das vilas operárias, passando então a questão da habitação ser deliberada pelas relações econômicas no mercado imobiliário.

Logo, começa a crescer a periferia e o mercado de terras informais juntamente com as ocupações. Outro fato que contribuiu com o aumento da periferia foi às obras de saneamento básico para eliminação de epidemias, e o embelezamento paisagístico, visando combater as áreas insalubres e os casebres próximos aos centros urbanos (MARICATO, 2001, p.17). No que tange as políticas de enfrentamento aos problemas de

déficit habitacional, podemos dizer que a primeira foi à criação da casa popular (FCP), a qual permitiu a instalação de um sistema nacional de financiamento habitacional.

Com a segunda revolução industrial, o aumento de fluxos migratórios e a expansão da periferia, houve mobilizações da sociedade civil, e de debates sobre as grandes reformas sociais. A partir disso, surge o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana, que possibilitou a criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) sendo criados também o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional da Habitação (BNH). Por conseguinte, o SERFHAU coordenava a política habitacional e o BNH atuava como financiador dos programas habitacionais.

Ressaltamos que nesses programas havia a Companhia de Habitação (COHABs) voltada para a população que estava na faixa de três a cinco salários mínimos, e o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs), que era um sistema de cooperativas habitacionais em diversos Estados brasileiros, o qual, alguns bairros utilizam esse nome, pois foram formados por meio de construção cooperativista, para as populações que estavam na faixa de cinco a 12 salários mínimos (MARICATO, 2001). Posteriormente a esse período ocorre a crise do petróleo e a reestruturação produtiva internacional causando um significativo impacto na economia brasileira, que até então, mantinha forte o crescimento econômico (MARICATO, 2001). Á vista disso, ocorre o encerramento das atividades do BNH transferindo as responsabilidades para a Caixa Econômica Federal (CEF), e em 1990, os investimentos públicos no setor social são suspensos, fazendo com que as décadas de 1980 e 1990 sejam marcadas pelo agravamento dos problemas urbanos, econômicos e sociais, expandindo as periferias e os assentamentos informais.

A partir de 2003 é implantado o Ministério das Cidades, “tendo como uma das principais funções ser uma grande fonte para a capacitação dos municípios e das lideranças sociais, capacitando-os para discutirem o plano diretor em suas cidades” (MARICATO, 2010, p. 12). Desse modo, a nova política nacional de habitação implantou o Fundo Nacional de Habitação e a Lei Federal 11.124/2005, a qual cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), exigindo que os Estados e municípios devam se adaptar a essa estrutura e criar planos estaduais e municipais para aderirem ao SNHIS, e terem acesso aos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) (SAN MARTIN, 2019). Dessa forma, parte das classes sociais de

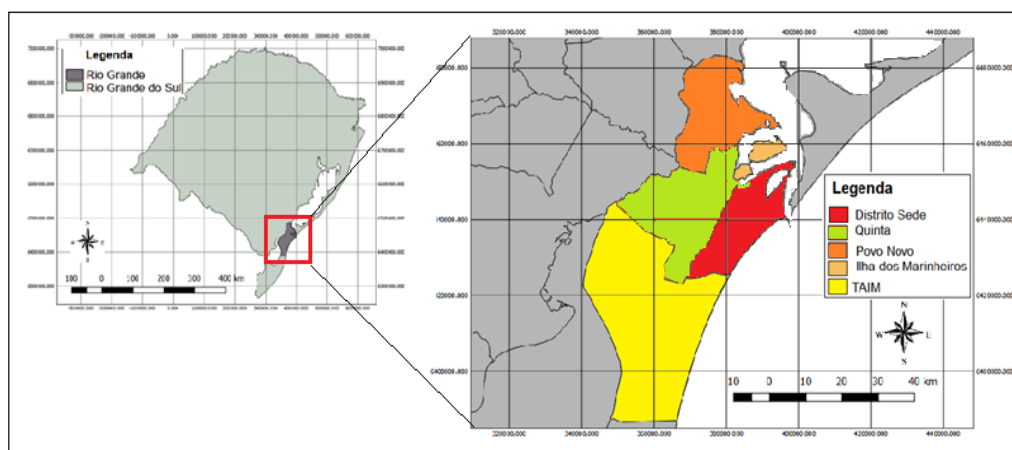
baixa renda passou a ter acesso a financiamentos para adquirir sua casa própria. Cabe salientarmos que também foi implantado o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) beneficiando famílias de renda bruta mensal de um salário mínimo até cinco mil reais.

Com o decorrer do tempo, houve alterações no valor do limite de renda, aumentando o mesmo para que a população de classe média acesse o programa. Diante desse contexto, as periferias passam a ser redefinidas com conjuntos habitacionais populares ou ainda com bairros de alto padrão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município do Rio Grande está situado na Planície Costeira do Estado do Rio Grande do Sul e é composto por cinco distritos: Rio Grande, Ilha dos Marinheiros, Povo Novo, Taim e Quinta. Durante a implantação e as atividades do Polo Naval, a cidade apresentou uma crescente densidade demográfica ocasionando a ampliação de sua malha urbana. Conforme o IBGE (2010) sua população era de 197.228 pessoas, sendo que, desse total, 50.910 não eram naturais do município, representando 25,8%.

Figura 1 - Área de estudo.



SRC selecionado (EPSG:31982) SIRGAS 2000/UTM/Zona 22. 26 de dez. de 2022.

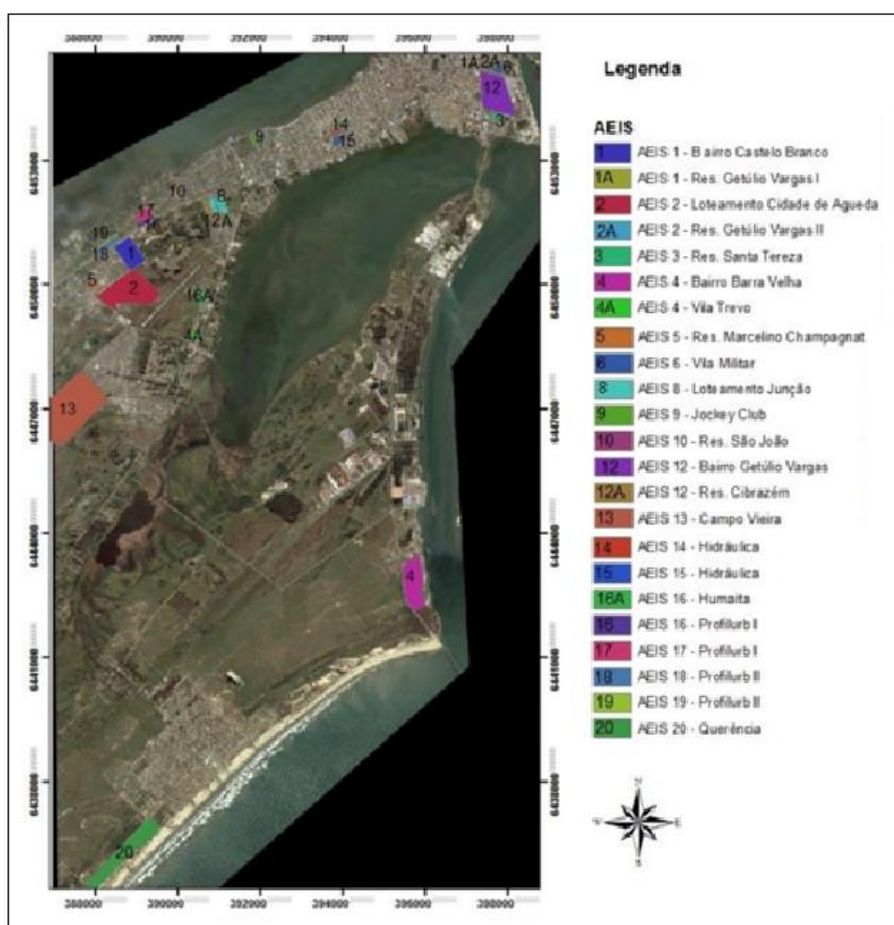
Fonte: Autoria própria.

Segundo as informações parciais do censo do IBGE (2022), Rio Grande está apresentando uma redução de sua população, com um total de 191.719 pessoas correspondendo a 90,2% do censo já realizado. Provavelmente isso vem ocorrendo devido ao aumento do número de desempregos e da crise econômica agravada na cidade nos últimos anos. Diante do contexto municipal, ainda no período do Polo Naval

e por meio do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Rio Grande (PLHIS/RG) foi possível verificar que o município necessitava regularizar 60% de suas áreas, o que representava cerca de 10 mil lotes.

À vista disso, em 2012, foram definidas 20 Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) que receberiam requalificação e/ou regularização fundiária (SAN MARTIN, 2019). Essas AEIS são ocupadas pela população de baixa renda e estão divididas em categoria (A) a qual estão ocupadas por assentamentos precários e (B) que são áreas vazias ou subutilizadas.

Figura 2 - Áreas especiais de interesse social (AEIS) em Rio Grande.



Fonte: SMHRF (2012).

Destacamos que a regularização fundiária além de oferecer o direito social à moradia, ela regulamenta e legaliza a permanência de cidadãos na área ocupada e que desde 2013 cerca de nove mil lotes, em Rio Grande, entraram no processo de regularização fundiária sendo que a maioria já foi regularizado. Após o levantamento de dados foi possível verificar que Rio Grande apresentou 81 locais com ocupações

informais, sendo que, 60 estavam no distrito sede e 22 nos demais distritos até 2018. Entretanto se agregarmos as posses do mesmo bairro ou loteamento, obtemos um total de 54 áreas de ocupações informais no município como um todo. Enfatizamos que a partir de 2018, 31 dessas áreas foram estagnadas, 11 regularizadas e 12 se expandiram.

Com relação as que se estagnaram, estão localizadas no perímetro que apresenta uma urbanização já consolidada com ausência de espaço para novas ocupações. No entanto, as situadas à noroeste da cidade ainda estão em processo de expansão. Cabe ressaltarmos que surgiu apenas duas áreas novas, sendo uma localizada ao lado da comunidade do Parque Coelho e a outra no entorno do Empreendimento Junção e também houve duas pequenas remoções em 2020, sendo uma na vila Quintinha e a outra na Santa Rosa.

Com relação ao comportamento dessas áreas podemos dizer que a maior parte surgiu na década de 1990 devido à crise no setor econômico que repercutiu no fechamento de várias empresas causando demissões de forma significativa. De acordo com Maricato (2003) as décadas de 1980 e 1990 registraram a extensão da periferia juntamente com a concentração de pobreza em diversas cidades do país. No quadro 1, veremos o ano que cada ocupação surgiu e o seu comportamento espacial até os dias atuais, posteriormente, apresentaremos as respectivas localidades em que estão inseridas.

Quadro 1 - Surgimento das ocupações informais e a situação atual de cada uma.

Localidades conforme as figuras 3 e 4	Início da ocupação	Situação de janeiro de 2010 a junho de 2018	Situação de julho de 2018 a dezembro de 2022
1 - Bairro Getúlio Vargas	192 2	Estagnadas e uma remoção	Estagnada e uma parte regularizada
2 - Vila Militar	199 9	Estagnadas	Regularizada
3 - Vila Santa Tereza	192 2	Estagnada	Estagnada
4 - Vila Mangueira	192 2	Expandiu	Estagnada

5 - Lar Gaúcho	5	199	Estagnada	Estagnada
6 - Navegantes	0	197	Expandiu	Estagnada
7 - Dom. Bosquinho	0	197	Expandiu	Estagnada
8.A - Bairro Cidade Nova	0	198	Estagnada	Estagnada
8.B - Bairro Cidade Nova	0	199	Expandiu	Estagnada
9 - Rua 1º de Maio próximo ao cemitério e a Rua 15 de novembro	3	200 e 1970	A mais recente expandiu em 2014, mas ambas se encontram estagnadas	Estagnadas
10 - Vila Dias e Intenente Mesquita	7	200 e 2009	Expandiram	Estagnada
11 - Rua Henrique Pancada	0	197	Estagnada	Estagnada
12 - Bairro Miguel de Castro Moreira	0	199	Estagnada	Estagnada
13 - Bairro Hidráulica	0	199	Expandiu	Estagnada e em processo de regularização de uma parte
14 - Bairro São José Operário	5	199	Expandiu entre 2009 e 2014 e estagnou	Estagnada
15. A - Bairro Lagoa e Frederico Ernesto Buchholz	3	196	Estagnada	Estagnada
15. B - Frederico Ernesto Buchholz	0	199	Expandiu entre 2009 e 2014 e estagnou	Estagnada
16 - Bairro América	7/2001	199	Estagnada	Estagnada
17 - Vila Eulina, Rural e Junção	0/2007	199	Expandiram entre 2007 e 2009 e estagnaram	Estagnadas e vila Eulina regularizada

18. A - Joquei Clube	201 5/2008	Expandiram	Estagnada
18. B e C - Próximo a Av. Santos Dumont	199 9/2009	Estagnadas	Estagnada
19. A - Parque Residencial Coelho	198 0/1990/20 04/2018	Expandiram	Somente a mais recente vem se expandindo
19. B - Vila Bernadeth, Ceres, Pio XII, Delga, Loteamento Albino, Santo Antônio e São Luiz	199 0/2004	Expandiram	Estagnada e em processo de regularização
20 - Estrada Roberto Socoowski	199 0/2018	Expandiram	Expandiram
21 - Cibrazém, Parque Marluz, P. São Pedro, Vila Maria e Leônidas	197 4/1980/19 90/2020	Expandiram em 2004 e estagnaram	Nova área entre Cibrazém e Parque Marluz o restante mantém-se estagnadas
22 - Vila Marte Amargo	199 0	Estagnada	Estagnada
23 - Vila São Miguel	199 70	Expandiu	Estagnada
24 - Vila São João	197 0	Expandiu	Expandiu
25 - Vila Recreio	199 0 e 2009	Estagnada e Expandiu	Expandiu
26. A - Comendador Carlos Santos (PROFILURB I)	197 0	Expandiu	Regularizad a
26. B - Vila Santa Rita de Cássia (PROFILURB II)	197 0	Expandiu	Regularizad a
26 . C - Vila Maria dos Anjos	199 0	Expandiu	Expandiu
27 - Castelo Branco	199 6	Expandiu	Regularizada

28 - Cidade de Águeda	8	199	Expandiu	Regularizad a
29. A - Vila Santa Rosa	0	200	Expandiu	Pequena remoção
29.B - COHAB IV	3	201	Estagnada	Regularizad a
30.A e B – Humaitá	3	201	Expandiu	Regularizad a
30.C – Av. Itália próximo a entrada do aeroporto	3	201	Expandiu	Estagnada
30.D - Vila Maria José	5	200	Expandiu	Estagnada
31. A - Parque Marinha	9	199	Estagnada	Estagnada
31. B - Parque Marinha na divisa com Parque São Pedro	9	200	Expandiu	Estagnada
32 - Boa Vista	0	199	Expandiu	Estagnada
33 - Parque São Pedro	0	199	Expandiu	Expandiu
34 – Querência/ Atlântico Sul	3	201	Expandiu	A Querência e parte da Atlântico Sul foi regularizada, a outra parte dessa última citada expandiu
35 – Barra	0	192	Expandiu	Expandiu e parte foi regularizada

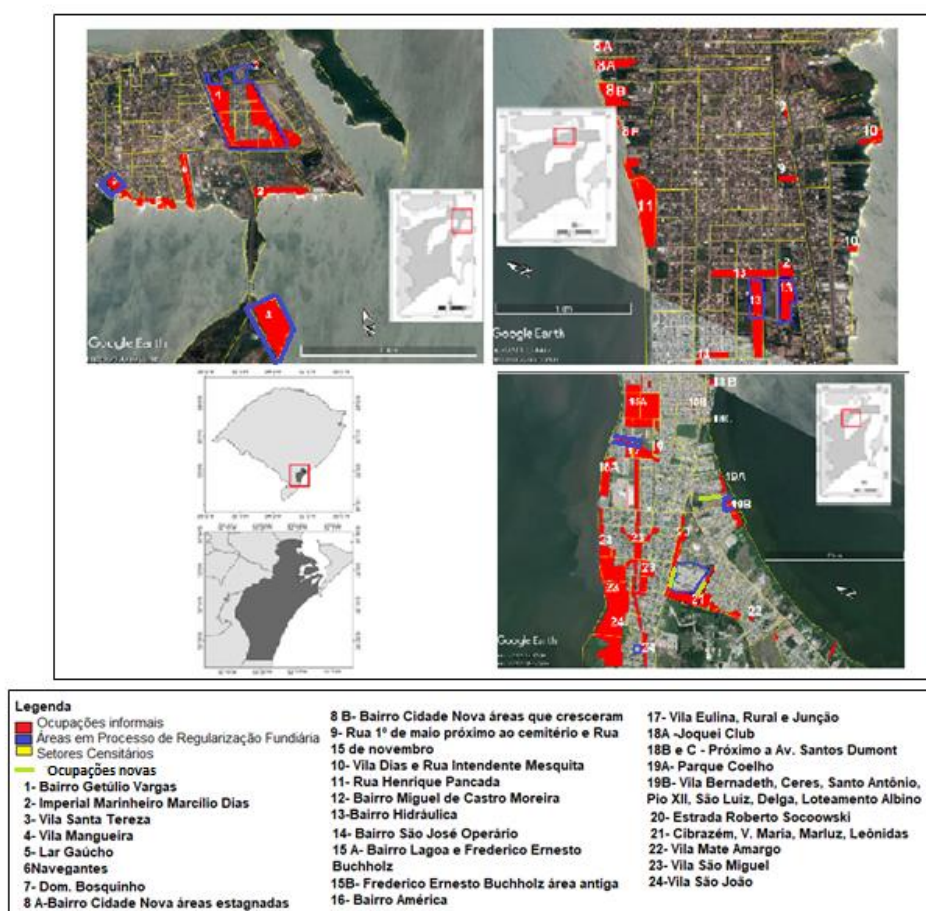
Fonte: Autoria própria

Segundo a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (SMHRF), o Bairro Getúlio Vargas foi contemplado com o PAC - Intervenção em Favelas em 2012, e regularizou 2.039 lotes. Além disso, foi construído um condomínio com 220 apartamentos que contemplaram famílias de uma área desse bairro que foram

removidas. Ademais, 630 famílias foram beneficiadas com melhorias habitacionais através de recursos do PAC e financiamento da Caixa Econômica Federal.

Quanto as demais áreas que já foram regularizadas, na figura 3, estão as posses da Vila Militar perfazendo um total de 28 lotes e 156 casa do Empreendimento Junção. No que se refere ao restante do Empreendimento Junção, o mesmo ainda está em fase de construção dos 1.120 apartamentos que irão contemplar 1.276. Destacamos que no entorno desse empreendimento surgiu uma nova área de posse entre a vila Cibrazém e o Parque Marluiz.

Figura 3 - Área 1: Demarcação das ocupações informais no distrito sede.



SRC selecionado (EPSG:31982) SIRGAS 2000/UTM/Zona 22. 26 de dez. de 2022.

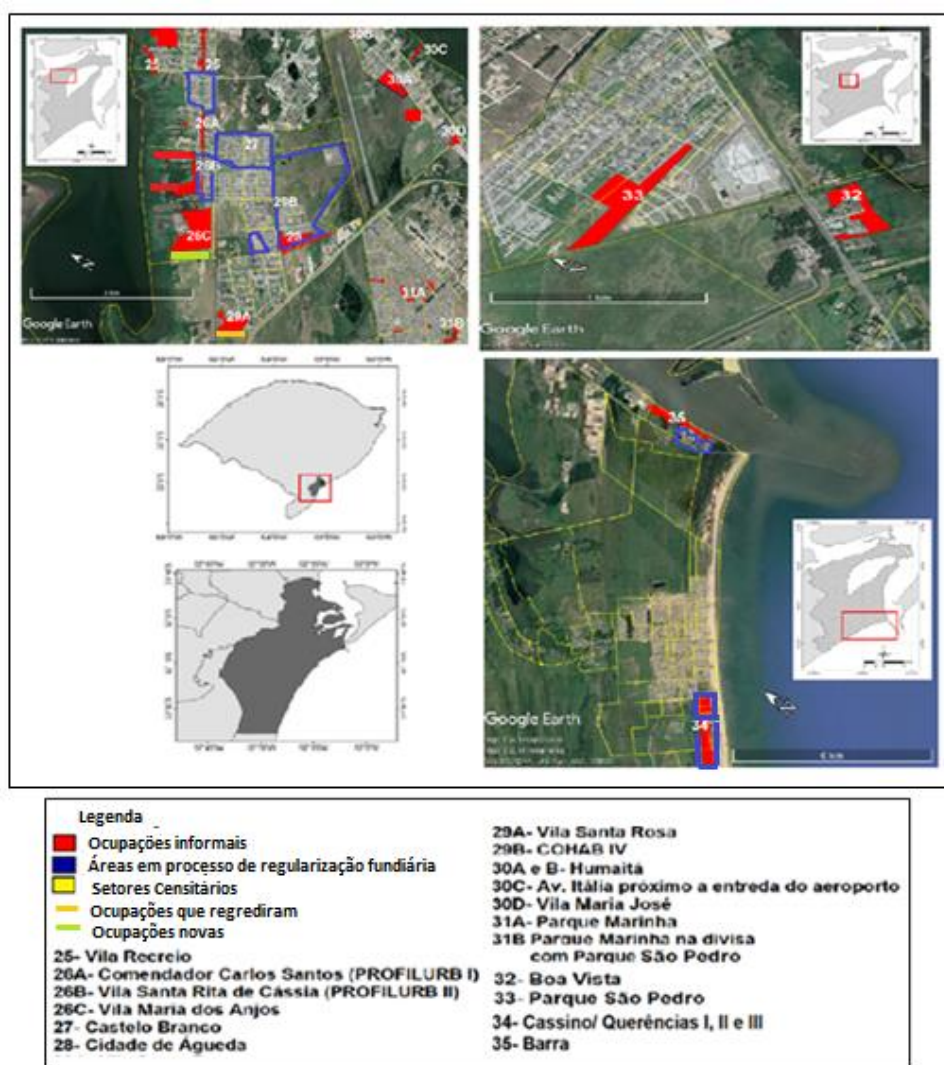
Fonte: Google Earth Pro (2022). Autoria própria

Já as vilas Mangueira, Dom Bosquinho, Bairro Hidráulica, Bernadeth e Vila Eulina estão em processo de regularização fundiária. A vila Dom Bosquinho terá 60 lotes regularizados, o Bairro Hidráulica 300 lotes por meio do Programa de Desenvolvimento

Municipal Integrado (PDMI) e a Vila Eulina 200 lotes. Essa última por se tratar de uma área particular foi necessário que o Judiciário autorizasse a Prefeitura a promover essregularização. Contudo, a solicitação foi aprovada e a documentação dos lotes está em tramitação final para a regularização.

Podemos perceber ainda na figura 3 que, há um número significativo de ocupações situadas as margens da Laguna dos Patos. Nesse contexto, Corrêa (2004) explana que a cidade é produzida em espaços comprometidos pelas condições de vulnerabilidade social e ambiental demonstrando que o modo do uso do solo reflete as relações econômicas do território.

Figura 4 - Área 2: Demarcação das ocupações informais no distrito Sede.

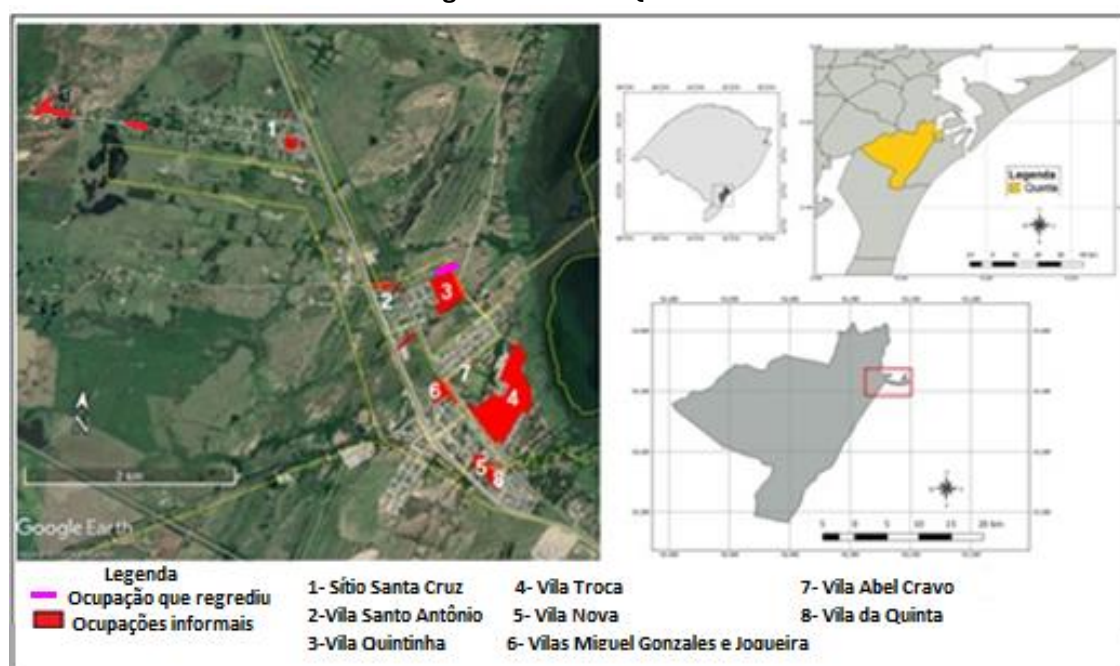


SRC selecionado (EPSG:31982) SIRGAS 2000/UTM/Zona 22. 26 de dez. de 2022.

Fonte: Google Earth Pro (2022). Autoria própria

Na figura 4 as áreas, as quais compreendem as PROFILURBs I e II, Bairro Castelo Branco II, Cidade de Águeda, Humaitá, parte da Vila da Barra (Barra Velha) e Querência já foram regularizadas. Segundo a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (SMHRF), somente na região da COHAB e Castelo Branco II foram contemplados 1040 lotes para a regularização, 715 nas PROFILURBs I e II, 160 na Cidade de Águeda, 1007 na Vila da Barra, 1.800 entre Querência e Atlântico Sul e 155 na Vila Humaitá. Enfatizamos que estão em fase de conclusão 780 contratos da Perfilurb e 930 da Barra Velha faltando apenas a entrega dos títulos de propriedades para acontecer no início de 2023.

Figura 5 - Distrito Quinta.



SRC selecionado (EPSG:31982) SIRGAS 2000/UTM/Zona 22. 26 dez. de 2022.

Fonte: Google Earth Pro (2022). Autoria própria

No que concerne as ocupações informais da região do distrito “Quinta”, elas ocorreram a maior parte na década de 1990 e cresceram a partir de 2009, sendo que a Vila Troca apresenta a maior extensão dessas ocupações. A partir de 2018 nota-se uma estagnação na expansão dessas áreas, com exceção a região do Sítio Santa Cruz que demonstra um crescimento disperso não só de áreas de ocupação informal como também de parcelamento de solo irregular. O Parcelamento do solo urbano trata do processo urbanístico cuja finalidade é proceder à divisão de glebas, para fins de ocupação, que pode ser executada por meio de loteamento ou de desmembramento, porém, quando não segue determinadas cláusulas é considerado irregular.

Ainda sobre o distrito Quinta, enfatizamos que houve uma pequena remoção da área de ocupação informal da vila Quintinha no sentido norte por estar dentro de um terreno particular. Outro local que houve uma redução no número de residências a partir de 2018 foi a comunidade “Serralheria” situada na região do “TAIM”, visto que, a diminuição do número de empregos nas granjas e em duas reflorestadoras situadas nas proximidades dessa comunidade fizeram com que os moradores migrassem para a vila da Capilha. Cabe destacarmos que a Capilha também está localizada no TAIM e vem se expandindo com as ocupações informais devido a possibilidade de geração de renda com o desenvolvimento do turismo em sua praia.

Figura 6 - Comunidade da “Serralheria”/TAIM.



Fonte: Google Earth (2022).

Figura 7 - Comunidade da Capilha/TAIM.

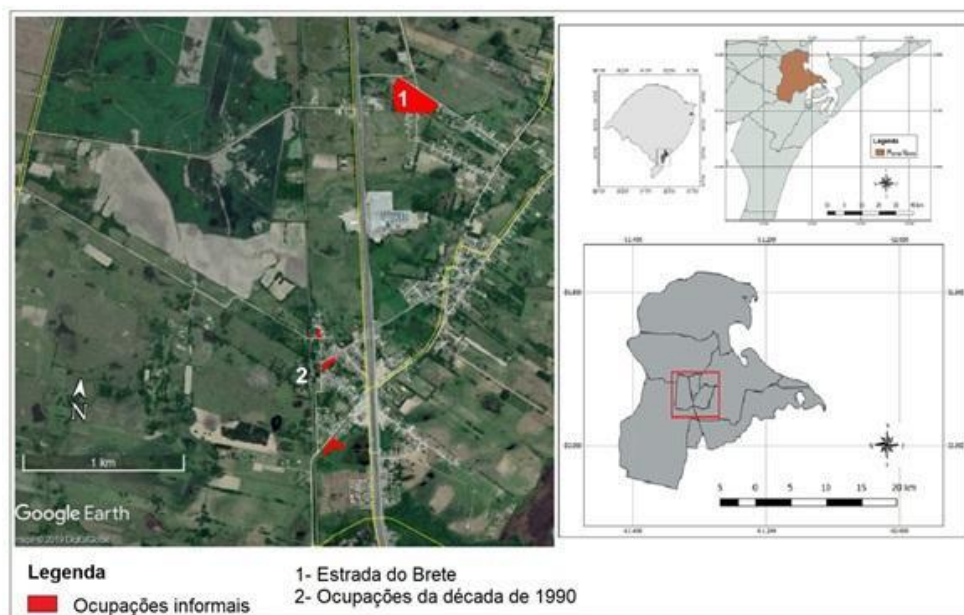


SRC selecionado (EPSG:31982) SIRGAS 2000/UTM/Zona 22. 26 de dez. de 2022.

Fonte: Google Earth Pro (2022). Autoria própria

A região do Povo Novo, apresenta duas áreas com expressivo crescimento das ocupações informais. A área mais antiga apresenta ocupações da década de 1990 de forma dispersa e estão localizadas a oeste do viaduto do Povo Novo no sentido Rio Grande/Pelotas. Já a segunda área foi formada em 2009, possui ocupações mais concentradas e está localizada na “Estrada do Brete”. Cabe ressaltarmos que em ambos os casos elas continuam se expandindo.

Figura 8 - Povo Novo.

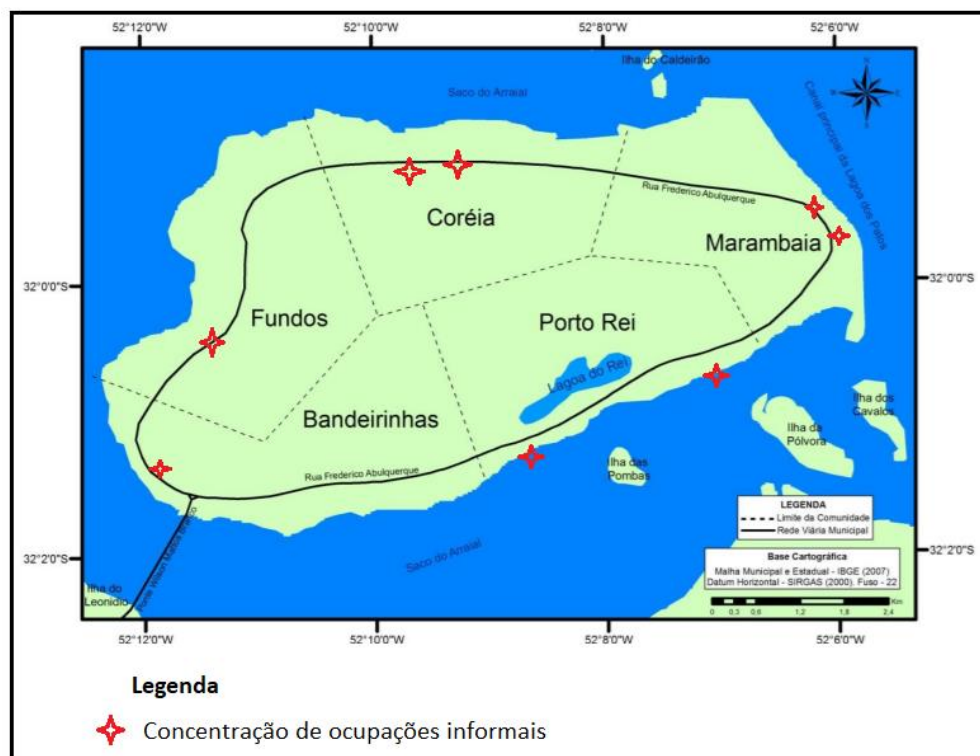


SRC selecionado (EPSG:31982) SIRGAS 2000/UTM/Zona 22. 26 de dez. de 2022.

Fonte: Google Earth Pro (2022). Autoria própria

Com relação a Ilha dos Marinheiros ela é composta por cinco comunidades, as quais a maioria dos terrenos são propriedades e chácaras próprias, inferiores a um modulo fiscal (25ha no município) e não ultrapassam 20ha, devido a divisão feita entre familiares. No entanto, algumas dessas propriedades foram abandonadas na década de 1990 e a partir de 2009 passaram a ser ocupadas irregularmente de forma lenta e concentrada em uma única propriedade na região da comunidade Coréia, ou seja, há várias residências em um único lote. Cabe destacarmos que o surgimento das novas áreas de ocupações informais ocorreu a partir de 2018 de forma dispersa e em todas as comunidades, pois além de aumentar o turismo na região aumentou a procura por residências para veraneio.

Figura 9 - Ilha dos Marinheiros.



Fonte: PORTO, P.C. (2014), adaptado pela autora

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O novo ciclo econômico promovido pelo Polo Naval juntamente com outras indústrias instaladas na região ocasionou o aumento do número de migrantes e a ascensão do valor do solo, acentuando as desigualdades sociais e a disputa pelo acesso à terra e a moradia. Durante esse período, foi possível perceber que mesmo com a elevação da economia municipal e a instalação de empreendimentos na região parte da população ficou de fora do acesso ao solo e as políticas públicas destinadas ao setor habitacional, demonstrando isso a partir da crescente expansão das áreas de ocupações informais, sobretudo na zona noroeste da cidade. É imprescindível destacarmos que as ações realizadas pelo poder público municipal visando a regularização fundiária foram de grande contribuição não só para a prefeitura quanto para as famílias contempladas, mas ainda se faz necessário a continuidade dessas ações nos demais distritos além do que já está sendo feito no distrito sede.

No que se refere ao período de 2018 a 2022 foi possível notarmos que há uma continuação das expansões dessas ocupações na zona noroeste do município mais precisamente nas áreas do entorno do Empreendimento Junção e outras localidades

próximas da Laguna dos Patos como a Vila Recreio, São João e Maria dos Anjos. Entretanto, a maior parte das ocupações que surgiram na década de 1990 encontram-se estagnadas, provavelmente, por não haver mais espaço para expansão. Uma alternativa para a diminuição desse problema poderia ser a restauração de prédios antigos em forma de condomínios ou residências menores destinadas aos moradores de áreas de risco e insalubres. Desse modo, além de devolver a função social desses prédios, diminuiria parte das áreas ocupadas e daria uma habitação digna a esses cidadãos, cujo pagariam pelo solo de acordo com suas condições atuais, em parcelas de valor menor, mas em um tempo maior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHAUS, ALBERTO & CABELLO. **A Ocupação Irregular do Solo Urbano na Ótica dos Direitos Humanos**. Revista de Ciências Jurídicas, Ponta Grossa, 2004.

ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. 2.ed. Petrópolis: Ed Vozes, 2000

BIRCKOLZ, C. J. **Ocupação irregular em Matinhos, Paraná: o caso do jardim schaffer**. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL. Goiânia, 2012.

BRASIL, **Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm Acesso em: 15 de fev. de 2018

BRASIL. **Lei Nº 11.124/2005, de 16 de junho de 2005**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm Acesso em: 28 de mar. 2018

CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. 1.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br?cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 03/01/2021.

IBGE: **Instituto Brasileiro de Geografia e estatística**. Censo Demográfico 2010 e Censo Demográfico (resultados parciais) 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 11 de jul. de 2022

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

MARICATO, E. **Brasil cidades alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____. E. Estatuto da Cidade Periférica. In: **O Estatuto da Cidade: comentado = The City Statute of Brazil: a commentary**. Celso Santos Carvalho, Ana Claudia Rossbach (org). São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

_____. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos Avançados. Revista USP, Vol. 17, n.48, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf> Acesso em: 16/09/2018

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SAN MARTIN, M, C. **Análise da dinâmica de produção do espaço urbano nas áreas de assentamentos urbanos informais do município do Rio Grande/RS no período entre 2005-2018**. Dissertação de mestrado em Geografia. PPGGeo-ICHI/FURG, Rio Grande, 2019.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Hucitec, 1985.

SMHRF. **Localização das AEIS do Município do Rio Grande**. Prefeitura do Rio Grande. Rio Grande, 2012.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Stúdio Nobel, 2001.

THE PRODUCTION OF SPACE IN LAS AREAS OF INFORMALES OCCUPATIONS IN THE MUNICIPALITY OF RIO GRANDE BETWEEN 2010-2022

ABSTRACT

This research aims to identify the areas of informal occupation in the municipality of Rio Grande/RS and verify if there was expansion, stagnation, regression or emergence of these areas in the period between 2010 and 2022. documentary research and field work. The chosen time frame comprises the period from the peak to the decline of a Naval Pole installed in the city and the period of the Covid-19 pandemic. The results point to a growing urban expansion highlighted by the inequality of social classes, mainly in the northwest periphery of the municipality.

Keywords: Irregular occupation; Rio Grande; Naval hub; Urban space.

LA PRODUCCIÓN DE ESPACIO EN LAS ÁREAS DE OCUPACIONES INFORMALES EN EL MUNICIPIO DE RIO GRANDE ENTRE 2010-2022

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo identificar áreas de ocupación informal en el municipio de Rio Grande/RS y verificar si hubo expansión, estancamiento, retroceso o emergencia de estas áreas en el período comprendido entre 2010 y 2022. Trabajo documental y de campo. El marco temporal elegido comprende el período desde el apogeo hasta el declive de un Polo Naval instalado en la ciudad y el período de la pandemia de Covid-19. Los resultados apuntan a una creciente expansión urbana marcada por la desigualdad de clases sociales, principalmente en la periferia noroeste del municipio.

Palabras clave: Ocupación irregular; Río Grande; Polo naval; Espacio urbano.

Recebido: novembro de 2024

Aceito: novembro de 2025

AS SEMENTES CRIOULAS COMO ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO: OUTRAS EXISTÊNCIAS, OUTRAS NATUREZAS

Darlan Matheus Goulart de Oliveira¹

RESUMO

O artigo debate a concepção de desenvolvimento vinculada ao modo de produção capitalista, especialmente no contexto de um mundo globalizado. Essa perspectiva hegemônica é amplamente sustentada por práticas agrícolas tecnificadas e voltadas à monocultura, as quais têm gerado severos impactos ambientais e sociais. A noção de desenvolvimento, frequentemente associada ao progresso econômico, é relativizada ao se considerar suas contradições e implicações para os ecossistemas naturais e as comunidades tradicionais. Nesse sentido, o trabalho discute a existência dos guardiões das sementes crioulas no município do Rio Grande como uma alternativa sustentável e contra-hegemônica a esse modelo explorador. Esses atores desempenham um papel essencial na preservação da biodiversidade, na manutenção de práticas agrícolas tradicionais e no fortalecimento de uma relação equilibrada com a natureza. A discussão evidencia que tais práticas representam uma resistência, ou melhor, re-existência ao avanço da agricultura tecnificada, além de constituírem uma proposta concreta de resiliência frente às crises socioambientais provocadas pela globalização e pela modernização da agricultura.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Sementes crioulas; Guardiões; Natureza.

1. INTRODUÇÃO

Quando se olha para esse primeiro quarto de século, as fraturas geradas pelo modo de produção capitalista sobre a natureza e, por consequência, sobre os seres humanos, parecem estar cada vez mais evidentes e com grau ampliado de intensidade. Os desastres recentes que devastaram parte significativa do território do Rio Grande do Sul, assim como em outras regiões do território brasileiro, são expressões concretas da insustentabilidade do modo de produção capitalista, modelo econômico responsável pela generalização da categoria mercadoria e que criou, segundo Foster (2005) e Foster e Clark (2004), uma fissura irreparável na relação metabólica entre os seres humano e a terra.

¹ Doutorando em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA).

Nessa perspectiva, a Geografia, ciência por excelência dedicada ao estudo dessas interações em suas múltiplas dimensões no espaço geográfico, carrega não somente o potencial, mas também o imperativo ético de evidenciar as contradições que existem manifestadas nos impactos estruturais desse modelo econômico que afeta direta e indiretamente as várias existências que compõe o cotidiano no eixo das coexistências (Santos, 2002a). É nessa intersecção entre a produção do espaço e a reprodução do poder, entre a materialidade do território e as abstrações do sistema econômico que a Geografia pode — e deve — fomentar diálogos críticos que promovam o esclarecimento e a resistência frente às contradições desse tempo marcado por essa globalização perversa (Santos, 2002b).

O presente trabalho, portanto, emerge como fruto de algumas reflexões tecidas no âmbito do Núcleo de Estudos Agrários e Culturais (ARCA) na construção de uma dissertação de mestrado, e que foram expandidas a partir por dos diálogos estabelecidos com pares no XXXVIII Encontro Estadual de Geografia, intitulado *“Debatendo alternativas de/ao desenvolvimento no RS: educação, ambiente e território a partir das geo-grafias”*, realizado no município do Rio Grande.

O Rio Grande abriga sujeitos e sujeitas que se autodenominam guardiões e guardiãs das sementes crioulas, figuras centrais na preservação de um patrimônio genético e cultural do município, materializado nas sementes crioulas. Essas sementes, carregadas de história e memória, atravessaram gerações e encontram-se em todo território brasileiro, embora sua denominação seja variável, ora conhecida no Sul como sementes crioulas, ora conhecida como sementes da resistência em Alagoas, sementes da fartura no Piauí, sementes da gente em Minas Gerais e sementes da paixão na Paraíba.

Embora sua nomenclatura mude conforme sua localização no espaço e no tempo, no transcorrer da existência, essas sementes foram moldadas e adaptadas ao longo do processo de ocupação agrícola, coexistindo com o próprio avanço do capital e a ideia de desenvolvimento que retirou dos agricultores sua autonomia. Tornando-os, portanto, especialmente a partir do pacote tecnológico da Revolução Verde, dependentes de uma indústria de agrotóxicos e sementes que formam, hoje, um oligopólio (Goulart, 2025). No município do Rio Grande, essa dinâmica também se expressa.

Partindo desse pressuposto, o objetivo desse trabalho é relativizar a ideia convencional de desenvolvimento com base em uma perspectiva materialista histórica

e dialética. Além disso, parte-se da compreensão de que as vivências dos guardiões e guardiãs das sementes crioulas, ainda que imersas na totalidade capitalista e sujeitas às dinâmicas desse modelo econômico, não se deixam capturar integralmente pela lógica da degradação e da exploração da terra ao seu limite.

Em diálogo com o existencialismo, busca-se compreender a existência desses sujeitos enquanto contraposição ao modelo hegemônico, evidenciando suas práticas de manejo e relação com a terra. Estas práticas, fundamentadas em uma relação simbiótica e respeitosa com a natureza, emergem como uma alternativa concreta ao modelo de exploração que submete a natureza e o próprio ser humano, na sua dimensão biológica, às exigências do capital.

Para tanto, inicialmente, na seção *Percurso Metodológico*, apresentam-se os procedimentos adotados para a construção da discussão proposta. Em seguida, na seção *O papel do desenvolvimento na mercantilização das sementes*, analisa-se o avanço do capital até o ponto em que os meios de produção foram convertidos em mercadorias, submetidas às leis do valor de uso e de troca.

A seção intitulada *Guardiões das sementes crioulas do rio grande do sul como alternativa ao desenvolvimento* é composta por duas subseções: *Os guardiões a partir das lentes do existencialismo* e *Re-existências e possibilidades: breves considerações sobre guardiões e guardiãs do Rio Grande*

Na primeira, examina-se o papel desses sujeitos na escolha e preservação das sementes crioulas; na segunda, analisa-se a forma como interagem com a terra a partir de uma perspectiva distinta daquela orientada pelo lucro e pela degradação ambiental. Por fim, apresenta-se a *Conclusão*, na qual são retomados os principais resultados e reflexões do estudo.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

De acordo com Alves (2008), uma metodologia é composta pelos elementos que constituem aquilo que podemos entender como o arcabouço que sustenta a pesquisa, ou seja, aquilo dará estrutura, suporte. Nesse caso, esses elementos são o método no sentido filosófico, quer dizer, na forma que o pesquisador ou a pesquisadora lê o mundo, as teorias, o material, bem como as técnicas de análise

Nesse sentido, a metodologia deste trabalho foi construída em momentos distintos. No primeiro, realizou-se uma pesquisa bibliográfica na intenção de atingir dois objetivos importantes para construção do pensamento proposto. O primeiro era compreender os métodos no sentido e interpretar as relações que fazem parte da realidade dos sujeitos e sujeitos de pesquisa. Percebeu-se, então, que existe uma dialética entre a escala global e local, conforme postulado por Milton Santos (2002a).

Nas palavras de Santos (2002a, p. 121), “a atualidade é unidade do universal e do particular: este aparece como se fosse separado, existindo por si, mas é sustentado e contido no todo. O particular se origina no universal e dele depende”. Nesse sentido, “cada indivíduo é apenas um modo da totalidade, uma maneira de ser: ele reproduz o Todo e só tem existência real em relação ao Todo” (Santos, 2002a, p. 122).

Entende-se como universal aquilo que permeia todas as existências de uma forma ou de outra: o modo de produção capitalista. No mundo atual, ele é o sistema que estrutura as bases materiais e imateriais das relações humanas. Todos existimos no modo de produção vigente. No entanto, existem outros modos de existir que, embora em determinados momentos pareçam ser separados, encontram-se contidos no todo — o próprio caso dos guardiões e guardiãs de sementes.

Em razão disso, partindo a interpretação da escala global e local, entre universal e o particular, optou-se por apoiar-se naquelas duas filosofias que se acredita que possibilitam traçar diálogo entre essas duas escalas: o materialismo histórico e dialética na interpretação do global e o existencialismo na interpretação do local. Quando partimos do global, a semente é lida como uma mercadoria capaz de gerar lucro e alienar o território e o trabalho. Quando partimos do local, ela parece ser símbolo de autonomia e resistência.

Além dessa construção, também foram utilizadas algumas técnicas de análise, como estudo de campo, no sentido de traçar diálogo com os guardiões de sementes presentes no município do Rio Grande e compreender a forma como trabalham a terra e relacionam-se entre si enquanto comunidade. Durante todos os campos fez-se uso da observação participante. Conforme Assis e Monteiro (2023), durante a observação participante, o pesquisador deve manter um diário de campo e fazer anotações, anotando as interações, os comportamentos. Nos diálogos com os sujeitos e sujeitos de pesquisa, partiu-se da análise do discurso.

De acordo com Brandão (2004), o discurso permite operar a conexão necessária entre o nível propriamente linguístico e o extralinguístico. Quer dizer que, o ponto que articula os processos ideológicos e os fenômenos linguísticos é o discurso. Para Brandão (2004), a região do Materialismo Histórico e Dialético que interessa ao discurso é a ideologia ligada ao modo de produção dominante, em um dado momento do espaço e do tempo. Esse percurso permitiu, portanto, chegar à reflexão expressa nas páginas por vir.

3. O PAPEL DO DESENVOLVIMENTO NA MERCANTILIZAÇÃO DAS SEMENTES

O desenvolvimento no campo brasileira está diretamente ligada ao processo de modernização da agricultura. No Brasil, é possível dizer que a modernização da agricultura, ou seja, a implementação de novos objetos técnicos e novas necessidades ao território, começou a ser propagada no século XX, pautada na ideia de aumentar a produção e a produtividade de culturas. De acordo com Matos e Pessoa (2011), esse fenômeno tornou-se possível em detrimento do contexto de uma conjuntura política na qual o Estado desempenhou papel importante, por meio de investimentos em pesquisas e a criação de órgãos públicos, bem como programas de crédito voltados à produção de monoculturas.

No Brasil, a partir da década de 1930, surgiram projetos políticos que visavam ao desenvolvimento econômico por meio de uma industrialização capitalista planejada, os quais se tornaram predominantes nos anos 1950. Para alcançar a meta de um desenvolvimento industrial rápido, o Estado priorizou políticas públicas e investimentos significativos em infraestrutura, energia, transporte e setores industriais (Matos e Pessoa, 2011).

Embora no discurso oficial as políticas públicas agrícolas fossem apresentadas como medidas destinadas a modernizar os meios de produção no campo e, consequentemente, elevar o padrão de vida das populações rurais, a realidade tomou um rumo diferente.

Na década de 1950, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, foram implementadas iniciativas baseadas no avanço tecnológico, como a introdução de

novos maquinários e insumos, visando impulsionar o desenvolvimento rural. Essas práticas foram posteriormente disseminadas por vários países. A ideia predominante de desenvolvimento rural estava fortemente ligada à produção agrícola, sendo o aumento da produção um indicador crucial do progresso econômico no campo em muitas nações que adotaram o pacote tecnológico da Revolução Verde (Matos e Pessoa, 2011)

Na América Latina, a abordagem econômica do desenvolvimento foi denominada Estruturalismo Latino-Americano, uma vez que enfatizou a transformação estrutural como chave para o desenvolvimento econômico. Esta teoria foi predominante no Brasil entre as décadas de 1940 e 1960, mantendo sua influência até os anos 1980 (Medina, 2021). O desenvolvimento econômico nesse período estava diretamente ligado à implementação do pacote tecnológico da agricultura criado na Revolução Verde.

De acordo com Shiva (1991), a Revolução Verde foi o nome atribuído às transformações que ocorreram na relação do agricultor com o seu território, com o seu pedaço de natureza, especialmente através de sua implementação nos países que se encontram na periferia do capitalismo global. De acordo com Feldens (2018), a promessa da Revolução Verde perdeu sua essência global quando os pequenos produtores começaram a enfrentar desafios significativos.

Os programas governamentais, direcionado principalmente aos grandes agricultores, deixou os pequenos lutando para se adaptarem às novas técnicas e alcançarem níveis de produtividade comparáveis. Essa disparidade comprometeu a viabilidade dos pequenos produtores — sobretudo os da agricultura familiar — como os guardiões das sementes crioulas de Rio Grande.

Por milênios, agricultores e camponeses cultivaram suas próprias sementes em suas terras, selecionando cuidadosamente as melhores, preservando-as e permitindo que a natureza seguisse seu curso na renovação da vida. Porém, com o advento da Revolução Verde, os camponeses perderam o papel de guardiões do patrimônio genético comum que preservaram através do armazenamento e cultivo das sementes (Shiva, 2003).

As "sementes milagrosas" da Revolução Verde transformaram esse patrimônio genético compartilhado em propriedade privada, protegida por patentes e direitos de propriedade intelectual. Os camponeses, outrora conhecedores e melhoradores das

plantas, foram suplantados por cientistas de empresas multinacionais de sementes e instituições de pesquisa internacionais (Shiva, 2001).

As antigas estratégias de melhoramento genético, que visavam preservar e enriquecer a diversidade genética das culturas, garantindo sua auto-renovação, foram substituídas por novas abordagens focadas na uniformidade e na não-renovação. Essas novas estratégias priorizaram principalmente o aumento dos lucros das corporações transnacionais e o controle dos países símbolos da nova ordem global capitalista sobre os recursos genéticos dos países colocados à margem desse sistema econômico. Com a Revolução Verde, a história evolutiva de 10.000 anos das culturas foi alterada, redefinindo fundamentalmente a natureza e o significado das "sementes". (Shiva, 1991).

De acordo com Shiva (1991), o crescimento das sementes comercializadas se tornou o principal objetivo do chamado "desenvolvimento" da indústria de sementes, já que as próprias sementes dos agricultores não geravam — e ainda não geram — lucro financeiro direto para o mercado global, embora os genes patenteados sejam pertencentes a elas. Apesar das promessas das sementes milagrosas, muitos agricultores dos países da periferia do capitalismo preferiram guardar e trocar sementes entre si, fora do contexto do mercado. Isso não era considerado um indicador de uma produção mais viável e de uma rede de trocas mais sustentável.

Em vez disso, era visto como um incentivo para intensificar ainda mais a comercialização, com a oferta de empréstimos maiores e melhores incentivos para os produtores e fornecedores corporativos. A existência das sementes crioulas, essas transgeracionais, com seu sistema descentralizado de produção e distribuição, é muitas vezes desconsiderada nesse cenário global pautado na mercantilização (Shiva, 1991).

De acordo com Andrioli (2008), as estratégias da Revolução Verde encontravam-se ligadas em três elementos. O primeiro foi a mecanização, ou seja, a implementação de objetos maquímicos e técnico-científicos, por meio da produção de tratores, colheitadeiras e outros equipamentos que romperam o metabolismo da terra e do ser. O segundo diz respeito aos adubos químicos, medicamentos voltados para os animais e o desenvolvimento de fertilizantes. E, o terceiro, refere-se ao avanço da ciência biológica, no desenvolvimento de sementes híbridas e novas raças quase que transmutadas pela ciência reducionista.

Resumidamente, entre a década de 1930 e 1940, surgiu a indústria de agrotóxicos, impulsionado pela diversificação da indústria química após a descoberta de que moléculas desenvolvidas durante as guerras mundiais podiam ser letais contra pragas agrícolas. Grandes conglomerados químicos estabeleceram subsidiárias dedicadas à produção desses agrotóxicos, marcando o início de uma era de intensa inovação e desenvolvimento de tecnologias e ingredientes ativos entre 1940 e 1980 (Amaral, 2023).

Entre 1930 e 1980, presenciamos o desenvolvimento do mercado de sementes, especialmente com o surgimento do milho híbrido a partir de pesquisas conduzidas nos Estados Unidos. Houve um aumento significativo no número de empresas privadas atuando no setor, juntamente com o estabelecimento de regulamentações e direitos de propriedade intelectual (Amaral, 2023).

O papel do setor público nas inovações foi relevante no Brasil, enquanto as empresas privadas concentravam seus esforços no desenvolvimento de milho híbrido e sementes transgênicas, que se tornaram a parte mais lucrativa do mercado a partir da década de 1980. Houve também um aumento considerável nos programas de melhoramento privado. Com a ascensão da biotecnologia, o setor de sementes atraiu empresas de outros setores, como agrotóxicos e farmacêuticos, devido aos altos lucros potenciais, iniciando uma mudança na estrutura da indústria de sementes e uma onda de fusões e aquisições.

No período de 1980 a 2015, testemunhamos a consolidação, reestruturação e expansão do mercado de sementes, impulsionadas pela adoção da biotecnologia. Grandes corporações químicas e farmacêuticas passaram a adquirir empresas de sementes menores e investir em biotecnologia, resultando no desenvolvimento de sementes geneticamente modificadas (Amaral, 2023).

Este período foi marcado por um aumento nos gastos com pesquisa e desenvolvimento (P&D), bem como por uma série de fusões e aquisições visando economias de escala, diversificação e aproveitamento das complementaridades entre os setores de agrotóxicos e sementes. As empresas também buscaram a internacionalização e influenciaram a definição de leis sobre propriedade intelectual e patentes. A liberação de cultivos transgênicos em todo o mundo foi uma consequência desse período, com a década de 1990 marcada pela aceleração do processo de

consolidação através de fusões e aquisições para o controle da propriedade intelectual (Amaral, 2023).

Hoje, quatro grandes corporações multinacionais exercem um domínio significativo no mercado de agrotóxicos e sementes: Syngenta, Bayer, Corteva e BASF. Apesar de serem setores distintos, a fronteira entre eles é por vezes tênue, já que as principais empresas de agrotóxicos também detêm grande participação no mercado de sementes. Isso resultou na formação de conglomerados multinacionais de grande porte, que exploram as sinergias entre os setores, especialmente em produtos biotecnológicos, o que facilitou uma maior apropriação de renda (Goulart, 2025).

De acordo com Santos (2002b), a agricultura globalizada possui grande influência na alienação do território, ou seja, na atribuição de outros valores a ele, no caso, a racionalidade hegemônica. No final do século XX e hoje, no agora do século XXI, “podemos falar de uma agricultura científica globalizada. Quando a produção agrícola tem uma referência planetária, ela recebe influência daquelas mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica” (Santos, 2002b, p. 88). Desse modo, com base na premissa da competitividade, essa lei ontológica da lógica capitalista, faz com que a agricultura, ao adquirir o caráter planetário, receba cada vez mais objetos técnicos, tornando a agricultura menos humana e mais científica.

O desenvolvimento, sustentado na premissa da modernização trouxe concentração e alienou o trabalho dos agricultores, tornando seu meio de produção em produto, retirando até mesmo a capacidade das sementes e se reproduzirem, prendendo-as aos direitos de propriedade. Percebe-se, então, que o desenvolvimento econômico é, na verdade, um mito simples (Veiga, 2006) .

Esta ideia tem desviado a atenção da tarefa essencial de identificar as necessidades fundamentais da comunidade e as oportunidades que o avanço da ciência oferece ao ser, concentrando-a em objetivos abstratos, como investimentos, exportações e crescimento. Todavia, o desenvolvimento, enquanto realização das potencialidades humanas, naturalmente adquire uma conotação positiva. Uma sociedade deveria ser considerada desenvolvida na medida em que o ser conseguisse satisfazer suas necessidades e nutrir suas aspirações (Veiga, 2006).

4. GUARDIÕES DAS SEMENTES CRIOULAS DO RIO GRANDE DO SUL COMO ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO

Certa vez em um de seus escritos, Reclus (1985, p. 38) disse que nós, seres humanos, surgimos como um ponto no tempo e no espaço, na vasta imensidão do cosmos, “nada conhecendo sobre nossas origens nem sobre nossos destinos, ignorando até se pertencemos a uma única espécie animal ou se várias humanidades nasceram sucessivamente para se extinguir e ressurgir novamente”. Essa reflexão leva-nos a considerar que é a partir dessa incerteza intrínseca ao ser que a vida se constrói, embora cada vez mais existam objetos que tendem a alienar a consciência dos sujeitos dada a aceleração do tempo.

Na dita modernidade do agora — composta cada vez mais por híbridos, conforme Latour (1994) — essa indagação pode mostrar-se um tanto alheia, afinal de contas, no modo de produção capitalista, tudo parece ser fluido e compreensível, de modo que no cotidiano sobra pouco tempo para questionar-se sobre o que é a existência e o papel do ser humano nesse processo de produção e reprodução da vida. No fim das contas, a alienação possui esse papel: impelir a reflexão que, inevitavelmente, levaria a questionar tamanha desigualdade nessa totalidade capitalista. Como bem disse Marx (2004, p. 81) nos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*,

na determinação de que o trabalhador se relaciona com o *produto de seu* trabalho como [com] um objeto *estranho* estão todas as consequências. Com efeito, segundo este pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio.

Embora o modo de produção capitalista aliene o trabalhador, sejam aqueles do campo ou dos grandes e pequenos centros urbanos, de acordo com Maria Laura Silveira (2006), o ser humano no mundo é a única forma de vida, entre todas as que habitam o Espaço Geográfico — o planeta enquanto totalidade em totalização — que possui a capacidade de questionar-se sobre o que é a existência. Existir, em uma primeira resposta, seria, de acordo com ela, estar no mundo, ou seja, significa estar fora, ter a oportunidade de agir e de decidir. Buscar uma alternativa aos preceitos postos significa buscar outros sentidos e outros modos de ser.

4.1. Os guardiões a partir das lentes do existencialismo

Silveira (2006), em suas leituras de Heidegger (1958), disse que a existência é uma condição concreta e consciente na qual cada indivíduo se encontra. Quer dizer que habitamos situações palpáveis e não idealizadas. É nesse sentido que, para a geógrafa (2006), o filósofo propõe a ideia de “situação”. Essa situação vai além do próprio ser. Em cada contexto concreto, transcendemos em relação a nós mesmos, aos outros seres e às coisas. Em outras palavras, somos capazes de imaginar e formular projetos para o futuro.

A situação transcende o próprio eu, levando-nos em direção a outros seres; transcende as coisas presentes rumo às futuras, e transcende entidades individuais para vê-las organizadas no universo na totalidade. No tempo e no espaço, encontramos aqui, na existência, em uma situação concreta, mas existe um universo em constante movimento, e poderíamos, neste mesmo instante, estar aqui ou em outro lugar. Isso é o que possibilita ao ser transcender e conceber utopias, projetos e sonhos (Silveira, 2006).

Ao debater o existencialismo e as situações, Silveira (2006) introduz no diálogo a concepção de “prático-inerte” de Sartre (1979). Esse termo se refere à expressão objetiva da ação humana, isto é, à atividade depositada nas coisas, que, embora em certa medida externa ao ser, ainda lhe pertence. Trata-se da ação cristalizada em formas materiais, estruturas jurídicas, manifestações culturais e normas morais — é a atividade humana manifestada no espaço, na natureza, no território, na existência.

De acordo com Santos (2002a), o Espaço Geográfico — uno, porém fragmentado a partir do seu uso — impõe com maior intensidade a unidade do prático-inerte, essa unidade externa da atividade de todos em sua condição de outros. O espaço se apresenta ao conjunto dos seres humanos que o ocupam como um conjunto de potencialidades de valor desigual, cuja utilização deve ser constantemente disputada, dependendo da força de cada indivíduo.

Afinal de contas, “seja qual for o momento da história, o mundo se define como um conjunto de possibilidades [...] isto é o mundo: um conjunto de possibilidades” (Santos, 1996, p. 13). São, portanto, essas “possibilidades que estão por aí boiando

sobre nossas cabeças, que formam um universo e que são, um dia ou outro, colhidas por atores que as realizam, transformando-as em fatos sociais, econômicos e, certamente, num dia ou noutro, em fatos geográficos” (Santos, 1996, p. 13).

Conforme Franklin Leopoldo e Silva (2013) observa, o ser só pode ser compreendido como uma indagação para si: não há respostas definitivas em termos de determinação de essência, tampouco existe uma resposta clara em relação a uma configuração da condição existencial. A compreensão da existência implica a clarificação de um processo, visto como um movimento de totalização permanentemente incompleto.

A existência é caracterizada como um processo de (auto)constituição, o que significa que a realidade do ser enquanto sujeito no mundo é definida por sua falta intrínseca; escolher e agir representam uma movimentação em direção à falta, na própria falta, ou seja, no vazio de onde surge e a partir do qual se estabelece o valor (Silva, 2013).

O existencialismo ressalta a ideia de que cada sujeito é formado por uma história individual, onde cada indivíduo é simplesmente sua própria narrativa, sua própria história, integrada à história global do mundo — História com “H” maiúsculo. Isso implica que a trajetória de um sujeito é a história de uma liberdade como um processo concreto de existência. A continuidade da existência, esse processo que nunca se conclui, pois nunca atinge a totalidade, deve ser compreendida como as escolhas subjetivas que se sucedem ao longo do tempo da existência, aquelas em que o sujeito assume a cada momento seu passado, conferindo-lhe um sentido, e projeta-se no futuro a partir da liberdade em que se reconhece no presente (Silva, 2013).

A condição do ser no mundo deve ser entendida em termos de uma existência histórica. Isso implica uma história individual dentro da história global: o ser molda a história que o molda. A liberdade, como tal, é sempre contextualizada, ou seja, definida historicamente. Esse contexto define o sujeito, que, no entanto, como sujeito da história, redefine a situação por meio dos significados que atribui livremente aos eventos com os quais se depara no exercício de sua liberdade (Silva, 2013).

Segundo Páttaro (2022), o ser humano inevitavelmente exerce sua liberdade e, conseqüentemente, é responsável pelos outros também através de suas decisões. Cada vez que o ser humano escolhe, toma uma decisão, cada vez que ele é livre, ele seleciona

um critério, escolhe o valor a partir do qual esse ato será realizado; e esse valor, que emerge como expressão da liberdade, é singular e, na medida em que o tempo transcorre pela existência, pode tornar-se universal.

É preciso considerar, nesse sentido, o que Marx e Engels (2007, p. 47) disseram há muito tempo: “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual dominante*”. Um sujeito livre é sempre um sujeito histórico, e a existência é sempre histórica. É nesse sentido que o existencialismo precisa ser pensado considerando o materialismo histórico e dialético.

De acordo com o Sartre (2002, p. 21), “uma pretensa 'superação' do marxismo limitar-se-á, na pior das hipóteses, a um retorno ao pré-marxismo e, na melhor, à redescoberta de um pensamento já contido na filosofia que se acreditou superar”. Para Sartre (2002, p. 27), “existe um outro existencialismo que se desenvolveu à margem do marxismo e não contra ele”. Segundo o filósofo (2002), tanto o existencialismo quanto o Materialismo Histórico e Dialético compartilham o mesmo foco, mas o último reintegrou o homem à ideia, enquanto o primeiro o busca em todos os lugares onde ele se encontra: no trabalho, em casa, na rua, no campo, no território, nas relações horizontais, no seu cotidiano.

Como disse Sartre (2002, p. 35) em seus escritos, “com toda a certeza, não pretendemos — como fazia Kierkegaard — que esse homem real seja incognoscível. Dizemos apenas que ele não é conhecido” — e o esforço, aqui, no caso dos guardiões, é tentar compreendê-los na existência presente, no agora, no uso do seu território e na disputa pelo direito de existir, cultivando outra lógica de expressar suas existências no mundo.

Os guardiões das sementes crioulas exercem uma forma de liberdade ao preservar e cultivar variedades tradicionais de sementes que contradizem a lógica hegemônica. Eles fazem escolhas conscientes de manter e compartilhar essas sementes, muitas vezes em oposição à pressão da agricultura industrial e das práticas agrícolas densamente tecnificadas. reconhecem a importância de suas ações para garantir a segurança alimentar, a resistência de seus territórios e a preservação da herança cultural relacionada às práticas agrícolas transgeracionais.

4.2 Re-existências e possibilidades: breves considerações sobre guardiões e guardiãs do Rio Grande

Os processos que envolvem a conservação, a troca e a circulação das sementes crioulas transcendem as relações puramente econômicas, inserindo-se em práticas de uso e manejo da natureza e do território que são influenciadas por duas lógicas distintas: de um lado, a lógica capitalista, que transforma a natureza em mercadoria; de outro, a lógica dos guardiões das sementes, que preservam saberes tradicionais, valorizam a biodiversidade e resistem às imposições do mercado ao trabalhar com sementes que permitem autonomia. É preciso, nesse momento, expor o que compreendemos como trabalho e natureza.

Partimos da definição de Marx (2013, p. 327), na qual "o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza". A partir das leituras em Marx (2013), Marx e Engels (2007), Engels (1979), Suertegaray (2021, 2022, 2023) e Santos (2002a), construiu-se o entendimento de que a "concepção de natureza é social e historicamente construída" (Suertegaray, 2021, p. 55).

Quando analisamos o mundo a partir do espaço, no movimento do global ao local (Santos, 2002a; 2002b), e chegamos no guardião ou a guardiã das sementes crioulas, deparamo-nos com uma rede de valores voltadas a mercantilização da natureza, que ao longo do tempo, em um primeiro momento, através da cumulação primitiva, rompeu o metabolismo do ser com a natureza.

Mais tardiamente, a partir da técnica contemporânea, especialmente na lógica da ciência reducionista, as sementes transformaram-se em produtos em um mercado altamente rentável, controlado por uma parcela mínima de empresas, essas multinacionais, que se apropriaram do patrimônio genético das comunidades tradicionais do campo, desequilibrando a árvore-da-vida.

Partindo do guardião e da guardiã (Pinheiro 2022, Goulart e Mantelli 2024a; 2024b), do local para o mundo, torna-se possível entender o que significa ser um guardião das sementes crioulas nessa totalidade capitalista e refletir sobre outras formas de desenvolvimento que não aquela que visa o lucro acima de tudo e de todos. Os guardiões de sementes compreendem uma diversidade de sujeitos sociais, como

agricultores familiares, comunidades quilombolas e assentados da reforma agrária, cujas atuações estão intrinsecamente ligadas a contextos políticos e sociais.

Esses indivíduos se dedicam à preservação e ao enriquecimento dos recursos genéticos, abrangendo desde sementes alimentares até plantas medicinais, árvores nativas, tubérculos, entre outros elementos da biodiversidade (Pinheiro, 2022).

Seu trabalho é a conservação de sementes, integrando práticas agrícolas orgânicas fundamentadas em uma relação simbiótica com o território. Essa relação representa o trabalho como a mediação do ser no espaço com a natureza, no qual o ser humaniza a natureza e, simultaneamente, é por ela naturalizado.

A atuação dos guardiões envolve redes sociais e territoriais dinâmicas e complexas, que demandam ações cotidianas como semear, plantar, cuidar, colher, armazenar, distribuir e trocar sementes crioulas. Essas práticas, contudo, não se limitam às atividades materiais; elas integram também o compartilhamento de saberes, diálogos e trocas de experiências entre gerações e comunidades (Pinheiro, 2022).

Os saberes dos guardiões emergem de suas experiências diárias no território e resultam de interpretações práticas e negociações contínuas com a natureza, especialmente com o solo e as sementes. Essa interação se manifesta de forma rizomática, entrelaçando relações de causa e efeito que moldam os resultados futuros, como colheitas.

Contudo, as colheitas não devem ser vistas apenas como produtos finais, mas como manifestações de práticas impregnadas de simbolismos e significados, acumulados e transmitidos ao longo do tempo. A continuidade desse processo é essencial para preservar tanto a biodiversidade quanto a riqueza cultural e social associada às sementes crioulas (Pinheiro, 2022).

No município de Rio Grande, aproximadamente 28 sujeitos (Goulart e Mantelli, 2024a; 2024b) e sujeitas integram a Associação dos Guardiões das Sementes Crioulas. O território habitado por esses guardiões é predominantemente rural, com uma economia centrada na agricultura, pecuária e pequenos comércios locais. Esses guardiões vivem em um ritmo mais lento, adaptado ao tempo próprio do lugar, em contraste com o tempo acelerado das grandes cidades — território da natureza.

Atualmente, a Associação existe enquanto um movimento cultural e político, fundamentando-se em termos de trocas de sementes. Existem trocas no dia a dia, entre

as famílias que residem em uma mesma localidade. A Associação também busca, através de visitas, encontrar mais agricultores familiares que queiram tornar-se guardiões de sementes a fim de ampliar as variedades em proteção no município. O contato dos guardiões de Rio Grande não se limita somente ao município. Existem trocas com outras regiões, como Ibarama, Canguçu, Pelotas, Tavares, entre outros.

Através dos diálogos estabelecidos com os guardiões de Rio Grande durante os campos, foi possível constatar que existem sementes presentes em algumas famílias há 100 anos, como o caso do milho cateto branco, e outras há 80, 50 e 30 anos.² Os saberes tradicionais dos guardiões das sementes crioulas repousam sob sua conexão com a natureza e os seus ciclos. Sabem qual é a melhor época para cultivar feijão, a ervilha, o milho. Sabem qual melhor tipo de adubação para utilizar nos processos associados a cada semente. Sabem qual melhor forma de colher e de preparar o feijão.

Em uma das conversas no estudo e campo, uma guardiã contou que frequentemente estendem um pano no chão e colocam os favos de feijão sobre ele como parte de um processo tradicional de secagem. Essa prática tem várias razões práticas e culturais que são essenciais para garantir a preservação e qualidade das sementes, além de ser uma forma de respeitar os métodos geracionais que envolvem a agricultura familiar. O uso do pano proporciona uma secagem mais uniforme, oferecendo uma superfície plana e porosa, que permite a circulação de ar ao redor dos favos de feijão, ajudando na remoção da umidade de forma eficiente.

Esse processo evita que os feijões apodreçam ou se deteriorem devido a uma secagem inadequada. O controle da umidade é um dos maiores desafios para os guardiões das sementes em Rio Grande, uma vez que umidade excessiva prejudica a qualidade da semente e compromete seu potencial de germinação.

Além disso, o pano serve, também, como uma camada protetora que evita danos físicos aos feijões, como amassados ou quebras, que poderiam ocorrer a partir do atrito caso os grãos fossem deixados diretamente no chão. Esse processo também reduz o

² Ver em: GOULART, Darlan. 2025. p. 193. A natureza dos guardiões das sementes crioulas de Rio Grande (RS). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio Grande.

risco de contaminação com impurezas ou sujeira que poderia comprometer a pureza das sementes.

Essa prática de estender o pano no chão também facilita o manuseio dos favos, permitindo que os agricultores mexam, virem ou recolham os feijões com mais facilidade durante o processo de secagem. Em vez de espalhar os grãos diretamente sobre a terra, o pano ajuda a manter uma superfície limpa e controlada, além de tornar mais simples a remoção dos grãos quando a secagem estiver concluída.

Esse é um exemplo que mostra um conhecimento muito antigo que ainda perdura em algumas comunidades. De acordo com Pinheiro (2022), as práticas de armazenamento das sementes crioulas e as técnicas agrícolas estão intimamente ligadas. As famílias agricultoras adotam uma variedade de artefatos, muitos dos quais não foram originalmente projetados para esse fim, mas que, por meio das práticas cotidianas e da aprendizagem social, passaram a desempenhar essa função.

Exemplos clássicos desses artefatos incluem garrafas plásticas e frascos de vidro de café solúvel, desde que possuam tampas capazes de vedar a troca de gases e umidade entre o ambiente interno e externo. Em alguns casos, os agricultores complementam o armazenamento das sementes com areia de dunas, cinzas de fogão ou até mesmo um pedaço de papel em chamas, que consome o oxigênio e garante um ambiente propício para o armazenamento. As cinzas colocadas nas garrafas servem para não deixar os ovos do caruncho se desenvolver caso esteja naquela semente armazenada.

Nos diálogos com os guardiões, descobriu-se que todo trato com as sementes crioulas acontece com insumos orgânicos, respeitando as sementes e o solo. As sementes crioulas, ao contrário das comerciais, se reproduzem e isso permite que os agricultores guardem as sementes para as próximas safras, mantendo sua autonomia.

Outro ponto interessante é que essas sementes dificilmente são comercializadas, tão pouco o produto que delas nascem da terra. Às vezes, nas feiras e troca de sementes, algumas amostras são passadas por um valor simbólico para manter as tarefas da associação. Além disso, na I Feira dos Agricultores Guardiões: resgate da cultura alimentar, que ocorreu em 2024 em Rio Grande, comercializou-se os produtos das sementes crioulas com o intuito de propagar para a população local tipos diferentes de

alimentos livre de agrotóxicos. A existências dos guardiões das sementes de Rio Grande, a partir de sua lógica de ser e existir nos mostram que existem alternativas.

Afinal, segundo Hurtado e Porto-Gonçalves (2022), transcende a sobrevivência ou a resistência passiva, articulando-se como um processo dinâmico e transformador ligado às identidades e às relações de poder que compõem o espaço. Re-existir não significa apenas recuperar ou reafirmar o que já existia, mas reinventar e projetar novas formas de ser e estar no mundo, considerando a historicidade, os conflitos e as negociações que moldam essas identidades.

A identidade, nesse contexto, não pode ser compreendida enquanto fixa ou essencialista; é contingente, construída em relação e contraste com o outro. Assim, emerge das interações sociais, das memórias coletivas e dos conflitos que definem territorialidades e espaços. A construção desse “nós” coletivo — em oposição a um “eles” — reflete um processo político e estratégico, que não apenas afirma uma posição, mas também reconfigura o espaço e as práticas que nele ocorrem (Hurtado e Porto-Gonçalves, 2022).

5. CONCLUSÃO

O avanço do capitalismo globalizado, pautado pela lógica da homogeneização e da intensificação produtiva, tem reduzido a diversidade genética, fragilizado os ecossistemas e comprometido as bases de sustentação das comunidades rurais.

A preservação das sementes crioulas não se reduz à sua dimensão biológica ou econômica; trata-se de um movimento profundamente enraizado nas relações sociais e nas condições históricas que moldam o espaço, representando uma contraposição ao processo de mercantilização e homogeneização da agricultura.

Os guardiões e guardiãs, enquanto sujeitos históricos, existem na dialética entre o global e o local, criando espaços de ação contra-hegemônicos que afirmam outras lógicas de existência. Essa prática não é isolada, mas conectada a um sistema mais amplo de produção e reprodução da vida, no qual a diversidade genética das sementes crioulas se entrelaça com a diversidade cultural, social e econômica das comunidades que as preservam. É, portanto, uma prática que ultrapassa a esfera individual,

articulando-se com os interesses coletivos da classe trabalhadora rural, ao mesmo tempo que desafia as imposições do capital.

Ela carrega em si a memória de um tempo anterior à lógica da mercadoria, um tempo em que o ser humano era, ou ao menos se sentia, mais próximo de sua natureza. Ao preservar essas sementes, os guardiões, muitas vezes inconscientemente, estão afirmando sua liberdade, sua capacidade de viver de forma autônoma e responsável, fora da lógica produtivista e do mercado global, embora encontrem-se imersos nela, assim como todo restante da humanidade.

Esse movimento expressa uma forma concreta de resistência e de construção de um modelo de desenvolvimento alternativo, pautado na sustentabilidade, na cooperação e na valorização dos saberes tradicionais. Mais do que buscar soluções imediatas, é fundamental reconhecer e fortalecer iniciativas como as dos guardiões das sementes crioulas, que apontam caminhos para um futuro mais justo e equilibrado — em que a agricultura deixe de ser apenas um meio de produção e se afirme como prática de dignidade humana, soberania alimentar e cuidado com a natureza.

O capital, contudo, insiste em nos convencer de que é mais simples devastar o planeta e buscar outro lugar para viver do que transformar as relações que aqui sustentam a vida. Resta, portanto, a pergunta: até quando esse modelo econômico continuará sendo viável?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Flamarion Dutra. Considerações sobre métodos e técnicas em geografia humana. **DIALOGUS**, Ribeirão Preto, v.4, n.1, 2008.

AMARAL, Ana Flavia Marcondes do. 2023. p. 99. **Uso corporativo do território e rendas do agronegócio : a atuação das corporações de agrotóxicos-sementes no Brasil**. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro.

ANDRIOLI, Antônio Inácio; FUCHS, Richard. **Transgênicos**: as sementes do mal — a silenciosa contaminação de solos e alimentos. Tradução Ulrich Dressel--1.ed.--São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BERNARDO, Mariana A. Tauil. Legislação brasileira e o sistema informal de produção de sementes crioulas. In: Viviane Camejo Pereira e Fabio Kessler Dal Soglio. **A conservação**

das sementes crioulas: uma visão interdisciplinar da agrobiodiversidade. Ed 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso.** - 2ª ed. rev. - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

BRANDÃO, Carlos. Pacto federativo, reescalonamento do Estado e desafios para a integração e coesão regionais e para a legitimação de políticas regionais no Brasil. In: BRANDÃO, Carlos; SIQUEIRA, Hipólita (orgs.). **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 163-174.

ENGELS, Friedrich. **A Dialética da natureza.** Prólogo de J.B.S. Haldane. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 3ª ed.

FELDENS, Leopoldo. **O homem, a agricultura e a história.** Lajeado : Ed. Univates, 2018.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx:** materialismo e natureza. Tradução de Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett. **Imperialismo ecológico:** a maldição do capitalismo. Socialist register, 2004.

GOULART, Darlan; MANTELLI, Jussara. Os guardiões das sementes crioulas de Rio Grande/RS e suas temporalidades: resistências às transformações na relação com a natureza. **Ciência Geográfica, Bauru**, ano XXVII, v. XXVII, n. 4, p. 1-20, jan./dez. 2024.

GOULART, Darlan; MANTELLI, Jussara. (Re)existências a ruptura do metabolismo entre o ser e natureza: ensaio sobre os guardiões das sementes crioulas de Rio Grande (RS). **Posición: Revista del Instituto de Investigaciones Geográficas**, n. 11, p. 1-19, 2024.

GOULART, Darlan. 2025. p. 193. A natureza dos guardiões das sementes crioulas de Rio Grande (RS). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio Grande.

HEIDEGGER, Martin. **Essais et Conférences.** Paris: Gallimard, 1958.

HURTADO, Lina Maria.; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. RESISTIR Y RE-EXISTIR. **GEOgraphia**, v. 24, n. 53, 22 nov. 2022.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos:** ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. — Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ** -Ano 13, nº. 22, v. 2, 2º semestre de 2011p.290-322.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução, Rubens Enderle, Nélío Schneider, Luciano Cavini Martorano. - São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O capital** [recurso eletrônico]: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDINA, Gabriel da Silva. Economia do agronegócio no Brasil: participação brasileira na cadeia produtiva da soja entre 2015 e 2020. **Novos Cadernos NAEA**. v. 24 n. 1. p. 231-254. jan-abr 2021.

PÁTTARO, Míriam Giberti. "Estar no mundo, eis a questão": apontamentos sobre existencialismo em Sartre. **Revista Multiplicidade**, volume XI, 2022, p. 39-51.

PINHEIRO, Regis de Araujo. **Tecendo olhares aos processos coevolutivos estabelecidos pelas famílias agricultoras guardiãs de sementes e o sistema solo**. 2022. 316 f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

RECLUS, Élisée. O homem é a natureza adquirindo consciência de si próprio. In: ANDRADE, Manuel Correia de. **Elisée Reclus**. Editora Ética, 1985, p. 38-41.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANTOS, Milton. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 21: 7-14, ago., 1996.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002a.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002b.

SARTRE, Jean-Paul (1960). **Crítica de la Razón Dialéctica**. Precedida de Cuestiones de Método (Critique de la Raison Dialectique – Précédé de Questions de Méthode). Gallimard, 1960. Traducción de Manuel Lamana. 3ª ed., Buenos Aires: Losada, 1979.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Literatura, ética e política em Sartre. Vol.1 - Nº1 - 2º. Revista **Limiar**, 2013, p. 1-9.

SILVEIRA, Maria Laura. O Espaço Geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 19, PP. 81-91, 2006.

SHIVA, Vandana. **The Violence of the Green Revolution**: Third World Agriculture, Ecology, and Politics. Zed Books, 1991.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Tradução de Laura Cardellini Barbosa de Oliveira; prefácio de Hugh Lucy e Marcos Barbosa de Oliveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Meio, Ambiente e Geografia**. Porto Alegre: Compasso LugarCultura, 2021.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. O Tempo que Escoa e o Tempo que Faz: a natureza da natureza, o território da natureza e a natureza do território. In: Eliseu Savério Sposito, Guilherme dos Santos Claudino. **Teorias na Geografia II**: manifestações da natureza. - Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022, p. 133-153.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Territórios da natureza: apropriação e extinção no Brasil. **Geousp**, v. 27, n. 2, e-213159, maio/ago. 2023

VEIGA, José Eli da. Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 83-94, jul./set. 2006.

LAS SEMILLAS CRIOLLAS COMO ALTERNATIVA AL DESARROLLO: OTRAS EXISTENCIAS, OTRAS NATURALEZAS

RESUMEN

El artículo debate la concepción de desarrollo vinculada al modo de producción capitalista, especialmente en el contexto de un mundo globalizado. Esta perspectiva hegemónica se sustenta ampliamente en prácticas agrícolas tecnificadas y orientadas a la monocultura, las cuales han generado severos impactos ambientales y sociales. La noción de desarrollo, frecuentemente asociada al progreso económico, se relativiza al considerar sus contradicciones e implicaciones para los ecosistemas naturales y las comunidades tradicionales. En este sentido, el trabajo discute la existencia de los guardianes de las semillas criollas en Rio Grande do Sul como una alternativa sostenible y contrahegemónica a este modelo explotador. Estos actores desempeñan un papel esencial en la preservación de la biodiversidad, en el mantenimiento de prácticas agrícolas tradicionales y en el fortalecimiento de una relación equilibrada con la naturaleza. La discusión evidencia que dichas prácticas representan una resistencia al avance de la agricultura tecnificada, además de constituir una propuesta concreta de resiliencia frente a las crisis socioambientales provocadas por la globalización y el agronegocio.

Palabras clave: Desarrollo; Semillas criollas; Guardianes; Naturaleza.

CREOLE SEEDS AS AN ALTERNATIVE TO DEVELOPMENT: OTHER EXISTENCES, OTHER NATURES

ABSTRACT

The article discusses the concept of development linked to the capitalist mode of production, particularly in the context of a globalized world. This hegemonic perspective is largely supported by technified agricultural practices oriented towards monoculture, which have caused severe environmental and social impacts. The notion of development, often associated with economic progress, is relativized when its contradictions and implications for natural ecosystems and traditional communities are considered. In this regard, the study examines the existence of the guardians of creole seeds in Rio Grande do Sul as a sustainable and counter-hegemonic alternative to this exploitative model. These actors play a crucial role in preserving biodiversity, maintaining traditional agricultural practices, and strengthening a balanced relationship with nature. The discussion highlights that such practices represent resistance to the advance of technified agriculture, as well as a concrete proposal for resilience in the face of socio-environmental crises driven by globalization and agribusiness.

Keywords: Development; Creole seeds; Guardians; Nature.

Recebido: dezembro 2024

Aceite: outubro 2025

MIGRAÇÃO PARA TRANSAMAZÔNICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS DOS SUJEITOS DE BRASIL NOVO (PA), VICINAL 19 – COMUNIDADE SANTOS DUMONT

Mateus Monteiro Lobato¹

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo fazer uma discussão sobre a produção do espaço amazônico a partir das narrativas e experiências dos sujeitos migrantes que chegaram à região no contexto da construção da Rodovia Transamazônica, bem como a discrepância entre as expectativas alimentadas pelas propagandas feitas pelo governo com a realidade encontrada por eles ao se estabelecerem na região. A partir disso, é estabelecido um recorte de análise que é o município de Brasil Novo, mais especificamente a comunidade Santos Dumont, na Vicinal 19. As promessas e propagandas feitas pelo governo em meados de 1970, se baseavam no incentivo a migração partindo de um discurso que era necessário “fazer Amazônia”. A construção da rodovia não representava somente uma via de transporte, mas simbolizava um avanço ao que eles consideravam desenvolvimento. Através de uma pesquisa bibliográfica e um trabalho de campo realizado na comunidade, a fim de coletar dados sobre essa migração, foi possível captar as narrativas além da visualização de como o fenômeno migratório reconfigurou esse espaço, além de tornar evidente como as especificidades e bagagem dos sujeitos migrantes são cruciais no processo de produção do espaço amazônico.

Palavras-chave: Migrantes; Transformações espaciais; Modelos gráficos; dispositivos de colonização.

1. INTRODUÇÃO

O espaço fronteiriço é dinâmico e contraditório e pode ser considerado uma terra de manobras do “grande capital”. Essas manobras dentro do espaço amazônico se basearam no incentivo à migração para essa região. Ela possui também um caráter instável, movente e inacabado, sendo essa de expansão um processo histórico ao qual não é fácil romper (Becker, 1991; Lená, 1988).

A formação socioespacial do sudoeste paraense possui um movimento diversificado e complexo, sendo associado aos fenômenos sociais ocorridos na região, dentre os quais aqueles acontecidos depois de 1970, quando se inicia de forma intensa as políticas de “desbravamento” (Becker; Miranda; Machado, 1990).

Kruger (2022) trata dessas táticas de atrair migrantes à região como “dispositivos de colonização”, sendo então as estratégias utilizadas para a ocupação e exploração amazônica. Um dos exemplos foram as instalações de grandes projetos rodoviários e que provocaram intensos fluxos migratórios, como é o caso da Rodovia Transamazônica

¹ Professor de Geografia da Universidade Federal do Pará, Campus de Altamira (UFPA) e do Mestrado Profissional em Ensino de Geografia (PROFGEO).

(BR-230). Sua construção se iniciou em 1972 e desde o começo ela foi uma dessas estratégias para atrair migrantes para ocupação das áreas consideradas “vazias” (Becker, 1991; Soares, 1948; Umbuzeiro, 2012).

Esse processo desencadeou a ocupação das margens da rodovia e ao longo dos chamados travessões, que são estradas vicinais que cortam transversalmente a Transamazônica². Uma das consequências foi a criação de diversos núcleos de povoamento ao longo da rodovia, e alguns dando origem a novos municípios, como é o caso de Brasil Novo (figura 1), emancipado em 01 de janeiro 1991 e hoje com 24.718 habitantes (IBGE, 2024).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ao exercer a sua principal função de implementação de políticas de reforma agrária no Brasil, promoveu a distribuição de terras e regularização fundiária ao longo da Transamazônica. Ele foi fundamental no processo de reassentamento das famílias migrantes que chegaram à região nessa época, visando integrar a região e promover a ocupação ordenada do território.

Tratando desse processo na fronteira amazônica anteriormente mencionado, nosso recorte de análise se trata da Vicinal 19, Comunidade Santos Dumont, no município de Brasil Novo-PA, uma localidade originária diretamente desse período de colonização oficial e de reocupação dessa fronteira (figura 1).

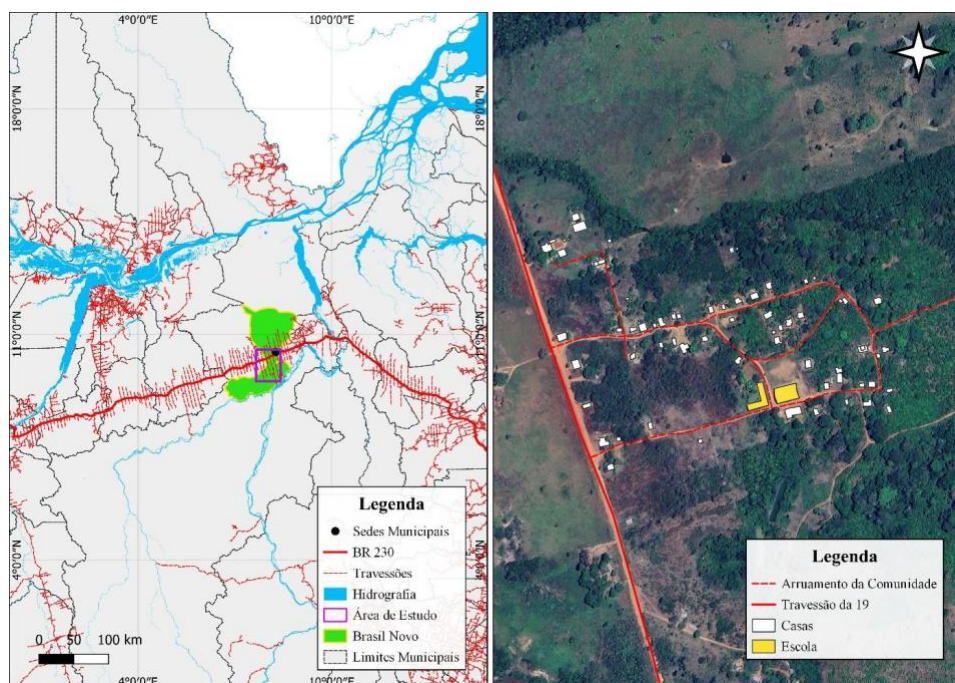
Assim, a problemática central deste estudo reside em compreender como os fluxos migratórios induzidos durante a construção da Rodovia Transamazônica impactaram na constituição socioespacial da Comunidade Santos Dumont. A principal questão que guia esta pesquisa é: *Quais são as motivações que levaram os sujeitos a migrarem para a Comunidade Santos Dumont e como essas migrações contribuíram para a produção do espaço geográfico local?*

A discussão acerca dos processos migratórios não só ilumina as experiências individuais dos migrantes, mas também revela a influência das estratégias hegemônicas do “grande capital” sobre a produção do espaço amazônico. Assim, este estudo

² Essas estradas que cortam transversalmente a Rodovia Transamazônica são popularmente chamadas de travessões, logo, os termos vicinais e travessões são sinônimos. Todavia, adotaremos vicinais, pois é a partir dele que a comunidade estudada é conhecida.

pretende contribuir para uma compreensão específica e, quiçá, mais ampla das interações entre migração, colonização e produção do espaço na Amazônia.

Figura 1 - Localização da Comunidade Santos Dumont



Fonte: IBGE (2022)/Adaptado.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos propostos, realizamos entrevistas com os habitantes da Comunidade Santos Dumont para captar as narrativas dos migrantes e compreender suas experiências e percepções sobre o processo de formação da comunidade. Elas nos permitiram elucidar as experiências e percepções dos migrantes sobre suas trajetórias e foram realizadas no dia 16 de março de 2024, utilizando um questionário semiestruturado, formulado no intuito de responder e fomentar o debate acerca de como essa bagagem por trás da trajetória influenciou na formação espacial da comunidade.

Em campo, fizemos uma busca pelos pioneiros que ainda residiam na comunidade e então realizamos as entrevistas para compreender suas experiências. No entanto, ao chegar à área de estudo, constatou-se que muitos dos pioneiros já haviam falecido, o que limitou a coleta de informações diretas e evidenciou a necessidade de explorar fontes secundárias e relatos históricos.

Diante desse cenário foi possível coletar relatos de moradores que chegaram após a época dos pioneiros e com filhos desses primeiros habitantes. Com isso, foi possível produção de informações que também foram de grande contribuição para entender a história da formação da região além das influências deixadas por aqueles que produziram esse território. Assim, a ausência desses pioneiros permitiu-nos ir além da Comunidade Santos Dumont para buscar informações que se tornaram relevantes para ajudar na reconstituição da produção espacial, mas que de uma forma ou de outra estavam a ela ligada.

Para discussão do fenômeno migratório partimos das leituras de Sayad (1998) que trata da migração como um fenômeno social completo, ressaltando que os migrantes sempre possuem motivos específicos para se deslocarem. Assim, analisar as trajetórias migratórias desses indivíduos é fundamental para compreender como suas experiências moldaram as dinâmicas socioespaciais do território onde se estabeleceram, como é o caso de Brasil Novo e da comunidade Santos Dumont.

Para a representar cartograficamente o fenômeno, escolhemos uma metodologia alinhada com a perspectiva de Brunet (2021) e Bertin (1988), que entraram na Geografia Brasileira a partir de Girardi (2024), como Cartografia Geográfica Crítica (CGC). Essa é uma tentativa de rediscussão da cartografia vista em Girardi (2011; 2024), que priorizou o olhar crítico proposto por Harley (1991) sobre os mapas e a história da cartografia mundial.

Um dos pilares da CGC é tomar os mapas como instrumentos de comunicação, isto é, valorizar não sua forma ou a metodologia de produção, mas sim a sua mensagem. Desse jeito, outras formas de representação que não a cartografia sistemática, elaborada a partir de ferramentas de geolocalização e com base na precisão geodésica. Uma dessas metodologias são os modelos gráficos, uma forma de representação mais aberta e mais flexível, que permite outras abordagens (Brunet, 2021; Girardi, 2011; 2024).

Os modelos gráficos foram produzidos a partir do Canva, que é uma plataforma de designer gráfico. Sua escolha foi justamente por conta da flexibilidade na produção dos modelos, possuindo uma série de elementos e formas que tornam possível a elaboração de representações gráficas que não se prendam aos tradicionalismos da cartografia formal.

Na construção dos modelos foram estabelecidos formas e símbolos padrões para representação dos fenômenos, além da escolha de anos estratégicos para representar os marcos da transformação do espaço, que foram expressos numa legenda básica presente em todos os modelos gráficos.

3. MIGRAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES NA AMAZÔNIA: RODOVIA TRANSAMAZÔNICA, PROMESSAS E REALIDADES DAS CAMPANHAS DE COLONIZAÇÃO

A fronteira é um espaço contraditório e dominado pelas manobras hegemônicas, especialmente a Amazônia, que é caracterizada por sua dinâmica de contradições. Lená (1988) e Becker (1991) afirmam que essas manobras incluem o incentivo à migração para a região, intensificado após os anos de 1970 com a implementação das políticas de desbravamento. Kruger (2022) irá descrever essas políticas como “dispositivos de colonização” que visam a ocupação e exploração do território amazônico através de estratégia específicas. O exemplo emblemático citado nesse trabalho é a construção da Rodovia Transamazônica (BR-230), que Umbuzeiro (2012) afirma ter sido um dos principais motores da atração de migrantes para essas áreas que eram consideradas “vazias”.

Nesse sentido, a partir de Sawyer (1984) e Becker (2009), vemos que o espaço fronteiro amazônico é marcado por diversas manobras e estratégias de dominação que envolvem uma variedade de conflitos e interesses, mas que apontaram para uma ocupação da fronteira sob os moldes do grande capital.

A natureza instável e inacabada da fronteira amazônica é um reflexo de um processo histórico complexo que persiste ao longo do tempo (Lená, 1988). A mobilidade populacional para colonização da Amazônia está intrinsecamente ligada aos interesses de poder, evidenciados em slogans como “integrar para não entregar” e “terras sem homens, para homens sem-terra”. Essas estratégias buscavam convencer migrantes de diversas partes do Brasil a se deslocarem para a região, considerada um vazio demográfico (Becker; Miranda; Machado, 1990).

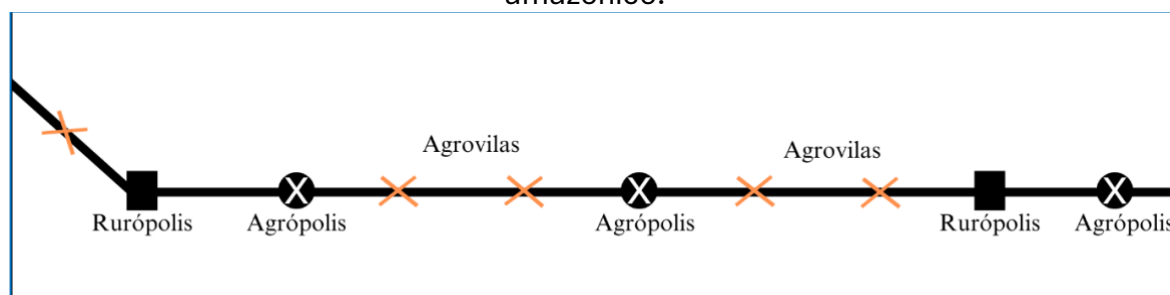
O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado em 1970, desempenhou um papel crucial nesse processo, promovendo políticas de reforma

agrária e regularização fundiária. O INCRA facilitou o reassentamento das famílias migrantes na região, visando integrar e ordenar a ocupação do território (Becker; Miranda; Machado, 1990).

No início, Brasil Novo foi estabelecido como uma Agropólis pelo INCRA, funcionando como sede administrativa e suporte à colonização (Araújo, S.D.; Brasil Novo, S.D.). A criação ocorreu em razão da distância em relação à cidade de Altamira e da necessidade de promover o desenvolvimento e a integração na Transamazônica (Becker; Miranda; Machado, 1990).

Houve a tentativa do planejamento estratégico estatal de criar um polo de desenvolvimento na região e fomentar a transformação espacial da Amazônia, muitos esquemas e modelos foram utilizados, de certa forma preponderou uma visão christalleriana do processo, como é possível verificar na figura 2 (Becker; Miranda; Machado, 1990; Moura; Ribeiro, 2009).

Figura 2 - Exemplo de modelo de planejamento que visava o desenvolvimento amazônico.



Fonte: Moura e Ribeiro (2009)/Adaptado.

Era parte do plano de colonização a criação de agrovilas pelo INCRA, nas Vicinais ao longo da Rodovia Transamazônica, que faziam parte do Projeto Integrado de Colonização (PIC). Também era objetivo do Programa, a criação de Agrópolis, que eram a reunião de Agrovilas, a qual se dava em torno de um núcleo de serviços urbanos, sendo assim, o objetivo das Agrópolis era o de atender as demandas das Agrovilas. Já as Rurópolis, de acordo com o planejamento, seria o centro do conjunto de Agrópolis (Moura; Ribeiro, 2009).

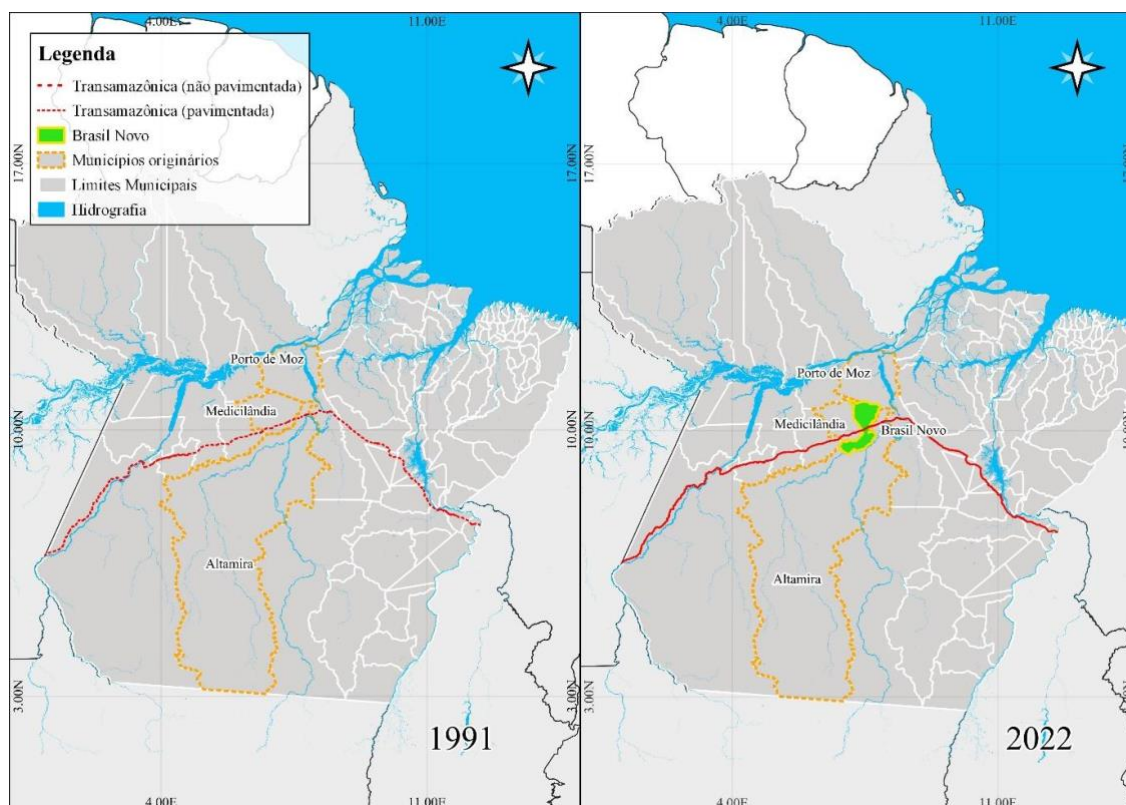
Esse modelo de planejamento possuía o objetivo de hierarquizar o ordenamento urbano, criando uma dependência entre cada uma dessas categorias. Destarte, estratégias foram elaboradas, pois as agrovilas foram criadas para serem o núcleo de

serviços gerais para atender as demandas dos moradores de determinada Vicinal, elas deviam contar com serviço de uma escola nível de 1º Grau, uma igreja ecumênica, um posto médico e, em alguns casos, armazém agrícolas. Já o objetivo das Agrópolis seria o de atender as demandas das agrovilas, que foram sendo construídas ao longo da rodovia. As Agrópolis deviam oferecer serviços bancários, correios, telefones, escola de segundo grau etc., sendo assim, elas tinham como objetivo atender aquelas demandas que as agrovilas não atendiam, porém apenas uma Agrópolis foi criada, Brasil Novo, no km 56. As Rurópolis, subordinaria um conjunto de Agrópolis, e na prática foi construída apenas uma: a Presidente Médici. (Moura; Ribeiro, 2009).

Após o término da ditadura militar e a retomada da democracia, foram fundados novos municípios na Amazônia, desde os fins da década de 1980 e começo de 1990, entre eles, Brasil Novo, que segundo dados do IBGE foi elevado à categoria de município e distrito com essa denominação, pela lei estadual nº 5672, de 13/12/1991, desmembrado de Medicilândia, Altamira e Porto Moz. Sede no distrito de Brasil Novo (figura 3), ex-localidade de Altamira (Brasil Novo, S.D.; Rocha, 2013).

O município tem sua formação intrinsecamente ligada às migrações ocorridas durante a construção da Rodovia Transamazônica e da construção de casas pelo INCRA (figura 4), fazendo parte dos municípios colonizados na década de 1970 durante as campanhas de integração da Amazônia. Indivíduos de todas as regiões do Brasil se deslocaram para o município, com uma predominância significativa de migrantes vindos do Nordeste (figura 5).

Figura 3 - Brasil Novo e seu desmembramento.



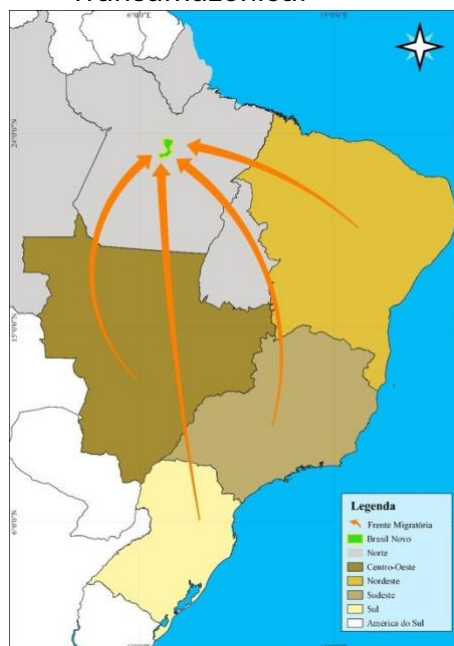
Fonte: IBGE (2022)/Adaptado.

Figura 4 - Trecho da Transamazônica entre Brasil Novo-Altamira (PA) e casa padrão do INCRA em Brasil Novo (PA) – s.d.



Fonte: IBGE (2024)/Adaptado.

Figura 5 - Frentes Migratórias para Brasil-Novo com a construção da Rodovia Transamazônica.



Fonte: IBGE (2022/Adaptado)

Essa dinâmica migratória resulta de uma combinação de fatores sociais e econômicos que influenciam as decisões das pessoas em busca de novos lugares para viver e que foram incentivados pelo governo federal através dos dispositivos de colonização para ocupar e “desenvolver” a Amazônia (Kruger, 2022).

Com as políticas desenvolvidas pelo governo da época, via INCRA, juntamente com a abertura da rodovia, muitos migrantes de diversas regiões do Brasil chegaram à região (figura 5). O governo federal prometia a integração da Amazônia por meio da distribuição de terras e da construção de habitações para migrantes nas chamadas Agrovilas. De acordo com o planejamento do governo, numa faixa de 10 km de cada lado das estradas, o INCRA distribuiria lotes de terra a baixo custo, oferecendo financiamento a longo prazo. Cada lote de 100 hectares seria vendido por pouco mais de 3.500 cruzeiros, com um pagamento facilitado em vinte anos e carência de três anos. Além disso, cada lote incluiria uma casa de madeira (figura 4) localizada no centro de pequenas vilas, que deveriam se transformar em núcleos residenciais e, futuramente, em cidades. (Braga; Souza, 2019).

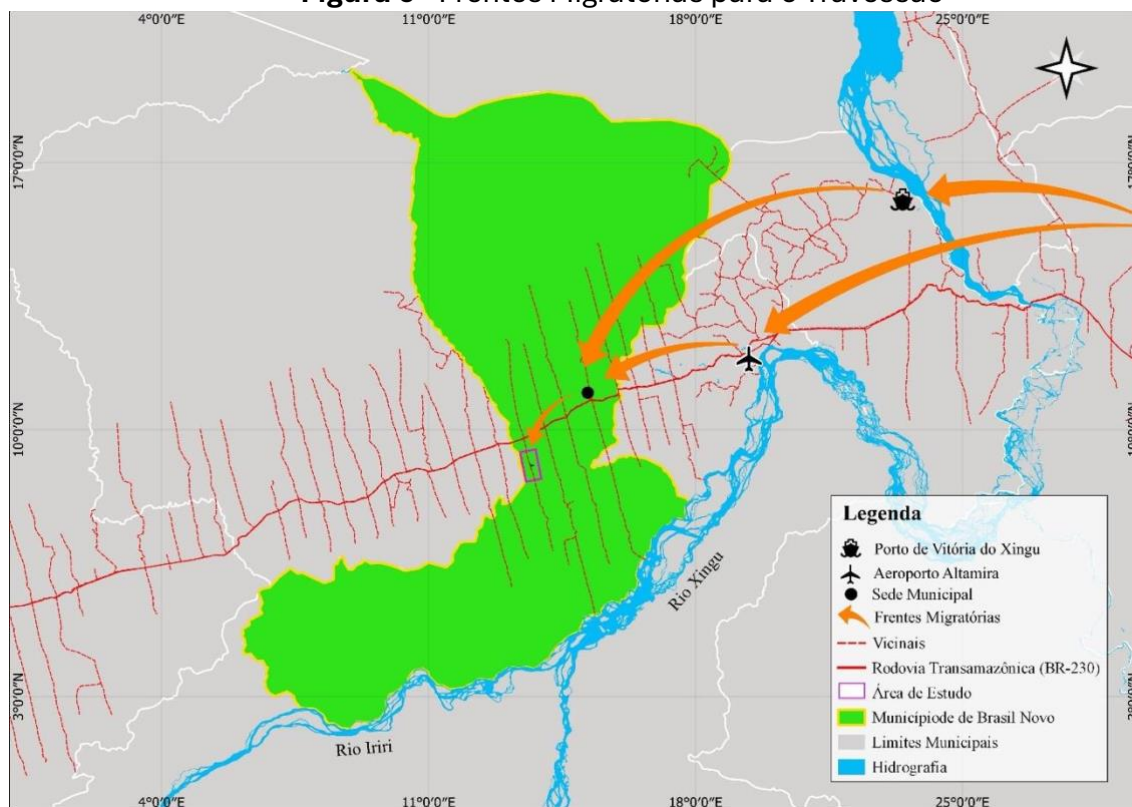
Voltando à figura 5, vemos o quanto a ação da migração na escala macro deve ser ponderada, pois somente o Estado a serviço do capital tem a capacidade de mobilizar

fluxos migratórios inter-regionais contínuos, seja a partir de planejamento/propaganda, ou a própria construção da rodovia Transamazônica, ligando o Nordeste ao Norte.

Do ponto de vista micro, isto é, a partir da individualidade e idiossincrasias de cada migrante, podemos alinhar os estudos de Sayad (1998) com o que vimos em campo. Para esse pesquisador, os migrantes são parte de uma estrutura sociológica que os considera como fundamentais na constituição do fenômeno migratório. Portanto, cada tijolo colocado numa casa, ou cada planta cultivada na terra, tem a mão do migrante como vetor de realização desses atos. Por isso, a migração é um fato social completo, pois o sujeito migrante é a ponta da realização das macroestruturas migratórias, mas sem o qual não pode existir.

Na perspectiva de migração de Sayad (1998), aquilo que foi oferecido aos migrantes (a terra prometida e a ascensão social) funcionou como incentivo à mobilidade, convergindo com o que Kruger (2022) aponta como dispositivos de colonização, os quais eram responsáveis pelas propagandas ideológicas para atrair migrantes. O apelo à migração foi feito a partir da ideia de progresso, onde a construção da rodovia apresentaria uma ideia de modernidade, nesse sentido, os sujeitos deviam “construir” a Amazônia, sendo para aqueles que se aventavam em desbravá-las, símbolo de coragem. Assim, a ideia de migração para Amazônia representava uma oportunidade de prosperar em uma nova terra, idealizando uma imagem de “sonho amazônico”.

Na figura 6, é possível observar as estradas que dão acesso as vicinais onde seriam localizadas as Agrovilas, esse modelo ficou conhecido como “espinha de peixe”. Nesse mapa também podemos visualizar o trajeto feito pelos migrantes até chegarem à comunidade, sendo que alguns vieram de avião, outros de barco ou pela Transamazônica, quando estava concluída nessa região.

Figura 6 - Frentes Migratórias para o Travessão

Fonte: IBGE (2022/Adaptado)

O caminho penoso até chegar ao destino (a “vida nova” pela propaganda) era apenas um “detalhe” a ser vencido no início, porém, determinou muitas trajetórias, pois, como será visto, as condições socioespaciais não eram nem de longe iguais ao que era dito no momento do convencimento (figura 4).

No plano macro, fazia parte do planejamento estratégico estatal abarrotar a Amazônia de pessoas/migrantes, justamente porque um dos objetivos foi o que Machado (1999) visualizou: formação de um mercado de trabalho na região. Portanto, corroboramos mais uma vez com a perspectiva de Sayad (1998) ao apontar que as migrações são fatos sociais completos, haja vista que estamos operando nas escalas micro (olhar para o migrante) e macro (do planejamento estratégico estatal).

Nesse sentido, cabe teorizar que a formação territorial de Brasil Novo e da Comunidade são resultados que ao mesmo tempo do que deram “certo e errado”. Certo porque é possível ver sob um prisma do que foi produzido espacialmente e errado pois nem de longe reflete os completos anseios de cada lado.

Ao contemplar a realidade mecanicamente podemos perceber essa dualidade simplista do certo e do errado. Todavia, a produção do espaço da comunidade e seu

entorno revelam uma realidade muito mais complexa e eivada de sinuosidades. Dessa feita, não é possível falar em vitoriosos e perdedores sem que seja cotejada a realidade em que estamos dialogando, bem como a forma como as narrativas são propagadas.

Do ponto de vista do que apontou Soares (1948) e Machado (1999) podemos dizer que minimamente houve um sucesso, já que a densidade demográfica da região foi ampliada e o mercado de trabalho foi de alguma forma instituído. Todavia, em quais condições esses objetivos foram instaurados é que faz parte do olhar geográfico proposto aqui. Para nós, o migrante foi agente ativo na modificação do que fora proposto e nos resultados que observamos, porém a reconfiguração do espaço se deu não somente como o planejamento que o governo previa, mas a partir das especificidades de cada migrante e sobretudo a partir das condições materiais em que eles se encontravam.

4. ENTRE PROMESSAS E REALIDADES: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELOS MIGRANTES NA TRANSAMAZÔNICA

A medida em que o espaço é produzido, as relações do capital vão se modificando, o que pode ser observado durante o regime militar, no qual as estratégias que incentivavam o povoamento da região se baseavam no discurso de um espaço vazio e que precisava ser explorado, atraindo migrantes principalmente do Nordeste e Sul do país. A Amazônia é, propriamente dita, exemplo das mais diversas transformações globais ocorridas principalmente a partir da revolução técnico-científica (Becker, 2009).

A chegada desses sujeitos à Amazônia está diretamente ligada a produção do espaço baseadas no incentivo à migração (escala macro), uma vez que suas práticas e modos de vida impactam diretamente a transformação do território.

O discurso de vazio demográfico sustentava as visões desenvolvimentistas e excludentes, e permitiu a exploração da Amazônia sob a ideologia de que essa área poderia ser explorada sem provocar impactos sociais ou ambientais significativos. No entanto, essa perspectiva ignora as populações tradicionais e seus modos diferenciados de uso e produção do território (Braga; Souza; 2019).

Nesse contexto, o migrante se torna agente de mudança socioespacial, uma vez que suas práticas de ocupação contribuíram para a reconfiguração do espaço

amazônico, a implementação desses grandes projetos, como a Transamazônica acarreta num novo arranjo territorial, isso pode ser evidenciado se analisarmos os mapas (figuras 1, 3, 5 e 6) dispostos nesse trabalho (Rocha, 2013; Sayad, 1998).

Desde sua construção até instalação efetiva, a Transamazônica trouxe mudanças para o espaço amazônico tanto em questões ambientais, sociais, territoriais e econômicas. Os sujeitos que se dispuseram a “desbravar” a região, ao se instalarem, foram produzindo o espaço da maneira que era possível. A abertura das Vicinais pode ser vista como reflexo disso, os migrantes se instalaram na região e provocaram visíveis mudanças nas dinâmicas socioterritoriais da região.

Os programas de integração foram cruciais para influenciar na decisão de migração desses sujeitos, as políticas tinham objetivo de ocupar e “desenvolver” a região Amazônica, que era vista como um vazio demográfico, é nesse contexto que surgem os slogans “terra sem homens para homens sem-terra” e “integrar para não entregar” (Becker; Miranda; Machado, 1990; Kruger, 2022).

Durante todas as entrevistas ficou perceptível que essas pessoas se propunham a vir para região na busca de melhores condições de vida vislumbrados por esses slogans e propagandas que eram divulgados na época. Em um trecho das entrevistas temos os seguintes relatos:

Entrevistador: Quando a sr (a) chegou aqui na região?

Entrevistado 01: Nós “cheguemo” aqui em 79.

Entrevistador: 79 né, e por que a sr (a) veio “pra” região? o que levou a sra a vir “pra” cá?

Entrevistado 01: Mermã de Deus, isso é que eu não sei, é que eu tinha 13 anos nessa época.

Entrevistador: 13 anos né, mas quais motivações levaram a sra a vir para região...

Entrevistado 01: Do pai que veio “pra” cá, “pra” achar um lugar melhor.

Entrevistador: por que que a sr (a) veio ‘pra’ cá “pra” região?

Entrevistado 02: Vim “pra” cá porque meu marido...meu sogro primeiramente... “pra” cá? ou ‘pro’ Paraná?

Entrevistador: Pra cá.

Entrevistado 02: “pra” cá porque a gente ouvia que era muito bom aqui, que era bom vir, e aí o Fulano³ tinha um parente lá no Paraná, aí disse “a nós “vamo” um dia lá no Pará, que lá é muito bom e nos “vamo” comprar terra lá...dois primo dele, um mora no Goiás e o outro mora no Paraná, mas o lá no Paraná já morreu...agora o lá de Goiás eu não sei...ai meu marido veio cá sabe, com esse primo dele, com esse Ademar e esse outro Faustino, aí veio cá, “agradaro” e “gostaro”, mas aí as mulher num “quisero” vir, e eu tive que vir...

³ Daqui em diante, todos os nomes que aparecerão nas entrevistas não correspondem ao original, pois foram alterados para preservar a identidade dos sujeitos.

Como é possível perceber pelas entrevistas, os discursos dos sujeitos convergem com o que Kruger (2022) e Braga e Souza (2019) asseveraram sobre a propaganda: a ideia de Amazônia era vendida como “terra fantástica”, e as motivações da migração para região eram baseadas na ideia de encontrar um “paraíso prometido”. Entretanto, a realidade da nova terra (figura 4) era discrepante das expectativas que foram nutridas pelos migrantes a partir das campanhas de colonização do governo.

Durante as entrevistas constatamos a insatisfação e a decepção daqueles que se propuseram a chegar na região e se depararam com uma realidade diferente daquilo que estava em suas expectativas, principalmente por conta da propaganda que teria motivado a sua vinda para a região. Esses sujeitos migravam para a região a fim de melhores condições de vida como trabalho, acesso à educação, saúde, etc. A maioria dos entrevistados afirma não ter recebido apoio do governo para chegar até a comunidade em que residem atualmente, sendo que muitos trouxeram a família de ônibus ou até mesmo nos ditos “pau de arara”.

Ao chegarem à Vicinal da 19, diversas foram as dificuldades encontradas, relacionadas a saúde, educação, estradas etc. Alguns entrevistados afirmam que muita coisa já melhorou, mas que ainda têm muito a melhorar, principalmente em relação a saúde, tendo em vista que a comunidade Santos Dumont ainda não possui um posto de saúde, possuem apenas Agente de Saúde que realiza visitas mensais. Sendo assim, quando necessário um atendimento mais específico eles são obrigados a se encaminharem para a Vicinal 50 ou Brasil Novo e, em casos mais graves, devem recorrer a Altamira.

Coadunando com o que Sayad (1998) diz, a migração pode ser definida como o movimento de deslocamento de pessoas no espaço e que esse espaço não seria propriamente físico, seria também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, politicamente, economicamente e sobretudo culturalmente. Por isso é necessário destacar então que a migração é resultado de fatores econômicos, políticos e sociais, como busca por melhores condições de vida, oportunidades de trabalho, escapar de conflitos e perseguições, entre outros. Ele também aborda os desafios e paradoxos enfrentados pelos migrantes ao se adaptarem a uma nova cultura e sociedade.

A migração seria então um fato social completo, que se torna ainda mais complexo nessa região, pois, como é relatado, as políticas de integração incentivavam a migração vendendo a Amazônia como um lugar de conquistas e sonho de uma nova vida (Braga; Souza, 2019; Sayad, 1998).

Partindo dessa discussão e ao analisar as migrações ocorridas na região é clara a contradição entre as promessas feitas pelo governo com a realidade encontrada pelos sujeitos migrantes. Os relatos dos sujeitos migrantes evidenciam a dificuldade de permanência após sua instalação na região, principalmente por fatores relacionados as falsas promessas as quais eles se apegaram para a tomada de decisão de sua migração.

Diversas eram as promessas feitas pelo governo a fim de atrair os olhares desses sujeitos para Amazônia. No entanto, ao chegarem à região, muitos migrantes descobriram que nem todas as casas prometidas (figura 4) estavam prontas. Essa realidade gerou insatisfação e dificuldades significativas na adaptação dos colonos a esse novo ambiente. A discrepância entre as promessas feitas e as condições encontradas no local evidenciou os desafios enfrentados pelo INCRA na implementação dessas políticas e refletiu as complexidades do processo de colonização na Amazônia. Sendo as principais reclamações relatadas pelos entrevistados são sobre as estradas que davam acesso a vicinal e a infraestrutura básica que não foi construída. O INCRA se propôs a reassentar as famílias migrantes, porém ao chegarem à região pouca ou nenhuma da infraestrutura prometida se encontrava pronta, motivo esse de muitas famílias que atualmente residem na vicinal 19, se estabelecerem antes na vicinal 50.

Há também aqueles migrantes que afirmam satisfação em sua decisão de vinda para região, mesmo com todas as adversidades encontradas, isso é reflexo também do discurso que foi propagado, o sentimento de ter resistido as dificuldades e contradições formam neles um sentimento de “bravura” e “coragem”. Muitos deles contam uma história apenas com “vitórias”, pois escondem que as condições de reprodução e sobrevivência eram difíceis pela realidade atroz que eles encontraram, fazendo muitos deles desistirem ou tombarem durante o processo (Braga; Souza, 2019).

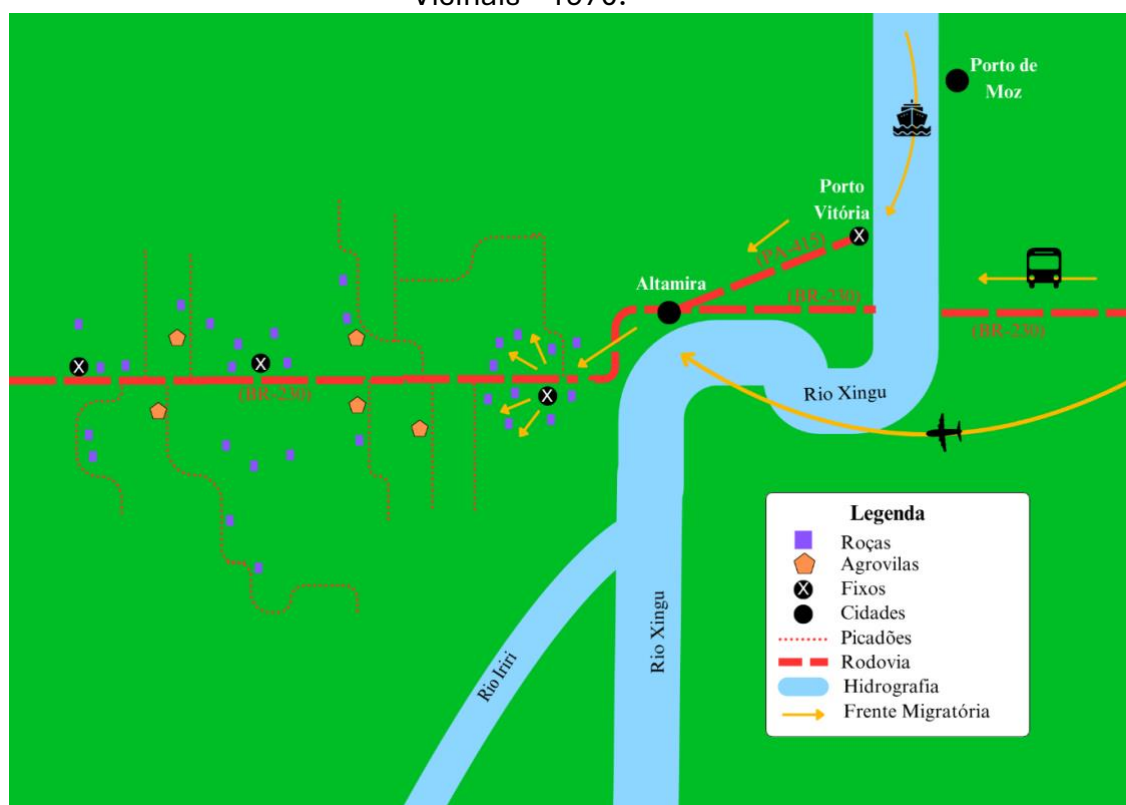
O governo militar possuía um projeto de desenvolvimento para colonização da Amazônia, porém, este não ocorreu de maneira uniforme, houve muitos sobressaltos e que impôs muitos desvios no caminho (Becker; Miranda; Machado, 1990), um desses foi

a força dos migrantes que na região resistiam, seja enfrentando o grande capital, seja produzindo o espaço conforme sua condição imediata.

O intuito do Estado era a criação de vários polos de colonização (figura 2), como é exemplo das Agrópolis. Esse modo de planejamento urbano, por sua vez, não ocorreu como pensado, principalmente porque cada sujeito migrante traz consigo especificidades, cada grupo de migrante carrega consigo uma bagagem cultural, social e econômica que impacta em suas práticas e ações em determinado espaço.

No modelo gráfico da figura 7, é possível a visualização de como essas frentes migratórias foram moldando o território, principalmente com a abertura da vicinais e agrovilas, lugar onde esses sujeitos se instalavam e construíam suas roças.

Figura 7 - Produção do espaço a partir da instalação da Transamazônica e das Vicinais – 1970.



Fonte: IBGE (2022/Adaptado).

Em 1970 começava a construção da Transamazônica e consequentemente, como previsto pelo governo federal eram feitas a abertura também das vicinais, mesmo que ainda de maneira “aleatória”, já era possível visualizar o espaço sendo produzido a

partir das frentes de migração. As agrovilas já começavam a aparecer e os migrantes se espalham pelo território construindo as chamadas “roças”⁴ (figura 7).

Em 1970 Altamira e Porto de Moz eram os únicos núcleos oficiais que existiam, a primeira foi fundada como vila em 1911, à margem esquerda do rio Xingu, desmembrada de Souzel e Porto de Moz. Já Porto de Moz tem sua origem ligada à aldeia de Maturú ou Muturú fundada por religiosos em 1639 e elevado à categoria de vila em 1758 e à de cidade em 1890, extinto em 1930 e recriado em 1937 (Tavares, 2008).

O que viria a ser Brasil Novo, Medicilândia e Uruará ainda eram apenas o que denominamos como fixos, local a qual servia de sede administrativa e suporte à colonização do INCRA e eram denominadas como Agrópolis. As rodovias ainda não eram asfaltadas, tanto Transamazônica (BR-230), quanto a PA-415, por isso sua representação aparece em tracejado.

A migração ocorreu de diversas maneiras, que reflete a complexidade e a diversidade das experiências migratórias na região. As principais formas de deslocamento incluíam o transporte aéreo, a navegação fluvial e o tráfego terrestre, cada uma com suas características e implicações.

O transporte terrestre passa a se tornar mais intenso justamente nesse período de 1970 e 1980, onde projetos como o da Transamazônica implantavam diversas rodovias interligando as regiões do Brasil. Por outro lado, os rios também desempenharam um papel fundamental na migração para a Amazônia com a grande rede hidrográfica da região era possível acesso a essas áreas, permitindo que migrantes utilizassem embarcações para se deslocarem.

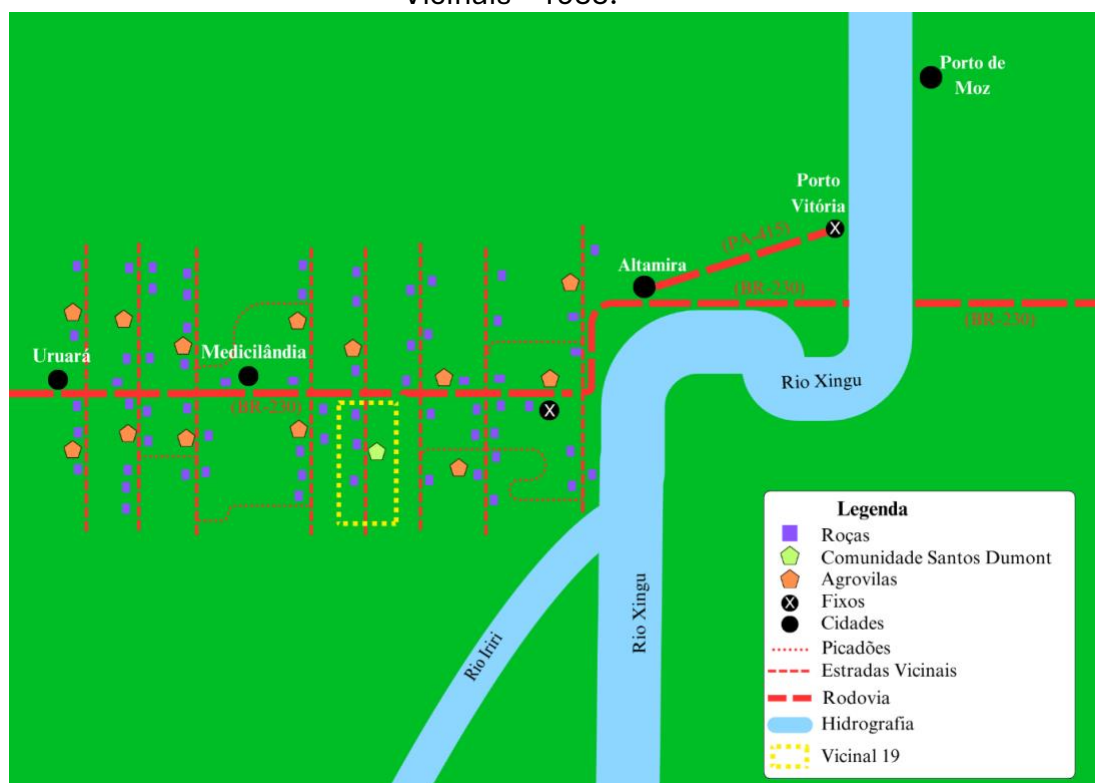
Essa migração ocorreu também por vias aéreas subsidiadas pelo governo brasileiro nos aviões da Viação Aérea de São Paulo (VASP). A VASP, desempenhou um papel crucial no transporte dessas famílias migrantes. Não é possível afirmar que todos os migrantes da Comunidade Santos Dumont vieram de avião, contudo faz-se necessário pontuar que houve a opção desse modal aos migrantes, pois alguns deles relataram essas viagens.

⁴ As “roças” são o nome popular dado as propriedades que foram ocupadas pelos migrantes. Nelas eram desenvolvidas atividades voltadas a desde a agricultura familiar até a pastagem para criação de gado.

Na prática, o que ocorreu não foi excepcionalmente como o programado, os sujeitos migrantes, ao chegarem à região, além de se depararem com uma realidade diferente daquilo que lhes foram prometidos, passaram a se adequar e produzir o espaço a partir das condições que lhes era oferecida.

Como a Rodovia Transamazônica ainda não asfaltada e as agrovilas já estabelecidas, em meados de 1988 é possível observar o modelo de planejamento para desenvolvimento amazônico se concretizando de forma mais clara. Todavia a circulação ainda era um desafio, sendo assim, fugindo do plano formal de ordenamento urbano, os próprios sujeitos migrantes iam construindo os chamados “picadões” (estradas que ligam as vicinais) por conta da necessidade de conexão, seja para transporte de produtos agrícolas, movimentação de pessoas de vicinal para vicinal etc.. Ao mesmo tempo, tendo em vista o aumento da circulação informal, cresce também o número de roças ao longo das estradas (figura 8).

Figura 8 - Produção do espaço a partir da instalação da Transamazônica e das Vicinais – 1988.



Fonte: IBGE (2022/Adaptado)

No contexto mais amplo, surge o município de Uruará, originário de povoados na Transamazônica, entre Altamira e Itaituba, em um local onde o INCRA, pretendia

implantar uma Agrópolis. Então, por meio da lei n. 5.435, em 5 de maio de 1988, Uruará é criado enquanto município e instalado em 1 de janeiro de 1989. Surge também como município independente Medicilândia, criado em 05 de maio de 1988, através da lei n. 5.438, originário de uma agrovila instalada pelo INCRA, entre Altamira e Itaituba (Tavares, 2008).

Com informações coletadas em campo, foi possível perceber que as migrações continuaram ocorrendo no contexto da Transamazônica, mesmo após sua “finalização”. Isso porque aqueles que se estabeleceram na região, ao se decepcionarem com a realidade encontrada, passaram a vender suas terras, assim, é criado um fluxo migratório, que se baseavam na ideia de transformar as terras abandonadas ou mal aproveitadas por aqueles que se viram desiludidos com o que encontraram. Por isso, é possível ressaltar mais uma vez que o espaço foi produzido a partir das condições materiais que esses sujeitos migrantes encontraram, e essa produção não ocorreu completamente alinhada com o planejamento do governo da época.

A agrovila da Vicinal 19, nomeada como Comunidade Santos Dumont, surge então nessa circunstância, fica localizada a mais ou menos 26 Km da sede do município de Brasil Novo. Diferente daquilo que foi planejado, a comunidade não conta com um Posto de Saúde. Esse motivo leva os sujeitos que residem nessa comunidade a se deslocarem para agrovilas vizinhas para prestarem esse tipo de serviço.

Temos o seguinte relato coletado em campo:

Entrevistador – Como era acesso a saúde e educação aqui na região? Quando vocês chegaram aqui no travessão na 19?

Entrevistado 02 – como é?

Entrevistador – Acesso a saúde, educação? Tinha postinho? Tinha escola?

Entrevistado – Não, aqui não... só no 50 né... mas se tá falando é daqui né? Não, aqui nunca teve postinho não...

Entrevistador – Mas já tinha escola?

Entrevistado 02 – A escola já tinha, o colégio velho

Pela fala do entrevistado percebemos que nem todas as agrovilas se desenvolveram da maneira como prometia o governo, em algumas, como é o caso desta em questão, foram construídas apenas as casas para reassentar as famílias migrantes e a escola (figura 9), que leva o mesmo nome da comunidade e que tem apenas o Ensino Fundamental.

Figura 9 - Escola Santos Dumont, localizada na agrovila.

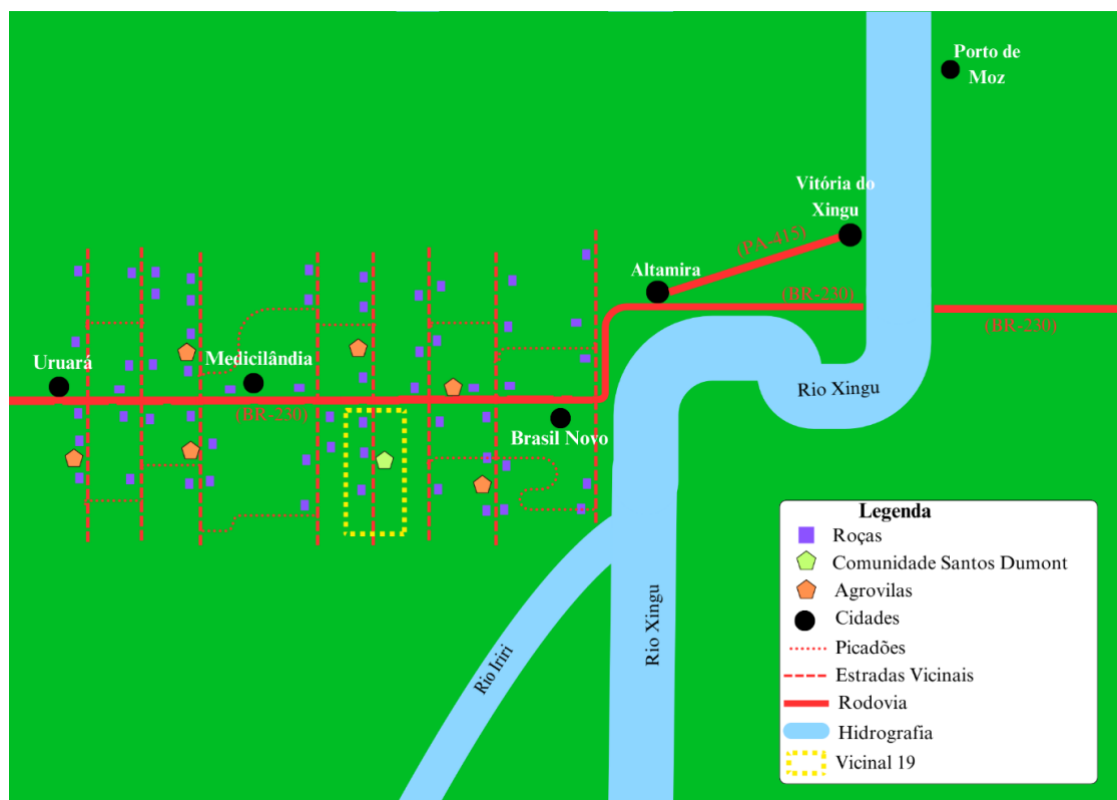


Fonte - Arquivo pessoal (2024).

Todavia, se vê pelas palavras do migrante, não há postinho de saúde, um dos pilares fundamentais para qualidade de vida de uma comunidade, sua ausência, além de comprometer o bem-estar desses moradores, leva a necessidade de um fluxo migratório que ocorre diariamente, principalmente para a busca de áreas que sejam mais favoráveis ou para áreas mais promissoras. A carência de uma estrutura básica leva muitos moradores a se deslocarem diariamente em busca de serviços, o que pode justificar mais uma vez a construção dos “picadões” uma vez que essas estradas tornam o acesso a outras vicinais mais acessível.

Na figura 10, é possível observar mudanças significativas, pois algumas agrovilas “desaparecem” e o número de propriedades/roças diminui. Isso ocorre parte em consequência da desilusão dos migrantes ao se estabelecerem na região. As mudanças em relação as necessidades dos sujeitos migrantes, também impactam na produção do espaço, uma vez que essas necessidades mudam, levam a esses sujeitos a reconfigurarem o espaço de acordo com essas novas demandas.

Figura 10 - Produção do espaço a partir da instalação da Transamazônica e das Vicinais – 2024.



Fonte: IBGE (2022/Adaptado)

A prática e a experiência dos migrantes são cruciais na transformação desses espaços aos quais eles se estabelecem, principalmente nas formas de produzir e habitar. Nesse momento (2024) a Rodovia Transamazônica (BR-230) já está asfaltada, assim como a PA-415 também recebe melhoria asfáltica.

O migrante carrega consigo práticas específicas que sempre irão impactar o espaço a qual ele chega, durante o campo foi possível observar essa afirmação. Essas particularidades se tornam um enclave para o planejamento urbano que o governo possuía, um reflexo disso pode ser observado nas formas de moradia estabelecidas pelos sujeitos migrantes. Enquanto o INCRA planejava casas com dimensões e características específicas, como é visto na figura 4, muitos migrantes construíram suas residências com materiais locais e métodos tradicionais que refletem sua cultura, um exemplo são as casas feitas de barro.

No Nordeste esse tipo de moradia era comum, feitas de taipa, ou de pau-a-pique, feita de barro e madeira, sendo mais do que uma imposição social. Fotografias coletadas no campo comprovam que mesmo havendo um padrão de moradias, alguns reflexos dos métodos e culturas que os migrantes carregaram, ainda resistem até os dias atuais (figura 11).

Figura 11 - Casa de Barro localizada na agrovila, contrastando com o que foi planejado e propagandeado.



Fonte: Arquivo pessoal (2024).

Com o passar do tempo os tipos de moradias e ocupações também foram mudando, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1980, muitos moradores passaram a investir em melhorias, modificando ou até mesmo substituindo as casas originais por outras em alvenaria (Braga; Souza, 2019), um dos entrevistados contribui:

Entrevistador – O sr lembra como era a localidade aqui quando o sr chegou?

Entrevistado 6 – Era tudo mato, o Incra que fez a agrovila aqui todinha, aí cada colono tinha uma casa, uma casa ou um lote

Entrevistador – O sr lembra como era essa divisão de casa por colono?

Entrevistado 6 – Era 20... é que eles tiraram lote tudinho, cortaram né... o INCRA deu, era vinte e poucos colonos, cada casa tinha um morador... hoje só tem uma casa do INCRA.

Brasil Novo é resultado das transformações históricas e sociais presentes na configuração de seu espaço, apesar do governo possuir um modelo de urbanização, este não ocorreu de maneira linear e exatamente como o planejado. Esse município é criado pela lei n. 5.692, de 13 de dezembro de 1991, desmembrado de Altamira. (Tavares, 2008).

O fluxo migratório durante as décadas de 1970 e 1980 foram cruciais nesse processo de emancipação e reconhecimento de Brasil Novo enquanto município, isso porque, o que antes era considerado Agrópolis, já passa a receber muitas famílias migrantes. O fato de muitas agrovilas não estarem completamente desenvolvidas, levou a muitas famílias retornarem à sede do que é considerado hoje o município, principalmente pela busca de serviços urbanos básicos (escola 2º Grau, serviços de saúde, serviços de bancos etc.).

Podemos explicar a elevação de Brasil Novo à categoria de município pela sua dinâmica urbana ao longo desses quase vinte anos, pois ele serviu de base logística da colonização e dispersão dos migrantes pelos travessões e picadões (figura 6 e 10).

A partir dos modelos gráficos é possível perceber como o planejamento urbano e regional se deu por meio da construção das rodovias, vicinais, agrovilas, agrópolis etc. A construção da Transamazônica, iniciada em 1970, representava mais do que um simples projeto de infraestrutura viária; ela visava implementar um grandioso programa de “desenvolvimento” e integração nacional da Amazônia. Esse programa tinha como objetivo a sua ocupação, especialmente por migrantes nordestinos e sulistas que buscavam oportunidades de trabalho na agricultura. Assim, as atividades agrícolas se tornaram o principal elo entre essas pessoas e a região amazônica (Braga; Souza, 2019).

O Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, João Paulo dos Reis Velloso discutia no Plenário da Câmara dos Deputados, dia 15 de julho de 1970 sobre a importância e grandeza da Rodovia Transamazônica para o desenvolvimento da Amazônia.

O ministro imprime à Transamazônica um sentido de grandeza absoluto diante de outras rodovias, mesmo as que fizeram parte de outros projetos de colonização. Segundo Velloso (2017), somente a Transamazônica, junto à Cuiabá-Santarém, tem a função de integração nacional, conectando o centro, a Amazônia e o Nordeste. Para fomentar o apoio ao PIN na câmara, Velloso (2017, p. 28) faz um apelo por um voto de confiança no Brasil, visto que “o Programa de Integração é, antes de tudo, a solução corajosa, árdua, necessária, para o próprio desenvolvimento do Nordeste (Kruger, 2022, p.11).

Isso impactou diretamente no perfil demográfico de Brasil Novo e entorno, haja vista que o maior número de migrantes que residem no município serem de origem nordestina, reflexo também das políticas de integração e colonização desenvolvidas na

época. O governo militar propagou um discurso onde a Transamazônica surgia como uma solução face aos problemas que a população enfrentava no Nordeste.

O espaço foi se modificando de acordo com as necessidades dos sujeitos que habitavam essa região (figuras 7, 8 e 10). Podemos perceber o desaparecimento de algumas agrovilas, isso ocorreu pelo fato da falta de coerência em relação ao planejamento governamental. Muitas agrovilas, durante a chegada das famílias em 1970, ainda não estavam prontas como o que foi prometido, isso fez com que muitas famílias desistissem de possuir a tão sonhada terra, além das várias outras dificuldades enfrentadas a questões de acesso a serviços básicos.

Nos modelos gráficos é perceptível essa produção do espaço como resultados das migrações, sendo assim o fenômeno migratório possui relação direta com as mudanças territoriais. A medida em que a rodovia ia sendo construída, ela ia “cortando” e abrindo frente ao que eles consideravam como “fazer a Amazônia”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reconfiguração espacial que se observa hoje no espaço amazônico é reflexo das políticas voltadas ao incentivo à migração para essa região e obra dos sujeitos migrantes, que em um movimento de “fazer a Amazônia” se aventuravam em desbravar a região, até como símbolo de “bravura” e “coragem”. Encantados com as propagandas e alimentados pela busca de melhores condições de vidas, esses sujeitos foram atraídos não apenas pela terra em si, mas pela possibilidade de escapar de realidades econômicas difíceis as quais enfrentavam nas suas regiões originais.

Esse trabalho buscou contribuir com essa discussão a partir da narrativa dos migrantes da comunidade Santos Dumont, que é justamente resultado dessa dinâmica de “desenvolvimento” previsto para Amazônia. Os migrantes se estabeleceram e diferente do que era prometido, foram os próprios sujeitos migrantes que construíram, reconfiguraram o espaço e o transformaram no que é hoje a agrovila.

Na escala macro, a migração ocorrida, foi impulsionada sobretudo no incentivo do governo militar para promover a Transamazônica com uma solução para o “desenvolvimento” regional, vendendo a ideia de que “fazer a Amazônia”, traria progresso, oportunidades de acesso à terra e melhorias na qualidade de vida. Por outro

lado, na escala micro, ou seja, a realidade enfrentada pelos migrantes, era bem diferente. Ao se estabelecerem na região muitos se depararam com desafios que contrariavam as promessas governamentais, entre eles estavam; condições de vida difícil, adaptação cultural e social, falta de suporte etc.

Essa relação entre escala macro e micro reflete o que é a Amazônia hoje, não é possível afirmar se há ganhadores ou perdedores, nem o grande capital, nem os migrantes saíram 100% vencedores. O espaço foi produzido por aqueles que de fato viveram a história, porém, essa resistência se deu sobre muito sofrimento, pois enquanto o governo vendia uma visão otimista sobre o desenvolvimento, os migrantes viviam uma realidade marcadas por condições materiais que não eram favoráveis à sua permanência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, C. Brasil Novo: fruto da colonização da Amazônia. **Geoxingu**. Altamira, s.d.. Disponível em: [\[https://geoxingu.webnode.com.br/regi%C3%A3o%20do%20xingu/brasil-novo/\]](https://geoxingu.webnode.com.br/regi%C3%A3o%20do%20xingu/brasil-novo/). Acessado em: 17 dez 2024.

BECKER, B. **Amazônia**. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1991.

BECKER, B. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, 172 p.

BECKER, B; MIRANDA, M; MACHADO, L. **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990, 219 p.

BERTIN, J. Um novo olhar sobre a cartografia. **Seleção de textos**, AGB, São Paulo, v. 18, p. 45-62, 1988.

BRAGA, M. M. M.; SOUZA, C. M. Transamazônica: terra, trabalho e sonhos. **Territórios e Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 172-191, 2019.

BRUNET, R. O mapa – modelo e os coremas. **Confins** [Online], n. 50, ano 2021, Acessado em: 16 set. 2024. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/36575>.

BRASIL NOVO. História. Brasil Novo: Prefeitura de Brasil Novo, s.d.. Disponível em: [\[https://brasilnovo.pa.gov.br/o-municipio/historia/\]](https://brasilnovo.pa.gov.br/o-municipio/historia/). Acesso em: 17 dez 2024.

GIRARDI, E. A construção de uma cartografia crítica. **Revista Geográfica da América Central**. Número especial EGAL, 2011, Costa Rica. II Semestre. pp. 1-17.

GIRARDI, E. A concepção de representação (carto)gráfica para Roger Brunet: aportes para o desenvolvimento da Cartografia Geográfica Crítica. **Confins** [Online], s.l., n. 62,

jan./mar., 2024. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/56000>. Acessado em: 22 set. 2024. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.56000>.

HARLEY, J. B. A nova história da cartografia. In: UNESCO. **O correio da UNESCO**. Ano 19, n. 8. Paris: UNESCO, 1991, p. 1-20.

IBGE, **Cidades**: Brasil Novo; Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/brasil-novo/panorama>. Acessado em: 06 mai. 2024.

KRUGER, R. B. O discurso do governo militar: dispositivos mobilizados na colonização da Transamazônica. **Revista de História da UEG**, v. 11, n. 2, p. e122207-e122207, 2022.

LÉNA, P. Diversidade da fronteira agrícola na Amazônia. **Fronteiras**. Brasília: UNB/ORSTOM, 1988, p. 90-129.

MACHADO, L. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira. **Cadernos IPPUR**, n. 1, 1999, pp. 109-138.

MOURA, A. R. de; RIBEIRO, J. de C. **Altamira no contexto geográfico**. Altamira: Editora do Autor, 2009, 119 p.

ROCHA, G. A dinâmica territorial da malha político-administrativa municipal da região norte do Brasil (1988-2010). **Novos Cadernos NAEA**. v. 16, n. 1, pp. 211-228. jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/570/1772>. Acessado em: 25 set 2014.

SAYAD, A. A migração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: EDUSP, 1998, 304 p.

SAWYER, D. R. Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 1, n. 1/2, ABEP, Campinas, SP, 1984.

SOARES, L. de C. Delimitação da Amazônia para fins de planejamento econômico. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 10, n. 2, pp. 2-52, abr./jun. 1948.

TAVARES, M. G. da C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação dos municípios. **Revista ACTA Geográfica**, ano II, n. 3, jan./jun. 2008, p. 59-83.

UMBUZEIRO, U. B. **Altamira e sua história**. Belém: Ponto Press, 2012, 382 p.

**MIGRATION TO TRANSAMAZON AND THE PRODUCTION OF SPACE:
MIGRATORY TRAJECTORIES OF PEOPLE FROM BRASIL NOVO (PA), VICINAL 19 -
SANTOS DUMONT COMMUNITY**

ABSTRACT

This work aims to discuss the production of Amazonian space based on the narratives and experiences of migrant subjects who arrived in the region during the construction of the Transamazonian

Highway, as well as the discrepancy between the expectations fueled by government marketing and the reality they encountered upon settling in the area. The analysis focuses on the municipality of Brasil Novo, specifically the Santos Dumont community along Vicinal 19. The promises and propaganda promoted by the government in the mid-1970s were centered on encouraging migration through the discourse that it was necessary to “build the Amazon.” The construction of the highway represented not only a means of transportation but also symbolized what was considered a step toward development. Through bibliographic research and fieldwork conducted in the community to collect data on this migration process, it was possible to capture the migrants’ narratives and observe how this migratory phenomenon reshaped the space. Furthermore, it became evident that the specificities and backgrounds of the migrant subjects are crucial in the process of producing Amazonian space.

Keywords: Migrants; Spatial transformations; Graphic models; Colonization devices.

MIGRACIÓN A TRANSAMAZON Y LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO: TRAYECTORIAS MIGRATORIAS DE PERSONAS DE BRASIL NOVO (PA), VICINAL 19 - COMUNIDAD SANTOS DUMONT

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo discutir la producción del espacio amazónico a partir de las narrativas y experiencias de los sujetos migrantes que llegaron a la región en el contexto de la construcción de la Carretera Transamazónica, así como la discrepancia entre las expectativas alimentadas por la propaganda del gobierno y la realidad que encontraron al establecerse en la región. A partir de ello, se establece un recorte de análisis centrado en el municipio de Brasil Novo, más específicamente en la comunidad Santos Dumont, en la Vicinal 19. Las promesas y propagandas realizadas por el gobierno a mediados de la década de 1970 se basaban en el incentivo a la migración, partiendo de un discurso que afirmaba la necesidad de “hacer la Amazonia”. La construcción de la carretera no representaba solamente una vía de transporte, sino que simbolizaba un avance hacia lo que se consideraba desarrollo. A través de una investigación bibliográfica y un trabajo de campo realizado en la comunidad, con el fin de recopilar datos sobre esta migración, fue posible captar las narrativas y visualizar cómo el fenómeno migratorio reconfiguró este espacio, además de evidenciar cómo las especificidades y el bagaje de los sujetos migrantes son cruciales en el proceso de producción del espacio amazónico.

Palabras clave: Migrantes; Transformaciones espaciales; Modelos gráficos.

Recebido: agosto 2025

Aceite: novembro 2025

MESTIÇAGEM E PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO ESPACIAL: EFEITOS DOS USOS DE TESTES DE ANCESTRALIDADE GENÉTICA

Taís Castro Garcia¹

RESUMO

Brasil é um país forjado por uma colonização agressiva e escravocrata, com vastas narrativas apagadas, processos de embranquecimento e exclusão, que são parte de uma história que influenciam as dinâmicas sociais brasileiras até os dias de hoje, agitando em grandes debates políticos, sociais e culturais que levam à procura de reconhecimento e de uma história talvez de origem, dentro deste contexto o que significa ser brasileiro? Por meio da realização da pesquisa a respeito dos testes de ancestralidade genética e pertencimento geográfico, nos debruçamos na questão sobre a identidade nacional, produzindo dados a partir de entrevistas e análises de conteúdo e discurso. As cidades em que vamos selecionar voluntários serão: Bagé, Pelotas, Porto Alegre e Caxias do Sul, todas localizadas no Rio Grande do Sul. Serão selecionados 3 participantes em cada cidade. Até o momento de análise é possível identificar uma associação com o ser brasileiro com a mestiçagem e que as empresas que comercializam os testes de ancestralidade se utilizam desse discurso do brasileiro mestiço para reforçar a ideia de uma origem não conhecida por conta da “mistura” que existe na população brasileira.

Palavras-chave: Identidade brasileira; Testes de ancestralidade genética; Mestiçagem; Pertencimento geográfico; Consciência nacional.

1. INTRODUÇÃO

Quando determinado sujeito realiza a afirmação “sou brasileiro(a)”, o que está por trás? Como a identidade espacial brasileira se formou a partir da ideia de “mistura racial” ou “mestiçagem”? O que está associado a essa identidade? Qual o papel dos testes de ancestralidade genética na produção dessa identidade? Estas são algumas questões que o presente trabalho realiza, pois temos como proposta investigar os discursos que produzem a consciência nacional brasileira e como estas questões podem ganhar novos contornos a partir do uso de testes de ancestralidade genética. A identificação espacial dos brasileiros é marcada por conflitos raciais que se apoiam na ideia da mestiçagem e que oferecem subsídios para uma narrativa de que todo brasileiro é “uma mistura de raças”. Conforme Kent e Wade (2015, p. 820, tradução nossa) nos relatam:

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Desde a década de 1930, a mestiçagem tem sido muitas vezes reinterpretada em termos positivos e a figura híbrida do mestiço tornou-se central para a construção de uma identidade nacional unificada. As interpretações culturais da população brasileira deslocaram as abordagens biológicas nos debates públicos.

O processo de formação do Brasil passa por vários períodos de apagamento de sua história, o que acaba por desencadear descontinuidades familiares e sociais que despertam em parte da população um desejo de descobrir de onde vêm. Essa memória negada de um Brasil que tinha como projeto destruir a sua negritude fez muitos dos seus habitantes procurarem uma história ou uma origem que está muitas vezes fora do território. É nesta busca, talvez, que os testes de ancestralidade genética ganhem um lugar de destaque, pois as empresas que os comercializam promovem o DNA² como uma verdade geográfica ou uma denominação de origem geneticamente certificada. A partir de seu uso, são produzidas simultaneamente identidades privilegiadas (brancas, europeias) e identidades estigmatizadas (racializadas), revelando os mecanismos de hierarquização racial. Conforme nos aponta Silva (2014, p. 83),

A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade. Paradoxalmente, são as outras identidades que são marcadas como tais. Numa sociedade em que impera a supremacia branca, por exemplo, “ser branco” não é ser considerado uma identidade étnica ou racial.

Na busca por uma identidade, novos discursos sobre os corpos ganham novas notas quando reivindicados pelas biociências e pelos regimes de verdades disputados pelas novas tecnologias. Nesse cenário, este projeto discute que o DNA se torna um mecanismo capaz de oportunizar reivindicações sobre a nossa própria história, memória ou origem às quais não tínhamos acesso. A partir desse contexto, os testes de ancestralidades genética se apresentam como dispositivos que produzem o desejo por descobrir a identidade geográfica dos seus usuários a partir do DNA.

O teste é promovido como um produto capaz de trazer respostas aos processos históricos e espaciais do Brasil a respeito de uma ideia de origem. Na trajetória dos brasileiros, há uma carência de elementos concretos à produção de uma identidade,

² A sigla DNA é a sigla em língua inglesa para ácido desoxirribonucleico, moléculas que armazenam as informações genéticas do indivíduo. Contemporaneamente, tem-se usado também como sinônimo de identidade ou características, por exemplo, quando se usa em “o DNA dessa empresa..”.

pois nossa história nacional possui lacunas em sua narrativa, fazendo com que a genética assuma um lugar de validação de um passado ignorado. Na dificuldade de rastrear suas próprias genealogias que não podem ser extrapoladas a partir da identificação fenotípica, os usuários dos testes de ancestralidade consomem um imaginário que até então poderia ser ignorado ou desconhecido: uma nova história que pode vir na contramão dos lugares vivenciados durante toda uma vida.

Os testes de ancestralidade genética, no Brasil, são comercializados por três empresas: *Genera* (brasileira), *MyHeritage* (israelense) e *MeuDNA* (brasileira). Aqui queremos destacar uma delas, a *Genera*, que neste ano produziu um estudo sobre a ancestralidade do brasileiro a partir do DNA, e segundo esse estudo o Brasil é uma país “multiétnico”, o que pressuporia que a ideia de mestiçagem poderia ser lida através de uma testagem genética. A empresa faz uma relação direta entre Genética e História ao afirmar que

Em toda a sua história, o Brasil foi construído pela miscigenação entre diferentes povos, e essa característica o difere do restante do planeta. Portanto, entender as características genéticas do povo brasileiro ajuda a compreender a história e evolução da própria humanidade. (Cardinalli, 2023)

O Brasil é um país com diferentes identificações populacionais e no qual o discurso da Mestiçagem foi e é um dos dispositivos narrativos que possui uma influência significativa no imaginário identitário dos seus cidadãos. Essa identidade também é carregada de contradições, pois pode ganhar uma conotação positiva ou negativa a depender do grupo ao qual o usuário estiver identificado. Por exemplo, quando nos referimos aos brasileiros como sendo algo distinto do *afrobrasileiro* ou do *indígena* – submetemos a identidade brasileira a um processo de branqueamento. Por outro lado, quando se quer reforçar uma identidade europeia e negar o status de latino-americano, usa-se o brasileiro de forma pejorativa para racializar aqueles que não são tidos por brancos.

O discurso da mestiçagem foi passando por modificações ao longo da constituição do território brasileira e na busca por uma identidade nacional. Em um primeiro momento, ela é vista como a perda da pureza genética – ou seja, a miscigenação foi considerada a violação de uma raça original e estável – em outras palavras, a perda da branquitude. Em um segundo momento, já no início do século XX, há a necessidade de reorientar o discurso e promover a mestiçagem como característica

que descreve a população brasileira – buscando resgatar uma conotação positiva em ser “uma mistura de raças”. Como comenta Munanga (2019, p. 55),

No seu pensamento, Sílvia Romero coloca a crucial questão de saber se a população brasileira, oriunda do cruzamento entre as três raças (branca, negra e índia) tão distintas, poderia fornecer ao País uma feição própria original. Acreditava no nascimento de um povo tipicamente brasileiro, que resultaria da mestiçagem entre essas três raças e cujo processo de formação estava ainda em curso. Mas, desse processo de mestiçagem, do qual resultará a dissolução da diversidade racial e cultural e a homogeneização da sociedade brasileira, dar-se-ia a predominância biológica e cultural branca e o desaparecimento dos elementos não brancos.

A partir do ponto em que se assume a identidade brasileira como uma identidade mestiça, a identidade brasileira por si só passa a não ser suficiente, pois é necessário buscar os pedaços que compõem esse complexo e desconhecido mosaico de lugares. Assim, é válido questionar quais podem ser os impactos no pertencimento geográfico dos usuários brasileiros dos testes, pois como afirma Silva (2014, p. 83)

A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ele nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade. Paradoxalmente, são as outras identidades que são marcadas como tais. Numa sociedade em que impera a supremacia branca, por exemplo, “ser branco” não é ser considerado uma identidade étnica ou racial.

O discurso sobre o brasileiro mestiço cria um imaginário de origem e pureza que se traduz em uma origem territorial que não corresponde àquela em que o sujeito vive, ou seja, um “africano” que nunca pisou na África, um “alemão” que nunca foi à Alemanha. Para que exista o mestiço, parte-se da ideia que em algum momento haviam populações racialmente estáveis e territorialmente circunscritas e que, em um dado momento, ocorreu uma mistura que acabou com essa pureza original, dando origem a uma pessoa miscigenada – algo do que poderíamos duvidar.

Ao contrário dos Estados Unidos, no movimento brasileiro de inclusão social, que também busca corrigir a exclusão racial e também considerar a raça, os dados genéticos são interpretados como uma mistura generalizada, em vez de grupos raciais discretos, de modo que pouco medo é expresso de que a raça vai se tornar geneticamente. Isso ocorre apesar do fato de que a ênfase genética na mistura depende, como essas ideias sempre fazem, da suposição de que grupos raciais existiram em algum lugar ou em outro momento. (Kent; Wade, 2015, pág. 819, tradução nossa)

Afirmar a ideia de mestiçagem é confirmar que em algum momento da história houve uma estabilidade entre povos e territórios que compartilhavam o mesmo fenótipo e eram diferentes dos demais. Esses grupos, nessa lógica, compartilhavam cargas

genéticas única e exclusivamente entre si e não mantinham relações sociais, culturais e reprodutivas com outros grupos. Ou seja, uma naturalização da ideia de raça como uma categoria ontológica à condição humana – o que é uma falácia em termos históricos, geográficos e genéticos. Assim, este trabalho se trata de uma análise do lugar da mestiçagem na produção da identidade nacional e os efeitos decorrentes do uso de testes de ancestralidade genética nesses imaginários.

1.1 Os usos da mestiçagem a serviço de uma identidade brasileira

A reorientação do discurso da mestiçagem torna os corpos antes vistos como inadequados, frutos da impureza da mistura de raças, como os corpos que representam o que é ser brasileiro. Assim, as políticas de Estado reinventaram a ideia de impureza atrelada à mestiçagem e a promovem como o estandarte da cultura e da identidade nacional – a mistura das raças. Assim o Estado assume o seu poder sobre os corpos mestiços e faz deles sua maior propaganda na construção da identidade nacional brasileira, fazendo da mestiçagem seu dispositivo, “com a função principal de responder a uma urgência em determinado momento histórico, o dispositivo tem uma função estratégica dominante” (Carneiro, 2023, p. 24).

Com o fim da escravidão e com a chegada da república, a elite brasileira e seus pensadores começam a demonstrar a preocupação com a necessidade de uma identidade nacional. Porém temos o surgimento de um grande conflito: que fazer com a população negra, agora liberta, e que faz parte do território brasileiro? Mas que não são reconhecidos realmente como indivíduos pertencentes e que dispõem de direitos dentro da sociedade. Assim o discurso da mestiçagem surge como um dispositivo para a criação de um povo brasileiro.

O fim do sistema escravista, em 1888, coloca aos pensadores brasileiros uma questão até então marginalizada: a construção de uma nação e de uma identidade nacional. Ora, esta se configura problemática, tendo em vista a nova categoria de cidadãos: os ex-escravizados negros. Como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade e da identidade brasileira quando a estrutura mental herdada ainda não mudou? Toda a preocupação da elite, apoiada nas teorias racistas da época, diz

respeito à influência negativa que poderia resultar da herança inferior do negro nesse processo de formação de identidade étnica brasileira (Munanga, 2019, p.54).

É necessário, portanto, pensar em como abranger todo este contingente populacional distinto em uma só população (que na lógica colonial do Estado brasileiro, deveria ser branca). Diversas teorias raciais, assim, dão o tom a respeito dos debates em torno à formação da nação brasileira e muitas das ideias que aparecem nessa época, entre o século XIX e XX, ainda fazem parte do imaginário de nação que temos até hoje. Podemos citar autores como: Gilberto Freyre, Nina Rodrigues, Sílvio Romero, Alberto Torres, João Batista Lacerda, Oliveira Viana, Euclides da Cunha entre outros, que dedicaram algumas de suas obras para poder criar o imaginário de uma população brasileira que derivaria da mestiçagem. As abordagens feitas, em sua grande maioria, possuem premissas racistas. Como destaca Munanga (2019, p.55)

O que estava em jogo, nesse debate intelectual nacional, era fundamentalmente a questão de saber transformar essa pluralidade de raças e mesclas, de culturas e valores civilizatórios tão diferentes, de identidades tão diversas, numa única coletividade de cidadãos, numa só nação e num só povo.

A mestiçagem aparece como um dispositivo discursivo que pode ser capaz, na percepção de alguns dos pensadores da época como o já citado Gilberto Freyre, com sua obra *Casa Grande & Senzala*, foi um dos elementos fundamentais para criação do brasileiro com mestiço e a partir desta ideia produziu o Mito da Democracia Racial brasileira. Dessa ideia de miscigenação entre, negros, brancos e indígenas não apenas explicava a formação demográfica da população do país, mas também era mobilizada para a construção de um sentimento de nação, Tadei (2002, p.03) explica que

Na condição de dispositivo de poder, o dispositivo de mestiçagem envolve um conjunto heterogêneo de elementos: discursos, ações, leis e programas de instituições. De forma mais específica, ele pode ser entendido como um conjunto de saberes e estratégias de poder que atua sobre nossa identidade nacional, tendo por objetivo integrar e tornar dóceis as etnias que estão na raiz de nossa nacionalidade (no caso os indígenas do continente e os negros africanos). É o dispositivo de mestiçagem que dirige e comanda as ações e saberes numa determinada direção, com a intenção de atingir seu objetivo final: criar uma consistência entre todos esses elementos díspares, gerando subjetividades dóceis, mal delimitadas e manipuláveis.

O discurso da mestiçagem no Brasil, possui ambivalências: ao mesmo tempo em que exaltava a mestiçagem como traço identitário, também silenciava as profundas

desigualdades raciais e sociais decorrentes da colonização e da escravidão. Assim, a mestiçagem não era apenas um dado biológico ou um conceito para compreender a formação populacional brasileira, mas um instrumento político e ideológico utilizado para estabelecer uma ideia de unidade nacional, que atua como forma de negação das tensões e violências históricas presentes na constituição do país.

1.2 Todo Brasileiro é Mestiço?

Segundo a empresa Genera, sim, o DNA dos brasileiros tem sua origem nos portugueses, povos originários do Brasil e nos povos africanos – além ainda de uma pitada de sangue judaico (Cardinalli, 2023). Segundo a lógica da empresa, todo brasileiro seria uma mistura. A mestiçagem, desde o Mito da Demografia Racial no Brasil, alcançou um papel de destaque nas discussões raciais no país. Antes apenas evocada e comprovada nos acontecimentos históricos e nos traços das pessoas pardas, ela agora ganha força para ser comprovada geneticamente, pois brancos, pretos e pardos podem ser mestiços. Segundo a própria empresa:

O Brasil é um país continental, com mais de 8,5 mil km². Cada uma de suas 5 regiões possui suas próprias singularidades, tanto no aspecto geográfico e ambiental quanto nas questões históricas e culturais. Mas há algo que une todo o povo brasileiro: a diversidade. Em toda a sua história, o Brasil foi construído pela miscigenação entre diferentes povos, e essa característica o difere do restante do planeta. Portanto, entender as características genéticas do povo brasileiro ajuda a compreender a história e evolução da própria humanidade. (Cardinalli, 2023)

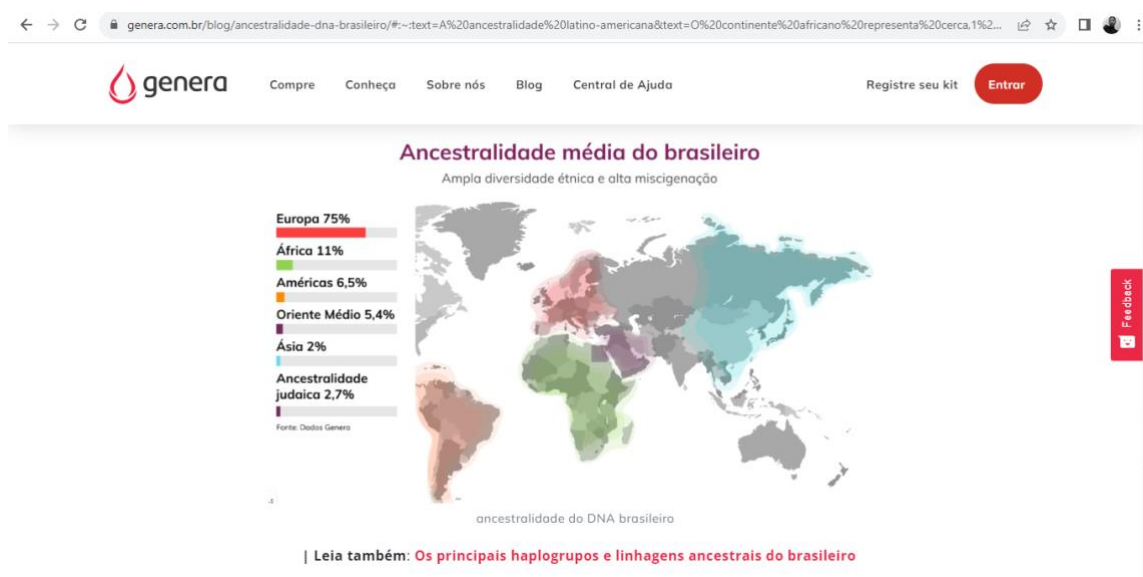
Como apresentado anteriormente, a mestiçagem como característica principal da população brasileira é um dispositivo utilizado não apenas para negar o racismo no país, como também para a criação de uma identificação nacional. Mas quando esse discurso ganha “comprovação genética”, quais serão as consequências? Dentro de um contexto social/político estruturalmente racista, quem se beneficia da ideia de que o DNA da população brasileira é um produto da mestiçagem?

Seguindo esta lógica o Brasil é um país sem uma origem pura, um lugar construído a base encontros de povos distintos que se misturam e deram origem a uma população sem lugar, já que o lugar vivenciado por esses toda a vida não é a origem de seus

antepassados, podemos dizer que o brasileiro vive em um não lugar de origens? Como podemos observar na figura.

Agora, partindo para o estudo levantado pela Genera, e considerando uma média geral da ancestralidade da população brasileira que realizou o teste genético, temos aproximadamente os seguintes indicadores: 72% da Europa, 11% da África, 6,5% das Américas, 5,5% do Oriente Médio, e 2% da Ásia. É interessante destacar, também, que a ancestralidade judaica corresponde a 2,7% do DNA brasileiro (Cardinalli, 2023).

Figura 1 - Captura de Tela da Página Eletrônica da Empresa Genera.



Fonte: Cardinalli (2023). Estudo sobre a ancestralidade do brasileiro. Disponível em:

<https://www.genera.com.br/blog/ancestralidade-dna-brasileiro/>. Acesso em Novembro de 2023

Esta concepção de confirmação genética, produzida pela empresa, esconde grande perigos, ao passo de se vendem como capazes de mostrar a verdade biológica, sobre as origens dos usuários, esta narrativa reforça ideias de pureza genética e territorial. Quando seguindo discurso da mestiçagem do brasileiro, coloca o país como um lugar que constantemente precisa ser desvelado ou decifrado, como se fosse desprovido de uma história contínua e de pertencimentos consolidados. Essa abordagem reduz a complexidade dos processos históricos que formaram a população brasileira a percentuais genéticos, apagando dimensões fundamentais da ancestralidade, como os vínculos familiares, comunitários, culturais e políticos.

2. METODOLOGIA

O trabalho aqui apresentado é um eixo de análise do Projeto de Pesquisa “Efeitos dos testes de ancestralidade genética no pertencimento geográfico dos usuários”, desenvolvido pelo grupo de pesquisa Espaços, Conhecimento, Corpos, da Universidade Federal de Pelotas, e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O projeto possui diferentes desdobramentos analíticos, dedicados a distintos tópicos geográficos dos efeitos dos testes sobre os usuários. Na presente pesquisa, buscamos compreender a produção da mestiçagem como um dispositivo de territorialização ou desterritorialização das identidades a partir dos testes de ancestralidade.

A metodologia utilizada para a estruturação deste trabalho compreende três momentos. No primeiro, realizamos um levantamento e análise das páginas eletrônicas das empresas que despolitizam os testes no Brasil, sendo elas: MeuDNA (brasileira), Genera (estadunidense) e MyHeritage (israelense). Em seguida, procede-se a uma análise sistêmico-funcional do conteúdo discursivo dessas páginas e de seu material publicitário. A análise sistêmico-funcional busca identificar as diferentes formas de linguagem utilizadas — textos, imagens, gráficos — e como elas se relacionam no ambiente analisado (Barbara; Macêdo, 2009).

A segunda etapa consiste em um levantamento bibliográfico sobre as temáticas: Testes de Ancestralidade Genética; Identidade; Mestiçagem e Identidade Brasileira. Utilizamos plataformas de pesquisa para identificar palavras-chave relevantes à construção bibliográfica deste trabalho, com o objetivo de compreender quais materiais científicos estão sendo produzidos sobre os testes de ancestralidade genética e qual a postura da academia em relação a esse produto. Além disso, buscamos resgatar aspectos da formação da identidade nacional brasileira e dos dispositivos utilizados para propagar essa identificação na população, traçando, ao final, como a estruturação dessa identidade se relaciona com o uso contemporâneo dos testes.

A terceira etapa do trabalho consiste na realização de entrevistas com pessoas que já demonstram interesse em se submeter ao teste, com o intuito de verificar quais são as expectativas desses sujeitos em relação a ele. Em um segundo momento, o grupo

retorna para uma nova entrevista, após a realização do teste, debruçando-se sobre os resultados obtidos e buscando identificar continuidades e descontinuidades provocadas pelo uso do teste. Neste resumo, reportam-se apenas os resultados preliminares referentes à primeira etapa.

O primeiro encontro com os participantes da pesquisa possui um enfoque narrativo, a partir do qual as perguntas são voltadas à compreensão das motivações desses indivíduos para realizar o teste de ancestralidade, bem como ao reconhecimento racial que constroem sobre si mesmos e aos discursos que os vinculam ou desvinculam de uma identidade nacional. Como forma de mapear os imaginários de pertencimento geográfico dos voluntários, cada um recebeu um mapa-múndi em branco (sem nomes ou fronteiras de países) para expressar suas expectativas a respeito dos resultados: quais lugares acreditam possuir algum pertencimento e como imaginam que esses pertencimentos se distribuiriam.

A segunda entrevista foi realizada após os voluntários concluírem os testes de ancestralidade genética e estarem de posse dos resultados. Nesse momento, buscou-se compreender continuidades ou descontinuidades no pertencimento geográfico desses indivíduos, bem como os efeitos dos resultados sobre suas percepções de racialidade e identidade. O mapa construído por eles na primeira entrevista foi resgatado e comparado aos resultados dos testes, a fim de identificar possíveis rupturas nas expectativas e compreender como os participantes lidam com essas diferenças.

A amostragem é composta por três entrevistas realizadas em quatro cidades do estado do Rio Grande do Sul: Bagé, Caxias do Sul, Pelotas e Porto Alegre. O estado gaúcho é comumente estereotipado como um território formado predominantemente por imigrantes europeus — visão que ignora e invisibiliza comunidades negras e indígenas que habitam e se territorializam nesse espaço há séculos. Os discursos de supremacia racial sustentados por uma soberania branca fomentam o surgimento de grupos extremistas e a propagação de práticas racistas. O primeiro local de produção dos dados foi o município de Bagé, na fronteira com o Uruguai. Até o momento, foram realizadas três entrevistas, com duas rodadas, envolvendo três usuários dos testes na cidade.

A pesquisa segue protocolos éticos rigorosos, garantindo que os participantes manifestem seu desejo de participar de forma consciente quanto aos riscos e benefícios

envolvidos. O processo de consentimento informado envolve a assinatura de um termo que apresenta as condições de participação e a realização de um diálogo no qual são expostas as atividades desenvolvidas e o papel de cada participante. Todas as etapas foram submetidas e aprovadas pela Plataforma Brasil de Ética em Pesquisa, do Conselho Nacional de Saúde.

3. RESULTADOS

A partir das análises realizadas nos sites das empresas que comercializam os testes de ancestralidade, foi possível evidenciar a dualidade de narrativas utilizada para promover o produto. Ao mesmo tempo em que afirmam que o DNA não define o indivíduo como se observa na Figura 2, contrapõem essa ideia, sugerindo que ele pode revelar a “verdade” presente em cada sujeito. Trata-se de um discurso perigoso, que recorre à noção de raça não no âmbito social, mas biológico, associando a pureza geográfica à pureza genética.

Figura 2 - Captura de tela Página Eletrônica da Empresa meuDNA

Conhecer nossas origens genéticas não nos define como pessoas...

... mas sim, nos dá uma ideia sobre onde moravam nossos antepassados e como os nossos pais chegaram no lugar onde nascemos.

No Brasil, isso é muito relevante, já que somos uma mistura de povos e a cultura brasileira é composta por tradições de todos os continentes.

Fonte: MeuDNA. Disponível em: <https://meudna.com/teste-ancestralidade>. Acesso em Novembro de

2023

A afirmação de que o DNA permite conhecer a “verdadeira história” dos usuários desvaloriza os lugares de vivência e as relações pessoais como fundamentos legítimos da história e cultura de cada indivíduo. Ao questionar o pertencimento construído a partir das experiências vividas, o teste leva os usuários a buscar lugares desconhecidos ou sem afinidade prévia. Como exemplificado na Figura 3, a empresa Genera associa a

imagem de uma mulher com 32% de DNA do norte da Itália comendo uma pizza, conectando um gosto pessoal (produto da cultura de consumo) a uma composição genética pré-determinada, sugerida como princípio gerador da corporeidade. Essa associação de aspectos cotidianos à genética essencializa a experiência do sujeito, como se cada característica individual estivesse predefinida por sua origem.

Figura 3 - Captura de Tela da Página Eletrônica da Empresa Genera

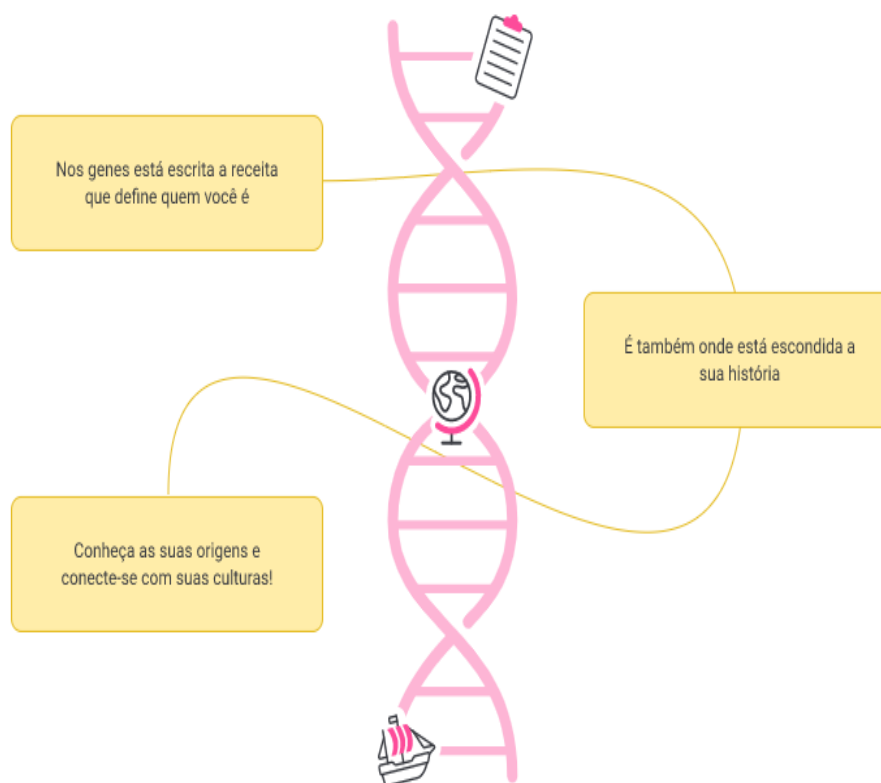


Fonte: Empresa Genera. Disponível em <https://www.genera.com.br/teste-de-ancestralidade/>. Acesso em Novembro de 2023.

Mesmo negando a existência de raças, as empresas dependem desse imaginário de pureza genética e geográfica para conferir sentido aos resultados. A Figura 4 exemplifica como o teste de ancestralidade genética é apresentado como revelador da “verdade” de cada indivíduo, designando origens geográficas e permitindo descobrir as “diferentes culturas” que compõem os genes dos usuários, reforçando o caráter essencialista do dispositivo.

Figura 4 - Captura de Tela da Página Eletrônica da Empresa MeuDNA

Seu DNA: o código secreto



Fonte: Empresa meuDNA. Disponível em: <https://meudna.com/teste-ancestralidade>. Acesso em Novembro de 2023

Tal perspectiva se mostra mais evidente ao analisarmos os resultados das duas rodadas de entrevistas, como já realizado com participantes do município de Bagé. A primeira conversa ocorreu em maio de 2023, antes dos entrevistados terem realizado o teste de ancestralidade. A segunda entrevista ocorreu em outubro de 2023, após a realização do teste e quando os participantes já estavam em posse dos resultados. Na análise inicial das transcrições das entrevistas, foi possível identificar três desdobramentos principais. Primeiramente, que há uma confiança indiscutível na capacidade do teste de não só fornecer informações do ponto de vista biológico (por exemplo, a busca de parentes que compartilham o mesmo DNA), mas sociais. Os três participantes reportaram expectativas de entenderem seus gostos pessoais (culturais, históricos, musicais) a partir das regiões indicadas pelo teste. Depois, o teste funcionou

com todos os participantes como um dispositivo de acionamento de contatos e memórias familiares, estimulando o processo genealógico - ainda que também promovendo dúvida sobre como essa história familiar era relatada e em que se baseava. Finalmente, outro desdobramento evidente das entrevistas é a interrupção de um processo de identificação nacional, reterritorializando os imaginários a pertencimentos que são alheios ao território brasileiro. Dois dos participantes indicaram terem reterritorializado suas identidades de maneira a entenderem-se como “cidadãos do mundo” ou “pessoas multiétnicas”. Ou seja, não apenas a fragmentação territorial da identidade se evidencia a partir dos resultados, mas um reescalonamento e um acionamento de uma identidade de maior privilégio, capaz de se espacializar em escalas mais complexas. Para Appadurai, a disjunção entre a isonomia do Estado-Nação (território, nação, povo, Estado) gera novas topografias na territorialidade e processos de reterritorialização mais dinâmicos e intensos. Um dos entrevistados, inclusive, citou um interesse súbito em saber o que estava acontecendo em Israel e Palestina após identificar que seus resultados trouxeram percentuais de população judaica e árabe.

4. CONCLUSÃO

A ideia de uma identidade mestiça nacional do brasileiro traz consigo muitas questões a respeito dos conflitos raciais que até hoje fazem parte do cotidiano no Brasil, a partir da necessidade de alguns indivíduos de preencherem os descontínuos das histórias familiares no território nacional, que perpassa por essas questões de conflitos e apagamentos, os testes de ancestralidade genética entram como o grande possibilitador e revelador da verdadeira origem territorial da população brasileira. Ou seja, a história de um país colonial converte-se em um grande mercado para as empresas que buscam utilizar a mestiçagem como um dispositivo de produção de vazios ou lacunas a serem preenchidas. Mais além, que reforçam sob o discurso científico a existência de grupos raciais identificáveis – que passam a ser “revelados” em um processo de transfiguração dos autorreconhecimentos. Não há dúvida de que os testes expõem as identidades à contradição.

Toda a promoção desse discurso pode ocasionar questões extremamente problemáticas sobre o entendimento dos usuários sobre os seus próprios lugares,

colocando o Brasil como um espaço que jamais será a origem para qualquer brasileiro. Como foi possível observar nos resultados dos participantes da pesquisa, a maioria das porcentagens dos resultados os colocam fora do território nacional. Ainda provisoriamente, podemos concluir que o teste de ancestralidade pode criar um efeito de estrangeirização nos usuários e reafirmar uma ideia da existência de raças e de populações originais – essencializando o espaço geográfico e criando uma simetria perigosa entre corpo e território. E, finalmente, o Brasil não teria a sua própria origem – seria um conjunto desajustado de outras territorialidades, contribuindo para reforçar o estereótipo de impureza e de branquitude manchadas que herda de um pensamento colonial racista e exclusionário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPADURAI, Arjun. Soberania sem territorialidade. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, v. 49, p. 39-46, 1997.

BARBARA, Leila; DE MACÊDO, Célia Maria Macêdo. Linguística Sistêmico-Funcional para a análise de discurso um panorama introdutório. **Cadernos de linguagem e sociedade**, 2009, vol. 10, no 1, p. 89-107.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2023.

CARDINALLI, Marcos, **Estudo da Genera revela a ancestralidade do DNA brasileiro**. Disponível em: <https://www.genera.com.br/blog/ancestralidade-dna-brasileiro/#:~:text=Agora%2C%20partindo%20para%20o%20estudo,%2C%20e%202%25%20da%20Ásia>. Acesso em 06/09/2023

GENERA [site institucional]. Disponível em: <https://www.genera.com.br/teste-de-ancestralidade/>. Acesso em: 16 nov. 2023

KENT, Michael; WADE, Pedro. Genética contra raça: Ciência, política e ações afirmativas no Brasil. **Estudos Sociais da Ciência**, v. 45, n. 6, pág. 816-838, 2015.

MEUDNA [Site institucional]. Disponível em: <https://meudna.com/teste-ancestralidade>. Acesso em: 16 nov. 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Autêntica Editora, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ :Editora Vozes, 2014. 15.Ed.

TADEI, Emanuel Mariano. A mestiçagem enquanto um dispositivo de poder e a constituição de nossa identidade nacional. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 22, p. 2-13, 2002.

MESTIÇAGEM AND PROCESSES OF SPATIAL IDENTIFICATION: EFFECTS OF THE USES OF GENETIC ANCESTRY TESTS

ABSTRACT

Brazil is a country forged by aggressive colonization and slavery, marked by vast erased narratives, processes of whitening, and exclusion. These are part of a history that continues to influence Brazilian social dynamics to this day, fueling major political and social debates that seek recognition and a possible origin story. Within this context, what does it mean to be Brazilian? Through research on genetic ancestry tests and geographic belonging, we explored the question of national identity, producing data from interviews and content and discourse analyses. Up to the point of analysis, it is possible to identify an association between being Brazilian and mestiçagem (racial mixing), and that companies marketing ancestry tests use this discourse of the mixed Brazilian to reinforce the idea of an unknown origin due to the "mixture" present in the Brazilian population.

Keywords: Brazilian identity; Genetic ancestry tests; Mestiçagem; Geographic belonging; National consciousness.

MESTIZAJE Y PROCESOS DE IDENTIFICACIÓN ESPACIAL: EFECTOS DEL USO DE PRUEBAS DE ASCENDENCIA GENÉTICA

RESUMEN

Brasil, un país forjado por una colonización y una esclavitud agresivas, con vastas narrativas borradas, procesos de blanqueamiento y exclusión, que forman parte de una historia que influye en la dinámica social brasileña hasta nuestros días, suscitando grandes debates político/sociales que llevan a la búsqueda de reconocimiento y de una historia tal vez de origen, en este contexto ¿qué significa ser brasileño? A través de la investigación sobre las pruebas de ascendencia genética y pertenencia geográfica, estamos abordando la cuestión de la identidad nacional, donde la investigación es cualitativa y se producen datos. Hasta ahora, se ha podido identificar una asociación entre ser brasileño y mestizaje y que las empresas que venden pruebas de ascendencia utilizan este discurso del brasileño mestizo para reforzar la idea de un origen desconocido debido a la "mezcla" que existe en la población brasileña.

Palabras clave: Identidad brasileña; Pruebas de ascendencia genética; Mestizaje; Pertenencia geográfica; Conciencia nacional.

Recebido: agosto 2025

Aceite: outubro 2025

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO TEÓRICA RELACIONADA À MIGRAÇÃO INTERNA

Winder Rodrigues Pires¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar, por meio de revisão bibliográfica, a construção teórica relacionada à temática da migração interna. Os primeiros estudos com o intuito de estruturar uma teoria geral sobre as migrações datam do final do século XIX e tinham como base os fundamentos das teorias econômicas neoclássicas. Em contraposição a esses, durante a segunda metade do século XX foram sendo formuladas teorias tendo fundamentadas no pensamento histórico-estruturalista, no qual buscavam compreender a migração dentro da estrutura social a qual está inserida. As teorias mais recentes abrangem o papel das redes sociais dos migrantes como um elemento essencial dentro da formação das correntes migratórias para um determinado território.

Palavras-chave: Migração; Migração interna; Teoria.

1. INTRODUÇÃO

Desde os primórdios, o ser humano, individualmente ou em grupo, se deslocou para localidades diferentes da qual estava adaptado com o intuito de fugir de adversidades ou visando melhores condições de vida. Tal fenômeno é usualmente denominado de migração. Ao longo da história, os movimentos migratórios têm moldado a construção da vida social, econômica, demográfica e ambiental, desde a micro até a macro escala espacial (MARTINE, 2014).

A dimensão social que o fenômeno migratório abrange fez com que vários campos científicos buscassem compreendê-lo a partir dos seus respectivos enfoques teóricos-metodológicos, como a geografia, sociologia, economia, antropologia, ciências políticas, entre outras. De acordo com Peixoto (2004), tal abordagem multidisciplinar traz consigo a vantagem de se obter diferentes perspectivas sobre essa temática. No entanto, resulta também, como consequência, em barreiras para a consolidação de um campo teórico mais conciso. Sendo assim, a construção teórica relacionada à migração está intrinsicamente ligada tanto à perspectiva científica (e por consequência, metodológica) utilizada, quanto à conjuntura histórica e socioespacial na qual foi formulada.

¹ Doutorado em Geografia e Técnico de laboratório da Estação Meteorológica da Universidade Federal de Jataí (UFJ).

Nesse sentido, Nogueira (1991) pontua que é necessário que as pesquisas que buscam estudar esse fenômeno cientificamente tenham, imprescindivelmente, um marco teórico como referência. Porém, as dificuldades da formulação desse marco vêm, em parte, das dimensões e variabilidade com que as motivações e efeitos relacionados às migrações podem ser interpretadas, podendo ir desde os aspectos subjetivos dos sujeitos até as repercussões econômicas e demográficas dentro dos territórios envolvidos. Como resultado, surgiram diversos vieses teóricos que priorizam ora os seus aspectos mais descritivos e estatísticos, sem uma vinculação à estrutura social que as abrangem; ora superestimam essas estruturas sociais em detrimento das análises empíricas e microssociais.

O presente artigo tem o intuito de analisar a construção teórica sobre migrações internas com o intuito de verificar quais são as limitações e as potencialidades das correntes de pensamento que buscam compreender esse fenômeno como um todo. Visto que os movimentos migratórios se inserem em um quadro social amplo, refletindo e sendo reflexo das suas sucessivas transformações, as teorias que buscam entender esse fenômeno também devem estar em constante adequação com a realidade que se apresenta.

2. MIGRAÇÃO INTERNA: UMA TEORIA EM CONSTRUÇÃO

Em contraponto ao pressuposto de que a migração é um fenômeno que ocorre de forma aleatória, ou seja, sem uma ordem definida, o geógrafo e cartógrafo inglês Ernest George Ravenstein (1834-1913) é considerado um dos pioneiros na busca de uma estruturação teórica relacionada aos movimentos migratórios humanos. Por meio de uma análise detalhada sobre os fluxos populacionais do Reino Unido durante a década de 1870 e, posteriormente, para o restante da Europa e América do Norte, Ravenstein (1885) expôs um conjunto de princípios, denominados por ele como leis da migração, que, mesmo embasado em um empirismo restrito inicialmente à sua nação, serviu, posteriormente, para fundamentar várias outras teorias que buscavam elucidar os fenômenos migratórios como um todo (Castro, 2012).

Ravenstein (1885) partiu de uma minuciosa análise dos dados dos Censos demográficos de 1871 e 1881 das cidades, condados e reinos que compõem o Reino

Unido para a construção de suas formulações. Comparando a população entre os reinos, por exemplo, ele verificou que os que apresentaram um aumento populacional durante a década, como a Inglaterra, Gales e Escócia, cujas populações aumentaram mais 10% durante o período, eram também os com um menor percentual de população natural, ou seja, que haviam nascido naqueles reinos. Em contraposição, o reino da Irlanda, em que houve um decréscimo de aproximadamente 5% da população, foi o que apresentava um maior percentual de habitantes naturais (97,85%). Observações como essas demonstravam a importância dos movimentos de migração interna na composição da população de uma determinada divisão geográfica frente a análises populacionais que consideravam apenas o crescimento vegetativo (diferença entre o número de pessoas que nascem e morrem em uma determinada localidade entre um período delimitado).

As constatações empíricas levaram Ravenstein (1885) a induzir um conjunto de formulações que viriam a formar o corpo teórico sobre as migrações internas até então. Sob influência das teorias econômicas neoclássicas, para ele o principal agente impulsor da migração parte de uma análise racional dos indivíduos quanto às possibilidades de conseguir melhores condições econômicas, como obter trabalho com melhores remunerações, em outros lugares quando comparado ao que está situado. Apesar de partir dos indivíduos a decisão quanto ao ato de migrar ou não, as diferenças geográficas entre os lugares tornam-se um elemento ativo, uma vez que são essas diferenças que serão levadas em consideração no processo decisório quanto a permanecer ou migrar².

Tendo como referência a caracterização do setor produtivo da Inglaterra no final do século XIX, Ravenstein (1885) montou um sistema de classificação dual dos lugares em função da intensidade e direção em que ocorriam fluxos migratórios. As áreas de absorção seriam aquelas cuja população total apresenta-se superior à população natural (que nasceu nessa determinada área), composta, geralmente, por centros comerciais e industriais. Já as áreas de dispersão seriam aquelas cuja população total é inferior a natural, composta, em sua maioria, por centros agrícolas. Neste que ficou

² Peixoto (2004) pontua que, apesar de considerar que a dos lugares em sua teoria, a visão de Ravenstein volta-se mais para o viés da economia neoclássica e não estrutural, uma vez que tais diferenciações atuam somente como fatores a serem considerados pelos agentes racionais e não como resultado de uma estrutura econômica e social.

conhecido como modelo de atração-repulsão (ou *push-pull*), cabe ao migrante pesar as vantagens e desvantagens em relação aos diferentes lugares. Observa-se, também, que tanto os condados de absorção como os de dispersão geram fluxos inicialmente para as regiões fronteiriças e depois para as localidades mais distantes do país.

Outro sistema de classificação proposto por Ravenstein (1885) leva em consideração a distância percorrida pelo indivíduo no ato da migração. O migrante é categorizado como: local, de curta distância, migração por etapas ou migrantes temporários, a partir do(s) movimento(s) por ele realizado(s). Tais sistemas de classificação exerceram (e ainda exercem) influência nas análises dos movimentos migratórios atuais, principalmente em relação às diferentes repercussões que os movimentos migratórios intra/intermunicipais, estaduais e regionais exercem no processo de organização do espaço. No Brasil, há vários exemplos históricos de políticas públicas com a finalidade exclusiva de tornar localidades mais atraentes para fluxos migratórios de populações específicas de outras regiões geográficas.

É importante observar, também, que as análises de Ravenstein levavam em consideração as diferenças de migrações entre gêneros, inclusive tendo como uma das suas “leis” que as mulheres migram mais que os homens a curtas distâncias³. Embora o próprio autor reconheça as imperfeições do seu trabalho, as maiores críticas estão justamente na simplicidade linear na qual Ravenstein estabeleceu suas leis e pressupostos. Todavia, Castro (2012) menciona que muitas dessas análises desconsideram a base metodológica e a corrente filosófica positivista na qual seu trabalho foi construído.

Outro marco para os estudos teóricos relacionados à migração foi o trabalho do demógrafo americano Everett S. Lee, intitulado *A Theory on Migration* em 1966. Nele, Lee reconhece a importância do trabalho de Ravenstein (1885) na estruturação de uma teoria da migração no campo da demografia, uma vez que, segundo ele, até aquele período “a despeito da existência de, literalmente, milhares de estudos sobre a migração, poucas generalizações adicionais têm sido propostas” (Lee, 1966, p.98). No entanto, o

³ Ele propôs como explicação para esse fenômeno a procura das mulheres por empregos domésticos, mas também a possibilidade de encontrarem empregos em lojas ou fábricas. As exceções eram os condados que exerciam uma forte atratividade da população masculina devido a oferta de empregos em atividades do setor da mineração e siderúrgicas.

autor acrescenta outros fatores que influenciam diretamente no desenvolvimento do processo migratório.

Assim como Ravenstein (1885), Lee (1966) também avalia o ato migratório como resultado de uma análise individual quanto aos fatores associados ao local de origem e destino⁴. Apesar disso, sua análise passa a ser mais relativizada, pois também leva em consideração as características sociais e individuais dos migrantes (reais ou potenciais) ao invés somente da motivação pela busca por melhores condições materiais. Uma estrutura de saúde em determinado lugar, por exemplo, pode ter um peso maior na análise de uma família com idosos e ser indiferente na de um operário solteiro. Sendo assim, os fatores pessoais e familiares também passam a ser levados em consideração no processo migratório, embora as análises empíricas só permitam verificar os fatores que influenciam um número considerável de pessoas.

Os fatores individuais, como a etapa em que o indivíduo se encontra em seu ciclo vital, também influenciam na forma como ocorre o processo de percepção e consideração dos fatores positivos e negativos de um lugar. Para Lee (1966), a falta de conhecimento da área de destino faz com que, na maioria das vezes, a percepção dos fatores positivos prevaleçam sobre a realidade. Dessa forma, a decisão do ato de migrar não é inteiramente racional por parte dos indivíduos, mesmo que muitas vezes o irracional prevaleça sobre o racional.

Por isto, deve-se esperar encontrar muitas singularidades em nossas generalizações, porquanto as emoções passageiras, as enfermidades mentais e os acontecimentos acidentais explicam proporção considerável das migrações totais. (Lee, 1966, p. 103).

Outro elemento que também passa a ser considerado por Lee (1966) no ato migratório são os obstáculos intervenientes à trajetória. Entre o local de origem e de destino há sempre um trajeto que apresenta obstáculos. Estes, por sua vez, poderão se manifestar sob diversas formas, como barreiras físicas (muros e cercas), leis de migração, custos ou distância, e ganharão um peso, de leve a irremovíveis, de acordo com as características socioeconômicas dos migrantes.

⁴ Porém, ele considera que esse não seja um cálculo simples e que o saldo positivo deve ser suficiente para romper uma inércia natural em permanecer no lugar de origem.

Partindo dessas constatações, Lee (1966) formulou uma série de hipóteses sobre o volume, o estabelecimento das correntes e contracorrentes e as características dos migrantes. Em relação ao volume das migrações, este varia em função do dinamismo econômico, da diversificação de povos, das características dos obstáculos intervenientes, das flutuações dos ciclos comerciais, desenvolvimento tecnológico e das diferenças entre desenvolvimento econômico dentro de um território. Em suma, quanto maiores as diferenças de desenvolvimento econômico entre as regiões que compõem um território, maior será o volume das correntes migratórias. Dessa forma, apesar de considerar os fatores individuais que envolvem a tomada de decisão quanto ao ato da migração, Lee (1966) estabelece que o volume dessas migrações ocorre a partir de uma série de fatores estruturais.

Quanto ao fluxo das correntes migratórias, Lee (1966) afirma que a própria migração tende, com o tempo, aumentar o volume de migrações para um mesmo lugar. Isto porque os migrantes pioneiros, uma vez que já tenham vencido as dificuldades inerentes ao trajeto e adaptação, tornam mais “seguro” esse processo para os outros que venham a querer migrar para aquele mesmo destino. Outro ponto que o autor estabelece é que, para cada corrente migratória importante, desenvolve-se uma contracorrente: aqui é considerada também a migração de retorno (oportunidades presenciadas no local de destino em relação ao local de origem). No entanto, a eficiência dessas correntes varia em função das características positivas e negativas entre os lugares.

Por fim, sob influência do pensamento neoclássico, Lee (1966) apresenta uma classificação segundo os fatores que sobressaem à seleção e à formação dos fluxos migratórios. Formam-se classes positivas, aquelas nas quais os indivíduos migram respondendo principalmente aos fatores positivos do local de destino, inclusive denominado por ele de “migrantes de alta qualidade” (Lee, 1966, p. 111). Já os que migram a fim de fugir dos fatores negativos do local de origem são os que formam uma seleção negativa, a qual ele considera como sendo principalmente compostas por “pessoas que, de alguma forma, fracassaram econômica e socialmente” (Lee, 1966, p.112). Lee (1966) também determina que quanto maiores os obstáculos do trajeto, como a distância, mais reforçada era a seleção positiva.

Percebe-se, assim, que a composição das suas hipóteses em relação às características dos migrantes traz subentendido um sistema discriminatório das correntes migratórias; logo, Lee (1966) qualifica como positivas ou negativas as repercussões dos migrantes nas áreas de destino segundo suas características socioeconômicas. Infelizmente, esse sistema foi e ainda é utilizado em políticas migratórias de muitos países como parâmetro para barrar a entrada de determinadas etnias ou populações de classes sociais economicamente menos favorecidas⁵.

No entanto, a teoria de Lee (1966) sobre as migrações internas avança no sentido de incluir tanto os fatores individuais quanto alguns fatores estruturais e conjunturais (ciclos econômicos e diferenças regionais, por exemplo) como elementos que se entrelaçam no processo migratório. Algumas de suas considerações já antecipavam propostas que serão consideradas posteriormente como elementos centrais de análises no campo da migração, como a importância dos laços sociais entre os migrantes na formação e intensificação dos fluxos migratórios proposta pelas teorias das redes sociais, bem como a importância das etapas do ciclo vital dos indivíduos (especialmente os ritos de passagem, como casamento ou inclusão no mercado de trabalho), como a teoria do capital humano.

Não obstante, antes do trabalho de Lee (1966), o economista norte-americano Larry Sjaastad (1962), para além de tentar estabelecer quais seriam os agentes motivadores da migração, analisou também quais seriam os custos e retornos da migração. A partir de análises de dados censitários dos Estados Unidos de 1950 (particularmente do estado do Mississippi), verificou-se que o saldo migratório líquido (diferença entre o número de migrantes que chegam e o de que saem em uma determinada localidade) não é capaz de se tornar um indicativo de diminuição das diferenças espaciais de renda. Para Sjaastad (1962), era necessário primeiro desagregar a população migrante a partir de parâmetros como idade e ocupação, uma vez que os retornos econômicos para um território advêm, mais do que o volume total, do número

⁵ Como exemplo, em janeiro de 2018, o presidente norte americano Donald Trump, em uma reunião com os representantes do Congresso sobre a reforma migratória do país, expôs suas ideias quanto à limitação de vistos de pessoas oriundas de países da América Central, como Haiti e El Salvador, e países africanos através da pergunta: 'Por que pessoas de países de merda vêm para cá?' Sugerindo ainda que os Estados Unidos deveriam atrair eram imigrantes de países escandinavos, como a Noruega (Carazzai, 2018).

de indivíduos com características específicas: “uma migração constituída por 10% de pessoas altamente qualificadas (com poucas crianças) pode contribuir mais para elevar a renda *per capita* do Mississippi do que um fluxo imigratório mais intenso, porém menos seletivo” (Sjaastad, 1962, p. 123).

Sjaastad (1962) divide os custos privados da migração em custos monetários (com o deslocamento) e não-monetários (psicológicos). Ele considera que os custos não-monetários podem ser até mais significativos que os monetários. Nesses custos estão incluídos o tempo necessário para que o migrante se arrume ou treine para um novo ofício; o abandono de um ambiente familiar, no qual encontram-se amigos e familiares. Já os retornos privados da migração (positivos ou negativos) podem ser monetários, a partir do incremento de renda obtido a partir da migração⁶; e não-monetário, como o sentimento de morar em um lugar que mais se adeque às suas escolhas pessoais.

Ainda de acordo com Sjaastad (1962), a migração espacial tem como finalidade a migração social. No entanto, esta tende a não ocorrer quando o migrante continua a realizar a mesma atividade que já exercia antes de migrar. Uma das finalidades é conseguir uma ocupação que lhe proporcione melhores remunerações ou uma maior capacitação produtiva. Por isso, Sjaastad (1962) insiste que a migração deve vir acompanhada por investimentos complementares, principalmente com a finalidade de se obter maior instrução. Bringg (1973) considera que, segundo Sjaastad (1962), os retornos obtidos com a migração não devem ser compreendidos de forma isolada, sendo que os investimentos relacionados ao capital humano podem ser tão ou mais relevantes que o ato migratório em si.

Em uma outra perspectiva, Oliveira e Stern (1971) propõem que as migrações internas só ganham significados ao serem inseridas em um processo de transformação socioeconômico mais amplo, como a transformação da estrutura social agrária para uma estrutura urbana. Aqui, os autores distinguem dois vieses de análise: um, mais estudado, relacionado à modernização das sociedades tradicionais e com o foco na velocidade e etapas com que ocorre esse processo; e outro, com enfoque histórico-

⁶ Esse incremento pode ser obtido não só através da diferença de remuneração comparando a área de origem e destino, mas também pela diferença entre os gastos relacionados ao consumo para a manutenção da vida.

estrutural, que procura dar peso às diferenças estruturais nas quais esse processo ocorre dentro do sistema capitalista.

No enfoque da modernização sobre as motivações para se migrar, o processo de migração e da absorção do migrante é analisado a partir de uma perspectiva de fluxo de uma sociedade “tradicional” rumo a uma sociedade “moderna”, dando ênfase à migração rural-urbana. Partindo desse viés, o corpo teórico das migrações internas, até então, era voltado ao entendimento dos fatores que motivavam as migrações; as repercussões geradas tanto para os agentes como para os locais envolvidos; o que formava e mantinha as correntes migratórias; entre outras análises, não integrava o fenômeno migratório a fatores que estruturavam a sociedade e o modelo econômico como um todo⁷. Entretanto, Oliveira e Stern (1971, p.260) estabelecem que o “nível psicossocial não tem sido utilizado para uma melhor explicação do fenômeno a nível global, o que sem dúvida, reduz seu alcance explicativo no caso de o interesse residir na análise do processo migratório em sua totalidade”.

Na tentativa de superar essa limitação (especialmente relacionada à realidade dos países latino-americanos), o enfoque histórico-estrutural procurou primeiro situar o processo migratório dentro das especificidades da formação histórica e da maneira na qual o território se insere dentro da estrutura capitalista global tendo como base a teoria marxista. Partindo daí, as indagações que surgem passam a tentar entender como o processo migratório se relaciona a outros processos sociais e globais, como a urbanização, estrutura de classes, constituição da estrutura agrária, divisão espacial do trabalho, desenvolvimento econômico, entre outros. Para além das características dos locais de origem e destino, devem ser observados também o contexto regional, bem como estrutura as classes sociais (e a desigualdade entre elas), no qual ocorrem os fluxos migratórios.

Um dos grandes teóricos da perspectiva histórico-estruturalista no campo das migrações internas no Brasil é o economista Paul Singer. De acordo com esse autor, o primeiro passo para análise dos movimentos migratórios internos é a caracterização da configuração histórica na qual estes movimentos estão inseridos. Sendo assim,

7 Segundo Oliveira e Stern (1971), neste viés os fatores estruturais também estão presentes, mas o peso decisivo quanto à tomada de decisão quanto ao ato de migrar parte, consciente ou não, de uma análise psicossocial do indivíduo.

mudanças estruturais, como a forma com que o processo industrial se estabeleceu em uma sociedade, podem ocasionar movimentos migratórios com características que se mostram regulares mesmo se ocorridas em períodos ou lugares distintos. Singer (1976) observou que, à medida em que o processo de industrialização foi se modificando, ocorreram também mudanças na forma com que os fluxos migratórios ocorriam. Em suma, o contexto histórico determina a forma com a qual se dará o processo de industrialização, que, por sua vez, condiciona os diferentes tipos de movimentos migratórios modernos devido às especificidades com que tal processo promove a reestruturação da divisão social (e espacial) do trabalho.

Segundo Singer (1976), a industrialização resultou no aumento da urbanização, inclusive substituindo serviços que antes eram providos pelas comunidades agrárias. Esse processo resultou em uma concentração de atividades produtivas em algumas localidades, que se tornavam áreas atrativas de mão-de obra. Dessa maneira, as migrações internas seriam uma forma de se redistribuir espacialmente a população de acordo com o rearranjo econômico surgido a partir da industrialização. No entanto, tal rearranjo só é possível a partir de um conjunto de políticas e subsídios (diretos ou indiretos) por parte do Estado, que permitiriam uma elevada e rápida acumulação de capital para algumas empresas ao mesmo tempo em que debilitariam outras que não foram beneficiadas. Da mesma forma, a concentração espacial das atividades industriais também favorece a concentração de capital na medida em que leva grande parte do ônus exigido para a criação e manutenção de toda uma rede complexa de infraestrutura para o conjunto da sociedade.

Esse processo resulta em áreas de esvaziamento econômico, com parcelas da população com baixa ou nenhuma oportunidade de emprego, o que levou Singer (1976) a pontuar dois fatores que dão origem aos movimentos migratórios campo-cidade, uma vez que tornam inviável a reprodução da vida nos locais que atingem, o que pode ser denominado como fatores de expulsão. São eles os fatores de mudança, que surgem a partir da introdução de novas relações produtivas capitalistas, e os fatores de estagnação, que se formam da pressão populacional sobre uma determinada área. De outro modo, os fatores de atração são aqueles que ditam a direção para as áreas em que se destinará os fluxos migratórios. Singer considera como um dos principais fatores de atração a demanda por força de trabalho, resultante da ampliação da dinâmica

econômica, visto que pode ser percebida pelo migrante como uma oportunidade de obter melhores condições de renda do que as que ele pode obter no lugar em que se encontra.

No entanto, Singer (1976) considera que há uma relação entre o tipo de fator que gerou os movimentos de expulsão e as condições econômicas, que podem resultar em uma maior inserção do migrante ao mercado de trabalho ou uma maior marginalização dele. Áreas nas quais os fluxos migratórios foram gerados a partir de fatores de mudança, como é o caso do centro-sul brasileiro por exemplo, terão maiores possibilidades de integrar a população migrante ao mercado de trabalho, reduzindo o índice da marginalização quando comparadas às áreas que atraíram um maior fluxo de população a partir de fatores de estagnação.

Percebe-se aqui que o viés teórico histórico-estruturalista procura compreender primeiro como se deu a formação socioespacial das áreas de origem e destino dos migrantes, porquanto essa formação influenciará diretamente na motivação com que ocorrerão os movimentos migratórios. Aqui é possível fazer um paralelo com a classificação dos lugares realizada por Ravenstein (1885) (absorção e dispersão): enquanto para este o foco parte do volume e intensidade numérica com que os indivíduos deixam ou adentram determinada localidade, para Singer (1976) a ênfase está na estrutura social vigente nessas localidades, o que, no que lhe diz respeito, leva determinadas classes sociais a migrarem.

Em um nível macro, Singer (1976) considera como sendo o principal impulsor das migrações internas modernas as desigualdades regionais, as quais são agravadas à medida em que os critérios de localização das atividades industriais são decididos apenas pelos agentes privados. Em contrapartida, o Estado tenta agir para a diminuição dos contrastes econômicos regionais utilizando-se de políticas de “desenvolvimento regional”, que têm como intuito fazer com que áreas antes negligenciadas tornem-se atrativas para novos investimentos.

Ainda assim, tais políticas podem ocasionar novas áreas de concentração e estagnação econômica, dado que também privilegiam apenas algumas áreas urbanas, criando pólos de desenvolvimento. Essas áreas acabam se tornando atrativas para fluxos migratórios que antes tinham como destino os grandes centros econômicos já consolidados. Outro ponto a se destacar é que os incentivos para a inserção de relações

e técnicas capitalistas no campo por parte das políticas estatais gerou um rápido e elevado êxodo rural a partir dos fatores de mudança, elevando os fluxos migratórios para as áreas de concentração econômica mais próximas. Ou seja:

Cada novo “polo de desenvolvimento” assim criado encurta a distância percorrida pelos migrantes, que, em outras condições, acorreriam aos centros nacionais, mas, ao mesmo tempo, contribui para a concentração regional de atividades e, em consequência, para a multiplicação do número de migrantes (Singer, 1976, p. 226).

Destarte, Singer (1976) assevera a necessidade de considerar as migrações internas como um processo social, posto que os estudos que se concentram apenas na investigação das causas individuais do fenômeno migratório podem mascarar os reais condicionantes estruturais que levam determinados grupos sociais a migrar. Contudo, as motivações subjetivas somam-se a estes condicionantes, visto que não são todos os membros de um grupo que migram a partir de uma pressão dos agentes de expulsão (ou, pelo menos, não migram ao mesmo tempo). Ou seja, deve-se distinguir quais são os motivos que levam os indivíduos a migrar das causas, que são estruturais, do fluxo migratório. “O que importa é não esquecer que a primeira determinação de quem vai e de quem fica é social ou, se quiser, de classe. Dadas determinadas circunstâncias, uma classe social é posta em movimento” (Singer, 1976, p. 237).

Outro ponto a se considerar nos estudos relacionados ao entendimento das migrações internas a partir das suas causas histórico-estruturais é a consideração de que os diferentes grupos sociais podem ter em uma mesma localidade propensões diversas que resultam em uma diversificação de fluxos migratórios. Por isso, Singer (1976) elucida que não faz sentido classificar uma área como de origem ou destino dos fluxos migratórios, tendo como base apenas o saldo demográfico de entrada e saída da população, sem estabelecer antes quais grupos compõem esses fluxos. Uma cidade pequena, por exemplo, pode ser o destino de grupos de trabalhadores rurais expulsos por fatores de mudança e ao mesmo tempo ser uma área de dispersão migratória de jovens que buscam em cidades maiores oportunidades mais amplas de educação superior ou diversificação do mercado de trabalho.

Considerar as migrações internas a partir de grupos sociais leva também a ponderar a importância que esses grupos exercem no processo de adaptação do migrante recém-chegado e no estabelecimento de sua posição na estrutura social na

área de destino. Dessa forma, é importante analisar se há uma alteração da estrutura de classe de um grupo gerado a partir do fluxo migratório. Em cada lugar, a mobilidade social ocasionada a partir da migração pode ocorrer de forma diferente para cada grupo social, ou seja, não se pode homogeneizar esse processo tendo como referência apenas um grupo determinado.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS VERTENTES TEÓRICAS NO CAMPO DAS MIGRAÇÕES ATÉ A DÉCADA DE 1980

Pode-se notar que os estudos relacionados às migrações internas até a década de 1980 se formaram tendo como base as duas linhas teóricas apresentadas. Uma primeira vê nas migrações um mecanismo de transferência de mão-de-obra entre áreas com níveis distintos de desenvolvimento, e que ocorre a partir de uma análise racional (ou até mesmo emocional) dos indivíduos quanto aos custos e benefícios que podem ser obtidos com a migração no intuito de se obterem melhores condições materiais e/ou de qualidade de vida (presente ou futura). Já a outra linha concebe que as migrações devem ser analisadas como um fenômeno social integrado ao processo histórico e estrutural de desenvolvimento dos sistemas produtivos em um território frente sua inserção no sistema capitalista global.

Embora Salim (1992) pontue que as controvérsias entre os estudiosos impedem de se montar um sistema de classificação das correntes que seja universalmente aceito (o que resultou em um conjunto de propostas, com variações segundo os pesquisadores que as compõem⁸), essas duas perspectivas teóricas sempre estão em evidência nos estudos relacionados às migrações internas, sendo usualmente denominadas de modelo neoclássico ou de racionalismo econômico e modelo histórico-estrutural⁹.

⁸ Inclusive Salim (1992) propõem um sistema de classificação das correntes teóricas das migrações em três categorias: modelos neoclássicos contemporâneos; perspectiva histórico-estrutural, e mobilidade da força de trabalho.

⁹ Porém, é muito frequente também estudos que relacionam essas correntes às ciências específicas em que são estudadas. A corrente neoclássica é associada a perspectiva econômica das migrações internas e a corrente histórico-estrutural é associada a perspectiva sociológica (Nogueira, 1991). No entanto, essa acaba sendo uma forma simplória e “engessada” de abordar a temática das migrações, uma vez que, como evidenciado por Massey (1993), a busca por tentar entender toda a complexidade dos fenômenos migratórios a partir da perspectiva de um só campo de estudo auxiliou para que a construção teórica desse campo se formasse a partir de abordagem fragmentadas e que, muitas vezes, não se interagem entre si.

Cada uma dessas correntes apresenta contribuições importantes para a formação do campo teórico das migrações internas, porém expõe, também, entraves que precisam ser superados. Isso porque, ao mesmo tempo em que elas inviabilizam a postulação de uma teoria geral das migrações (Nogueira, 1991), não são capazes de abranger várias mudanças ocorridas nos movimentos espaciais a partir das últimas décadas do século XX.

Para Salim (1992), a centralização da análise individual como motivador das migrações, supondo que esta repercutirá em uma mobilidade social da mão-de-obra tendo como resultado correções das disparidades econômicas entre regiões, dos modelos neoclássicos, torna-o um instrumento ideológico de manutenção do *status quo*. Além disso, esse modelo não se aprofunda nas causas que levam às desigualdades entre os trabalhadores e, por isso, não capta o nível macro das migrações¹⁰. Sendo assim, as regras estabelecidas, embora aplicáveis a países com um determinado nível de desenvolvimento econômico, não necessariamente se aplicam a países em que ainda prevalecem formas exploratórias e coercitivas de relações de trabalho. Como apresentado anteriormente, a análise neoclássica não chega a ignorar os fatores estruturais, mas os apresenta de forma simplória e focada nos seus efeitos. O sistema de classificação dos migrantes de Lee (1962), por exemplo, aponta alguns dos fatores estruturais relacionados às migrações, mas os relacionando a possíveis características individuais (positivas ou negativas) dos migrantes.

Considerado como uma extensão das teorias neoclássicas por Hass (2008), o modelo denominado de capital humano também pondera a seletividade das migrações a partir do enfoque nos custos e benefícios individuais (presente ou futuro), mas também aborda a influência que a estrutura segmentada e seletiva do mercado de trabalho tem nesse processo. Essa combinação permite explicar, por exemplo, algumas das diferenças de fluxo migratório por idade e por setor produtivo. Entretanto, essa perspectiva também coloca um peso elevado no conjunto de informações, liberdade individual e acesso a bens de consumo ou mesmo serviços públicos que se julga estarem disponíveis a todos que decidem migrar.

¹⁰ As análises neoclássicas são também constantemente relacionadas aos condicionantes microssociais das migrações

Cabe aqui já ressaltar que essas limitações não invalidam totalmente as análises e teorias estabelecidas pelo viés neoclássico. Como reconhecido por Salim (1992), as hipóteses e variáveis propostas a partir dele possibilitam algumas verificações empíricas relacionadas ao peso das variáveis individuais dentro do processo migratório. O reconhecimento das motivações econômicas, da influência dos fatores psicossociais, da etapa do ciclo vital, gênero, bem como das relações entre os grupos de migrantes são exemplos de alguns dos fatores que abrangem toda a complexidade envolvida no fenômeno migratório e que puderam, de forma quantitativa, ser constatadas e analisadas em diferentes localidades a partir da perspectiva neoclássica.

Já a vertente histórico-estrutural, mesmo em sua tentativa de ser mais abrangente do que a perspectiva neoclássica, também apresenta entraves como teoria que busca compreender a dimensão dos movimentos migratórios em sua totalidade. Para Nogueira (1991), esse modelo auxiliou na compreensão dos grandes fluxos dos movimentos migratórios de sentido rural-urbano na América Latina após meados do século XX. No entanto, outras modalidades dos movimentos migratórios (urbana-urbana, por exemplo) não se adequam tanto aos seus pressupostos (como os dos fatores de mudança e estagnação proposto por Singer).

A ênfase em se trabalhar a partir do nível agregado, como classe social, fez com que muitos trabalhos que seguem esse modelo não apresentassem elementos demográficos ou estatísticos que confirmassem suas conclusões. Salim (1992) observa que, sem essa base empírica, essa teoria torna-se de difícil comprovação ou refutação, o que resulta em frequentes simplificações de argumentos. Assim, correlacionar uma categoria social a uma resposta frente a fatores materiais e sociais que as afligem também é uma forma de simplificar toda a complexidade contida dentro dessa categoria e não auxilia na compreensão dos motivos que levam determinados indivíduos dentro de uma mesma categoria e pressão social a migrarem, enquanto outros continuam a permanecer nos lugares de origem. Sendo assim, muitas das propostas da vertente histórico-estrutural acabavam gerando um tipo de determinismo, no qual somente os fatores históricos e estruturais inerentes ao capitalismo condicionam os movimentos migratórios como uma resposta final.

Como se verifica até aqui, as teorias migratórias trazem consigo reflexos do contexto histórico específico em que foram formuladas, e muitas já se encontram

defasadas da realidade presente frente às profundas transformações sociais e tecnológicas ocorridas desde as últimas décadas do século XX. Em relação aos movimentos internos no Brasil, Brito (2009) aponta que, de meados do século XX até a década de 1980, o rápido processo de urbanização e metropolização no país permitiu que houvesse uma convergência entre mobilidade espacial e social para uma grande parcela da população. Nesse sentido, a migração para grandes cidades, muitas vezes, era tida como um dos únicos (ou últimos) recursos para se tentar conseguir melhores condições de vida para o indivíduo

No entanto, o padrão migratório após a década de 1980 sofreu drásticas transformações, sendo umas das mais notórias a redução dos fluxos migratórios para as áreas metropolitanas e uma maior tendência desses fluxos em direção às cidades médias.

Não há dúvida que a redução excepcional da capacidade de geração de emprego e de novas oportunidades ocupacionais, objetivamente, descolou a mobilidade espacial da mobilidade social, inaugurando um novo padrão migratório e superando as antigas teorias e o paradigma que servia de referência para elas (Brito, 2009, p. 16).

Já para Oliveira (2008), parte da problemática relacionada à produção teórica atual em torno dos movimentos migratórios vem da utilização de referenciais e metodologias construídos ou aplicáveis ao modelo produtivo fordista, não abrangendo, assim, as novas nuances que o modelo flexível incorporou a esses movimentos em escala global. Nesse sentido, os movimentos populacionais durante a prevalência do modelo de produção fordista (até a década de 1970) estavam relacionados às características intrínsecas desse regime, visto que a produção e o consumo em massa, juntamente com a rotatividade da força de trabalho, resultavam em movimentos migratórios a partir da mobilização de um exército de mão-de-obra industrial de reserva. As crises desse sistema fizeram surgir formas de produção e controle do trabalho que possibilitaram um fluxo mais dinâmico ao capital.

A fim de superar a rigidez operacional do sistema fordista, o modelo de produção de acumulação flexível reestruturou o mercado de trabalho, tornando-o mais volátil através da flexibilização e da precarização das garantias trabalhistas. Essas estratégias também trouxeram reflexos nos fluxos migratórios, os quais passaram a ganhar destaque os movimentos espaciais como os deslocamentos pendulares e temporários.

Menezes (2012) pontua que, nas últimas décadas, há um grande esforço de pesquisadores de diversas áreas no intuito de compreender as novas características dos processos migratórios, bem como suas repercussões, na construção de novas tipologias, categorias e conceitos que abrangem toda a dinâmica desse processo. A autora estabelece as lacunas e insuficiências do corpo teórico relacionado às migrações internas de décadas anteriores na compreensão dos processos migratórios contemporâneos. Dentre as críticas está a necessidade de se questionarem as classificações fixas e rígidas que envolve a tipologia com as quais os movimentos migratórios são considerados, como migração temporária, definitiva ou de retorno, ou espaços de atração e de expulsão, uma vez que elas são cada vez menos capazes de abranger toda a diversidade desse fenômeno.

Nesse sentido, Almeida e Baeninger (2011) também estabelecem que, após a evolução e popularização dos meios de transportes e comunicação a partir da década de 1980, a relação entre migração e local/tempo de residência tornou-se muito mais difusa e, embora ainda sirva para fins censitários, já não expressa totalmente a dimensão dos movimentos espaciais atuais. Assim, uma vez que os espaços são cada vez mais multifuncionais (chegada, trânsito, partida), uma análise binária (origem e destino) já não se torna capaz de abranger a distinção entre movimentos migratórios e movimentos temporários ou pendulares, por exemplo.

Outrossim, Almeida e Baeninger (2011), levando em consideração as diversas concepções teóricas, como as de Lee (1966) e Singer (1976), evidenciam a importância de sintetizar os aspectos macroestruturais, que geram as “causas” para a migração de determinados grupos sociais, com as microestruturais, que explicam os “motivos” juntamente das condições que geram a seletividade das pessoas que migram, na tentativa de uma compreensão mais ampla dos movimentos migratórios atuais. Dessa forma, os fatores de atração e repulsão ganharam uma complexidade maior do que somente a dimensão econômica, priorizada nas análises clássicas, e resultam em diferentes categorias de análises.

4. TEORIA DAS REDES SOCIAIS MIGRATÓRIAS

De acordo com Truzzi, (2008), os primeiros estudos que buscavam compreender a relevância das informações e recursos fornecidos de migrantes instalados em uma determinada localidade para os que permaneciam na localidade de origem destes como agente motivador das correntes migratórias foram realizados na década de 60 e utilizavam o termo migração em cadeia para expressar essas situações. Apesar de alguns pesquisadores considerarem discrepantes as definições dos termos cadeias migratórias e redes migratórias¹¹, em sua essência está a importância das informações e/ou recursos fornecidos por pessoas que migraram previamente para aqueles que vieram a migrar para aquela mesma área de destino devido à existência de algum tipo de relação social ou de identidade entre eles (parentesco, amizade, naturalidade, religião, trabalho).

Nesta perspectiva, a comunicação entre os migrantes e os que permanecem na área de origem torna-se um elemento essencial no processo migratório. Com a evolução e acessibilidade dos meios de comunicação contemporâneos, a intensidade dos vínculos pessoais mantidos por um indivíduo passou a influenciar mais do que uma proximidade geográfica. O contato e manutenção de uma rede social com pessoas que emigraram para um outro continente, por exemplo, pode superar as relações sociais que um indivíduo mantém com pessoas de sua vizinhança.

Quando relacionado ao campo da migração, a relevância desses vínculos sociais pode ser expressa a partir do grau de confiabilidade que o indivíduo atribui às informações obtidas por aqueles que já emigraram (Truzzi, 2008). Ou seja, quanto maior o contato pessoal e a confiança na pessoa que emigrou, maior é a possibilidade de se considerarem como verdadeiro os relatos obtidos sobre aquela localidade quando comparado a fontes de informações obtidas de contatos não próximos¹² e, caso se expresse a intenção de migrar, de tomá-lo ou rejeitá-lo como destino.

¹¹ Para Fazito (2002), o uso do termo redes sociais nos estudos migratórios correspondiam inicialmente mais como uma metáfora do que uma representação da realidade concreta. Sendo assim, não ultrapassavam o campo das suposições e das conjecturas.

¹² No entanto, a intensidade do desejo de migrar pode fazer com que, na falta de contatos pessoais, essa rede se forme a partir de contatos que apresentem alguma característica identitária em comum, como naturalidade ou região de origem.

Segundo Campos (2015)¹³, as vantagens fornecidas pelas redes sociais no campo da migração remetem ao conceito sociológico de capital social, que se refere aos recursos acessíveis aos sujeitos em função das relações duráveis que se mantêm com outros. Ou seja, quanto “maior” e mais intenso o capital social, mais possibilidades estarão disponíveis ao indivíduo que o detém. A intensidade dos laços que formam uma rede social é um elemento preponderante para a manutenção da sua coesão, uma vez que ela lhe garante a solidez e estabilidade. No entanto, as redes são um processo dinâmico, sofrendo constantes transformações em sua estrutura ao longo do tempo, nas quais laços fortes podem se afrouxar, perdendo sua solidez, e vice-versa (Campos, 2015). As fronteiras das redes sociais se encontram no limiar das relações e das ligações identitárias entre seus membros, nas quais ainda ocorre um mínimo de passagem de capital social.

Portanto, destaca-se nas redes migratórias o papel ativo que os emigrados mantêm em sua localidade de origem, tanto para impulsionar como para refrear futuras correntes migratórias. Isso acontece, porque os feitos e informações de quem já emigrou podem diminuir ou aumentar as incertezas quanto à decisão de migrar daqueles que pertencem a sua rede social. Para Brumes (2010), são as redes migratórias que garantem o suporte necessário para manter os fluxos migratórios ativos, uma vez que, além de diminuir os riscos e custos do processo, também fornecem subsídios que facilitam a interação e a adaptação do migrante na localidade de destino.

Nesse sentido, a abordagem das redes sociais no processo migratório é considerada como uma tentativa de superar algumas das limitações tanto das teorias neoclássicas como da histórico-estrutural. Para Truzzi (2008), essa teoria contrapõe-se ao modelo neoclássico quanto ao que consideram como sendo o princípio motivador dos fluxos migratórios. Enquanto, para a teoria neoclássica, o impulso para a ação migratório parte primordialmente de uma análise individual a fim de se obter uma maximização econômica, a teoria das redes sociais compreende que as relações sociais e culturais adquirem pesos tão relevantes quanto a dimensão econômica no que tange

¹³ Como exposto por Campos (2015), as redes sociais, e sua influência nas redes migratórias, torna-se um fenômeno de difícil mensuração, o que resulta em poucos trabalhos que as constatarem empiricamente ou a discutam de maneira aprofundada.

aos processos migratórios. As redes sociais podem retroalimentar os fluxos migratórios de tal forma que estes podem continuar ocorrendo, mesmo quando a conjuntura econômica ou política se encontra desfavorável para isso. O apoio e auxílio daqueles que já migraram pode proporcionar um fator crucial quanto à decisão de permanecer ou migrar de uma determinada localidade.

No entanto, algumas teorias com bases no pensamento neoclássico já faziam considerações sobre a importância dos emigrados na orientação do fluxo das correntes migratórias, como pode-se observar no trabalho de Lee (1966, p. 103):

A sensibilidade pessoal, a inteligência e o conhecimento das condições que imperam em outros lugares entram na avaliação da situação no local de origem; o conhecimento da situação no local de destino depende dos contatos pessoais ou das fontes de informação, ao que nem todos têm acesso.

Ainda de acordo com Lee (1966, p. 108),

O fato de os primeiros migrantes terem superado uma série de obstáculos diminui a dificuldade do deslocamento para os migrantes que se lhes seguem, criando-se, na realidade, sendas que passam sobre as oportunidades intervenientes, da mesma forma como as autoestradas suspensas correm sobre o campo.

Todavia cabe ressaltar que, diferente das teorias neoclássicas, para as teorias das redes migratórias, os vínculos pessoais estão no cerne da formação e manutenção dos fluxos migratórios. O fato de haver um elevado quantitativo de migrantes de uma mesma origem em uma determinada área não garante necessariamente que aqueles que vierem a migrar para lá conseguirão algum tipo de suporte, caso não tiverem estabelecido previamente algum tipo de conexão social entre alguém já estabelecido. Para além das considerações individuais isoladas, são as relações pessoais mantidas com pessoas já instaladas no local de destino que garantem uma base de sustentação dos objetivos que se pretendem obter com a migração (Oliveira, 2008).

Já em relação à teoria histórico-estrutural, Fazito (2002) considera que o sociólogo Charles Tilly (1990) foi um dos primeiros a integrar o conceito de rede social e o processo migratório sob uma perspectiva que levava em consideração a estrutura social. Ao considerar que as migrações não se concretizam a partir de decisões isoladas, mas sim a partir de um processo coletivo, Tilly (1990) pontua que as redes podem exercer um poder coercitivo sobre um indivíduo, ao focalizar sua análise sobre a decisão de migrar nos locais com os quais mantêm vínculos e desconsiderar outros possíveis

destinos acessíveis a ele¹⁴. Para esse autor, as migrações devem ser compreendidas a partir de estruturas sociais comunitárias, juntamente com seus processos organizacionais locais, os quais lhe dão identidades e particularidades

O ambiente social pode ser pensado como o conjunto de redes de interações no qual nada se manifesta de maneira independente, e por esse motivo não se pode pensar em redes sociais que determinem a migração, mas sim em redes que as articulam e que se organizam de acordo com o desejo compartilhado por sujeitos de migrar, associado, sim, a fatores de ordens social, econômica, política, simbólica, afetiva etc (Brumes, 2013, p. 238-29)

Conforme Peixoto (2004), a teoria das redes migratórias adentra as teorias ligadas à perspectiva macrossocial, as quais consideram as migrações como resultante de forças estruturais que atuam sobre os diferentes grupos sociais. No entanto, diferente da teoria histórico-estrutural, que compreende as macroestruturas do sistema de produção capitalista como fator coercitivo preponderante das migrações, a influência das redes migratórias apresenta-se mais a partir de seu ordenamento como microestrutura e das suas dinâmicas e ordenamentos internos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O retrospecto da construção teórica em torno da temática migração realizado no presente artigo nos auxiliou na compreensão de como as causas gerais desse fenômeno foram abordadas por correntes de pensamento distintas. Em síntese, das duas grandes linhas teóricas presentes até a década de 1980, uma tinha como base o economicismo, a qual justificava os movimentos migratórios pela análise racional e individual entre os custos e benefícios ligados ao mercado de trabalho presente nos diferentes territórios; e uma mais voltada à compreensão das bases estruturais que levam determinadas classes sociais a migrarem. Frente às transformações sociais e tecnológicas que foram surgindo a partir de meados do século XX, sobretudo durante as suas duas últimas décadas, novos elementos foram sendo levados em consideração dentro do campo das pesquisas sobre migração, a qual ganhou destaque o papel das redes sociais de apoio dentro desse processo.

¹⁴ Porém, Fazito (2002) afirma que essa coerção (ou constrangimento) não sobressai sobre as escolhas individuais, uma vez que, embora seja real, não é absoluta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, G. M. R.; BAENINGER, R. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: XXVIII Congresso Internacional Da Alas, 6 a 11 de setembro de 2011. **Anais...** Recife-PE: UFPE, 2011.

BRIGG, P. H. (1973). Migração para as áreas urbanas. In: MOURA, H. A. (org.). **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 611-692.

BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes **Texto para discussão**, n. 366. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. 20p. Disponível em: < <https://www.cedeplar.ufmg.br/publicacoes/textos-para-discussao/textos/2009/629-366-as-migracoes-internas-no-brasil-um-ensaio-sobre-os-desafios-teoricos-recentes>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

BRUMES, K. R. **Redes em espaços migratórios: Uberlândia-MG**. 2010. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2010.

BRUMES, K. R. Estudos sobre migrações: desafios, diversidades e evoluções. **Leopoldianum**, Santo – SP: UCS, v. 39, n. 107/108/109, p. 13 – 30, 2013. Disponível em:< <http://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/view/470>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CAMPOS, M. As redes migratórias e sua dimensão espacial. In: Encontro Nacional Espaço, Planejamento e Insurgências, 16., 2015, Belo Horizonte, MG. **Anais..** Disponível em: <http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=181>. Acesso em: 13 mar. 2020.

CARAZZAI, E. H. Trump critica imigrantes que vêm de 'países de merda', diz imprensa. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 12 jan. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/01/1949811-trump-critica-imigrantes-que-vem-de-paises-de-merda-diz-imprensa.shtml>. Acesso em: 20 mai. 2019.

CASTRO, F. V. de. Imigração e territórios em mudança. Teoria e prática(s) do modelo de atração-repulsão numa região de baixas densidades. **Cadernos de Geografia**, Coimbra, FLUC, n. 30-31, p. 203-213, 2012.

FAZITO, D. A Análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Ouro Preto: ABEP, 2002.

HASS, H. de. Migration and development - A theoretical perspective. **Working papers**-year 2008, paper 9. University of Oxford: International Migration Institute, 2008. Disponível em: < <https://www.migrationinstitute.org/publications/wp-09-08/@@download/file>>. Acesso em: 26 fev. 2020

LEE, E. S. (1966). Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. (org.) **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 89-114.

MARTINE, George. **Prefácio**. In: OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson. Migrações Nordestinas no Século um Panorama Recente. 2014. Ed. Edgard Blücher. Disponível em: <

<https://www.blucher.com.br/livro/detalhes/migracoes-nordestinas-no-seculo-21-734>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

MASSEY, D.S. et al. Theories of international migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, New York, v. 19, n. 3, p. 431-466, Sep. 1993. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/2938462>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

MENEZES, M. A. Migrações e Mobilidade: repensando teorias, tipologias e conceitos: In: TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M.; BAENINGER, R. **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Cultura Acadêmica Editora, 2012. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/migracoes2_ebook.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2018.

NOGUEIRA, O. J. O. **Migrações internas: tentativas de se buscar uma teoria**. Anais. Conj. Belo Horizonte, v. 6, n. 1, jan./abr. 1991. Disponível em: <<http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/75/1/Migra%C3%A7%C3%B5es%20Internas%20tentativas%20de%20se%20buscar%20uma%20teoria.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

OLIVEIRA, O. de, STERN, C. (1971) Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. In: MOURA, H. A. (org.) **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 245-266.

OLIVEIRA, A. T. R. de. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In: OLIVEIRA, L. A. P. de; _____. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Estudos e Análises – Informações demográficas e socioeconômicas, n. 1. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=249781> >. Acesso em: 01 set. 2018.

PEIXOTO, J. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. **Socius Working Papers**, texto n. 11/2004, Lisboa, 2004. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200411.pdf> Acesso em setembro de 2007.

RAVENSTEIN, E. G. (1885) As leis das migrações. In: MOURA, H. A. (org.). **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 25-88.

SALIM, C. A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 8, 1992, São Paulo. **Anais...** Campinas: ABEP, 1992. Disponível em: < <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/609>>. Acesso em: 13 maio 2019.

SJAASTAD, L. A. (1962) Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, H. A. (org.). **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 115-144.

SINGER, P. I (1976). Migrações internas: considerações sobre o seu estudo. In: MOURA, H. A. (org.). **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 211-244.

TILLY, C. (1990). Transplanted Networks. In: MCLAUGHLIN, V. (ed.) **Immigration Reconsidered: History, Sociology and Politics**. New York: Oxford University Press, 1990.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 20, n. 1. p. 199-218, jun. 2008.

CONSIDERATIONS ON THE THEORETICAL CONSTRUCTION RELATED TO INTERNAL MIGRATION

ABSTRACT

This article aims to analyze, through a literature review, the theoretical construction related to the theme of internal migration. The first studies with the purpose of structuring a general theory on migrations date back to the late 19th century and were based on the foundations of neoclassical economic theories. In contrast to these, during the second half of the 20th century, theories were formulated grounded in historical-structuralist thought, aiming to understand migration within the social structure in which it is embedded. The most recent theories encompass the role of migrants' social networks as an essential element in the formation of migratory flows towards a specific territory.

Keywords: Migration; Internal migration; Theory.

CONSIDERACIONES SOBRE LA CONSTRUCCIÓN TEÓRICA RELACIONADA A LA MIGRACIÓN INTERNA

RESÚMEN

Este artículo busca analizar, mediante una revisión bibliográfica, la construcción teórica relacionada con el tema de la migración interna. Los primeros estudios que buscaban estructurar una teoría general sobre las migraciones datan de finales del siglo XIX y se basaron en las teorías económicas neoclásicas. En contraste, durante la segunda mitad del siglo XX, se formularon teorías basadas en el pensamiento histórico-estructuralista, buscando comprender la migración dentro de la estructura social en la que se inserta. Las teorías más recientes abarcan el papel de las redes sociales de los migrantes como elemento esencial en la formación de los flujos migratorios hacia un territorio específico.

Palabras-clave: Migración; Migración interna; Teoría.

Recebido: novembro 2025

Aceite: novembro 2025

DESENVOLVIMENTO RURAL E O ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL: ANÁLISE DO TERRITÓRIO DO COREDE SUL

Camila Oliveira Baptista¹

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os indicadores de pobreza rural no território do COREDE Sul, localizado no sul do Rio Grande do Sul, a fim de compreender os principais desafios para o desenvolvimento rural na região. A partir dessa análise, busca-se avaliar de que forma políticas públicas voltadas à inclusão produtiva contribuem para o enfrentamento da pobreza e para a permanência da população no campo. Segundo o *Relatório de Inclusão Produtiva no Brasil Rural e Interiorano* (2022), elaborado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), em parceria com a Fundação Arymax, a Fundação Tide Setubal e o Instituto Humanize, estimava-se que mais de 50% da população rural vivia em situação de pobreza, enquanto nas áreas urbanas esse índice era de aproximadamente 12%. Diante desse contexto, o estudo foca em duas políticas públicas implementadas no estado do Rio Grande do Sul: o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e o Programa Bolsa Juventude Rural. Essas iniciativas são analisadas como estratégias de inclusão produtiva, com potencial para promover o desenvolvimento das unidades de produção familiar, reduzir desigualdades sociais e ampliar as condições de permanência no meio rural.

Palavras-chave: Pobreza rural; COREDE Sul; Desenvolvimento rural; Inclusão produtiva.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os debates sobre desenvolvimento rural e pobreza no campo ganharam destaque no país. A partir de 2003, com o lançamento do Programa Fome Zero, o Brasil assumiu uma agenda pública voltada ao enfrentamento da fome e da pobreza, hoje continuada por meio do Programa Bolsa Família. Tais iniciativas evidenciam a centralidade do combate à pobreza e à desigualdade social no Brasil.

O avanço tecnológico e a modernização da agricultura, aliados à propagação de um modo de vida urbano, contribuíram para o esvaziamento das áreas rurais e para o crescimento acelerado das cidades. Esse processo aprofunda as desigualdades sociais e reforça os desafios históricos que marcam o espaço rural brasileiro, especialmente no que se refere à pobreza e ao êxodo populacional.

Na região Sul do país, particularmente no Rio Grande do Sul, a estrutura fundiária permanece marcada pela herança dos latifúndios ligados à pecuária. Como apontado por Zarth (2002), foi por meio da criação de gado que os colonizadores europeus

¹ Doutoranda em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

consolidaram sua presença na região, dando origem a grandes propriedades rurais que ainda influenciam a dinâmica agrária local.

Ao analisarmos esse fenômeno, um primeiro ponto a ser considerado é que o conceito de desenvolvimento pode ser compreendido sob distintas abordagens, das quais destacamos a econômica, social, humana e sustentável. Na perspectiva econômica, Bresser-Pereira (2006) o define como um fenômeno histórico vinculado à revolução capitalista, caracterizado pelo aumento contínuo da produtividade e da renda *per capita*. Celso Furtado (2013), por sua vez, questiona os modelos baseados na reprodução dos padrões de consumo dos países ricos, defendendo que o desenvolvimento deve aliar eficiência produtiva, satisfação de necessidades básicas e objetivos sociais, respeitando os limites ambientais e os valores coletivos. Para Furtado, a ideia de generalizar os estilos de vida dos países ricos para os pobres é irrealizável devido ao custo ambiental elevado, colocando em risco a civilização e a sobrevivência humana.

No campo do desenvolvimento humano, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1996) concebe o desenvolvimento como um processo de ampliação das liberdades e oportunidades para que as pessoas possam realizar suas aspirações. Essa concepção é baseada em Amartya Sen, que reforça essa visão ao afirmar que o desenvolvimento está relacionado à eliminação das privações de liberdade que impedem os indivíduos de exercerem plenamente sua condição de agentes de transformação. O autor propõe uma mudança de foco: do crescimento econômico em si para os fins do desenvolvimento. “... o desenvolvimento consiste na eliminação das privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição enquanto agentes da sua própria mudança” (SEN, 2010, p. 10).

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) insere-se nesse debate ao propor os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dentre os 17 objetivos e 169 metas para serem atingidas até 2030, destacam-se a erradicação da pobreza (ODS 1), a segurança alimentar e a agricultura sustentável (ODS 2) e a redução das desigualdades (ODS 10). Esses compromissos internacionais reforçam a necessidade de compreender o desenvolvimento como um processo multidimensional, que articula aspectos econômicos, sociais, ambientais e institucionais. A própria Agenda 2030

ênfatisa que o desenvolvimento deve atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas.

Considerando esses aspectos, argumenta-se que é fundamental abordar o desenvolvimento para além da perspectiva econômica. É necessário integrar ao modelo de desenvolvimento abordagens ligadas à sustentabilidade, ao combate à pobreza e à inclusão social e territorial. Assim, o desenvolvimento não deve ser apenas um processo econômico, mas um esforço multidimensional que respeite os limites ambientais, amplie as liberdades humanas e garanta oportunidades para que todos possam exercer plenamente suas capacidades e aspirações.

Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento rural ultrapassa a noção restrita de aumento da produção agrícola, englobando dimensões territoriais, sociais e culturais. Segundo Kageyama (2008), trata-se de um processo multifacetado que articula renda, qualidade de vida e sustentabilidade. Schneider (2010, p.520), por sua vez, destaca a centralidade das políticas públicas e da agricultura familiar nesse processo, uma vez que a estrutura agrária brasileira é marcada por forte concentração fundiária. Nesse contexto, a agricultura familiar representa não apenas um segmento produtivo relevante para a segurança alimentar, mas também um espaço de reprodução social, cultural e territorial das comunidades rurais. As políticas públicas tornam-se, portanto, instrumentos indispensáveis para corrigir desigualdades estruturais, ampliar o acesso a crédito, assistência técnica, infraestrutura e mercados, e garantir condições mínimas para que essas famílias possam permanecer no campo e desenvolver atividades sustentáveis.

Ao analisar essas questões no contexto do desenvolvimento rural, Navarro (2001) alerta que o conceito de desenvolvimento rural se transforma ao longo do tempo, conforme as conjunturas históricas e os condicionantes econômicos e sociais. O autor também distingue esse conceito dos de desenvolvimento agrário e agrícola, ressaltando que o desenvolvimento rural envolve ações que induzam transformações em determinado território. “O conceito de desenvolvimento rural, em consequência, altera-se também ao longo do tempo, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento mais geral da economia e da vida social gradualmente impõem às famílias e às atividades rurais” (NAVARRO, 2011, p. 88).

Veiga (2000) destaca que, a partir da década de 1960, o modelo de modernização agrícola adotado pelo Estado brasileiro privilegiou grandes propriedades, com políticas públicas voltadas à industrialização da agricultura, por meio de crédito subsidiado e investimentos a fundo perdido. Essa visão excluiu parcela significativa dos pequenos produtores, que foram deslocados para as periferias urbanas, contribuindo para o crescimento desordenado das cidades.

Segundo análise do CECAD, com dados extraídos do CadÚnico em janeiro de 2024, aproximadamente 57% das famílias rurais do Rio Grande do Sul vivem em situação de pobreza, sendo que cerca de 24% dos estabelecimentos rurais estão em extrema pobreza, com renda mensal *per capita* inferior a R\$ 218,00. O *Relatório de Inclusão Produtiva no Brasil Rural e Interiorano* (2022) reforça esse quadro, apontando que, antes da pandemia, 52% da população rural brasileira vivia em situação de pobreza, frente a 12% nas áreas urbanas. No que tange à extrema pobreza, 15% dos habitantes em áreas rurais estavam nessa condição, frente a apenas 1,7% nas zonas urbanas.

A invisibilidade histórica dos pequenos agricultores frente ao modo de produção capitalista e às políticas públicas tem imposto, até os dias atuais, significativas limitações ao seu desenvolvimento no espaço rural. Soma-se a isso a precariedade da infraestrutura e a ausência de serviços essenciais, o que contribui para o êxodo e para a falta de perspectivas, sobretudo entre os jovens. A esses fatores se somam ainda os impactos das mudanças climáticas, que afetam diretamente a produção agrícola e os modos de vida no campo.

Ao analisar o espaço rural, torna-se imprescindível questionar os entraves que ainda persistem, como o acesso limitado a bens e serviços, saúde, educação, comércio, internet, infraestrutura e lazer. Essas carências contribuem para a saída da população do campo, dificultando a renovação geracional e a permanência dos jovens.

As mudanças climáticas, por sua vez, afetam a agricultura em diversas frentes: infraestrutura, qualidade do solo, ciclos das culturas, produção animal, abastecimento interno e cadeias logísticas. Eventos climáticos extremos têm comprometido seriamente a resiliência das unidades produtivas e a segurança alimentar nas regiões rurais.

Segundo Camargo et al. (2013), ainda que com limitações, as políticas públicas têm permitido o reconhecimento e o fortalecimento da agricultura familiar. Schneider

(2010) observa que, a partir da década de 1990, houve importantes reestruturações no campo do desenvolvimento rural, com políticas voltadas à reforma agrária, crédito, apoio aos territórios e ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados, povos tradicionais e indígenas.

Cardona et al. (2016) argumentam que, como consequência dos avanços tecnológicos, o desenvolvimento rural passou a ser concebido como um conjunto complexo de ações articuladas, com o objetivo de promover transformações sociais e econômicas nos territórios. Entretanto, o acesso às políticas públicas ainda enfrenta entraves, seja pela limitação de recursos, seja pela baixa cobertura frente à demanda existente.

Souza (2018) observa que a inclusão produtiva tem ganhado destaque na política nacional, especialmente com a criação da Política de Desenvolvimento Territorial e do Programa Brasil Sem Miséria, voltados à erradicação da pobreza no meio rural. O autor define inclusão produtiva como um conjunto de estratégias para inserir grupos vulneráveis no mercado e promover a geração de renda, especialmente entre aqueles em situação de extrema pobreza. Essa abordagem, surgida em 2010, é multidimensional e representa uma importante ferramenta de transformação social no espaço rural.

Assim, a problemática que norteia esta pesquisa é o esvaziamento da população rural ao longo dos anos e a dificuldade de permanência dos jovens no campo, associada aos elevados índices de pobreza. Busca-se compreender a pobreza rural no território do COREDE Sul e identificar políticas públicas capazes de minimizar os impactos desse processo e contribuir para a permanência das famílias no campo.

Nos últimos anos, os índices de pobreza e extrema pobreza no Brasil vêm apresentando redução, alcançando, em 2023, os menores patamares desde 2012, segundo dados da *Síntese de Indicadores Sociais*, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023). Apesar desse avanço, a agricultura familiar continua desempenhando papel fundamental na promoção da inclusão social e na garantia da segurança alimentar no país.

Embora ocupe apenas 22,5% da área total dos estabelecimentos agropecuários, a agricultura familiar é responsável por 78% das pessoas ocupadas no campo na região Sul do RS (CENSO AGROPECUÁRIO, IBGE 2017). Além de sua expressiva relevância social, o setor também se destaca na produção de alimentos básicos, sendo

responsável por 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 59% dos suínos, 58% do leite e 50% das aves produzidos no país. Dessa forma, a agricultura familiar contribui com cerca de 38% do valor bruto da produção agropecuária nacional. (DOSSIÊ ABRASCO, 2015).

No entanto, esse segmento vem sofrendo um processo contínuo de retração. No Rio Grande do Sul, assim como no restante do país, observa-se uma perda significativa de estabelecimentos familiares. De acordo com os dados do Censo Agropecuário do IBGE, entre 2006 e 2017, houve uma redução de 17,3% no total de estabelecimentos rurais, sendo que as pequenas propriedades – principais expressões da agricultura familiar – apresentaram queda de 22,4%, o que corresponde à extinção de 84.961 unidades produtivas no período. Esse cenário evidencia a urgência de investigar as causas desse esvaziamento e o papel das políticas públicas voltadas à permanência da população no meio rural.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar os indicadores de pobreza rural no território do COREDE Sul, buscando compreender os desafios estruturais enfrentados pela população do campo e o papel das políticas públicas na promoção do desenvolvimento rural. Para tanto, são examinadas duas políticas implementadas no Rio Grande do Sul com foco na inclusão produtiva: o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e o Programa Bolsa Juventude Rural, considerando sua abrangência, alcances e limitações, bem como suas contribuições para a permanência da população rural, em especial dos jovens, no campo.

Nessa perspectiva, o estudo propõe-se a identificar os fatores que condicionam a persistência da pobreza rural e a analisar de que modo as políticas públicas podem atuar na mitigação das desigualdades, na valorização da agricultura familiar e na promoção de estratégias sustentáveis de sucessão e desenvolvimento territorial.

2. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA E DELIMITAÇÃO TERRITORIAL

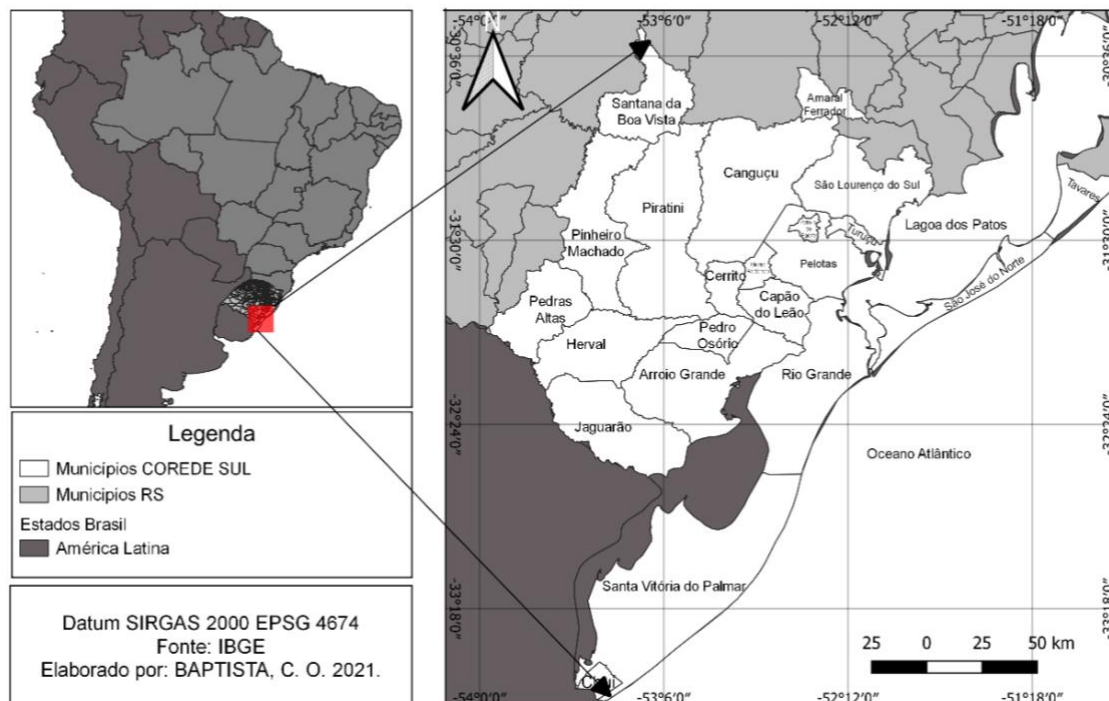
Esta pesquisa possui caráter exploratório e abordagem qualitativa, com ênfase na análise empírico-descritiva de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da pobreza rural e à promoção do desenvolvimento territorial. A investigação concentra-se na área do Conselho Regional de Desenvolvimento Sul (COREDE Sul), conforme a Figura

1, localizado no estado do Rio Grande do Sul. O COREDE Sul é composto por 22 municípios: Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Capão do Leão, Canguçu, Cerrito, Chuí, Jaguarão, Herval, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santana da Boa Vista, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares e Turuçu.

O COREDE Sul ocupa cerca de 12% da área territorial do estado e abriga cerca de 847 mil habitantes (DEE/PopVis 2024), o que representa cerca de 7,6 % da população estadual. Observa-se na região um quadro demográfico marcado por elevado envelhecimento populacional e retração do contingente rural.

Conforme dados do Censo Demográfico de 2022, a participação da população com mais de 60 anos é de cerca de 20%, com destaque para o avanço das faixas etárias mais elevadas (80 anos ou mais). No estado, a análise histórica mostra que, nas últimas cinco décadas, a população idosa triplicou no Rio Grande do Sul, passando de 5,8% em 1970 para 18,8% em 2022, conforme o Atlas Socioeconômico do Estado. Esse crescimento foi acompanhado pela diminuição da população jovem e pelo aumento relativo da população economicamente ativa (15 a 59 anos), alterando significativamente a estrutura etária. Esses dados ajudam a compreender os desafios relacionados à sucessão rural, ao esvaziamento das comunidades do campo e às exigências crescentes em áreas como saúde, previdência e assistência social.

Figura 1 - Localização do COREDE Sul

MAPA DA ÁREA DE ESTUDO DO COREDE SUL - RIO GRANDE DO SUL

Fonte: IBGE, Elaborado pela autora (2021).

Segundo Cargnin (2014), a criação e a institucionalização dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento podem ser consideradas uma das principais iniciativas na construção de uma política regional para o estado do Rio Grande do Sul. Os COREDES exercem papel importante na indução do planejamento territorial, na articulação entre sociedade civil e poder público e na consolidação de políticas de Estado voltadas à superação das desigualdades regionais. O COREDE Sul, especificamente, foi criado em 25 de outubro de 1991 e efetivado em 1994, sendo um importante espaço de governança territorial.

A escolha desse território justifica-se por sua expressiva heterogeneidade econômica e social, pelas marcantes desigualdades no acesso a políticas públicas e pelos desafios específicos relacionados à permanência da população rural, especialmente jovens. Além disso, trata-se de uma região com tradição agrícola e presença significativa da agricultura familiar, o que a torna estratégica para o estudo da inclusão produtiva e da segurança alimentar.

Além de qualitativa, a pesquisa apresenta caráter exploratório, por buscar aprofundar o conhecimento sobre um fenômeno ainda pouco documentado de forma

sistemática no território do COREDE Sul: os efeitos das políticas públicas de inclusão produtiva na mitigação da pobreza rural e na permanência das famílias no campo. Segundo Gil (2021), a pesquisa exploratória tem como objetivo oferecer uma visão geral e aproximativa sobre determinado tema ou problema, constituindo, muitas vezes, a primeira etapa de um processo investigativo mais amplo. Essa abordagem é particularmente pertinente quando se busca compreender as múltiplas dimensões de um fenômeno complexo, como a pobreza rural, cuja expressão é influenciada por fatores econômicos, sociais, territoriais e institucionais. Assim, a pesquisa não pretende esgotar o tema, mas contribuir com elementos analíticos que possibilitem sua problematização à luz das experiências e políticas aplicadas ao contexto regional estudado.

Para a análise empírica, foram utilizados dados secundários obtidos junto à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural (SDR) e ao Diário Oficial do Estado (DOE), além de informações do Cadastro Único (CadÚnico) disponibilizadas via plataforma CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Dados. Também foram sistematizadas informações sobre a execução do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), e do Programa Bolsa Juventude Rural, de iniciativa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. A coleta e organização dos dados consideraram o recorte espacial dos 22 municípios do COREDE Sul, permitindo uma análise territorializada das políticas selecionadas.

Complementarmente, a pesquisa dialoga com referencial teórico sobre desenvolvimento rural, pobreza e inclusão produtiva, buscando compreender de que modo as políticas públicas em análise contribuem para a permanência da população no campo, a redução das desigualdades e a construção de alternativas sustentáveis para o meio rural.

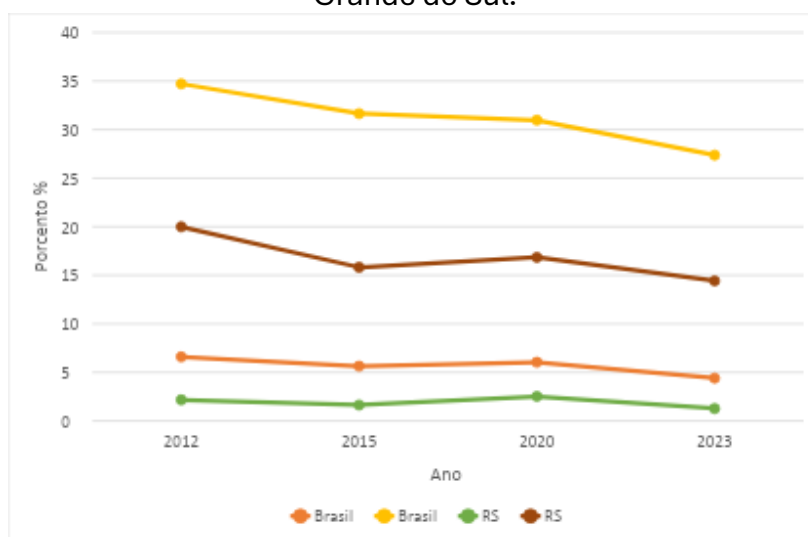
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos últimos anos, os índices de pobreza e extrema pobreza no Brasil vêm apresentando redução, alcançando, em 2023, os menores patamares desde 2012, segundo dados da *Síntese de Indicadores Sociais*, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023). Conforme demonstrado na Figura 2, observa-se

uma trajetória de declínio desses indicadores ao longo da última década, refletindo os efeitos combinados da recuperação econômica e da ampliação de políticas de transferência de renda. No país, a mensuração da pobreza está associada aos critérios utilizados para definição dos valores de elegibilidade ao Programa Bolsa Família, atualizados anualmente. Para fins estatísticos, considera-se em situação de extrema pobreza a população com renda mensal *per capita* de até R\$ 109,00, e em pobreza (linha II) aquela com renda entre R\$ 109,01 e R\$ 218,00 mensais por pessoa.

Cabe destacar que esses parâmetros nacionais estão alinhados às diretrizes internacionais de mensuração da pobreza, conforme os critérios estabelecidos pelo Banco Mundial. Segundo essa instituição, considera-se em situação de pobreza a população cuja renda *per capita* seja inferior a US\$ 6,85 por dia, o que, convertido à moeda brasileira, equivale a aproximadamente R\$ 665 mensais. Já a linha de extrema pobreza corresponde a uma renda de até US\$ 2,15 por dia, o que representa um valor mensal em torno de R\$ 209. A convergência entre os critérios nacionais e internacionais permite a comparabilidade dos dados em âmbito global, ao mesmo tempo em que revela a magnitude do desafio da pobreza no país, especialmente nas áreas rurais.

Figura 02 - Evolução dos Índices de Pobreza e Extrema Pobreza no Brasil e no Rio Grande do Sul.



Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, organizado pela autora (2024).

Para minimizar os impactos da pobreza rural e conter a migração da população do campo para os centros urbanos, duas políticas públicas vêm se destacando como estratégias de inclusão produtiva no território analisado. Tais políticas buscam articular

a transferência de renda com a geração de oportunidades produtivas, promovendo condições mais favoráveis à permanência das famílias no meio rural. Segundo Benedetti (2019), o debate sobre estratégias de enfrentamento à pobreza e promoção do desenvolvimento é tema recorrente na literatura acadêmica e nas agendas públicas há mais de meio século. A autora enfatiza que a pobreza deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional, que ultrapassa a dimensão da renda e envolve aspectos relacionados ao acesso a direitos, oportunidades, infraestrutura e participação social.

Com base nessa perspectiva, foram analisados os dados do Cadastro Único (CadÚnico), por meio da plataforma CECAD, considerando os registros atualizados até janeiro de 2024. A sistematização dos dados foi realizada a partir da comparação entre o número de pessoas cadastradas e a população rural dos 22 municípios do COREDE Sul, conforme os dados do Censo Demográfico de 2022. Entre os municípios, destaca-se São Jose do Norte com 90%, Herval, com 86% de sua população rural cadastrada no CadÚnico.

Dentre esses registros, 306 pessoas estavam em situação de extrema pobreza (renda mensal *per capita* de até R\$ 109,00), 1.081 em situação de pobreza (renda entre R\$ 109,01 e R\$ 218,00), 2.085 em condição de baixa renda e 2.046 com renda acima de meio salário mínimo em São José do Norte e em Herval esses números são de 765 pessoas estavam em situação de extrema pobreza (renda mensal *per capita* de até R\$ 109,00), 56 em situação de pobreza (renda entre R\$ 109,01 e R\$ 218,00), 182 pessoas de baixa renda e 593 acima de ½ salário mínimo. Esses dados evidenciam a expressiva presença da população em situação de vulnerabilidade no município, reiterando a importância de políticas específicas para a inclusão produtiva no meio rural.

De acordo com pesquisas exploratórias realizadas junto ao escritório municipal da EMATER/ASCAR-RS, no município de São José do Norte que apresentou o maior índice de pobreza rural registrado no Cadastro Único, constatou-se, conforme relato da extensionista de São José do Norte, que a elevação desses indicadores decorre de um conjunto de fatores inter-relacionados.

Entre os elementos identificados, destaca-se a redução significativa no valor de mercado dos principais produtos agrícolas, com ênfase para a queda expressiva no preço da cebola nos últimos anos. Ademais, observa-se que a baixa rentabilidade da produção agrícola resulta da elevação dos custos de insumos e da comercialização,

associada à instabilidade climática, que afetou de forma severa a região em decorrência das enchentes ocorridas nos anos de 2023 e 2024, comprometendo as safras locais.

Outro aspecto relevante refere-se à descentralização das ações de cadastramento do Cadastro Único, que passaram a ser realizadas diretamente nas comunidades rurais. Essa estratégia ampliou o acesso das famílias ao programa e, consequentemente, contribuiu para o aumento do número de registros e para uma maior visibilidade estatística da pobreza rural nesses territórios.

Tabela 01 – Proporção de Beneficiários moradores de áreas rurais cadastrados no CadÚnico

Municípios	CECAD RURAL
Amaral Ferrador	43%
Arroio do Padre	23%
Arroio Grande	55%
Canguçu	43%
Capão do Leão	36%
Cerrito	37%
Chuí	53%
Herval	86%
Jaguarão	19%
Morro Redondo	58%
Pedras Altas	69%
Pedro Osório	39%
Pelotas	23%
Pinheiro Machado	53%
Piratini	59%
Rio Grande	53%
Santana da Boa Vista	65%
Santa Vitória do Palmar	31%
São José do Norte	90%
São Lourenço do Sul	18%
Tavares	39%
Turuçu	31%

Fonte: CECAD Setembro de 2025, organizado pela autora (2025).

Importa destacar que, na análise da pobreza rural, a renda monetária não abrange integralmente as condições materiais das famílias do campo. A produção para o autoconsumo, as trocas comunitárias, os mutirões e o trabalho doméstico configuram formas de renda não monetária que, embora não registradas nas estatísticas oficiais, têm papel decisivo na segurança alimentar e na manutenção dos modos de vida rurais (SCHNEIDER, 2010; KAGEYAMA, 2008).

Entretanto, a pesquisa concentrou-se na análise de duas políticas públicas implementadas no estado do Rio Grande do Sul, que têm como principal objetivo reduzir a vulnerabilidade social no meio rural e incentivar a permanência da população no campo por meio da transferência de renda e da inclusão produtiva. Embora existam diversos programas sociais que também beneficiam as populações rurais – como o Programa Bolsa Família e o Seguro Defeso, destinado a pescadores artesanais – este estudo destaca especificamente o Programa Bolsa Juventude Rural, do Governo do Estado, e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, executado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER-RS). Ambos os programas são analisados por sua relevância territorial e por suas contribuições diretas para o enfrentamento da pobreza rural e a promoção da sucessão no campo.

O Programa Bolsa Juventude Rural tem como objetivo incentivar jovens de 15 a 29 anos, oriundos de famílias de baixa renda, a permanecerem no meio rural, por meio da continuidade de sua formação educacional e do fortalecimento do vínculo com a terra. O programa é voltado a estudantes regularmente matriculados no 2º ou 3º ano do ensino médio em escolas públicas estaduais ou em instituições educacionais que adotam a Pedagogia da Alternância. Instituído pela Lei nº 14.373/2013, do Estado do Rio Grande do Sul, o programa prevê, em seu artigo 1º, a criação de mecanismos que favoreçam, tanto a permanência quanto o retorno de jovens ao ensino médio, com vistas à criação de condições concretas para sua permanência no meio rural. O artigo 2º da referida lei estabelece que a democratização do acesso à educação e a permanência dos jovens do campo no ensino médio são estratégias fundamentais para a redução dos níveis de pobreza e de exclusão social dessa população.

O COREDE Sul, área de abrangência deste estudo, tem apresentado crescimento progressivo no número de jovens contemplados pelo Programa Bolsa Juventude Rural, em comparação ao total estadual. Em 2017, a região registrava 14 bolsas concedidas, correspondendo a 5,4% do total de jovens atendidos no estado. Esse percentual aumentou de forma contínua nos anos seguintes, atingindo 14,08% em 2021-2022, com um total de 41 jovens beneficiados. O ano de 2020, marcado pela pandemia da COVID-19 e pelas restrições decorrentes da crise sanitária, representou uma inflexão nesse

crescimento, resultando em uma redução temporária no número de beneficiários. Em 2023, 34 jovens da região foram contemplados com a bolsa, e em 2024 esse número chegou a 30 deferimentos. Apesar da oscilação recente, observa-se um aumento significativo na participação da região ao longo da série histórica, o que reforça a importância da política como instrumento de incentivo à permanência da juventude rural.

O município de Herval, com uma população de 6.191 habitantes segundo o Censo Demográfico de 2022, tem se destacado sistematicamente entre os demais municípios do COREDE Sul no que se refere ao número de jovens contemplados pelo Programa Bolsa Juventude Rural. A pesquisa identificou que esse desempenho está associado à atuação ativa da Assistência Técnica e Extensão Rural, em especial da EMATER, cujos técnicos desempenham papel fundamental na divulgação do programa, no diálogo com as famílias, na orientação durante o processo de inscrição e no acompanhamento dos beneficiários, com ênfase nos assentados da reforma agrária. Outro destaque relevante na região é o município de Cerrito, que ocupa a segunda posição em número de jovens contemplados, refletindo também a presença de estratégias locais eficazes de mobilização e apoio institucional.

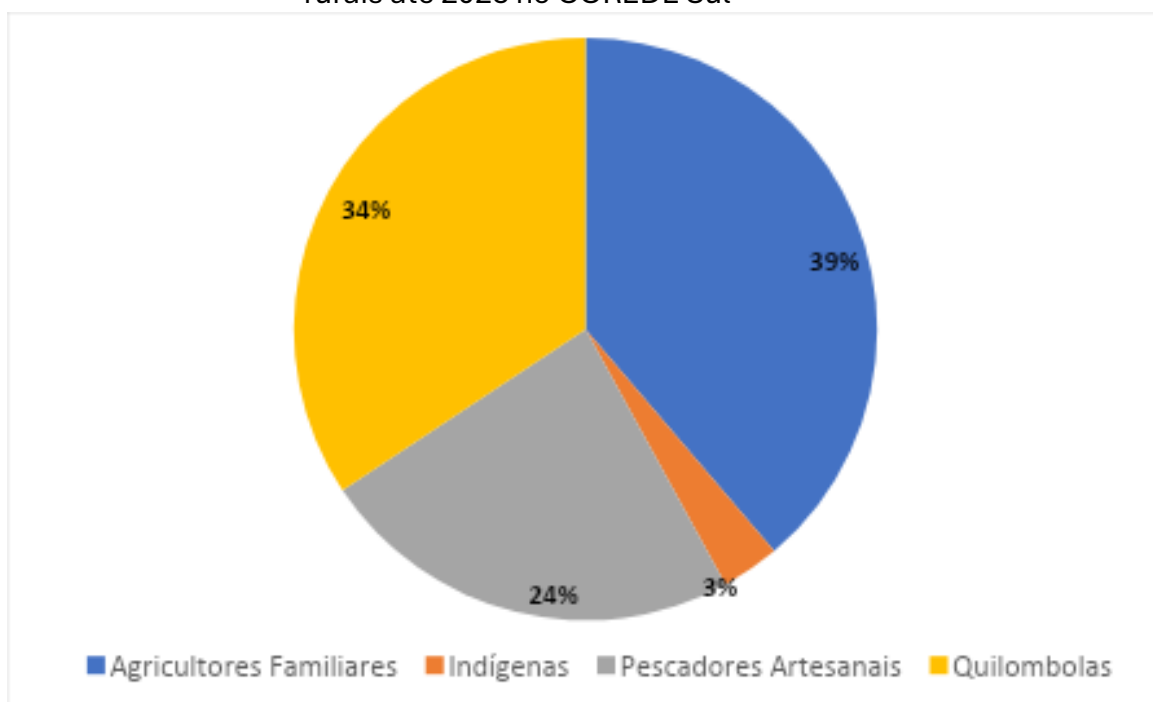
Segundo o relatório *Inclusão Produtiva no Brasil Rural e Interiorano* (2022), a pobreza manifesta-se com maior intensidade nos espaços rurais do país. Antes da pandemia da COVID-19, estimava-se que cerca de 52% da população rural vivia em situação de pobreza, enquanto esse percentual era de aproximadamente 12% nas áreas urbanas. A desigualdade se acentua ainda mais quando se observa a extrema pobreza: cerca de 15% dos habitantes das zonas rurais encontravam-se nessa condição, em contraste com apenas 1,7% da população urbana. Esses indicadores são mensurados a partir de critérios multidimensionais adotados pelo Ministério da Cidadania, os quais consideram não apenas a renda, mas também o acesso a serviços, infraestrutura e condições de vida.

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, no estado do Rio Grande do Sul, foi implementado por meio de acordos de cooperação entre o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e a EMATER. Essa política pública tem como objetivo central promover a inclusão produtiva de famílias em situação de vulnerabilidade no meio rural, por meio de apoio técnico e transferência direta de

recursos financeiros. Segundo informações fornecidas pela SDR, encontram-se atualmente em execução dois acordos de cooperação firmados com o MDS, referentes ao período de 2023 a 2025, com a meta de atender cerca de 11.000 famílias em todo o estado. Cada unidade familiar contemplada recebe o valor de R\$ 4.600,00, destinado à implantação ou ampliação de projetos produtivos sustentáveis.

Na região do COREDE Sul, 17 dos 22 municípios foram contemplados com o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, totalizando 1.303 famílias beneficiadas até o momento. Dentre os públicos atendidos, destacam-se 489 agricultores familiares, 473 famílias quilombolas, 271 pescadores artesanais e 70 indígenas, conforme ilustra a Figura 03. Esses dados evidenciam não apenas a abrangência territorial da política, mas também sua capacidade de alcançar grupos historicamente vulnerabilizados e com demandas específicas no meio rural. A diversidade dos beneficiários reforça a importância da abordagem focalizada, que reconheça as distintas realidades socioculturais e produtivas desses segmentos.

Figura 03 - Público beneficiado pelo Programa de Fomento às atividades produtivas rurais até 2025 no COREDE Sul



Fonte: Obtenção de dados com a SDR, sistematizado pela autora (2024).

Estudar e compreender a inclusão produtiva no meio rural significa reconhecer seu papel estratégico na promoção de transformações sociais, no fortalecimento da

agricultura familiar e na construção de alternativas sustentáveis para populações historicamente excluídas dos processos produtivos. Trata-se de uma abordagem que visa não apenas o aumento da produção e da renda, mas também a ampliação do acesso a bens e serviços básicos, como terra, energia de qualidade, segurança hídrica, assistência técnica, educação e saúde – elementos fundamentais para a superação da pobreza rural. Como destacam Souza (2018) e Benedetti (2019) a inclusão produtiva deve ser compreendida a partir de uma perspectiva multidimensional, capaz de articular transferência de renda, desenvolvimento de capacidades e inserção socioprodutiva em mercados locais e regionais. Agrega-se a esse aspecto o fato de que a realidade brasileira e, de forma particular, a sul-rio-grandense, é marcada por uma grande heterogeneidade territorial, demandando políticas públicas sensíveis às condições locais, culturais e econômicas. Nesse sentido, uma abordagem territorializada e interseccional da inclusão produtiva se mostra fundamental para garantir a efetividade das ações e o enfrentamento das múltiplas dimensões da pobreza rural.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados ao longo deste estudo evidenciam a persistência da pobreza rural no território do COREDE Sul, bem como a importância das políticas públicas como instrumentos para o enfrentamento das desigualdades sociais e a promoção do desenvolvimento rural. Apesar da redução recente dos indicadores de pobreza no Brasil, conforme apontado pelo IBGE (2023), os territórios rurais ainda concentram os maiores percentuais de vulnerabilidade social, o que reforça a necessidade de estratégias específicas e territorializadas.

A análise dos programas Bolsa Juventude Rural e Fomento às Atividades Produtivas Rurais revela que, embora ainda incipientes em termos de cobertura frente à demanda, essas políticas públicas representam importantes iniciativas de inclusão produtiva. Elas articulam transferência de renda com estímulo à produção, educação e permanência no campo, especialmente para jovens e para populações historicamente excluídas, como indígenas, quilombolas e pescadores artesanais. Como destacam Souza (2018) e Benedetti (2019), políticas dessa natureza só alcançam efetividade quando articuladas a estratégias de desenvolvimento mais amplas, que considerem as especificidades territoriais e culturais dos públicos atendidos.

O Brasil vem alcançando nos últimos anos os menores níveis de pobreza e extrema pobreza por meio do aquecimento da economia e do aumento da cobertura dos programas sociais. As políticas públicas são motivadas pela busca do desenvolvimento das sociedades com incentivo do Estado e da sua política de governo. As políticas públicas não apenas têm o intuito de transferência de renda para minimizar os índices de pobreza, mas contribuem também para a formação da construção e prosperidade das atividades rurais de forma sustentável.

Desse modo, analisar as políticas públicas na ótica da inclusão produtiva do desenvolvimento dos territórios rurais da agricultura Familiar e da sucessão familiar por meio da juventude rural é compreender as demandas para a continuidade da produção de alimentos e garantir a segurança alimentar. Sendo assim, as políticas públicas são agentes transformadoras do espaço rural, visando o desenvolvimento rural, por meio da inclusão produtiva.

O fortalecimento da agricultura familiar, eixo central das ações analisadas, é condição indispensável para a segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental e o ordenamento do território rural. A expressiva queda no número de estabelecimentos familiares registrada pelo Censo Agropecuário (IBGE, 2017) acende um alerta sobre o risco de esvaziamento do campo e da ruptura do ciclo de sucessão rural. Como defendem Cardona et al. (2016), o desenvolvimento rural deve ser concebido como um processo complexo e dinâmico, que demanda políticas integradas e permanentes, voltadas à transformação das condições estruturais de vida e produção no campo.

O fortalecimento de iniciativas como as analisadas neste estudo depende não apenas da ampliação dos recursos e da articulação federativa, mas também da escuta ativa dos territórios e do reconhecimento da diversidade que caracteriza o rural brasileiro – em especial o rural gaúcho, profundamente marcado por desigualdades históricas, mas também por experiências de resistência e inovação.

Conclui-se, portanto, que políticas públicas de inclusão produtiva, quando planejadas e implementadas com sensibilidade territorial e perspectiva intersetorial, podem contribuir significativamente para a redução da pobreza rural, para a valorização da juventude do campo e para a construção de um modelo de desenvolvimento mais justo, sustentável e enraizado nas realidades locais.

Além dos resultados observados, o estudo revela que a efetividade das políticas de inclusão produtiva depende da capacidade institucional de articular ações intersetoriais e de incorporar a variável ambiental e climática no planejamento do desenvolvimento rural. As recorrentes crises hídricas e eventos extremos no sul do estado reforçam a urgência de estratégias de adaptação e resiliência produtiva, de modo que o enfrentamento da pobreza rural esteja integrado à agenda de sustentabilidade e mitigação climática. Nesse sentido, o fortalecimento da governança territorial, por meio dos COREDES e das redes locais de assistência técnica, constitui caminho promissor para uma política de desenvolvimento rural de longo prazo, socialmente inclusiva e ambientalmente sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENEDETTI, Adriane Cristina. Além do agrícola: uma discussão sobre a pobreza rural a partir do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. In: FLECK, Luiz Fernando et al. **Programa de fomento às atividades produtivas rurais e o combate à pobreza rural no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2019. p. 147–177.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. São Paulo: FGV, 2006. (Texto para Discussão, n. 157).
- CARDONA, Rafael et al. Desenvolvimento rural: do agrícola ao territorial. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco W. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 113–122.
- CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.) **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. - Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- FLECK, Luiz Fernando et al. **Programa de fomento às atividades produtivas rurais e o combate à pobreza rural no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2019.
- FREIRE D'AGUIAR, Rosa (org.). **O essencial de Celso Furtado**. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2013. 527 p.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=sobre>. Acesso em: 14 dez. 2024.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/PNUD, 1996.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511–531, jul./set. 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Diego Neves de. O que se entende por inclusão produtiva dos agricultores familiares? Um estudo de revisão bibliométrica. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 36, n. 1, 2019.

RURAL DEVELOPMENT AND STRUGGLE AGAINST RURAL POVERTY: ANALYSIS OF THE TERRITORY OF THE SOUTH COREDE

Abstract:

This research aims to analyze rural poverty indicators in the territory of COREDE Sul, located in the southern region of Rio Grande do Sul, in order to understand the main challenges to rural development in the area. Based on this analysis, the study seeks to assess how public policies focused on productive inclusion contribute to addressing poverty and fostering the permanence of the population in rural areas. According to the *Productive Inclusion in Rural and Inland Brazil Report* (2022), prepared by the Brazilian Center for Analysis and Planning (Cebap), in partnership with the Arymax Foundation, the Tide Setubal Foundation, and the Humanize Institute, it was estimated that more than 50% of the rural population lived in poverty, while this rate was approximately 12% in urban areas. In this context, the study focuses on two public policies implemented in the state of Rio Grande do Sul: the *Rural Productive Activities Promotion Program* and the *Rural Youth Scholarship Program*. These initiatives are analyzed as strategies for productive inclusion, with the potential to strengthen family farming units, reduce social inequalities, and enhance the conditions for population retention in rural areas.

Keywords: Rural poverty; COREDE Sul; Rural development; Productive inclusion.

DESARROLLO RURAL Y LUCHA CONTRA LA POBREZA RURAL: UN ANALISIS DEL TERRITÓRIO DEL COREDE SUR

Resumen:

Esta investigación tiene como objetivo analizar los indicadores de pobreza rural en el territorio del COREDE Sur, ubicado en la región sur del estado de Rio Grande do Sul, con el fin de comprender los principales desafíos para el desarrollo rural en la región. A partir de este análisis, se busca evaluar de qué manera las políticas públicas orientadas a la inclusión productiva contribuyen al enfrentamiento de la pobreza y a la permanencia de la población en el campo. Según el *Informe de Inclusión Productiva en el Brasil Rural e Interiorano* (2022), elaborado por el Centro Brasileño de Análisis y Planificación (Cebap), en colaboración con la Fundación Arymax, la Fundación Tide Setubal y el Instituto Humanize, se estimaba que más del 50% de la población rural vivía en situación de pobreza, mientras que en las zonas urbanas este índice era de aproximadamente el 12%. Ante este contexto, el estudio se centra en dos políticas públicas implementadas en el estado de Rio Grande do Sul: el *Programa de Fomento a las Actividades Productivas Rurales* y el *Programa Beca Juventud Rural*. Estas iniciativas se analizan como estrategias de inclusión productiva, con potencial para fortalecer las unidades de producción familiar, reducir las desigualdades sociales y ampliar las condiciones para la permanencia en el medio rural.

Palabras clave: Pobreza rural; COREDE Sur; Desarrollo rural; Inclusión productiva.

Recebimento: outubro de 2025

Aceite: novembro de 2025

ELABORAÇÃO DE MAPAS TEMÁTICOS COMO SUPORTE AO PLANEJAMENTO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE UNISTALDA-RIO GRANDE DO SUL

Franqueline Noschang¹

RESUMO

O presente trabalho apresenta as etapas iniciais de caracterização do processo de construção de um estudo geoambiental integrado do município de Unistalda, Rio Grande do Sul, dedicando-se especificamente à elaboração da caracterização geoespacial base, fundamentado na análise de parâmetros morfométricos e caracterização do meio físico do município. A partir do processamento de dados em Sistemas de Informação Geográfica (SIG), foram desenvolvidos mapas temáticos que representam as características físicas do território, constituindo uma base informacional essencial para as fases subsequentes da pesquisa, servindo como base para o desenvolvimento do estudo. A análise concentra-se na delimitação e caracterização das bacias de drenagem, gerando informações sobre a configuração hidrográfica e espacial do relevo que contribuem para a compreensão da evolução da paisagem a partir de dados hipsométricos e de declividade. Os resultados obtidos fornecem dados importantes para análises geomorfológicas posteriores e investigações sobre fragilidades ambientais presentes no território, que serão complementadas por trabalhos de campo e estudos morfológicos nas etapas subsequentes.

Palavras-chave: Morfometria; Hidrografia; Declividade; Hipsometria; Planejamento ambiental.

1. INTRODUÇÃO

A análise integrada de aspectos geomorfológicos, hidrológicos e ambientais constitui uma base importante no processo de elaboração de estudos de caracterização ambiental e compreensão do território, permitindo o desenvolvimento de ações de planejamento a partir disso. Nesse contexto, a análise morfométrica partindo da caracterização de bacias hidrográficas representa uma etapa metodológica importante, permitindo a caracterização quantitativa e espacial do relevo por meio de Sistemas de Informação Geográfica (SIGs).

Os parâmetros morfométricos, quando organizados e estruturados em dados geográficos e representados em mapas temáticos, fornecem informações interessantes sobre a configuração do território e constituem a formação de uma base para investigações sobre dinâmica geomorfológica e vulnerabilidade ambiental. O estudo das bacias hidrográficas possibilita monitorar os ecossistemas devido às suas características de uso do solo. Nesse contexto, entende-se que os fatores fisiográficos

¹ Discente de Geografia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

são importantes na caracterização, planejamento e manejo de uma bacia hidrográfica (Gritti, Boza & Trentin, 2023).

Com base nisso, buscou-se, no presente trabalho, realizar a análise espacial do município de Unistalda, onde a partir de parâmetros morfométricos, sendo estes uma importante etapa rumo a compreensão do espaço, possibilitando o estudo dos comportamentos ocorrentes sobre ele, bem como as possíveis consequências. Com a evolução das geotecnologias nas últimas décadas, possibilitou-se avançar de forma muito rápida, permitindo tanto o aprimoramento das técnicas para a realização de estudos ambientais quanto maior agilidade, consistência e precisão na obtenção de dados para fins de tomadas de decisão. Desta forma, a caracterização morfométrica neste estudo parte da perspectiva do município de Unistalda, conduzida através da análise territorial da subdivisão das bacias hidrográficas.

De acordo com Botelho e Silva (2004), a partir da década de 1990 a bacia hidrográfica passou a ter maior significado como unidade de análise e planejamento ambiental, sendo possível avaliar, integradamente, as ações antrópicas no ambiente e suas consequências para o equilíbrio hidrológico. A bacia hidrográfica se configura como unidade fundamental para a análise territorial integrada, definida como “uma área definida topograficamente, drenada por um curso d’água ou por um sistema conectado de cursos d’água, tal que toda a vazão efluente seja descarregada por uma simples saída” (Carvalho, 2007, p. 15).

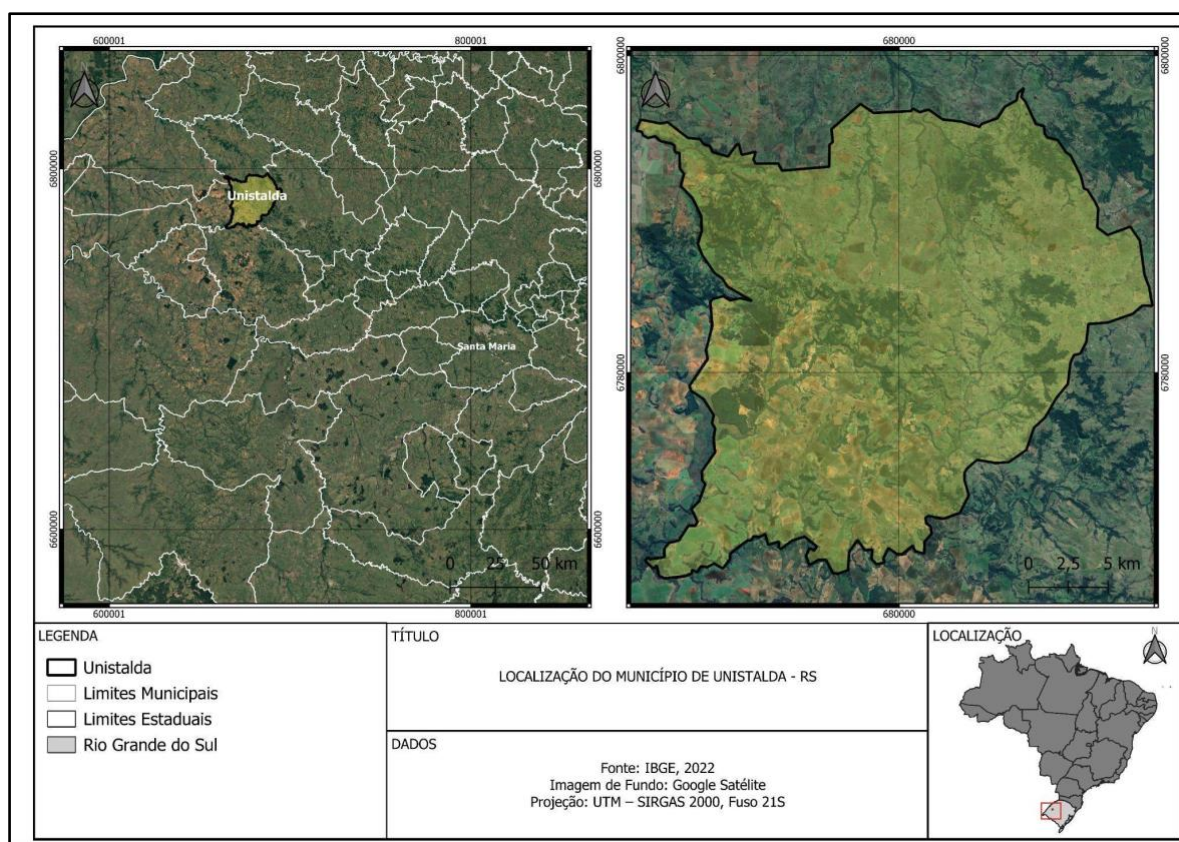
Portanto, entender as dinâmicas ocorrentes no espaço físico é fundamental para revelar os processos que se passam no território. Para isso, utiliza-se da análise morfométrica, responsável por descrever os parâmetros morfológicos e seus processos, no intuito de diagnosticar mudanças com ou sem interferência das atividades humanas (Pissarra, 2010).

Segundo Christofolletti (1974), os processos geomorfológicos consistem em sequências regulares e contínuas de ações que produzem resultados específicos. Em concordância, (Shekar & Mathew, 2025), dispõem que a análise morfométrica é essencial para compreender a hidrologia de bacias hidrográficas, pois as características morfométricas exercem papel significativo na formação dos processos hidrológicos, incluindo escoamento superficial, infiltração e erosão.

Tais avaliações podem ser aplicadas tanto para identificar alterações ambientais, priorizar áreas de intervenção, zonear o território, quanto para prever o comportamento hidrológico (Soares et al., 2016). Para Aher et al. (2014), informações morfométricas em escala micro de bacias hidrográficas podem decifrar áreas de intervenção e auxiliar nos quesitos de conservação do solo. Nesse viés, o gerenciamento da unidade territorial da área a ser explorada necessita de um planejamento sistêmico e integrado, a fim de compreender a dinâmica ambiental e territorial de sua abrangência, com intuito de preservação, recuperação, redução de conflitos e manejo dos ecossistemas naturais (Soares et al., 2016; Gritti, Boza & Trentin, 2023).

Para a realização do mapeamento morfométrico, definiu-se como área de estudo o município de Unistalda, situado nas coordenadas 29° 3' 8" S e 55° 7' 44" W, na região oeste do estado do Rio Grande do Sul, a aproximadamente 191 km de Santa Maria e 481 km de Porto Alegre, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Mapa de localização da área de estudo – Município de Unistalda.



Fonte: Autores (2025).

A escolha do município de Unistalda como área de estudo revelou-se particularmente interessante devido à sua localização, que abrange o limite de duas sub-bacias hidrográficas distintas: a do Butuí-Icamaquã, drenando a parte norte, e a Bacia do Ibicuí, drenando a parte sul. Essa configuração geográfica única oferece oportunidade de explorar as interações complexas entre diferentes sistemas fluviais e os processos hidrológicos associados.

Além disso, a presença dessas duas sub-bacias dentro do mesmo município proporcionou um cenário propício para o estudo, considerando possíveis variações nas características hidrográficas e na dinâmica fluvial em áreas adjacentes, mas com influências hidrológicas distintas. Isso permite uma análise comparativa das características hidrográficas e padrões de drenagem entre as duas bacias, com diferentes características morfológicas.

Os estudos dessas áreas pretendem compreender as dinâmicas da paisagem decorrentes de mudanças naturais e antrópicas, avaliando a mesma sistemicamente a partir dos diferentes elementos que a constituem, o relevo, clima, vegetação e drenagem e analisando as interações e influências mútuas entre esses componentes.

A representação espacial através do desenvolvimento de mapas temáticos transcende uma mera amostra cartográfica, desempenhando um papel essencial na ilustração e análise de fenômenos e processos geográficos, ambientais e sociais. Ao fornecer uma imagem clara e detalhada do espaço geográfico, os mapas temáticos auxiliam na tomada de decisões e na comunicação eficaz de informações geográficas complexas.

As informações obtidas em um estudo morfométrico, como destaca Lima (2008), podem ser úteis para fins de planejamento ambiental e gestão de recursos hídricos. Os estudos morfométricos são compostos pela análise das características físicas do espaço, dentre as quais se destacam altura, declividade, comprimento, largura e extensão. Em viés do exposto, o objetivo desta pesquisa é compreender as dinâmicas ocorrentes no território e na paisagem, visando auxiliar nas decisões relacionadas ao planejamento do município, ao mesmo tempo que serve como método educativo para abordar questões ambientais.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa visa realizar o levantamento e processamento de dados voltados à elaboração do mapeamento morfométrico do município de Unistalda, contribuindo para o desenvolvimento e planejamento territorial local. Para isso, efetuou-se o recorte das sub-bacias que compõem a área de estudo, possibilitando uma análise detalhada e comparativa entre elas. De acordo com Villela e Mattos (1975), a determinação da área da bacia constitui etapa essencial para a definição dos parâmetros morfométricos, permitindo avaliação da forma e do comportamento da rede de drenagem.

Após a coleta, organização e processamento das informações, conduziram-se análises das características morfométricas gerais e específicas de cada sub-bacia, considerando os parâmetros: extensão de drenagem, comprimento dos cursos d'água, densidade de drenagem, índices de forma e análise altimétrica, por meio do Modelo Digital de Terreno (MDT). Esses produtos cartográficos, aliados ao mapa de declividade, possibilitaram mapear dados primários a respeito da área de estudo e compreender a área a partir de uma caracterização geral.

O processo de delimitação e análise das sub-bacias seguiu as diretrizes de Sperling (2007), sendo executado no software QGIS. Inicialmente, definiu-se o exutório como ponto de partida, a partir do qual foi traçado o curso d'água principal e seus tributários, respeitando as curvas de nível das cotas mais elevadas até as mais baixas para demarcar os fundos de vale. Concomitantemente, o limite da bacia foi delineado de modo a circundar o curso principal e as nascentes de seus tributários, resultando na geração do mapa temático de recortes das sub-bacias e da hierarquização da rede de drenagem conforme sua ordem fluvial.

Para compreender o espaço geográfico do município, foram utilizadas cartas topográficas do Exército e bases de dados do IBGE, ambas na escala de 1:50.000. Dessas bases foram extraídas as malhas de drenagem, altimetria e pontos cotados, empregadas na extração de dados via tabelas de atributos e na confecção dos mapas temáticos representativos, após as devidas correções com o uso do programa QGIS.

Todas as camadas vetoriais e arquivos raster foram organizadas no sistema de referência SIRGAS 2000 e coordenadas UTM, fuso 21S, o que garantiu a padronização espacial e a compatibilidade entre diferentes conjuntos de dados geográficos, assegurando precisão e coerência na sobreposição e análise integrada das informações.

As sub-bacias foram numeradas de 1 a 10, analisadas individualmente quanto à extensão dos rios, área total e densidade de drenagem. Este último parâmetro, obtido pela relação entre o comprimento total dos canais e a área total da bacia, indica a eficiência do sistema de drenagem e a velocidade de escoamento das águas superficiais, conforme critérios de classificação propostos por Carvalho (2007).

Assim, bacias com drenagem pobre apresentam $Dd < 0,5 \text{ km/km}^2$, drenagem regular entre 0,5 e $1,5 \text{ km/km}^2$, drenagem boa entre 1,5 e $2,5 \text{ km/km}^2$, drenagem muito boa entre 2,5 e $3,5 \text{ km/km}^2$ e drenagem excepcionalmente bem desenvolvida quando $Dd \geq 3,5 \text{ km/km}^2$. Os cálculos foram realizados a partir das medições obtidas no QGIS e tratados no software Excel, garantindo exatidão e consistência numérica dos resultados.

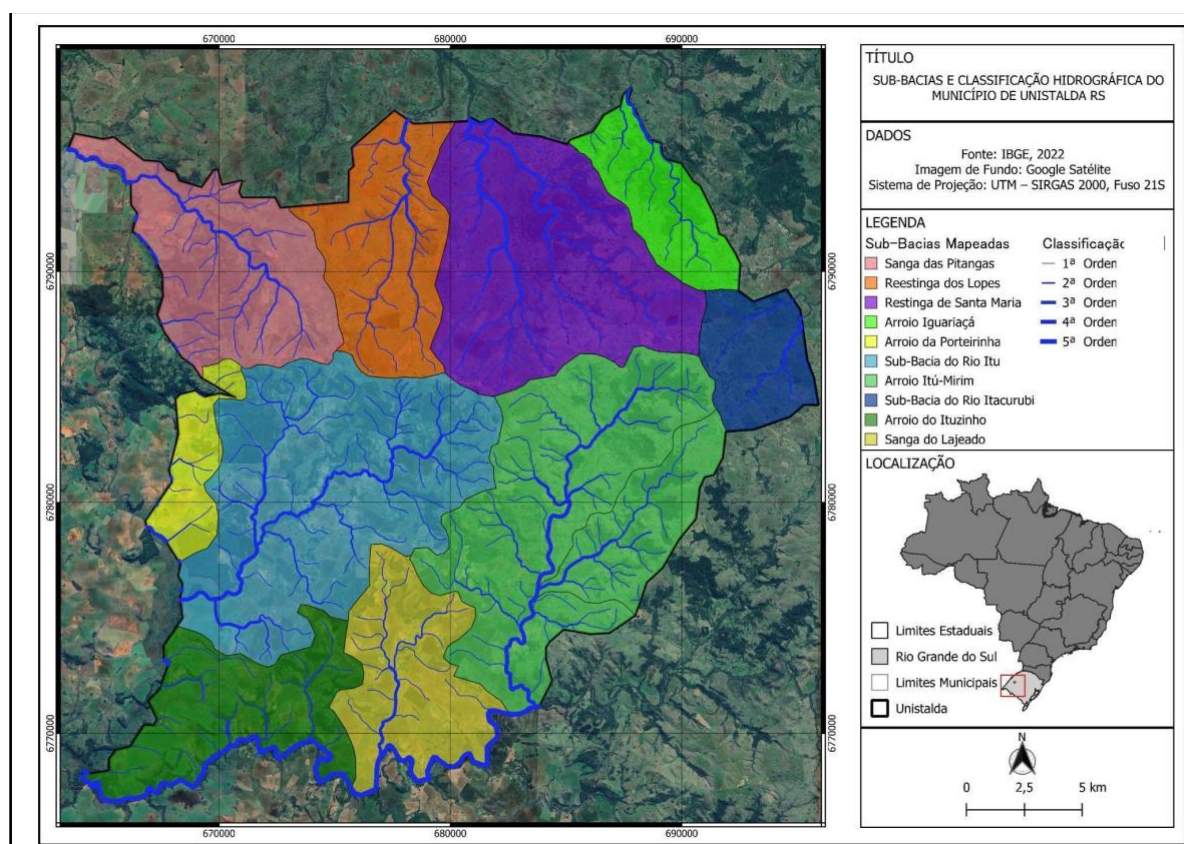
A etapa final consistiu na conversão dos arquivos vetoriais para o formato raster e na geração dos mapas hipsométricos e de declividade. O mapa hipsométrico foi dividido em cinco classes altimétricas: $>180 \text{ m}$; $180\text{--}230 \text{ m}$; $230\text{--}290 \text{ m}$; $290\text{--}340 \text{ m}$; e $<340 \text{ m}$, enquanto o mapa de declividade foi estruturado em quatro intervalos: $<2\%$, $2\text{--}5\%$, $5\text{--}15\%$ e $>15\%$.

Dessa forma, a integração desses produtos cartográficos permitiu interpretar a relação entre relevo, drenagem e a morfologia. Nesse viés, o gerenciamento da unidade territorial da área estudada requer um planejamento integrado capaz de compreender a dinâmica ambiental e territorial de sua abrangência, com foco na preservação, recuperação e manejo sustentável dos ecossistemas naturais (Soares et al., 2023).

3. RESULTADOS

A partir da análise inicial do mapa de sub-bacias do município de Unistalda (Figura 2) é possível identificar padrões de drenagem dendríticos, onde conforme (Howard, 1967, apud CUNHA, 2001 in CUNHA & GUERRA, 2001, p. 225) a disposição espacial dos rios, controlada na maioria pela estrutura geológica, é definida como padrão de drenagem.

Em conjunto a isso, observa-se a presença de um traçado sinuoso e uma drenagem de baixa densidade. Nota-se também a divisão do território em duas unidades distintas, que conforme analisado posteriormente, possuem relação com a formação morfológica, essa conformação favorece a infiltração das águas pluviais e a formação das nascentes que alimentam as bacias hidrográficas locais.

Figura 2 - Mapa de recorte das microbacias do município de Unistalda.

Fonte: Autores (2025).

A hierarquização da rede de drenagem permitiu determinar a extensão dos rios em cada ordem, onde os cursos de primeira e segunda ordem concentram as maiores extensões, com 347 km e 132 km, respectivamente. Por sua vez, os rios de terceira e quarta ordem apresentam comprimentos menores, de 62 km e 30 km. O rio de quinta ordem, com 32 km de extensão, corresponde ao principal curso d'água do município, o Rio Itú, localizado ao sul, nas áreas de menor altitude. De acordo com Carvalho (2007, p. 21) quanto maior for o grau de ramificação da rede de drenagem de uma bacia e maior a tendência para o pico de cheia.

Conforme Schumm (1977), as bacias hidrográficas podem ser subdivididas em alto, médio e baixo curso, sendo cada uma dessas partes considerada um sistema aberto. Nas porções presentes no alto curso da bacia hidrográfica ocorre a produção dos sedimentos e a origem das águas superficiais. Esses sedimentos são posteriormente transportados para as zonas de médio curso, caracterizadas como áreas de transição,

onde os canais tendem a ser mais estáveis, até atingirem o baixo curso, região de deposição dos materiais carreados.

Com base na subdivisão e levantamento das bacias que abrangem o território de Unistalda, foi possível obter informações para a interpretação integrada do sistema hidrográfico, contemplando parâmetros como extensão e área de drenagem, comprimento total dos canais, densidade de drenagem e extensão do curso principal. Esses dados, apresentados na Tabela 1, possibilitam compreender as particularidades de cada sub-bacia e sua influência na drenagem geral do município.

Tabela 1 - Dados das sub-bacias que compõem o município de Unistalda.

Sub-Bacia	Área (km ²)	% do Mun.	Compr. Dren. (km)	Dd (km/km ²)	Classe
Arroio Itú-Mirim	64,59	11,97	144,53	2,238	Média
Sub-bacia do Rio Itu	111,68	20,70	138,92	1,244	Baixa
Arroio do Ituzinho	48,91	9,06	59,57	1,218	Baixa
Sanga do Lajeado	45,66	8,46	54,63	1,196	Baixa
Arroio da Porteirinha	16,39	3,04	19,24	1,174	Baixa
Reestinga de Santa Maria	93,77	17,38	103,81	1,107	Baixa
Sanga das Pitangas	59,70	11,06	65,78	1,102	Baixa
Reestinga dos Lopes	48,92	9,07	53,60	1,096	Baixa
Sub-bacia do Rio Itacurubi	24,03	4,45	24,03	1,000	Baixa
Arroio Iguariaçá	25,91	4,80	25,68	0,991	Baixa
TOTAL/MÉDIA	539,56	10,00	689,78	1,278	Baixa

Fonte: Autores (2025).

Segundo Lima (1986), a densidade de drenagem reflete diretamente a influência da geologia, da topografia, dos solos e da cobertura vegetal de uma bacia hidrográfica, estando relacionada ao tempo de resposta do escoamento superficial. Em concordância, Christofolletti (1980) destaca que as rochas de menor permeabilidade favorecem o escoamento superficial, gerando condições mais propícias à esculturação de canais e, conseqüentemente, densidades de drenagem mais elevadas. O oposto ocorre em terrenos formados por rochas ou solos de granulometria mais grossa, nos quais há maior

infiltração da água e, portanto, menor densidade de canais, como a porção mais ao sul do município.

Nesse sentido, compreende-se que solos e rochas com maior porosidade e permeabilidade, especialmente aqueles cobertos por vegetação, são mais propensos à infiltração das águas pluviais, reduzindo o escoamento superficial e, por consequência, a densidade de drenagem. Essa relação é evidente em regiões com solos predominantemente arenosos ou de textura média, onde a percolação é mais intensa.

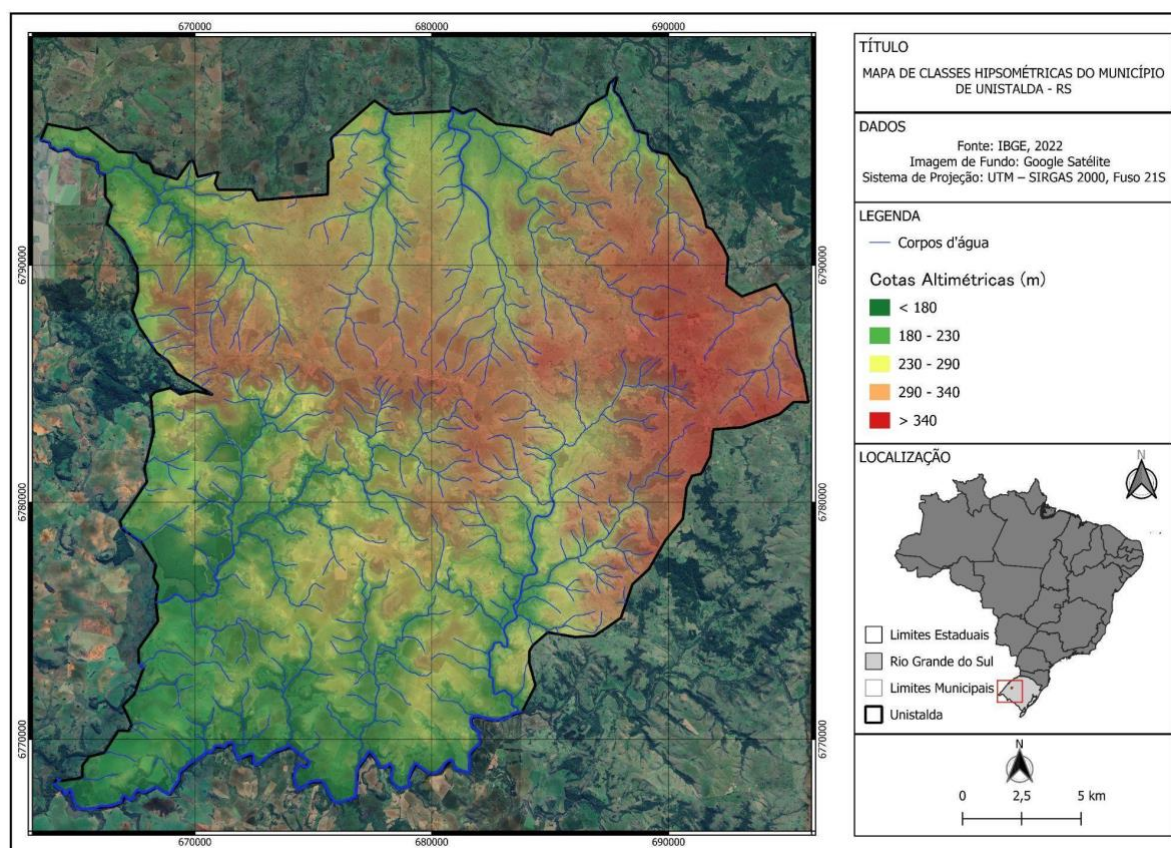
Consoante a análise dos dados apresentados, a densidade de drenagem nas sub-bacias de Unistalda varia entre 0,99 e 2,23 km/km², com média geral de 1,28 km/km², caracterizando o município como detentor de drenagem de baixa a média intensidade, conforme a classificação de Carvalho (2007). Essa condição indica solos com boa capacidade de infiltração e recarga hídrica, resultando em escoamento superficial moderado. Destacam-se as sub-bacias do Arroio Itú-Mirim, com o valor mais elevado (2,238 km/km²), associada a um relevo mais movimentado e solos menos permeáveis, e a do Arroio Iguariaçá, com o menor índice (0,991 km/km²), localizada em área de relevo suave e solos mais arenosos.

Com base no Mapa Exploratório de Solos do Rio Grande do Sul (IBGE, 2002), verifica-se que a maioria da área de estudo é composta por Neossolos Litólicos, de textura média cascalhento e baixo desenvolvimento pedogenético, especialmente nas porções noroeste e sul do município. Essas características contribuem para uma drenagem relativamente equilibrada, sem grandes concentrações de escoamento superficial. Já na porção leste, especialmente na sub-bacia 12, identificam-se Nitossolos Vermelhos, solos mais argilosos e menos permeáveis, responsáveis por valores locais mais baixos de densidade de drenagem, refletindo o comportamento menos permeável dessas formações.

A compreensão dessas relações físico-naturais permite inferir que a dinâmica hidrográfica de Unistalda é fortemente condicionada pela combinação entre relevo, litologia e pedologia, influenciando diretamente o regime hídrico local, a recarga de aquíferos e a disponibilidade de água para usos agrícolas e domésticos. Assim, o entendimento da drenagem e de seus condicionantes é essencial para o planejamento e a gestão dos recursos hídricos, favorecendo estratégias de manejo sustentável e conservação ambiental no município.

Em consonância com essa perspectiva, a análise das cotas altimétricas (Figura 3) possibilitou uma leitura espacial mais aprofundada da estrutura topográfica do território, destacando a variação de altitude e sua influência direta sobre a distribuição das nascentes, a direção dos fluxos de drenagem e o comportamento morfométrico das sub-bacias.

Figura 3 - Mapa hipsométrico do município de Unistalda.



Fonte: Autores (2025).

O estudo hipsométrico revelou que o território municipal apresenta altitudes variando entre 103 e 423 metros, configurando um relevo suavemente ondulado, com gradiente altimétrico crescente no sentido oeste-leste. As maiores cotas concentram-se na porção central e oriental do município, atingindo altitudes superiores a 400 metros, enquanto as áreas mais baixas situam-se nas margens sudoeste e noroeste, caracterizadas por relevos planos a suavemente dissecados.

Essas porções mais rebaixadas apresentam maior densidade de nascentes e canais fluviais, que convergem para o rio Itú, principal eixo de drenagem regional. Essa configuração reforça o padrão observado na análise hidrográfica, segundo o qual as

áreas mais elevadas atuam como zonas de recarga e as planícies como zonas de concentração do escoamento superficial e deposição de sedimentos, dinâmica coerente com o modelo de compartimentação de cursos proposto por Schumm (1977).

A análise quantitativa das classes hipsométricas (Tabela 2) evidenciou que a faixa entre 230 e 290 metros predomina sobre o território, representando 29,10% da área total e funcionando como zona de transição entre as altitudes mais elevadas e as planícies. Em seguida, destaca-se a classe 180–230 metros, que cobre 24,87% da superfície municipal, compondo áreas suavemente inclinadas, de declividade moderada e drenagem mais bem definida.

Tabela 2 - Tabela de dados referente a hipsometria

Classe Hipsométrica	Área (km ²)	Área (%)
< 180 m	99,46 km ²	16,52%
180 – 230 m	149,77 km ²	24,87%
230 – 290 m	175,23 km ²	29,10%
290 – 340 m	105,48 km ²	17,02%
> 340m	72,08 km ²	11,97%

Fonte: Autores, 2025.

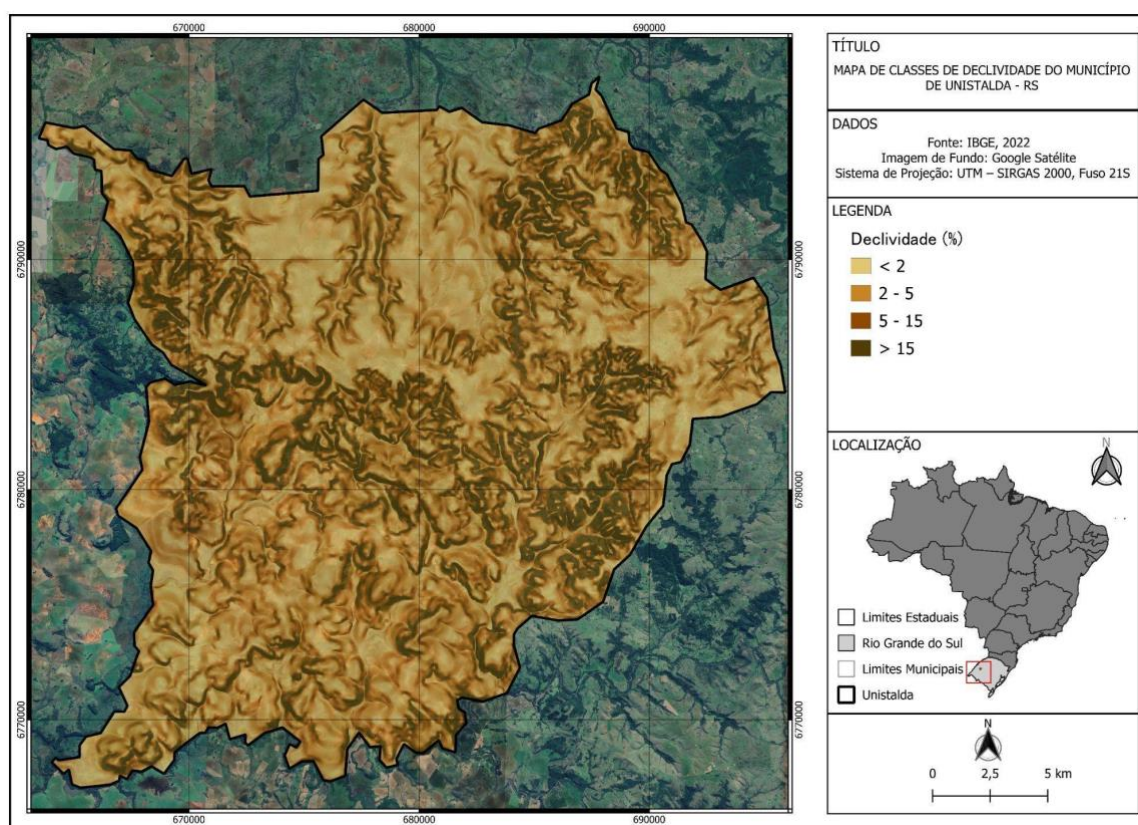
As cotas inferiores a 180 metros correspondem a 16,52% da área, abrangendo as planícies do setor sudoeste, onde se observa maior concentração de canais e confluências, evidenciando a influência direta do relevo sobre a estrutura da rede de drenagem. Já as altitudes entre 290 e 340 metros ocupam 17,02% do território, localizadas principalmente em zonas de transição no centro do município, enquanto as cotas superiores a 340 metros, equivalentes a 11,97%, se distribuem no setor leste, configurando divisores de água e áreas potenciais para a recarga hídrica subterrânea.

Dessa forma, observa-se que o relevo de Unistalda exerce papel determinante na organização da rede hidrográfica, definindo não somente a direção e intensidade do escoamento, mas também a distribuição espacial das nascentes e o comportamento morfométrico das sub-bacias. As áreas de maior altitude configuram-se como zonas de recarga e cabeceiras de drenagem, enquanto as regiões de menor cota, localizadas predominantemente a sudoeste, funcionam como zonas de acumulação e confluência

fluvial, evidenciando o equilíbrio entre a estrutura geomorfológica e o funcionamento hidrológico do território.

Por sua vez, a análise do mapa de declividade (Figura 4) complementa essa interpretação, evidenciando as variações de inclinação que condicionam tanto a dinâmica erosiva quanto o comportamento hidrológico da região. As faixas de baixa declividade, representadas pelos tons de amarelo e verde, distribuem-se dispersamente pelo território, com maior concentração nas porções norte e sudoeste, coincidindo com as áreas de menor altitude e de maior concentração de canais de drenagem.

Figura 4 - Mapa de declividade do município de Unistalda.



Fonte: Autores (2025).

As áreas de menor inclinação contrastam com as regiões adjacentes que apresentam tons mais intensos de laranja e marrom, correspondentes a declividades médias e altas, especialmente nas faixas centrais e sudeste do município. Essa variação espacial indica uma topografia suavemente ondulada a ondulada, com gradientes de

declive moderados que influenciam o escoamento superficial e a capacidade de infiltração.

Segundo os dados apresentados na Tabela 3, a classe de declividade entre 5% e 15% é a mais expressiva, abrangendo 44,15% da área total, o que caracteriza grande parte do território como de relevo suave ondulado, associado a baixa suscetibilidade à erosão. Em seguida, a classe de 2% a 5%, representando 29,89% da área, reforça a predominância de superfícies levemente inclinadas que favorecem a infiltração e reduzem o escoamento concentrado.

Tabela 3 - Tabela de dados referente a declividade

Classe Declividade	Área (km ²)	Área (%)
< 2%	92,872 km ²	15,47%
2 - 5 %	179,399 km ²	29,89%
5 - 15 %	264,976 km ²	44,15%
> 15 %	62,884 km ²	10,47%

Fonte: Autores (2025).

Já as áreas com inclinação inferior a 2%, que correspondem a 15,47% do território, localizam-se majoritariamente na porção noroeste, associando-se às planícies de acumulação e drenagem menos eficiente. Por outro lado, as áreas de maior declividade, superiores a 15%, ocupam somente 10,47% do território, localizadas em zonas isoladas da região central e leste. Essas áreas, embora restritas, apresentam maior potencial erosivo e requerem atenção em estratégias de manejo e uso do solo.

A correlação entre as faixas de declividade e as classes hipsométricas evidencia que o relevo de Unistalda é dominado por formas suavemente onduladas, com predomínio de superfícies de baixa a média inclinação, que favorecem a infiltração da água e resultam em baixa densidade de drenagem. Essa configuração geomorfológica explica a presença de um sistema hidrográfico bem distribuído, mas de canais pouco profundos e gradualmente articulados, reforçando o papel determinante do relevo na organização da paisagem e no comportamento hidrológico da região.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a execução do estudo morfométrico do município de Unistalda, foi possível compreender que a configuração física do território revela uma dinâmica hidrogeomorfológica de baixa propensão a processos de inundação. Esse comportamento resulta da combinação entre a altitude média elevada e o baixo índice de densidade de drenagem, o que faz com que o escoamento superficial das águas ocorra de forma mais lenta, favorecendo a infiltração e prolongando o tempo de concentração até o leito principal dos rios.

Entretanto, as taxas de declividade observadas em determinadas porções do território, especialmente nas áreas de transição entre as cotas médias e mais elevadas, configuram potenciais zonas de instabilidade geomorfológica. Nessas regiões, a inclinação do terreno, somada à natureza pedológica predominante, marcada por solos arenosos e de menor coesão, favorece a ocorrência de processos erosivos e de movimentação de massa. Esses processos, por sua vez, contribuem para o assoreamento dos cursos d'água e a redução da fertilidade dos solos.

A interação entre relevo, solo e drenagem reforça a importância da leitura ambiental sistêmica, essencial para compreender as inter-relações entre os elementos naturais e os impactos decorrentes das atividades humanas. A análise da rede de drenagem e da configuração das sub-bacias demonstra que a maioria dos rios do município apresenta trechos de baixo curso, com reduzido poder erosivo e limitada capacidade de transporte de sedimentos, característica que evidencia o predomínio de processos deposicionais e a relativa estabilidade hidrológica da região.

Dessa forma, o estudo morfométrico desenvolvido constitui um importante instrumento de apoio ao planejamento ambiental e territorial de Unistalda, que permite identificar áreas prioritárias para a conservação dos recursos hídricos, o controle da erosão e o manejo adequado dos solos.

Dessa maneira, além de fornecer informações práticas para a gestão ambiental, os resultados obtidos estabelecem uma base metodológica sólida para a continuidade das pesquisas, possibilitando o aprimoramento de análises voltadas à compreensão mais detalhada do espaço geográfico, onde estudos futuros poderão incorporar técnicas de modelagem espacial, ampliando a capacidade de interpretação sobre a dinâmica ambiental e as transformações da paisagem ao longo do tempo.

Assim, o presente trabalho consolida-se como uma etapa inicial de um processo contínuo de investigação, contribuindo para o fortalecimento das análises geoambientais e para o desenvolvimento de estratégias que aliem conhecimento científico e práticas sustentáveis no território de Unistalda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AHER, P. D.; ADINARAYANA, J.; GORANTIWAR, S. D. Quantification of morphometric characterization and prioritization for management planning in semi-arid tropics of India: A remote sensing and GIS approach. **Journal of Hydrology**, v. 511, p. 850–860, 2014.
- BOTELHO, R. G. M.; SILVA, A. S. B. Bacia hidrográfica e qualidade ambiental. In: VITTE, A. C.; GUERRA, A. J. T. (org.). **Reflexões sobre a geografia física no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CARVALHO, P. et al. IT 115 - **Irrigação e Drenagem: Hidrologia** – Capítulo 1: Introdução à Hidrologia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/institutos/it/deng/jorge/downloads/APOSTILA/LICA%20Parte%201.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2023.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. São Paulo: Edgard Blücher, 1980.
- CUNHA, S. B. Geomorfologia fluvial. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (org.). **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 225–272.
- FINOTTI, R. A. et al. **Monitoramento de recursos hídricos em áreas urbanas**. Caxias do Sul: Educs, 2009.
- GRITTI, D.; BOZA, M.; TRENTIN, R. Uso da geotecnologia na análise morfométrica da bacia hidrográfica do rio Baios. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 40, n. 2, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/257497/44774>>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- HORTON, R. E. Erosional development of streams and their drainage basins: hydrophysical approach to quantitative morphology. **Geological Society of America Bulletin**, v. 56, p. 275–370, 1945.
- IBGE. **Mapa Exploratório de Solos do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002.
- LIMA, G. A. Bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão: estudo de caso Ribeirão Isidoro. **Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais (IBEAS)**, v. 24, 2016. Disponível em: <<https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2016/VIII-074.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2023.
- LIMA, W. P. **Princípios de hidrologia florestal para manejo de bacias hidrográficas**. Piracicaba: ESALQ/USP, 1986.

PISSARRA, T. C. T.; RODRIGUES, F. M.; POLITANO, W.; GALBIATTI, J. A. Morfometria de microbacias do Córrego Rico, afluente do Rio Mogi-Guaçu, Estado de São Paulo, Brasil. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 34, n. 4, p. 669–676, jul./ago. 2010. DOI: 10.1590/S0100-67622010000400014.

RADEMANN, L.; TRENTIN, R.; ROBAINA, L. Análise de formas de relevo do município de Cacequi – RS. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 37, n. 4, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/view/18820/pdf>>. Acesso em: 25 set. 2023.

SCHUMM, S. A. *The Fluvial System*. New York: Wiley, 1977.

SHEKAR, S.; MATHEW, J. Morphometric analysis and hydrological response of watersheds in tropical basins. **Environmental Science and Pollution Research**, Springer, 2025.

SOARES, L. S. et al. Análise morfométrica e priorização de bacias hidrográficas como instrumento de planejamento ambiental integrado. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 31, p. 82–100, 2016. DOI: 10.11606/rdg.v31i0.107715.

SPERLING, M. V. **Estudos e modelagem da qualidade da água de rios: princípios do tratamento biológico de águas residuárias**. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

STEFANELLI, E. J. **Goniômetro virtual – simulador de transferidor de ângulo ou grau**. Blog Prof. Eduardo J. Stefanelli, 2024. Disponível em: <https://www.stefanelli.eng.br/goniometro-transferidor-angulo-grau/#swiffycontainer_1>. Acesso em: 14 fev. 2024.

VILLELA, S.; MATTOS, A. **Hidrologia aplicada**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975.

ELABORACIÓN DE MAPAS TEMÁTICOS COMO APOYO A LA PLANIFICACIÓN AMBIENTAL EN EL MUNICIPIO DE UNISTALDA – RÍO GRANDE DEL SUR

RESUMEN

El presente trabajo presenta las etapas iniciales de caracterización del proceso de construcción de un estudio geoambiental integrado del municipio de Unistalda, Río Grande del Sur, dedicándose específicamente a la elaboración de la caracterización geoespacial base, fundamentada en el análisis de parámetros morfométricos y en la caracterización del medio físico del municipio. A partir del procesamiento de datos en Sistemas de Información Geográfica (SIG), se desarrollaron mapas temáticos que representan las características físicas del territorio, constituyendo una base informativa esencial para las fases posteriores de la investigación y sirviendo como soporte para el desarrollo del estudio. El análisis se centra en la delimitación y caracterización de las cuencas de drenaje, generando información sobre la configuración hidrográfica y espacial del relieve, que contribuye a la comprensión de la evolución del paisaje a partir de datos hipsométricos y de pendiente. Los resultados obtenidos proporcionan datos relevantes para análisis geomorfológicos posteriores e investigaciones sobre las fragilidades ambientales presentes en el territorio, las cuales serán complementadas con trabajos de campo y estudios morfológicos en las etapas siguientes.

Palabras clave: Morfometría; Hidrografía; Pendiente; Hipsometría; Geografía.

**DEVELOPMENT OF THEMATIC MAPS AS SUPPORT FOR ENVIRONMENTAL PLANNING IN THE
MUNICIPALITY OF UNISTALDA – RÍO GRANDE DEL SUR**

ABSTRACT

This paper presents the initial stages of characterizing the process of constructing an integrated geoenvironmental study of the municipality of Unistalda, Rio Grande do Sul, specifically focusing on the development of the baseline geospatial characterization. This characterization is based on the analysis of morphometric parameters and the characterization of the municipality's physical environment. Using Geographic Information Systems (GIS) data processing, thematic maps were developed that represent the physical characteristics of the territory. These maps constitute an essential information base for subsequent phases of the research and serve as a foundation for the study's development. The analysis centers on the delimitation and characterization of drainage basins, generating information on the hydrographic and spatial configuration of the terrain. This information contributes to understanding landscape evolution based on hypsometric and slope data. The results obtained provide relevant data for subsequent geomorphological analyses and investigations into the environmental vulnerabilities present in the territory. These will be complemented by fieldwork and morphological studies in the following stages.

Keywords: Morphometry; Hydrography; Slope; Hypsometry; Geography

Recebido: novembro 2024

Aceite: novembro 2025

O USO DA TERRA COMO ESTRATÉGIA TERRITORIAL DAS EMPRESAS DE CELULOSE E PAPEL NO BRASIL

Marina Acosta Carvalho¹

Jefferson Rodrigues dos Santos²

RESUMO

A demanda global por papéis para fins de escrita, higiene e embalagens, cresce no compasso da globalização e das transformações dos hábitos de consumo em todo o planeta. Sua matéria-prima, a celulose, é obtida através da extração vegetal de árvores como pinus e eucalipto. Esta *commodity* tem preços que, embora oscilem, são crescentes. A demanda foi durante décadas atendida por um modelo industrial baseado na exploração de florestas nativas de coníferas americanas e europeias, mas transformações institucionais na América do Norte e Europa tem pressionado o setor, que, como forma de ajuste, tem migrado para a silvicultura, resultando na formação de complexos agroindustriais que se organizam em países cujas condições edafoclimáticas e institucionais sejam favoráveis. Há, portanto, uma corrida rumo ao sul global, com seus países com águas, solos, radiação solar e terras abundantes e concentradas, dentre os quais destaca-se o Brasil. O presente trabalho analisa como a terra tem sido utilizada como estratégia concorrencial entre as corporações nacionais e estrangeiras do setor. Para tanto, confronta-se os avanços biotecnológicos que elevam a produtividade com o quantitativo e organização espacial das terras adquiridas. Como resultado, conclui-se que há um processo de uso da terra como estratégia econômica e territorial das empresas.

Palavras-chave: Eucalipto; Biotecnologia; Produtividade, Uso do território;

1. INTRODUÇÃO

Desde o início do século XXI, os circuitos espaciais da produção de celulose e papel tiveram sua geografia caracterizada por processos como a constante expansão da demanda do mercado interno chinês e o recrudescimento das legislações ambientais dos países europeus. Neste cenário, determinadas atividades desses circuitos gradativamente extrapolaram o espaço preferencial de atuação em torno da América do Norte e Europa, buscando melhores condições para a reprodução de seus capitais, dentre as quais destaca-se a atividade de silvicultura que atende este setor industrial.

Neste contexto, o tradicional papel agrário exportador do território brasileiro tem sido objeto de diversificação nas últimas décadas, cujo exemplo aqui analisado é a inserção no mercado global de celulose de fibras curtas, *commodity* produzida a partir da extração vegetal de eucaliptos e utilizada como matéria-prima para diferentes tipos

¹ Estudante do Curso Técnico Integrado em Automação Industrial do IFRS Campus Rio Grande.

² Geógrafo. Doutor em Geografia. Professor do IFRS Campus Rio Grande.

de papéis de uso gráfico, higiênico e para embalagens. Esta inserção se desenvolveu num cenário internacional de transformação de uma atividade extrativista para um modelo agroindustrial, tornando a propriedade da terra uma variável determinante para a concorrência intercapitalista.

Na escala nacional, a conformação de um complexo agroindustrial foi acompanhada por intenso papel do Estado brasileiro, com construção de centros de pesquisa, incentivos fiscais e regulamentações que favoreceram a concentração econômica, fatores que contribuíram para o desenvolvimento dos grandes capitais do setor florestal e papelero do país (Santos, 2012), configurando um círculo de cooperação (Santos, 1986; Santos; Silveira, 2001). Neste ambiente institucional favorável, desenvolveu-se uma base tecnológica que ampliou a produtividade e permitiu a expansão da atividade pelo território brasileiro, cuja aceleração ocorreu no início dos anos 2000. Desses ganhos tecnológicos, poderia se explorar a seguinte questão: qual o impacto das inovações produtivas sobre a eficiência no uso da terra? O que explica o gigantismo assumido pelos projetos do complexo silvicultura-celulose-papel no Brasil?

Em escala global, observa-se uma elevação das pressões advindas de normas ambientais internacionais. A contradição deste processo é que há uma migração intensa da atividade das regiões de tradicional desenho extrativista para países em que a atividade tem se desenvolvido como atividade agrícola, com cultivo prévio das bases florestais, cenário no qual se destaca o Brasil pelos motivos expostos acima. De um país que, na virada do século XX, era dependente de importações de papel ou mesmo de celulose nas primeiras décadas de sua produção papelera, o Brasil atingiu no ano de 2022 as posições de terceiro maior produtor e primeiro maior exportador de celulose do planeta (EPE, 2022).

Dos históricos centros produtores localizados nos estados de São Paulo e Espírito Santo, a indústria de celulose baseada nas florestas de eucalipto se expandiu com grande ímpeto em duas frentes. Uma primeira, no Rio Grande do Sul, cujos investimentos foram interrompidos pela crise de 2008 e encontram-se atualmente em retomada. A segunda frente, rumo ao Centro-Oeste, precisamente Mato Grosso do Sul, cujo crescimento contínuo das capacidades produtivas e áreas cultivadas quebra sucessivos recordes globais. Em ambos os casos, a marca é a contínua trajetória de concentração da produção e da terra.

Capital, tecnologia e normas têm sido históricos exemplos de barreira à entrada em setores econômicos (Kon, 2017). Neste artigo busca-se demonstrar que a terra se tornou uma nova variável estratégica para o desenvolvimento dos capitais neste setor, ou, em outras palavras, além do uso econômico, a terra torna-se parte de uma estratégia territorial das empresas do setor de celulose e papel. O resultado é a emergência de uma nova faceta de um processo cuja literatura tem caracterizado, apesar de divergências conceituais, como *land grabbing* (Sauer; Borras Jr., 2016) ou, em tradução livre, um processo de *captura de terras*.

Para analisar esta realidade, este trabalho baseou-se nos recursos da pesquisa documental e bibliográfica, utilizando dados qualitativos que visam observar as características dos ativos de empresas do setor e perspectivas de uso futuro deles, assim como na revisão bibliográfica de periódicos científicos, dissertações, publicações setoriais, e relatórios das corporações destinados aos acionistas.

Além dos dados qualitativos, extraiu-se valores de área adquirida e superfície cultivada (em hectares) e produção anual (em toneladas/ano) dos relatórios das empresas objeto de estudo em escala nacional e estadual (Rio Grande do Sul). Foram analisadas as empresas Suzano, Klabin, Eldorado Brasil, CMPC e Cenibra. A partir desses dados iniciais, foi possível criar uma taxa de produtividade de cada empresa, dado confrontado com o total de terras adquiridas e comparado aos valores de produtividade (em metros cúbicos/hectare/ano) referenciados pela literatura do setor.

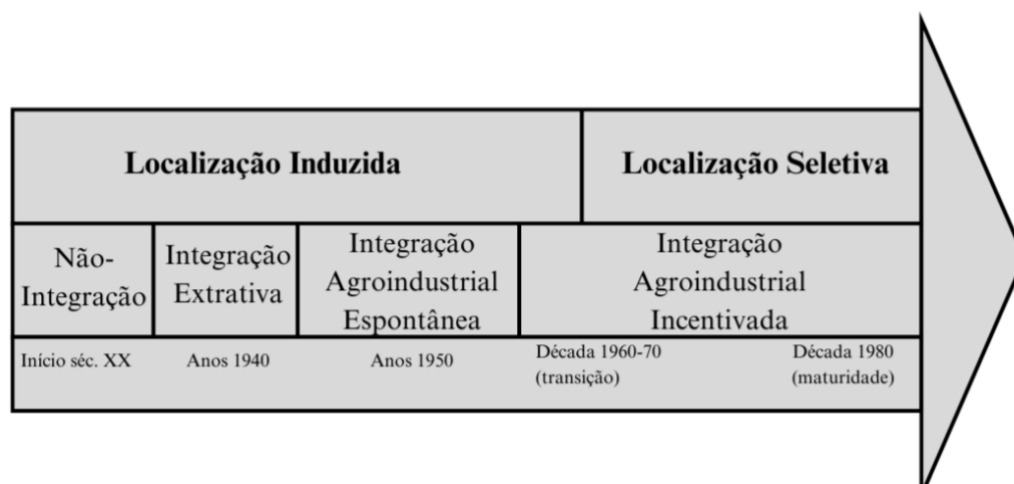
O que se procura mostrar com este artigo é que além dos interesses na terra como base produtiva, especulação fundiária ou mesmo sua transformação em ativo financeiro, a terra, enquanto espaço geográfico, nas suas propriedades localização, extensão e conectividade, torna-se um fator capaz de limitar o desenvolvimento de novos capitais concorrentes, torna-se, portanto, parte de uma estratégia territorial.

2. AVANÇOS BIOTECNOLÓGICOS NA SILVICULTURA DE EUCALIPTO: TEMPO E ESPAÇO RELATIVIZADOS PELA TECNOCIÊNCIA

As transformações nas formas de apropriação do espaço geográfico estão intimamente ligadas aos avanços da técnica (Santos, 2002; Moreira, 2009), razão para a necessidade de um exame dos avanços biotecnológicos que sustentaram a expansão do mercado da celulose como forma de compreender a natureza e as contradições das estratégias espacial e econômica das empresas do setor.

A trajetória do setor de celulose e papel no Brasil percorre uma história de uso do território que foi caracterizada por Santos (2012) a partir de um conjunto de períodos técnicos e territoriais propostos pelo autor (Figura 1), os quais compõem as fases denominadas *localização induzida* e *localização seletiva*. A primeira, determinada pelas condições iniciais do setor com a não integração à oferta de insumos florestais, levava à necessidade de importação de matérias primas. Nas primeiras décadas do século, ocorrem transformações que encaminham o setor para uma integração extrativa, com o uso das florestas homogêneas de araucárias existentes no centro sul do Brasil, recurso que seria rapidamente exaurido pela excessiva exploração em atividades como construção civil, movelaria e exportações.

Figura 1: Periodização territorial e técnico-organizacional do setor de celulose e papel no Brasil



Fonte: Santos, 2012.

Como demonstrou o autor, a *localização seletiva*, por seu turno, desenvolveu-se a partir de um cenário de iminente escassez. Nesse contexto ocorre um movimento, inicialmente espontâneo de atores econômicos na busca por integração agroindustrial, com diferentes fontes de fibras vegetais, além da complexificação do papel do Estado,

processo que definiu uma nova espacialidade da atividade no Brasil na segunda metade do século XX.

Nesse desenvolvimento histórico, os primeiros estudos brasileiros sobre eucaliptos foram iniciados em 1904, numa trajetória de inúmeras pesquisas de melhoramento genético subsequentes. A demanda inicial pelo eucalipto concentrava-se no uso como fonte energética e madeira para dormentes de ferrovias, com florestamentos surgindo ao longo do eixo da ferrovia Vitória - Minas e Ferrovia Companhia Paulista (Martini, 2004; Hasse, 2006), fator que influenciaria, décadas depois, os primeiros investimentos de celulose na região sudeste, quando a madeira de eucalipto seria substituída como fonte energética para os trens.

Edmundo Navarro de Andrade foi o responsável pela inserção do eucalipto como recurso econômico (Santos, 2012; Hasse, 2006), mas as avaliações iniciais mostravam que o eucalipto possuía uma taxa de produtividade baixíssima, o que estimulou Carlos Arnaldo Krug a introduzir a técnica de hibridação interespecífica no ano de 1941. Esse procedimento consiste no cruzamento de indivíduos de espécies diferentes, a fim de que o terceiro obtenha a complementaridade genética.

No caso do eucalipto, buscava-se a heterose, ou seja, a complementaridade nas características tecnológicas da madeira, como a tolerância a estresses bióticos e abióticos. Os híbridos *E. grandis* x *E. urophylla* (*E. urograndis*) apresentaram alta performance (Ferreira; Santos, 1997), sendo utilizados em 1979, na construção da primeira plantação clonal experimental pelos pesquisadores da Aracruz Celulose S.A. Com isso, os indivíduos gerados através da hibridação eram clonados geneticamente e usados para o florestamento de vastas áreas, com crescente flexibilidade das limitações edafoclimáticas (Tabela 1).

Tabela 1 - Crescimento em diâmetro, altura, volume e volume individual do híbrido interespecífico *E.urograndis* em relação às espécies parentais aos 4 anos de idade

Cruzamentos	DAP (cm)	Altura (m)	Volume (m ³)	Volume máximo (m ³)
-------------	-------------	---------------	-----------------------------	------------------------------------

<i>E. urophylla</i> x <i>E. grandis</i>	19,6	20,1	0,303	0,689
<i>E. urophylla</i>	12,6	14,2	0,088	0,385
<i>E. grandis</i>	18,5	19,4	0,261	0,504

Fonte: Assis, 2001.

Na transição para a segunda metade do século XX desenvolveu-se um arcabouço de políticas estatais que buscava o desenho de um setor agroindustrial cuja oligopolização cumpriria o papel de erguer um setor de exportação, no bojo das políticas agrícolas do II PND (Castro; Souza, 1985; Delgado, 1985), o que resultou na passagem para a fase de integração agroindustrial incentivada do setor silvicultura-celulose, e a consequente flexibilização das limitantes espaciais, permitindo a *localização seletiva*. Inicialmente, há uma expansão generalizada da atividade silvicultora a partir da promulgação do segundo Código Florestal de 1965 (Lei nº 4.771/65), o qual obrigava as empresas consumidoras de madeira a criar bases florestais:

Art. 20. As empresas industriais que, por sua natureza, consumirem grande quantidade de matéria-prima florestal serão obrigadas a manter, dentro de um raio em que a exploração e o transporte sejam julgados econômicos, um serviço organizado, que assegure o plantio de novas áreas, em terras próprias ou pertencentes a terceiros, cuja produção sob exploração racional, seja equivalente ao consumido para o seu abastecimento. (Lei 4771/65).

A mesma lei previa em seus artigos 38 e 40 o incentivo econômico ao reflorestamento através de deduções sobre impostos de renda e prioridade na concessão de créditos oficiais (Belik, 1992). A medida resultou em rápido crescimento de empreendimentos florestais, que, no entanto, apresentavam a característica de localização dispersa no território e dimensões muito variadas. É, neste contexto, por exemplo, que surgem os florestamentos de pinus (*pinus elliottii*) no litoral do Rio Grande do Sul. O modelo não era eficiente para os interesses de formação de um setor oligopólico imaginado pelo Estado e pelas primeiras entidades representativas do setor, como a Associação Paulista de Fabricantes de Celulose e Papel (ABTCP, 2004; Belik, 1992).

Nesse cenário, verificam-se os papéis tanto de uma estrutura normativa que se organiza, quanto da continuidade dos aprimoramentos técnico-científicos, ambos frutos

dos relacionamentos entre as empresas e entidades do setor, instituições públicas, privadas, e o Estado, caracterizando um evidente exemplo de círculo de cooperação (Santos, 1986; Santos; Silveira, 2001; Castillo; Frederico, 2010).

Organizações públicas, como Embrapa Florestas, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, e privadas, como as associações representativas dos setores silvicultor e papelero são a marca da densidade institucional crescente do período (Santos, 2012; Soto, 1992). De seu relacionamento surgiram estudos em 1967 que evidenciavam a incapacidade da indústria de atender o crescimento da demanda por celulose e papel, apontando a falta de integração vertical como parte do problema. Esses resultados redirecionaram os objetivos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (atual BNDES), o qual passou a centralizar as indústrias produtoras de celulose como o foco da política de incentivos fiscais ao desenvolvimento florestal (Juvenal; Mattos, 2002; Belik, 1992). O mecanismo regulador foi a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, que teria o papel de atuar como filtro para os projetos a partir dos critérios da integração industrial e maiores áreas de cultivo (Soto, 1992). Na etapa industrial, o BNDE também atuou priorizando empreendimentos com escala mínima e capacidade de crescimento. Economicamente sufocados, os pequenos empreendimentos passaram por processos de anexação pelos empreendimentos maiores.

Ao final do período, a produção de papel e celulose tornou-se verticalmente integrada ao setor de cultivo florestal, além de caracterizada pela existência de um conjunto de empresas que sistematicamente se reduzia em número e crescia em tamanho e participação no mercado internacional, com processos de inovação tecnológica capazes de elevar a competitividade nessa escala. No que diz respeito à tecnologia florestal, os anos 1970 foram marcados pelo papel do Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais - IPEF, e do Programa de Desenvolvimento, Pesquisas e Estudos Florestais – PRODEPEF, lançado pelo Governo Federal (Queiroz; Barrichelo, 2008). Começa uma fase de melhoramento do material genético trazido para o país pelos pioneiros da silvicultura, como Navarro de Andrade.

Pesquisas de empresas como a Champiom, Duratex, Rigesa e Suzano (Andrade; Dias, 2001), e de centros de pesquisas estatais reintroduziram eucaliptos de espécies puras, oriundas de suas áreas nativas na Austrália, Timor, Indonésia e África, com o

objetivo desenvolver novas variedades, já que os cultivares inseridos por Navarro de Andrade haviam se tornado híbridos após décadas de proximidade (Queiroz; Barrichello, 2008). Em 1978 surge a unidade de Embrapa dedicada à silvicultura, a Embrapa Florestas, localizada em Colombo, Paraná. No mesmo contexto, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ, da Universidade de São Paulo, passa a contar com um centro de Ciências Florestais, fundado em 1961, que formaria engenheiros florestais a partir de 1968 e pós-graduados no final dos anos 1970 (ABCTP, 2004).

As pesquisas com clonagem e hibridização começam nos 1980, com o objetivo de elevar a densidade da madeira, medida em kg/m^3 . Indivíduos com alta densidade (500 kg/m^3) foram selecionados como matrizes para os cruzamentos entre *E. urophylla* e *E. grandis* (Queiroz; Barrichello, 2008; Juvenal; Mattos, 2002). Elevação de produtividade e tempo de rotação dos capitais são focos dessas novas etapas de desenvolvimento tecnológico (Santos, 2012).

Como resultado, de 1960 a 1998, a produtividade de madeira passou de $20 \text{ m}^3/\text{ha/ano}$ para $40 \text{ m}^3/\text{ha/ano}$ (Bison, 2004), dado de crescimento exponencial da indústria e que se mantém constante até os dias atuais. A silvicultura clonal concentrou-se nas exigências do setor industrial, para o qual era preciso encontrar uma árvore que se adequasse à competitividade e a estrutura rápida do comércio atual (Assis, 2001).

Nesse cenário, em 2001, FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e outras empresas do setor lançaram o projeto *ForESTs* que tinha por objetivo sequenciar o genoma do eucalipto e fazer a análise funcional dos genes. Em paralelo, outras instituições, entre universidades, centros de pesquisa e empresas privadas, criaram, em 2002, o Projeto *Genolyptus*. Esse tinha por objetivo construir uma plataforma integrada de experimentações de campo e bases de dados genômicos com a finalidade de identificar, pesquisar e mapear os diversos genes e regiões genômicas. Com o enfoque no crescimento, qualidade da madeira e resistência a doenças, através desse projeto, foi produzida uma coleção de mais de 130 mil sequências expressas de quatro espécies de *Eucalyptus*.

A geração de todos esses dados foi decisiva na participação do Brasil no sequenciamento completo e interpretação do genoma do eucalipto, em 2013, publicado na renomada revista *Nature*. Esse projeto foi iniciado em 2008 e liderado pela rede internacional EUCAGEN (*Eucalyptus Genome Network*). Todas essas informações vêm

sendo utilizadas como peças essenciais na produção de florestas comerciais com resiliência frente às mudanças climáticas.

No início dos anos 2000, enquanto Europa e América do Norte exploravam florestas nativas de coníferas com intervalos de crescimento das árvores de até 70 anos, surgia no Brasil uma atividade silvicultora de exportação baseada em espécies de rápido crescimento. O país se tornaria foco de migrações de capitais externos e espaço de crescimento de capitais nacionais do setor. As décadas seguintes seriam um período de intensos processos de fusões e aquisições entre capitais de diferentes origens, num processo contínuo de oligopolização.

3. IMPACTO DAS INOVAÇÕES PRODUTIVAS SOBRE A EFETIVIDADE NO USO DA TERRA

Atualmente, o Brasil é reconhecido mundialmente por apresentar maior produtividade (volume de madeira produzido por área ao ano) e menor tempo de rotação (período entre o plantio e a colheita das árvores) do que outras regiões do globo. De acordo com os relatórios da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), dos anos de 2019 e 2022, a rotação no Brasil variou de 4,5 a 5 anos para os plantios de eucalipto e obteve uma produção de 38,9 m³/ha/ano, respectivamente. Além da biotecnologia desenvolvida, o clima tropical e a farta disponibilidade hídrica resultam em vantagens competitivas. Soma-se a isso uma legislação ambiental mais flexível como atrativo para os investimentos de transformação industrial da madeira em celulose, além de uma formação social que convive historicamente com o gigantismo dos latifúndios. Natureza, tecnoesfera e espaço banal se combinam para tornar o Brasil o grande espaço preferencial para o crescimento do setor.

Com base nos dados apresentados por Martin (2016), foi possível determinar que o patamar de produtividade atual, de 40m³/ha/ano, define a necessidade de cerca de 93 mil hectares de terra por milhão de tonelada de celulose produzida, valor compatível com as áreas adquiridas por empresas que se instalaram no território do Rio Grande do Sul entre os anos 2005 e 2008 (Votorantim Celulose e Papel, Aracruz e Stora Enso). Cálculos a partir dos dados obtidos na análise documental indicam relações *área plantada x milhão ton/ano* que variam de 80,62 a 148,5 mil hectares entre as principais empresas de celulose ativas no cenário nacional (Tabela 2).

Tabela 2 - Relação capacidade produtiva x área plantada de silvicultura das principais empresas de celulose ativas no cenário nacional

Empresas	Capacidade produtiva (milhões de ton / ano)	Base florestal (em mil ha)	Mil hectares/ milhão de ton/ano	Excedente do valor de referência (93 mil ha)
Suzano	10,9	1.400	128,4	35,4
Klabin	1,6	129	80,6	12,4
Eldorado Brasil	1,8	267,3	148,5	55,5
CMPC	1,9	275,0	142,5	49,5
Cenibra	1,2	130,9	109,1	16,1

Fonte: Suzano, 2021; Klabin, 2022; Eldorado Brasil, 2022; CMPC, 2019; Cenibra, 2022. Elaborado pelos autores.

Das corporações em estudo, apenas uma possui área total de terras coerente com o valor necessário. A empresa Klabin, cujo quantitativo de terras é de 80,62 mil hectares, não ultrapassa a marca dos 93 mil hectares previstos como base florestal para cada unidade fabril com escala de um milhão de toneladas ano, valor base para os empreendimentos contemporâneos.

Os dados obtidos suscitam a dúvida sobre a verdadeira efetividade das terras adquiridas pelas demais. O mercado da celulose tem caráter cíclico, com períodos de valorização e declínio dos preços que resultam em correspondente ciclicidade da ociosidade da produção intercalados por ações de expansão das capacidades produtivas como preparativo para os novos períodos de expansão de demanda. Como pano de fundo, um processo global de concentração do capital no setor, com reflexos evidentes no Brasil. O setor concentra-se em um número reduzido de empresas de grande porte, as quais operam em escalas altamente intensivas em capital e, mais recentemente, terras. Além da busca por alto rendimento, o setor também é caracterizado pela necessidade de baixos custos de transporte com respectivos efeitos na organização de seus espaços econômicos. Segundo Santos (2012, p.135)

[...] as despesas brasileiras com fretes internacionais são mais altas que os valores praticados pelos concorrentes tradicionais. A topologia adotada pelos complexos floresta-celulose visa contrabalançar esses custos, [...] as plantas

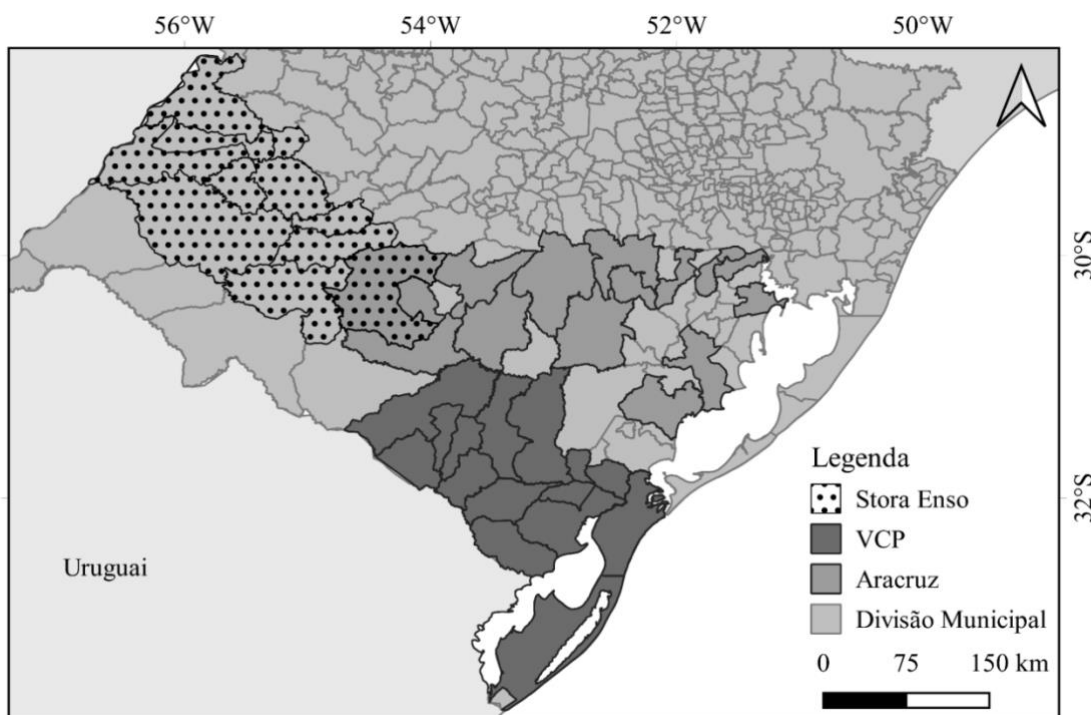
instalam-se buscando uma distância média abaixo de 100 quilômetros das diferentes áreas florestais de sua base. Esse atributo altamente desejável pelas empresas é chamado raio médio [...]

O arranjo espacial concentrado entre fábricas e bases florestais também é estratégico em função desses custos de transporte. Nesse sentido, o caso da empresa atuante no Rio Grande do Sul é emblemático. Em meados dos anos 2000, três empresas adquiriram terras para investimentos em complexos silvicultura-celulose no estado: Aracruz Celulose, Votorantim Celulose e Papel (VCP), ambas nacionais, e Stora Enso, de origem finlandesa, com aquisições de terras em três regiões distintas do estado (Figura 2)

Figura 2 - Municípios com silvicultura de eucalipto por empresa

Fonte: Santos, 2012. Organizado pelos autores.

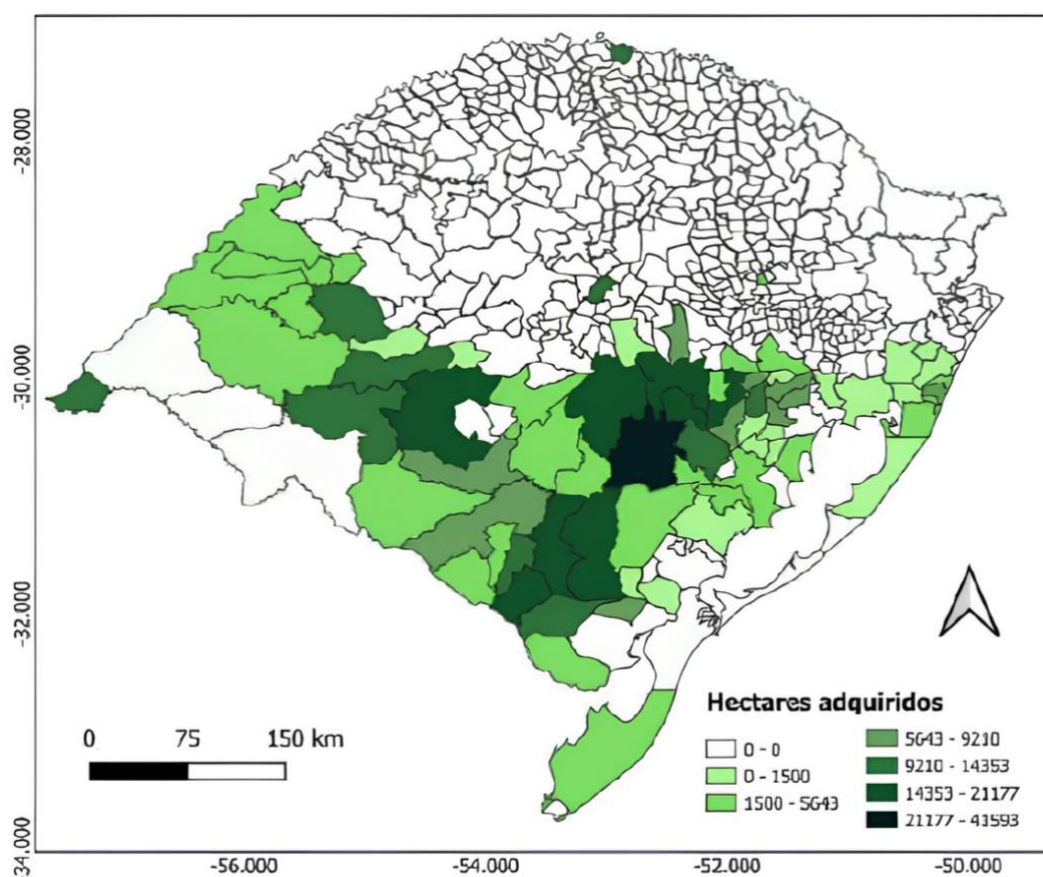
A partir da crise financeira de 2008 há duas ordens de constrangimento aos investimentos: as perdas econômicas por investimentos em ativos financeiros, e a



retração global da demanda de celulose. Em seus processos de reorganização financeira, Aracruz e VCP se fundem, formando a Fíbria, cujo movimento foi a

reorganização dos ativos, com a venda do projeto industrial do Rio Grande do Sul (município de Guaíba) e suas duas bases florestais para a empresa Chilena CMPC, que criou a marca Celulose Riograndense, adquirindo também parte dos ativos florestais da empresa Stora Enso, cujas terras se concentravam no oeste do estado. Formava-se assim uma base florestal com atualmente cerca de 490 mil hectares de terras (Figura 3).

Figura 3 - Área em hectares adquirida pela empresa CMPC no estado do Rio Grande do Sul, 2022 (por município)



Fonte: CMPC, 2022. Organizado pelos autores.

Apesar das inovações logísticas desenvolvidas pela empresa, como modal hidroviário e novos veículos de transporte de toras, segue incógnito o uso de uma base florestal centenas de quilômetros distante do raio médio ótimo, 100km, considerando as localizações da planta atual, Guaíba, na Região Metropolitana de Porto Alegre e a futura planta de Barra do Ribeiro, município limítrofe ao sul de Guaíba. A configuração de terras

parece representar mais uma estratégia territorial de prevenção de novos concorrentes ou garantia de acesso a recurso futuro do que a composição de uma base florestal efetiva conectada à atual capacidade produtiva.

Pelo exposto, observa-se a configuração de uma nova importante barreira à entrada, ou seja, um novo fator que impede o ingresso de novos capitais no setor ou em um país: a disponibilidade de terras, sua organização espacial na relação floresta-fábrica e o alto valor de investimento fundiário decorrente da existência de uma escala mínima de eficiência produtiva, atualmente em cerca de dois milhões de ton/ano.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção do Brasil no mercado global de celulose nas últimas décadas se refletiu na incorporação de diversas regiões do país como base produtiva, substituindo usos tradicionais do espaço agrário, como os casos mais recentes do Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Tal inserção foi marcada, de um lado pelo papel do Estado brasileiro articulando a formação de um complexo agroindustrial voltado à exportação. Por outro, um intenso processo de incorporação de inovações biotecnológicas visando altos índices de aproveitamento de terra e volume de madeira.

Este desenho se organiza enquanto, em escala global, os antigos polos produtores de madeira e celulose eram confrontados com novas complexidades de seus espaços banais. Terras de uso comum, preservação florestal e de fauna, convivência com populações tradicionais, se somam às novas legislações trabalhistas e limites às emissões erguendo-se como desafios à reprodução dos capitais da exploração de fibras e sua transformação industrial em celulose e papel. Como resultado, dois movimentos: a abertura da janela de oportunidade para o crescimento dos capitais nacionais dos países do sul e a migração de parte da cadeia produtiva dos tradicionais produtores norte americanos e europeus rumo à América do Sul, especialmente Brasil.

Nesse movimento, o desenho extrativista das florestas boreais perde competitividade para o modelo agrícola dos eucaliptos. Apesar das vantagens de produtividade e a relativa flexibilidade normativa, emerge o acesso às grandes extensões de terra como variável determinante das estratégias de sobrevivência e crescimento de tais capitais. A terra não deve ser entendida apenas como substrato que permite o

suporte biológico às plantas, é mais do que isto. É uma combinação de suporte, tamanho mínimo e distribuição não fragmentada (daí a preferência pelas regiões históricas do latifúndio) além da conectividade com os espaços metropolitanos da concentração industrial com raios médios favoráveis e redes logísticas.

Levando em consideração todos os avanços biotecnológicos supracitados que fundamentaram a expansão do mercado da celulose e do papel no Brasil, conclui-se que as grandes empresas presentes no território brasileiro possuem extensões de terra maiores do que os valores necessários, cujas coberturas florestais garantem a segurança jurídica do uso. De tal maneira, caracteriza-se uma forma evidente de *captura de terra*, como parte de uma estratégia de barreira à entrada de novos concorrentes. Destaca-se que tal estratégia de concorrência resulta em intensificação da concentração fundiária, já característica do país.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. C. S. e DIAS, C.C. **Intercâmbio neocorporatista e inovação tecnológica: o caso do padrão eucalipto na Aracruz S.A.** in: Revista de Administração Contemporânea, v. 5, n1. Jan-abr. 2001. P 83-103.

ASSIS, T. F. **Melhoramento para Produtividade e Qualidade de Celulose de Fibra Curta.** *Workshop sobre Melhoramento de Espécies Florestais e Palmáceas no Brasil (EMBRAPA).* Paraná, nov. 2001. Disponível em: https://www.eucalyptus.com.br/artigos/1999_Estrategias+Melhoramento_Teotonio Assis.pdf. Acesso em: 6 ago. 2023.

ASSIS, T. F. de; ABAD, J. I. M.; AGUIAR, A. M. **Melhoramento genético do eucalipto.** *Research Gate*, jan. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281408099_Melhoramento_Genetico_do_Eu calipto. Acesso em: 3 ago. 2023.

ASSIS, T. F; MAFIA, R. G. **Hibridação e Clonagem.** *Biotecnologia Florestal*, 2005. Disponível em: https://www.eucalyptus.com.br/artigos/2007_Hibridacao+Clonagem.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA TÉCNICA DE CELULOSE E PAPEL – ABTCP. **A história da indústria de celulose e papel no Brasil.** São Paulo: Tempo e Memória, 2004.

BELIK, W. **Agroindústria processadora e política econômica.** Campinas: Unicamp, 1992. (Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia). 219 p.

BISON, O. **Melhoramento de eucalipto visando à obtenção de clones para a indústria de celulose.** 2004. Tese (Doutorado em Agronomia) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2004.

BRASIL. EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Pulp and paper industry in Brazil and in the world: an overview.** Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-en/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-234/Pulp%20and%20paper_EPE+IEA_ENGLISH_2022_01_25_IBA.pdf. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.** Institui o novo Código Florestal. Brasília, DF: Presidência da República, 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771impressao.htm. Acesso em: 23 nov. 2025.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461-474, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/fG9sSJcJXRMgQBpFjCTzTH/?lang=pt>. Acesso em 23 nov. 2025.

CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. P. **A economia brasileira em marcha forçada.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 217 p.

CELULOSE RIOGRANDENSE (CMPC). **Relatório Integrado 2019.** Disponível em: https://www.cmpc.com/pdf/Relatorio_integrado_2019.pdf. Acesso em: 17 set. 2023.

CENIBRA. **Relatório de Sustentabilidade 2022.**

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985.** São Paulo: Ed. Ícone/Unicamp. 1985. 240 p.

ELDORADO BRASIL. **Relatório de Sustentabilidade 2022.** Disponível em: https://www.eldoradobrasil.com.br/wp-content/uploads/2023/05/2022_RELATORIO_DE_SUSTENTABILIDADE_FINAL.pdf. Acesso em: 17 set. 2023.

FERREIRA, M.; SANTOS, P.E.T. **Melhoramento genético florestal dos Eucalyptus no Brasil - Breve histórico e perspectivas.** IUFRO Conference on Silviculture and Improvement of Eucalypts, Salvador. Centro Nacional de Pesquisa de Florestas, 1997.

GRATTAPAGLIA, D. **Genômica aplicada à genética e melhoramento de Eucalyptus na Embrapa: 25 anos de avanços e as perspectivas para o futuro.** O eucalipto e a Embrapa: quatro décadas de pesquisa e desenvolvimento, 2021.

HASSE, G. **Eucalipto.** Histórias de um imigrante vegetal. Porto Alegre: JÁ Editores, 2006. 127 p.

HORA, A. B. **Panoramas setoriais 2030: papel e celulose.** Panoramas setoriais 2030: desafios e oportunidades para o Brasil. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2017. Sem volume, p. [79]-91. Disponível em:

<http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/14241>. Acesso em: 25 jul. 2023.

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES. **Relatório IBÁ 2019**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://iba.org/datafiles/publicacoes/relatorios/iba-relatorioanual2019.pdf>. Acesso em: 17 set. 2023.

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES. **Relatório IBÁ 2022**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.iba.org/datafiles/publicacoes/relatorios/relatorio-anual-iba2022-compactado.pdf>. Acesso em: 17 set. 2023.

JUVENAL, T. L.; MATTOS, R. L. G. **O setor de celulose e papel**. In: BNDES. BNDES 50 anos: Histórias Setoriais. 2002. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/livsetorial.asp>. Acesso em: 05/11/2007

KLABIN. **Apresentação Institucional (4º trimestre - 2022)**. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/1c41fa99-efe7-4e72-81dd-5b571f5aa376/342040ec-93fa-b998-5f4d-d7bf5bc14c89?origin=1>. Acesso em: 3 ago. 2023.

KON, A. **Economia industrial**: teoria e estratégias. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

MARTIN, C. **Setor de florestas plantadas fortalece-se no agronegócio nacional**. Revista O Papel. Jun, 2016

MARTINI, A. J. **O plantador de eucaliptos**: a questão da preservação florestal no Brasil e o resgate documental do legado de Edmundo Navarro de Andrade. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo. (Programa de Pós-graduação em História Social). 2004. 320 p.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo, Ed. Contexto, 2009.

QUEIROZ, L. R. S.; BARRICHELO, L.E.G. **A Celulose de eucalipto**: uma oportunidade brasileira. Vinhedo: Avisbrasilis, 2008.

SANTOS, D. R. S. **Avaliação tecnológica de clones-elite de Eucalyptus spp., crescendo no Estado de Goiás**: qualidade do lenho para produção de polpa celulósica Kraft. Tese (Mestrado em Ciências) - Universidade de São Paulo Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, 2018.

SANTOS, J. R. **A dinâmica territorial das indústrias de celulose e papel**: a expansão no Brasil e a incorporação do Rio Grande do Sul. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A. A.; SANTOS, M. (Org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 121-134.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Edusp, 2002 (Coleção Milton Santos 1).

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de

Janeiro: Record. 2001.3ª ed.

SAUER, S; BORRAS JR. S. **‘Land Grabbing’ e ‘Green Grabbing’**: uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. Campo-Território: revista de geografia agrária. Edição especial, p. 6-42, jun., 2016.

SOTO, F. A. **Da indústria de papel ao complexo florestal no Brasil**: o caminho do corporativismo tradicional ao neo corporativismo. Campinas. Instituto de Economia. 1992. Tese de Doutorado.

SUZANO. **Relatório Anual 2021**. Disponível em: https://s201.q4cdn.com/761980458/files/doc_downloads/sustainability_reports/2021/Relat%C3%B3rio-Anual-Suzano-2021.pdf. Acesso em: 17 set. 2023.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul pelo apoio à pesquisa.

LAND USE AS A TERRITORIAL STRATEGY FOR PULP AND PAPER COMPANIES IN BRAZIL

ABSTRACT

Global demand for paper for writing, hygiene, and packaging purposes is increasing in tandem with globalization and shifting consumer habits worldwide. Its raw material, cellulose, is obtained through the extraction of trees such as pine and eucalyptus. The prices of this commodity, although fluctuating, are rising. For decades, demand was met by an industrial model based on the exploitation of native American

and European coniferous forests. However, institutional transformations in North America and Europe have put pressure on the sector, which, as a form of adjustment, has migrated to forestry, resulting in the formation of agro-industrial complexes that are organized in countries with favorable soil, climate, and institutional conditions. Therefore, there is a race towards the global south, with its countries with abundant and concentrated water, soil, solar radiation, and land, among which Brazil stands out. This paper analyzes how land has been used as a competitive strategy between national and foreign corporations in the sector. To this end, it compares the biotechnological advances that increase productivity with the quantity and spatial organization of the land acquired. As a result, it is concluded that there is a process of land use as an economic and territorial strategy for companies.

Keywords: Eucalyptus; Biotechnology; Productivity, Land use;

EL USO DE LA TIERRA COMO ESTRATEGIA TERRITORIAL DE LAS EMPRESAS DE CELULOSA Y PAPEL EN BRASIL

RESUMEN

La demanda mundial de papel para escritura, higiene y embalaje crece al ritmo de la globalización y los cambios en los hábitos de consumo en todo el planeta. Su materia prima, la celulosa, se obtiene mediante la extracción vegetal de árboles como el pino y el eucalipto. Los precios de esta materia prima, aunque fluctúan, son cada vez más altos. Durante décadas, la demanda se satisfizo mediante un modelo industrial basado en la explotación de bosques nativos de coníferas americanas y europeas, pero los cambios institucionales en Norteamérica y Europa han ejercido presión sobre el sector, que, como forma de ajuste, ha migrado hacia la silvicultura, lo que ha dado lugar a la formación de complejos agroindustriales que se organizan en países cuyas condiciones edafoclimáticas e institucionales son favorables. Por lo tanto, existe una carrera hacia el sur global, con sus países con aguas, suelos, radiación solar y tierras abundantes y concentradas, entre los que destaca Brasil. El presente trabajo analiza cómo se ha utilizado la tierra como estrategia competitiva entre las empresas nacionales y extranjeras del sector. Para ello, se comparan los avances biotecnológicos que elevan la productividad con la cantidad y la organización espacial de las tierras adquiridas. Como resultado, se concluye que existe un proceso de uso de la tierra como estrategia económica y territorial de las empresas.

Palabras-clave: Eucalipto; Biotecnología; Productividad, Uso del territorio;

Recebido: agosto 2025

Aceite: novembro 2025

NORMAS DE FORMATAÇÃO PARA SUBMISSÕES

DIRETRIZES

Todo o trabalho deve estar em fonte Aptos.

Os artigos devem ter, no máximo três autores. Entre 15 e 25 páginas. Página A4, margem esquerda e superior 3cm e direita e inferior 2cm.

Título: maiúsculo, negrito, tamanho 16, centralizado.

Títulos de seções: maiúsculas e minúsculas, numerado, tamanho 14, alinhamento à esquerda, espaço 1,5 do corpo do texto.

Subtítulos de seções: maiúsculas e minúsculas, alinhamento à esquerda, espaço simples.

Nomes dos autores: não devem constar na submissão, nem nas propriedades do documento.

Resumo: tamanho 10, espaço simples, justificado, até 200 palavras.

Palavras-chave: tamanho 10, iniciada em maiúscula, separadas por ponto e vírgula, entre três e cinco palavras.

Corpo do texto: tamanho 12, espaço 1,5, justificado, primeira linha recuo de 2cm.

Citações: conforme ABNT NBR 10520:2023

Nota ao texto: rodapé, tamanho 10, justificada, sem recuo.

Ilustrações (Figuras, tabelas, quadros, etc.): ABNT 14724: 2024. Alinhamento centralizado, tamanho 11 da fonte. Qualquer tipo de ilustração deve ser precedido por sua palavra designativa (desenho, esquema, fluxograma, fotografia, gráfico, mapa, organograma, planta, quadro, retrato, figura, imagem, entre outros), seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, de travessão e do respectivo título.

Imediatamente após a ilustração, deve ser indicada a fonte consultada, conforme a ABNT NBR 10520, legenda, notas e, se houver, outras informações necessárias à sua compreensão. A ilustração produzida pelo autor, para o trabalho apresentado, deve conter na fonte esta informação: elaborado pelo próprio autor ou elaboração própria ou o próprio autor, entre outros. Os arquivos devem ser submetidos individualmente, como documentação complementar, com resolução mínima de 300 dpi.

Referências: conforme ABNT NBR 6023, espaço automático entre cada referência.

Títulos, resumos e palavras-chave em inglês e espanhol (ou inglês e português, no caso de artigos escritos em espanhol) devem seguir ao fim do texto, após a bibliografia.